

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

GLEYCE FIGUEIREDO DE LIMA

**PROJETO PROFISSIONAL DE RUPTURA:  
fundamentos e estratégias políticas**

Rio de Janeiro  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GLEYCE FIGUEIREDO DE LIMA

**PROJETO PROFISSIONAL DE RUPTURA:  
fundamentos e estratégias políticas**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Netto

Rio de Janeiro  
2009

GLEYCE FIGUEIREDO DE LIMA

**PROJETO PROFISSIONAL DE RUPTURA:  
fundamentos e estratégias políticas**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Orientador Prof. Doutor José Paulo Netto

---

Prof. Doutor Haroldo Baptista de Abreu

---

Prof. Doutor Marcelo Braz Moraes dos Reis

À todos os assistentes sociais  
que dedicaram corpo, espírito e idéias  
à construção deste *Projeto Profissional de Ruptura*

## AGRADECIMENTOS

*Mesmo nos momentos em que sozinho desenvolvo uma atividade científica, uma atividade que raramente posso levar ao fim em direta associação com outros, sou social, porque é como homem que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade - como também própria linguagem que me foi dado como um produto social. A minha própria existência é atividade social. Por conseguinte, o que eu próprio produzo é para a sociedade que o produzo e com a consciência de agir como ser social. (Karl Marx, Manuscritos Econômico-Filosóficos)*

Como é difícil começar a escrever estes agradecimentos (...) não foram poucas as pessoas, que das formas mais sutis (quase imperceptíveis), contribuíram para que eu concluísse este trabalho. Algumas vezes me pareceu não ser possível fechar este ciclo!

Primeiramente desejo agradecer a minha família. À minha mãe que mesmo sem ter tido acesso à formação escolar, sempre reconheceu a importância de seus filhos estudarem ainda que às custas de um doloroso sacrifício pessoal. Seus lanchinhos, sucos e refeições maravilhosas expressaram sua compreensão ao meu momento de isolamento e me alimentaram o corpo e o espírito.

Ao meu pai, distante alguns milhares de quilômetros, que apoia e torce por tudo que almejo e continua a me pôr em suas orações. Aos meus irmãos Fabiano, Tatiane, Júnior, Gabriel, Gabriele e Raquel pelos momentos de riso e descontração. À minha sobrinha, Júlia, que me proporcionava momentos de largas risadas por suas inúmeras travessuras e muito espanto a cada gesto ou ação que delineava o seu desenvolvimento.

Para minhas amigas da vida inteira: Carolina Leão com quem posso conversar do *meu ser no mundo* às grandes frivolidades cotidianas que depois nem nós mesmas vamos ser capazes de lembrar; e Miriane Peregrino, amiga desde que ainda tínhamos muitas espinhas no rosto, amadurecemos juntas e hoje podemos compartilhar poesia, literatura, filmes, as concepções sobre o mundo e aquele sorvete gigante.

Indispensáveis também são os agradecimentos aos companheiros e interlocutores que encontrei no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aos professores com quem tive o privilégio de cursar as disciplinas. À turma 2006 do mestrado - Suliane Sudano, Marcela Soares, Josefina Mastropolo, Gustavo Repetti, Daniele Brandt, Adriana Dutra,

Bárbara Palhares, Aline Possa, Ludimila Ailine, Tiago Coelho, Christiane Guimarães. E, especialmente, aqueles que se tornaram mais que interlocutores: Charles Toniolo pelas discussões teóricas densas e pelos simples e acolhedores cafés nos intervalos das aulas. À Michelle Moraes, minha amiga e companheira, desta e de outras jornadas, com quem compartilhei momentos decisivos de minha trajetória profissional mais estes últimos e dramáticos momentos do curso de mestrado.

Quero agradecer também aos meus alunos e colegas da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, porque a cada aula me fizeram amadurecer intelectualmente e perceber que estudar é uma necessidade que persiste enquanto nosso corpo e mente têm vida.

Aos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/Campus São Gonçalo que me possibilitaram o afastamento para os estudos sem o qual a finalização deste trabalho teria sido muito mais difícil. Especialmente à Ana Cristina Vargas pelo reencontro que nos faz crescer a cada dia e por colocar o meu trabalho *nas normas*.

Aos colegas do Conselho Federal de Serviço Social por terem me enviado o acervo documental necessário à pesquisa (quando seria muito difícil meu deslocamento para Brasília) e também pelas publicações sobre o projeto ético-político.

À Sérgio Lessa e Gilmaísa Macedo da Costa que prontamente me enviaram suas pesquisas, fundamentais para a argumentação de passagens importantes deste texto.

Agora aos membros de minha banca examinadora. Manifesto minha gratidão a Marcelo Braz que foi uma referência bibliográfica importante para meu objeto de estudo e ainda me deu o prazer de compor esta banca. O que dizer a Haroldo Abreu, meu amigo e mestre, com quem primeiro me aproximei do arsenal heurístico da crítica marxiana à sociabilidade burguesa: agradecê-lo é muito pouco. E José Paulo Netto, que fez muito mais que um orientador está habilitado a fazer - me orientou a dissertação, a vida acadêmica e profissional, mas, sobretudo, a existência política como indivíduo humano-social.

Ao Lúcio, meu companheiro, amor e *camarada*, com quem tenho a sorte de viver os prazeres e sabores da vida cotidiana e como se não bastasse tudo que temos partilhado, ainda virou *assistente social honorário* e meu *revisorista preferido*.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro durante os dois primeiros anos de pesquisa fundamentais para que não tivesse que submeter-me a inserções profissionais que dificultariam os estudos.

## RESUMO

A produção teórica que ora apresentamos se inscreve no debate contemporâneo do Serviço Social brasileiro. Em meio a este debate, nossas reflexões buscaram apreender as relações existentes entre os fundamentos do projeto profissional crítico e as estratégias político-profissionais efetivadas pela categoria dos assistentes sociais. O movimento analítico necessário à captura de tais relações nos conduziram, inicialmente, à delimitação de um recorte temporal para os estudos - devidamente antecedidas por um exame crítico das condições materiais e das bases sócio-políticas que impulsionaram a emergência do tal *Projeto ético-político*. Sendo assim, recolhemos nos relatórios de deliberações dos Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, no período 1993/2006, as ações táticas que melhor expressavam as estratégias deste coletivo profissional. Em seguida, dissertamos sobre as mediações entre tais estratégias políticas e as condições de reprodução social (destacada como categoria ontológica e histórica) na ordem burguesa. Isto nos possibilitou ver o "lugar" do serviço social ante a dinâmica de produção/reprodução social das classes e assim compreender que estas estratégias se articulam a projetos de classe em disputa pelo excedente do trabalho coletivo em formações sociais determinadas. Por fim, sustentamos que destas estratégias apontam para um posicionamento da categoria profissional em defesa dos fundamentos do seu projeto de ruptura. Este fundamento é manifesto no primeiro dos onze princípios do Código de Ética e menciona ser a liberdade seu valor ético central. Entretanto, este valor ético - a liberdade - não é referenciada por supostos liberais, seu enunciado deixa claro a concepção de indivíduo e sociedade - postulado como indivíduo social. E mais, ao fazê-lo, sentencia que há demandas políticas para que a liberdade seja, de fato, um *valor ético central*. Isto porque numa sociabilidade inteiramente subsumida pelo capital, a liberdade somente poderá recuperar as relações intrínsecas entre indivíduo e gênero humano se enfrentarmos as contradições de nosso tempo expressas, essencialmente, pela separação entre o homem, seu trabalho e a riqueza socialmente produzida. Isto quer dizer, nas palavras de Lukács (1978) "*abrir o caminho (...) criar as condições materiais necessárias e um campo de possibilidades para o livre emprego de si.*"

**Palavras Chaves:** estratégias político-profissionais, reprodução social, princípio ético-política da liberdade.

## ABSTRACT

The herein presented theoretical production underlies the debates within the contemporary Brazilian Social Work. Entering it, our reflexions have sought to grasp the existing connections among the fundamentals of the critical professional project as well as its political-professional strategies carried out by the Brazilian social workers. The necessary analytical move towards the capture of such relations have initially led us to delimit a time cut for these studies - duly preceded by a critical review into the material conditions and the social - political grounds which boosted the Political-Ethical Project to come out. Therefore, we have collected the tactical steps which better express the strategies taken up by this collective of professionals - the data were retrieved from the reports on the deliberations of the National Assemblies held by the CFESS/CRESS professional association in the period of 1993/2006. Following, we have discussed over the mediations among such political strategies as well as the conditions of social reproduction (highlighted as a historical and ontological category) in the bourgeois order - this has allowed us to see the very "spot" of social service before the dynamic within the social production/reproduction conveyed by the involved classes . Thus, to understand the links of these strategies with Societarian projects struggling for the exceeding put out by the collective work in determined contemporay social formations. Finally, we state concepts by which the above mentioned strategies aim at the positioning of the professional category standing fundamentals towards a rupture project. Such fundament is manifest in the first out of eleven principles of the Ethics Code - therein, freedom is the main ethical value. Nevertheless, such ethical value - freedom - is not referring to liberal grounds as this principle clearly assumes individuals as social ones comprehended by the individual and society concept. Furthermore, it sentences the existence of political demands so that freedom actually turns out to be one *central ethical value*. This happens due to the fact of our sociability to be fully subsumed by capital - by which freedom (as a value) can only retrieve its inner connections between individual and human beings by facing contemporary contradictions, essentially expressed by the separation of man, its work and the socially produced wealth. In Lukács words: "to make way (...) to create the necessary material conditions and a field of possibilities for the free employment of the self's."

**Key - words:** political - political professional strategies; social reproduction; ethical - political principle of freed

## LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS** - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- ABESS** - Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
- ABONG** - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
- ALAETS** - Associação Latinoamericana de Escolas de Trabalho Social
- ANAS** - Associação Nacional de Assistentes Sociais
- ANDES** - Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- CBAS** - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
- CEAS** - Centro de Estudos e Ação Social
- CENEAS** - Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais
- CNTSS** - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social
- CRAS** - Conselho Regional de Assistentes Sociais
- CFAS** - Conselho Federal de Assistentes Sociais
- CRESS** - Conselho Regional de Serviço Social
- CFC** - Conselho Federal de Contabilidade
- CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social
- CFM** - Conselho Federal de Medicina
- CNAS** - Conselho Nacional de Assistência Social
- CNBB** - Confederação dos Bispos do Brasil
- CNE** - Conselho Nacional de Educação
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente
- ENESSO** - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
- FASUBRA** - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
- FENAS** - Federação Nacional de Assistentes Sociais
- FITS** - Federação Internacional de Trabalhadores Sociais
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- INSS** - Instituto Nacional do Seguro Social

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**LOS** - Lei Orgânica da Saúde

**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MEC** - Ministério da Educação

**NOB-RH** - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil

**OMC** - Organização Mundial do Comércio

**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social

**PNI** - Política Nacional do Idoso

**PROER** - Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

**SESUNE** - Subsecretaria de Serviço Social na UNE

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

**SUS** - Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 - AS ESTRATÉGIAS POLÍTICO-PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL</b>	
<b>BRASILEIRO</b> .....	21
1.1 A construção do projeto profissional de ruptura.....	22
1.2. Projeto profissional e estratégias políticas.....	48
1.2.1. Os fóruns deliberativos da categoria: os Encontros Nacionais do conjunto CFESS/CRESS.....	59
1.2.1.1. As deliberações no período 1993-2002.....	61
1.2.1.2. As deliberações no período 2003-2006.....	91
<b>CAPÍTULO 2 - ESTRATÉGIAS POLÍTICAS ANTE AS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL NA ORDEM BURGUESA</b> .....	113
2.1. A reprodução social: categoria ontológica.....	114
2.2. O complexo da reprodução e o "lugar" do serviço social.....	136
2.3. O enfrentamento das estratégias político-profissionais em face das condições contemporâneas de reprodução do capital.....	156
<b>CAPÍTULO 3 - O PRINCÍPIO ÉTICO-POLÍTICO DA LIBERDADE: FUNDAMENTO DO PROJETO PROFISSIONAL</b> .....	174
3.1. A categoria trabalho: " <i>solo genético</i> " da liberdade.....	174
3.2. A concepção de liberdade postulada pelo serviço social brasileiro: o recurso à ontologia social marxiana.....	175
3.2.1. A liberdade no projeto profissional: " <i>plena expansão dos indivíduos sociais</i> ".....	183
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	188
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	194



## INTRODUÇÃO

O resultado da pesquisa que, sob a forma de dissertação, trazemos a público é a síntese de aproximadamente cinco anos de estudos<sup>1</sup>. Ingressei no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 2006 (do ingresso) com a intenção de analisar produções teóricas que tivessem como objeto/elemento principal as possibilidades de consolidação do projeto profissional do Serviço Social brasileiro em face da crise contemporânea do capital.

O amadurecimento adquirido com a pesquisa teórica, a troca (sempre estimulante) com estudiosos sobre o tema mais a experiência política acumulada mostraram-me o quanto era pretensioso e desmesurável o objeto de dissertação<sup>2</sup>. Prossegui no curso tentando encontrar dentro deste vasto universo de interesse o recorte em que fosse possível laçar pistas a duas preocupações. Primeira: a carência de um material teórico mais denso sobre o chamado *Projeto Ético-político do Serviço Social*<sup>3</sup> e segundo buscar subsídios analíticos que possibilitassem a apreensão das mudanças sofridas pelo referido projeto no quadro conjuntural que vivemos.

A captura dos supostos fundamentais do projeto profissional de ruptura postava-se como *condição sine qua non* à crítica de segmentos da categoria profissional (e fora desta) que a tudo justificavam reivindicando o tal Projeto Ético-político, desde estratégias políticas reacionárias travestidas de progressistas ao

---

1 O interesse acerca do objeto investigado transcende o período que indicamos acima. No ano de 2005, quando apresentei ao Departamento de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense o Trabalho de Conclusão de Curso - PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: fundamentos históricos e teórico-metodológicos, já dedicava-me ao estudo do tema. Embora evidentemente não tivesse condições intelectuais e políticas de fazê-lo de forma mais substantiva.

2 Observamos, aqui, principalmente, as condições reais de trabalho a que estão submetidos os alunos dos programas de pós-graduação hoje no Brasil. Os cursos de mestrado são permanente tensionados pelas agências de fomento - CAPES, CNPQ - a formar mestres num período médio de 24 meses. Fato que não ocorre com regularidade, pois atualmente a maioria dos estudantes estão atuando no mercado de trabalho e não se dedicam exclusivamente à pesquisa (esta informação tem por base aproximações empíricas, não conta com suporte de estudos mais elaborados, portanto, me é inteira responsabilidade as notas que apresento).

3 Segundo Netto (2007) esta designação circulava no IX CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) realizado em Goiânia no ano de 1998. Ao que nos consta esta denominação se relaciona com a reivindicação política do Partido dos Trabalhadores, à época, que propunha um movimento de "ética na política" em virtude das denúncias de corrupção que invadiam tanto a mídia impressa como televisiva. Como veremos em outro momento da dissertação, a relação entre Projeto Ético-político e Partido dos Trabalhadores é ainda mais intensa e envolve a trajetória da profissão nos finais da década de 1980 e toda a década de 1990.

chamamento da categoria a defesa do assistencialismo de Estado<sup>4</sup>. Mas não somente por razões inscritas no debate interno do serviço social. As intensas e aceleradas modificações nas relações entre as classes sociais fundamentais e o Estado indicava-nos a necessidade de enfrentar o tema, uma vez que o projeto profissional de ruptura nem de longe se esgota em demandas corporativas, antes relaciona-se ao movimento geral da luta de classes e apenas nesta relação pode ter fôlego.

O percurso metodológico no qual nos movemos construiu um caminho para a pesquisa que transitava entre a discussão dos fundamentos ontológicos do projeto profissional a sua vinculação real com a categoria profissional. Ora, se nosso objetivo inicial é atingir as vanguardas profissionais e o campo acadêmico do serviço social esta discussão não causa estranhamento, mas, por outro lado, se pretendemos que este debate tenha alguma penetração em outros segmentos da categoria, ou ainda entre os profissionais "da prática"<sup>5</sup> nossa pesquisa careceria de outras determinações.

Logo percebemos que a discussão tornaria-se menos abstrata a um maior número de segmentos da categoria a medida que se aproximasse do debate que os profissionais reconhecem com mais familiaridade. No que tange ao projeto profissional, a massa dos assistentes sociais brasileiros o reconhece por meio do debate realizado por nossas entidades representativas, reconhecem-no notadamente quando do chamamento à "consolidação e garantia de direitos" e a "defesa das políticas sociais públicas".

---

4 Não podemos deixar de relatar o fato que presenciamos na ocasião de um compromisso profissional. Durante o I Encontro Nacional de Coordenadores de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), em Brasília, um plenário de pouco mais de três mil assistentes sociais aplaudira incessantemente a uma mesa de debates em que se discutia os programas sociais do governo Lula, nesta mesa a palestrante - uma intelectual de referência latino-americana no debate sobre a política de assistência social - defendia a legitimidade do Programa Bolsa Família colocando-o no patamar de política pública de ponta. Este fato fez muitos colegas associarem tal programa às estratégias do Projeto Ético-político.

5 A expressão não é nossa, é amplamente utilizada por distintos segmentos da categoria. A dicotomia entre os profissionais da "prática" e os "acadêmicos" tem sido utilizada numa clara tentativa de evidenciar o quão o debate acadêmico se distancia dos profissionais de campo. Uma situação concreta: durante o último processo eleitoral (2007/2008) para o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro uma das três chapas que disputavam o pleito utilizava-se de tal dicotomia para desqualificar a outra chapa concorrente cuja composição contava com profissionais da academia. O fato é que a dicotomia existe e em proporções que não temos mensuração. Vasconcelos (2006), ao pesquisar a prática dos assistentes sociais, tendo como *lôcus* a rede municipal de saúde do município do Rio de Janeiro, nos trouxe reflexões seríssimas. O material da pesquisa de campo recolhido entre os colegas indicava que muitos assistentes sociais sequer sabiam o que é de fato a profissão (e esta situação independia do ano e da agência de formação). Para a autora, a formação profissional é a grande responsável pela figura amórfica que apresenta na pesquisa.

Ao enveredarmos por este caminho configuravam-se os segmentos da categoria no qual este debate poderia ter alguma ressonância: aqueles profissionais minimamente sintonizados com os grandes temas teóricos e políticos abertos tanto na academia quanto em setores engajados inseridos (ou não) no campo da prática. Isto é, estes mesmos segmentos da categoria que a tudo justificam - intervenção profissional e atuação política - sob a "inquestionável" defesa/consolidação do Projeto ético-político".

A definição do objeto de estudo foi, ainda, decisivamente marcada pela atual conjuntura brasileira, como observou Netto (2007) "*a nova conjuntura em que nos inscrevemos pode ser demarcada a partir de 2003, mais exatamente desde a constituição do primeiro Governo Luís Inácio Lula da Silva*". Isto porque se instaura uma nova correlação de forças no âmbito do chamado "campo democrático e popular" - este, que reúne partidos políticos de esquerda e movimentos sociais das mais diversas linhagens - o que repercute diretamente nas possibilidades de consolidação e materialização institucional do Projeto Profissional de ruptura devido ao processo de enfraquecimento de suas bases de sustentação sócio-política. Explica-se: a trajetória do chamado Projeto Ético-político, cujo marco temporal são as lutas sociais da década de 1990, liga-se estreitamente ao "projeto societário democrático-popular de corte anti-capitalista" (BRAZ, 2007) e neste projeto, mais especificamente, à trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT). O fato é que muitas das expectativas institucionais de caráter democratizante que envolviam o Projeto Ético-político tinham na ascensão política do PT a expressão de sua materialidade<sup>6</sup>.

Instaurado este quadro problemático, com desdobramentos que desenvolveremos ao longo da dissertação, o que passou a nos preocupar essencialmente foi a relação entre os fundamentos do projeto profissional e as estratégias políticas desenvolvidas pelo serviço social brasileiro. Para conseguirmos construir a malha de mediações capaz de articular estes dois pólos do debate (que a princípio parecem distantes) optamos por realizar um corte temporal: os quatorze anos que sucedem a aprovação do Código de Ética Profissional de 1993. Consideramos estes balizadores importantes por dois motivos. O primeiro: a

---

6 É sabido que muitos assistentes sociais - atuantes politicamente na categoria - eram também quadros do partido, não foram poucas as situações em que estes mesmos quadros ocuparam cargos eletivos tanto do legislativo (municipais, estaduais e federal) quanto no executivo. Esta imbricação ocorreu de forma tão intensa que alguns críticos chegaram a mencionar uma "partidarização" do serviço social.

aprovação do último código assinala um momento de consolidação teórica e política dos debates ocorridos nos 30 anos anteriores. Segundo: A investigação acerca das estratégias políticas empreendidas, dá-nos a dimensão da atuação política concreta em face do comprometimento público assumido pela categoria com princípios ético-políticos (particularmente o princípio da liberdade).

Em termos metodológicos, além da delimitação do período pesquisado, optamos ainda por demarcar o acervo documental de suporte à pesquisa. Pareceu-nos manifesto que o conjunto de estratégias políticas construídas pelo coletivo profissional poderiam ser melhor apreendidas se fossem extraídas do "calor" dos debates políticos do serviço social, e, do mesmo modo, dos posicionamentos assumidos pela categoria diante das conjunturas sócio-históricas. Desse modo, recolhemos toda a documentação que expressa as deliberações políticas dos assistentes sociais brasileiros no período que indicamos acima. Nossas fontes foram principalmente: o material recolhido dos 16 Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS (1993-2006), a leitura conjuntural e os posicionamentos assumidos objetivados na publicação CFESS Manifesta e as cartas públicas construídas nos fóruns de debate da categoria<sup>7</sup>.

Apresentado ao Exame de Qualificação o projeto de dissertação, a banca avaliadora fez-nos indicações da maior importância. Foram elas: o lugar do serviço social no processo de reprodução capitalista não constava no projeto (um dos avaliadores destacou este elemento como mediação decisiva); Quais os sujeitos da lutas de classes neste processo? O serviço social sozinho move esta estratégia?; A ambiguidade existente na defesa da garantia de direitos na ordem burguesa; As deliberações dos encontros nacionais se repetem ano a ano, quais os sujeitos para além do serviço social?

Acolhemos boa parte da indicação da banca avaliadora, em especial aquela que propunha o incremento da discussão teórica sobre a categoria ontológica da reprodução social, de tal forma que alteramos a estrutura expositiva que inicialmente pensamos para o texto.

O complexo social da reprodução e seus desdobramentos em relação ao serviço social são encarados como nexos mediadores, relação causal entre os dois

---

7 A junção destes documentos não seria possível sem a valorosa colaboração da diretoria - Gestão 2005-2008 "Defendendo Direitos Radicalizando a Democracia" - e dos funcionários do Conselho Federal de Serviço Social que me disponibilizaram todo o material necessário. Inclusive os documentos mais antigos (os da década de 1990) inacessíveis via página eletrônica do CFESS.

pontos do objeto de pesquisa que pareciam não se encontrar. Eis a trajetória teórica que construímos: a materialidade do princípio ético-político da liberdade (como enunciado no código de ética) como possibilidade de expansão dos indivíduos sociais, como forma de reconstruir sociabilidade e individuação humana é indissociável - na ordem burguesa - da práxis política; a intervenção política concreta se desenrola no processo histórico, nas relações cotidianas, ou seja, no espaço da reprodução social entre as classes em determinada formação social. Com base neste entendimento serão analisadas as estratégias políticas do serviço social brasileiro, na perspectiva de apreender, afinal, em que direção social apontam tais estratégias.

Definido o objeto ocorre-me uma inflexão teórica de fundo: tratar de um princípio constitutivo do Código de Ética não envolveria um alto nível de abstração para articulá-lo às estratégias políticas da categoria? Por onde passa a mediação entre princípios e a intervenção política concreta da categoria?

Assim, a forma expositiva que se verá nesta dissertação tem como suposto construir relações lógicas nas quais a tríade estratégias políticas do serviço social brasileiro/ complexo social da reprodução/ princípio ético-político da liberdade se torne inteligível.

No Capítulo I tomamos com “ponto de partida” as estratégias político – profissionais da categoria nos últimos 15 anos (período que se inicia em 1993, ano de aprovação do novo código) e se estende até o ano de 2006. O exame crítico da documentação selecionada (deliberações, carta-manifesto, análises conjunturais), sob a orientação teórico-metodológico do método crítico-dialético, revela que a trajetória histórico-social expressa a politização progressista e à esquerda do serviço social brasileiro, assim como sua imbricação com os outros protagonistas sócio-históricos. Estratégias forjadas no âmbito da institucionalidade burguesa (já que envolvem as condições sociais de reprodução nesta ordem) ou que transcendem ao instituído.

As estratégias dos assistentes sociais brasileiros no período assinalado apontam para o enfrentamento das contradições da sociabilidade burguesa na particularidade da formação social brasileira, em uma quadra histórica de extraordinária hegemonia do capital financeiro - dominação que não ocorre sem resistência. É justamente no campo de resistência à reificação de todas as formas de reprodução social que localizamos as estratégias políticas do Serviço Social

brasileiro.

Quando mencionamos o "serviço social brasileiro" temos plena consciência de que esta postura não é representativa de todos os assistentes sociais brasileiros, mencionar as conclusões nestes termos seria, no mínimo movimento de um voluntarismo ingênuo, sabemos da heterogeneidade que envolve uma categoria profissional - e especialmente o serviço social com suas diversas vertentes tanto à direita quanto à esquerda no espectro político. O objeto de investigação em foco, encontra lugar no debate teórico realizado pelo serviço social, ao sintonizar-se com as correntes profissionais progressistas, estas, originalmente fundadas a partir da crítica ao conservadorismo profissional, resultante de um amplo processo de renovação experimentado pela categoria desde os idos dos anos sessenta. Estas correntes progressistas - que travavam o debate teórico e a disputa política avessa a tal conservadorismo - estão longe de constituir um corpo homogêneo, antes disso, sua diferenciação interna guarda disputas quanto à direção social e política a ser assumida pelo serviço social brasileiro.

Suas estratégias no campo institucional priorizam a luta pela consolidação e ampliação das conquistas obtidas com a Carta Magna de 1988. Na elaboração do capítulo analisamos a construção histórica do projeto profissional de ruptura; a relação entre projetos societários, projetos profissionais e estratégias políticas; o protagonismos de nossas entidades representativas (notadamente o conjunto CFESS/CRESS) e as estratégias construídas buscando dissecá-las à luz do debate contemporâneo da profissão.

O capítulo II, "Estratégias políticas ante as condições de reprodução social na ordem burguesa" é inteiramente dedicado à discussão teórica sobre o complexo da reprodução social, inicia-se neste capítulo os nexos causais, mencionados em outro momento desta introdução. Desveladas as estratégias políticas, estas devem ser articuladas as bases sociais objetivas, a dinâmica contemporânea da reprodução social - que coexiste indivisivelmente a reprodução ampliada do capital. Assim, os fundamentos histórico-ontológicos do complexo social da reprodução e a forma particular com que se integram ao serviço social no debate em sentido macroscópico, e, na formação na formação social brasileira, serão problematizados.

A ordenação dos módulos expositivos do capítulo é a seguinte: análise da reprodução social como categoria ontológica; em seguida tomamos o serviço social

como mediação peculiar ao complexo da reprodução "ontologicamente distinto e insuperavelmente articulado ao trabalho" (LESSA, 2006), indagando qual o "lugar" do serviço social neste processo; e, por fim desvendaremos de que forma o serviço social brasileiro enfrenta politicamente as condições contemporâneas de reprodução do capital.

No primeiro capítulo III, "O princípio ético-político da liberdade: fundamento do projeto profissional" é objeto de nossos estudos os fundamentos histórico-ontológicos do 1º dos 11 princípios do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, a saber: "Liberdade como princípio ético central e as demandas políticas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais" (CFESS, 1993). Consideramos que este princípio é o mais representativo e abrangente dos princípios do código porque expressa um grau superior de universalidade. Ao apontar a disputa política para a conquista da plena expansão dos indivíduos – tomados como indivíduos sociais, logo se distanciando de qualquer abordagem filosófica que supõe uma cisão entre indivíduo e sociedade – atribui a liberdade, na sua condição de valor ético, a capacidade de devolver aos homens a genericidade obscurecida pelo capital.

Com isso, pretendemos desmistificar concepções presentes no discurso, nas ações políticas e na atuação profissional de alguns segmentos da categoria que, advogando o Projeto Ético Político, pretende "justificar" posicionamentos que em pouco (ou quase nada) estão alinhados aos princípios de nosso projeto profissional, esclarecemos que não se trata de uma mera petição de princípios, mas, sobretudo, de fundamentos.

O capítulo tem início com referência ao último código de ética, quando abarcamos em profundidade a concepção de liberdade postulada pelo serviço social brasileiro. Ao fazê-lo, os caminhos do debate teórico inevitavelmente levaram-nos a compreensão do recurso à ontologia social marxiana - uma vez que o entendimento deste princípio não é alcançável tendo como horizonte teórico-filosófico os supostos liberais. Neste sentido, a liberdade no projeto profissional de ruptura é assimilada como um das esferas de objetivação do ser social cujo "solo genético" é a categoria trabalho.

O último item do capítulo - A liberdade no Projeto Profissional: "*plena expansão dos indivíduos sociais*" - optamos por aprofundar a concepção de indivíduo, a análise da concepção de liberdade expressa no código torna-se mais

concreta, porque saturada de determinações, a medida que a liberdade é entendida como a objetivação da autonomia e da expansão e isto, necessariamente, implica ir de encontro às formas de alienação. Implica pensar como os homens podem se libertar das “*forças estranhas*”<sup>8</sup> que dominam a vida.

Para encerrar a introdução de nosso texto, julgamos ser necessário uma rápida exposição acerca do método por nós postulado para a realização desta pesquisa. Para tanto exploramos um enunciado de LUKÁCS (1979 [localizar a página](#)) sobre os princípios metodológicos fundamentais de Marx: “(...) *é preciso observar desde o início que Marx separa nitidamente dois complexos: o ser social, que existe independente do fato de que seja ou não conhecido corretamente; e o método para captá-lo no pensamento, da maneira mais adequada possível.*”

O método de conhecimento do real por nós postulado, coerente com a vertente profissional do serviço social a que nos vinculamos – a de crítica aos fundamentos conservadores da profissão -, é aquele que desfere a crítica radical (no sentido de ir às raízes) histórico-ontológica aos supostos que alicerçam a ordem institucional burguesa.

A explicitação e sistematização da teoria marxiana como a ontologia do ser social<sup>9</sup> e todos os seus desdobramentos posteriores, nos é muito cara dada a preciosa relação desenvolvida por Lukács entre ontologia e método. O método aparece nas reflexões lukacsianas como a “sistematização – a elevação ao para-si” – (LESSA, 1999) das experiências com o desconhecido que emergem da necessidade de desvelamento do real inerente à práxis humana. Uma de suas premissas está em considerar que, na relação com o desconhecido, o processo de investigação científica, tem como resultado da pesquisa é (sempre e necessariamente) um processo de sucessivas aproximações em relação ao objeto. Isto porque conviver com o desconhecido (dado ontológico ineliminável) é algo próprio à vida social, dadas as processualidades históricas que envolvem a relação

---

8 Karl Marx esforça-se por mostrar que não existem “forças estranhas” – existem forças alienadas da sociedade capitalista em três dos seus trabalhos: A Ideologia Alemã (em co-autoria com Friedrich Engels), os Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844 e no O Capital – Crítica da Economia Política. Assinalamos que a preocupação com o tema é algo transversal ao conjunto de sua obra.

9 Diz-nos Pontes (2000 [página](#)) sobre a ontologia do ser social: “concepção de Lukács sobre a teoria social de Marx, na qual reconhece ser Marx o autor de uma verdadeira ontologia materialista da sociedade capitalista, já que todas as suas análises e proposições se colocam em face de um determinado ser social ( um ser real) e não a enunciados filosóficos e epistemológicos. E o cento desta ontologia são as relações econômicas historicamente construídas pelos homens”.

entre consciência e objetividade que, impõem a esta relação, um movimento singular a cada uma destas esferas ontológicas, tornando inviável qualquer relação de identidade entre sujeito e objeto.

A exposição e explicitação sobre o método é imprescindível em toda a pesquisa social, mas na situação em que nos inserimos – uma pesquisa na área do serviço social – as reflexões acerca da relação entre método e ontologia adquirem maior relevância, posto que, acreditamos, como demonstrou GUERRA (2004), ter sido a correta aproximação de uma ontologia do ser social que se funda no trabalho que permitiu ao serviço social brasileiro, revisar criticamente os fundamentos conservadores da profissão.

Deste modo, a escolha teórico-metodológica assevera o nosso posicionamento crítico e político diante da vida social fundada na reificação e na generalização do fetichismo da mercadoria como valor absoluto das relações sociais. A opção pela teoria social marxiana – de crítica radical e superadora da sociedade capitalista – é aqui incorporada sem parcialidades ou renúncias às suas dimensões constitutivas, fundamentalmente, a sua dimensão revolucionária.

## **CAPÍTULO 1**

### **As Estratégias Político-Profissionais do Serviço Social Brasileiro**

Realizar qualquer juízo sobre projetos profissionais implica, necessariamente, a sua íntima e intrínseca vinculação a projetos de sociedade que expressam as lutas entre as classes. Isto porque, projetos profissionais apenas adquirem sentido em relação ao dinamismo de tais lutas ante o capitalismo contemporâneo, às formações sociais e as particularidades histórico-sociais que lhes são inerentes, enfim a todo um complexo de fenômenos que envolve o processo da produção e/ou reprodução das relações humanas sob a ordem burguesa.

Partimos do suposto que a abordagem de nosso objeto, que reclama a perspectiva da totalidade social, reconstruída a cada síntese por mediações particulares, nos oferece a melhor apreensão da parte do movimento real de que buscamos conhecer a estrutura e os nexos mediadores. Com esta postura teórico-metodológica assumimos o risco (a que se expõe o pesquisador) de demasiada generalização de processos sociais que, não raro, redundam em análises abstratas descoladas de suas dimensões concretas.

As bases histórico-sociais deste processo tão diverso, ou em outras palavras, as condições histórico-sociais de existência, são alcançáveis por meio da análise do movimento das classes sociais fundamentais em luta pelo excedente do trabalho social a partir de condições históricas determinadas. Estas condições são definidas na fase em acumulação capitalista é ainda mais aguda, dada a dimensão mundializada do ciclo de produção, distribuição e consumo que envolve a reprodução ampliada do capital.

Em termos históricos mais precisos o desenrolar da luta de classes a que nos referimos explicita-se no período que se inicia na segunda metade do século XX, mais precisamente o último lustro dos anos de 1960, a até a inteira década de 1990 (nada pior a uma análise processual do que a delimitação de um período histórico preciso, o fazemos como um recurso expositivo, e, no mais, é neste lapso temporal onde se definem as condições históricas que adiante iremos nos referir ). Estamos

convencidos de que é neste período que se definem (ao menos temporariamente) os projetos societários em disputa desde a segunda metade do século XIX.

No que se referem aos processos alusivos ao serviço social brasileiro também se situam neste intervalo os momentos decisivos do processo de renovação profissional que operou uma rotação inédita com seu universo de referências teórico-metodológicas e ideopolíticas originárias.

### **1.1 A construção do projeto profissional de ruptura**

A “abordagem genética” (LESSA,1999) do objeto deste capítulo remete à reconstituição das condições sociais de origem e desenvolvimento do denominado Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro<sup>10</sup>. A decomposição destas condições histórico-sociais e a captura de sua estrutura, somente se torna possível, por meio do exame crítico das efetivas bases materiais impulsionadoras do processo de renovação do serviço social.

Ao reconstituir tal processo, não basta apenas indicar um movimento de politização progressista e/ou à esquerda de segmentos significativos<sup>11</sup> da categoria profissional. Este elemento de análise é uma das partes na decomposição desta totalidade parcial - o processo de renovação do serviço social brasileiro - mas, certamente, está longe de ser a única.

As bases materiais a que nos referimos dizem respeito à inserção do serviço social no processo de produção/reprodução social na ordem burguesa cuja marca decisiva é a organização monopólica. Optamos por realizar a apreensão do processo de renovação do serviço social a partir do exame deste componente determinante, - e, dentro dele, da gênese do projeto profissional de ruptura - observando as mudanças impulsionadoras no âmbito da profissão e relacionando-as ao movimento geral das classes com o Estado. Trata-se aqui, parafraseando interlocutores na literatura profissional, de articular os fenômenos "questão social" e

---

10 Na introdução desta dissertação mencionamos sob quais condições o projeto profissional de ruptura com o serviço social tradicional passou a ser denominado Projeto Ético-Político Profissional. Consideramos, tal como Netto, esta designação demasiadamente influenciada pela conjuntura política da década de 1990. Outrossim, em muitas passagens do texto utilizar-se-á a denominação projeto profissional crítico ou, ainda, projeto profissional de ruptura com o serviço social tradicional.

11 Quando dizemos *significativos* não fazemos referência ao aspecto quantitativo mas à atuação política destes segmentos profissionais até porque, este é um movimento que se observa inicialmente na academia e em meio aos profissionais e estudantes de serviço social que participaram de forma ativa das lutas políticas no período.

serviço social.

Dados estes apontamentos preliminares, torna-se imperativo explicitar as coordenadas teórico-metodológicas e histórico-sociais necessárias a apreensão do fenômeno “questão social”<sup>12</sup>: o conjunto de situações econômicas, sociais e políticas intensificadoras das desigualdades sociais sob o marco do capitalismo envolvendo o processo de industrialização e urbanização<sup>13</sup>, inicialmente evidenciado entre os séculos entre os séculos XVII e XIX, e sobretudo ao questionamento político destas desigualdades pelo proletariado e a emergência de enfrentamentos em meio a luta de classes.

A transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista instaura uma nova etapa no desenvolvimento capitalista. Tal etapa fundamenta-se numa nova divisão internacional do trabalho, nas estratégias imperialistas dos países centrais da acumulação do capital (aqueles que primeiro reuniram as condições sociais necessárias ao processo de industrialização) – um novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Este processo faz parte da estratégia de fortalecimento das indústrias nacionais, em busca de melhores condições na disputa por mercados consumidores de produtos industrializados e fornecedores de matérias-primas. Para tal intento, superdimensionam suas formas de exploração com o objetivo de aumentar, progressivamente a taxa de lucro por meio de novas formas de gerenciamento do capital, quais sejam: aumento exponencial da produção com a introdução de novas tecnologias (produção com a conseqüente diminuição da utilização de trabalho vivo, ou nas palavras de Lukács (1979) "fazendo recuarem as barreiras naturais"; incremento do sistema de crédito conduzido pelo capital financeiro (sem qual, o consumo ocorreria numa menor dimensão, haja vista que a faixa salarial de muitos

---

12 Utilizamos a expressão “questão social” entre aspas para demarcar que se trata de um posicionamento teórico e político sobre o tema, pois o questionamento pela classe trabalhadora ao recrudescimento de suas condições de vida e trabalho é uma “questão”, um “problema” aos sujeitos coletivos que lutam para conservar a institucionalidade burguesa. Nesta direção Netto (2001: 44-45) assinala: “As vanguardas trabalhadoras acederam, no seu processo de luta, a consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz a supressão daquela. A partir daí, o pensamento revolucionário passou a identificar, na própria expressão “questão social”, uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador”.

13 A descrição das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora inglesa torna mais concreto este enunciado: “Bom ar puro a atmosfera pestilencial das habitações nos pardieiros ingleses! Grande beleza da natureza os fantasiosos trapos com que se vestem os pobres ingleses e a carne mirrada e enrugada das mulheres roídas pelo excesso de trabalho no uniforme mecanismo das fábricas! E os graciosíssimos últimos detalhes da prática: a prostituição, o crime e a força”.(Marx, 1844:06)

segmentos da classe trabalhadora não possuem poder real de consumo, exceto o subconsumo das massas empobrecidas); formação de trustes, cartéis e grandes oligopólios tendendo a eliminação da pequena e média concorrência e o estímulo ao consumo de bens industrializados de luxo junto aos segmentos médios da sociedade e ao subconsumo das massas proletárias.

Infere-se que as conseqüências do redimensionamento das formas de produção e reprodução do capital – no que se refere aos seus rebatimentos no âmbito da “questão social” – se expressam sob as seguintes formas: no desemprego em larga escala; no processo ainda mais acelerado de urbanização (e mecanização da produção no campo, expulsando, portanto, massas camponesas daquele espaço); e a exportação de excedente populacional nos países centrais e a importação deste excedente pelos países periféricos de inserção subalterna na divisão internacional do trabalho (onde o caso brasileiro é emblemático).

Por outro lado, a dinâmica deste movimento monopólico do capital não se deu sem que houvesse uma forte ofensiva da classe trabalhadora, que nas últimas quatro décadas do século XIX, acumulava experiências históricas de lutas com espaços concretos de organização política, pense-se o exemplo histórico da Comuna de Paris (1871), sindicatos<sup>14</sup>, associações de trabalhadores e a formação do primeiro partido proletário de massas – o Partido Social-democrata Alemão.

Evidenciam-se formas antagônicas de enfrentamento da “questão social” no âmbito da luta de classes. São crescentes - nos países da Europa Ocidental – os espaços formais/institucionais de socialização da política, passando a intervir no debate as demandas históricas dos trabalhadores – tratadas a partir de sua particularidade sócio-histórica; sem que isto significasse a exclusão de suas dimensões universais de inspiração socialista, comunista ou anarquista. Em outro pólo da análise, considerando o enfrentamento às seqüelas da “questão social”, dispensada pelo antagonista direto da classe trabalhadora - a burguesia –, convergiu para formas de enfrentamento no âmbito do Estado.

---

14 Um importante instrumento de organização política dos trabalhadores - as greves - são utilizadas progressivamente como formas de tencionamento dos conflitos. Lênin, em pequeno texto dirigido ao movimento operário, denominado Sobre as Greves (2003), explica o seu nascimento: "Em primeiro lugar, é preciso ver como se explicam o nascimento e a difusão das greves. Quem se lembra de todos os casos de greve conhecidos por experiência própria, por relatos de outros ou através dos jornais, verá logo que as greves surgem se expandem onde aparecem e trabalham centenas (e, às vezes, milhares) de operários; aí dificilmente se encontrará uma fábrica em que não tenha havido greves; mas visto que elas crescem com rapidez tanto nas antigas localidades fabris como nas novas cidades e aldeias industriais, as greves tornam-se cada vez mais freqüentes. "

Marx, nos idos de 1844, em resposta a um articulista de jornal, analisa com argúcia a forma de intervenção estatal:

A atual legislação inglesa sobre a pobreza data da lei contida no Ato 43 do governo de Elisabeth. Em que consistem os meios desta legislação? Na obrigação imposta as paróquias de socorrer os seus trabalhadores pobres, no imposto para os pobres, na beneficência legal. Essa legislação – a assistência por via administrativa – durou três séculos”. Depois de longas e dolorosas experiências, quais são as posições do parlamento no seu Amendment Bill de 1834? (...) o assustador aumento do pauperismo é atribuído a falha de administração (...) o capital de que essa administração cuida equivale à soma que a administração militar custa na França. (...) a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência e das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres.(...) **Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, deste modo, neles punida** (*grifos nossos*). (Marx, 1844: 07-08)

O que objetivamos evidenciar é que o enfrentamento da “questão social” no período em que o autor analisa – no capitalismo em sua forma concorrencial – era alvo de intervenção do Estado quando se tornava mais aguda e exprimia-se sob lutas sociais proletárias, a estratégia utilizada combinara assistência (em grande medida oferecida por confissões religiosas) pontual, residual combinada à repressão estatal.

A transição ao capitalismo monopolista pôs o capital em modos diferenciais de acumulação “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados, com o superdimensionamento do setor bancário e creditício” (NETTO, 2001) onde há a introdução de novos elementos vinculados à dinâmica tendencial do movimento do capital: o preço das mercadorias e serviços tendem a crescer progressivamente; as taxas de lucro de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; a taxa de acumulação se eleva e a tendência ao subconsumo; o investimento se concentra nos setores de maior concorrência; tendência a economizar trabalho vivo com a introdução de novas tecnologias e, mais o aumento progressivo do custo de vida. As implicações mais evidentes destes elementos na dinâmica da vida social se fazem notar no aumento dos trabalhadores lançados ao exército industrial de reserva.

O enfrentamento ao recrudescimento da “questão social” na “era dos monopólios” (NETTO, 2001) dado por setores hegemônicos do Estado burguês, passou a demandar, para se legitimar, uma esfera de intervenção extra-econômica,

convergiu, portanto, para uma estratégia de atuação no âmbito do Estado. A atividade estatal precípua – garantir os super lucros do monopólio – passa a ser permanentemente viabilizada por uma multiplicidade de funções assumidas pelo aparelho estatal. Aquelas apreendidas como funções econômicas diretas: com matérias-primas e energia fornecidas a baixo custo (com o Estado assumindo, inclusive, empresas capitalistas com dificuldades); e as econômicas indiretas onde o Estado porta-se como um cliente do capital monopolista por meio das encomendas e compras do Estado.

As formas de intervenção estatal sobre as seqüelas da “questão social” se distinguem qualitativamente. Se no período da acumulação capitalista que se orientava pela livre concorrência (regida pelas leis do mercado) entre as indústrias, o enfrentamento dado a “questão social” ocorria fundamentalmente nos momentos de explosão das lutas de massas. Neste momento, as respostas do Estado eram principalmente coercitivas combinadas a assistência episódica e residual.

Com o movimento das grandes potências capitalistas de expandir sua área de atuação para além das economias nacionais, numa evidente expansão imperialista - incluindo acordos entre as economias centrais e a introdução de traços distintivos específicos da organização monopólica (mencionados neste item do capítulo) - tem início um conjunto de estratégias do Estado que visavam dar à "questão social" um enfrentamento diferenciado.

Não esqueçamos tratar-se de um momento em que ocorrem concomitantemente: o recrudescimento das condições de exploração da força de trabalho ativa e o crescimento das instâncias de organização do movimento operário em quase todos os países capitalistas. Neste quadro, o Estado passa a intervir sobre as sequelas da "questão social" não de forma episódica ou eventual mas sim, de forma organizada e sistemática, *instituindo as políticas sociais públicas*.

Netto analisa este "elemento novo" da regulação social do Estado típico do capitalismo monopolista:

Este é o elemento novo: no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as seqüelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo - ou, ainda, à combinação desses vetores: no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem:

não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco monopólico. (NETTO, 2001:26)

Os desdobramentos deste redimensionamento da intervenção pública do Estado junto à força de trabalho têm implicações quanto à legitimação do poder estatal. Com o alargamento de sua regulação em amplos setores das classes trabalhadoras sua base de sustentação sócio-política amplia-se quantitativamente. Ora, o reconhecimento e concretização de direitos sociais nos países centrais é tardio: ocorre somente no século XX por meio das políticas públicas. Contudo, esta concretização atende às demandas históricas do movimento operário e, no mais, contribuem decisivamente e positivamente para as condições de reprodução fisiológica da classe trabalhadora.

Outro desdobramento importante observa-se quanto às relações público/privado. As políticas sociais tornaram públicas as desigualdades de classe no capitalismo, passível, principalmente, de reconhecimento estatal. Contudo, o deslocamento da "questão social" para a esfera pública vem acompanhado do reforço da aparência privada de suas manifestações individuais. Explica-se: ocorre uma redefinição do público e do privado na idade do imperialismo *"na escala em que se implementam medidas públicas para enfrentar as refrações da "questão social", a permanência das suas seqüelas é deslocada para o espaço da responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam"* (NETTO, 2001).

Feito este percurso, que articula de modo inseparável processos da totalidade social - de dimensões econômicas, sócio-políticas e teórico-culturais - instaura-se o quadro geral para a apreensão da emergência do serviço social como profissão. Na literatura profissional há duas principais vertentes que intentam conhecer o fenômeno. Uma delas, aquela vinculada a setores mais conservadores do serviço social, advoga uma tese bastante simples: a de que a constituição da profissão seria resultado de um processo cumulativo onde o ponto de partida seria a organização da filantropia e, seu ápice, a gradativa incorporação destas formas já organizadas de filantropia a um conteúdo heurístico de parâmetros técnico-científicos para a constituição de um instrumental operativo de natureza técnica. Em síntese, o processo de profissionalização e institucionalização do serviço social seria apreensível pela evolução de suas protoformas, numa explícita relação de continuidade.

O centro da argumentação desta vertente profissional encontra-se na assertiva de que o processo de legitimação profissional é atribuído a um movimento desta vertente de construir um embasamento teórico para a prática profissional com suporte no sistema de saber acadêmico. Ao realizar este movimento estes setores deixam fora da análise *"o efetivo fundamento profissional do serviço social: a criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta - (...) o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente (...) a emergência o mercado de trabalho* (NETTO, 2001).

De modo que possamos encerrar (apenas momentaneamente) este tema - das relações entre "questão social" a gênese do serviço social como uma especialização do trabalho coletivo - o centro de nossa argumentação está fundamentada do ponto de vista teórico e ideo-político na seguinte tese de Netto:

"Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com seu agente se tornando vendedor da sua força de trabalho). Ora, um tal mercado não se estrutura, para o agente profissional, mediante as transformações ocorrentes no interior do seu referencial ou no marco da sua prática - antes, estas transformações expressam exatamente a estruturação do mercado de trabalho; na emergência profissional do serviço social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, *mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional*. Donde a relevância da argumentação acima afirmada não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a ruptura com elas(...)" (Netto, 2001:73)

Explicitadas as coordenadas gerais do debate<sup>15</sup> sua relação com o processo de renovação do serviço social necessita ser apreendida à luz da reconstituição de nexos mediadores. Tal mediação torna-se possível por meio da análise da particularidade sócio-histórica brasileira sob o capitalismo dos monopólios<sup>16</sup>. Não se verá aqui uma acurada exploração do processo real pelo qual esta expressão da

---

15 Este tema - a inserção do serviço social no processo de produção/reprodução social no capitalismo - será retomado de forma mais detida no capítulo 2 item 2.2 sendo antecedido por uma discussão ontológica acerca da reprodução social.

16 A reflexão tem como principais referências duas obras de Netto, a saber: *Ditadura e Serviço Social* (primeira edição publicada em 1990) e *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* (primeira edição publicada em 1992). Cumpre notar que tais obras são constitutivas da mesma produção teórica - a tese de doutoramento do autor, denominada *Autocracia Burguesa e Serviço Social* defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Portanto, nossa referência a esta massa crítica, busca recuperar parte da literatura profissional que se tornou (pela sua importância) obrigatória para a análise do projeto profissional de ruptura.

acumulação capitalista desenvolveu-se em nossa formação social. Procurando não trazer prejuízos à análise e à perspectiva da totalidade social, buscaremos recuperar seus traços estruturais, assim como sua vinculação à instauração de condições específicas que permitiram ao serviço social brasileiro modificar suas bases de requisição sócio-histórica - materializadas por novas condições no âmbito da formação profissional e do mercado de trabalho<sup>17</sup> que absorvera os profissionais da categoria.

O Estado - mediação central para esta análise - como regulador da vida econômica e social - necessita de algumas condições para a sua existência, quais sejam: uma sociedade ordenada nacionalmente em bases capitalistas, isto é, pela propriedade, cindida entre os proprietários da força de trabalho e os proprietários dos meios de realização do trabalho; um Estado que exerça seu poder político e jurisdicional; que estabeleça o ordenamento social por meio da lei e do monopólio da violência institucional; a existência de movimentos contestadores da ordem social; a redistribuição do excedente econômico - sem que isto ameace a ordem capitalista - e o desenvolvimento de teorias e estratégias sócio-políticas, ideológicas e culturais numa perspectiva reformadora do capitalista e do próprio Estado.

A partir da década de 1930 o processo de modernização conservadora no Brasil, denominado "*revolução pelo alto*" teve de considerar que este país de economia fundamentalmente agrária, onde não se originou uma forte burguesia - em conseqüência, também não se formou, ao menos no período referenciado início do século XX, uma classe politicamente ativa. Onde, a transição ao capitalismo ocorreu com forte composição política e econômica de algumas frações das classes dirigentes. O setor agrário, ou seja, as oligarquias, aliaram-se a alguns setores médios urbanos e à incipiente burguesia e canalizaram para o Estado as estratégias de dominação política e econômica. Ora, um elemento de análise imprescindível para assimilação da transição aludida são as condições históricas de constituição do que Marx denominou como "*acumulação primitiva de capital*", a determinação

---

17 Optamos por recolher uma indicação de um dos avaliadores da banca examinadora do projeto de dissertação, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mavi Pacheco Rodrigues, que nos sugeriu como recursos metodológico e expositivo duas balizas ao examinar a profissão - a formação profissional e o mercado de trabalho. A avaliadora fez uma alusão à forma de relacionar os dados coletados na pesquisa documental, posto que estes tratam de um universo muito extenso de questões. Assim, selecionar nos documentos as deliberações que fizessem menção a estas duas balizas - e sua vinculação às estratégias políticas da categoria - forneceriam um quadro de análise compatível com o objeto da pesquisa.

absoluta da formação capitalista. Não instauradas estas condições, aqui o processo de industrialização teve de ser fomentado pelo Estado, cujas instâncias decisórias foram capturadas pelas oligarquias e pela burguesia.

Assim, o Estado iniciou o desenvolvimento de estratégias políticas e sociais para conseguir estabelecer a coesão social e o consenso político diante da classe trabalhadora. A execução desta estratégia justifica-se devido ao fato do processo de modernização no Brasil ter conservado as estruturas sócio-econômicas herdadas de nosso passado colonial e escravista, tais como: manutenção da estrutura oligárquica e a exclusão da participação política dos setores espoliados da população.

Estas estratégias passaram a demandar do Estado a mobilização de instituições políticas e culturais, no sentido de construir e consolidar o consenso hegemônico a fim de promover políticas públicas compensadoras das desigualdades sociais – e criando, assim, um ambiente de convivência solidária e integradora entre capital e trabalho.

Cerqueira (1982) - ao investigar e tornar público o resultado de suas pesquisas (que tivera como objeto o discurso político das classes acerca da "questão social" no Brasil - afirma que, até a década de 1930, esta não aparecia nos discursos das classes dominantes (constava apenas de forma ocasional) e afirmando, ainda, que isto não significava que a "questão social" não existisse, mas porque esta não tinha condições de se impor como questão inscrita ao pensamento dominante "*Por isso popularizou-se, para a 1ª República das oligarquias agrárias, a sentença **questão social é um caso de polícia***".

Assim, o enfrentamento à "questão social" permanecera ainda como uma questão marginal, não prioritária para a nascente república, por não ser reconhecida e legitimada, seu enfrentamento envolvia respostas prontas e, quase nunca, reconheciam a pauta de reivindicações da classe trabalhadora.

O reconhecimento da "questão social", sua legitimação ocorre mediante a força social no cenário da luta de classes daquele período, a ação estatal fará deste fenômeno uma prioridade para regulação mormente através de um conjunto de dispositivos que fizeram do Ministério do Trabalho um instrumento do Estado com efeitos ideológicos por excelência corroborando para a ratificação de um discurso integrador e paternalista, ocultando a luta de classes e combinando o autoritarismo tipicamente liberal com o mecanismo do favor.

Com isso, o Estado desenvolveu amplamente o controle social ao gerar, no seu aparato, em complexa burocracia especializada, combinada com uma legislação trabalhista e previdenciária. Ao mesmo tempo, fomentou a criação de instituições públicas e privadas constituídas para a implementação de políticas sociais que visam a educação moral e disciplinadora do trabalhador, bem como uma assistência social de caráter conciliador direcionada aos segmentos mais pauperizados da sociedade capitalista.

É dessa institucionalização e inserção na divisão social e técnica do trabalho - com profissionais orientados a organizar tais políticas nas diversas instituições e estruturas burocráticas do Estado - que tem origem o serviço social<sup>18</sup>. Entretanto na década de 1920/1930 não estavam instituídas as condições para a sua profissionalização, como assinala Carvalho:

O que se poderia considerar como protoforma do serviço social, tal como hoje é entendido, tem sua base em obras e entidades de cunho confessional que começavam a brotar no início dos anos 20. Estas se diferenciam criticamente da caridade tradicional e têm em vista não apenas o socorro aos indigentes mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, atender e atenuar determinadas seqüelas derivadas do aprofundamento da industrialização, principalmente no que se refere aos menores e mulheres. (CARVALHO,1982: 48)

O mesmo autor, ao relacionar o papel desempenhado pela Igreja Católica na mobilização de parte de seu laicado social para a atuação junto ao seu projeto de (re)cristianização da classe trabalhadora, em face de outras influências (evidentemente consideradas negativas), fez com que esta instituição fizesse parte do projeto de classe que neste momento se desenhara no Brasil. Desse modo:

O controle da quase totalidade das Escolas de Serviço Social pela Igreja, e a convivência no interior do bloco católico com aquelas entidades e movimentos confessionais, facilitam a atração e cooptação dessas vocações. Nesse sentido, aparece com destaque e sob outro ângulo de observação, a mística que se procura criar em torno da profissão: os modernos agentes da caridade e da justiça social. (...) **Adesão dos agentes a esse projeto, à visão de mundo das classes dominantes, é naturalizada,**

---

18 Cabe notar que a gênese do serviço social no Brasil e o seu efetivo processo de institucionalização - como em outro momento dissemos - também são diferentes. Acima o que se analisa são as condições de origem, ao mesmo tempo em que já começavam a instaurar-se as condições de sua institucionalização. Esta apenas ocorre, em absoluta coerência com o que vimos dissertando até aqui, no momento em que a dinâmica particular aos monopólios passa a vigorar no Brasil, este fato ocorre de modo efetivo nas décadas de 1940/1950.

**espiritualizada, assume a representação de utilidade social, do servir ao próximo à humanidade, da ação desinteressada.** (*grifos nossos*)  
(CARVALHO,1982: 68)

Assim sendo, já em sua origem, o serviço social cumpre um papel complementar no exercício do controle sobre a classe trabalhadora. Isto significa dizer que, como profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, é parte integrante do aparato institucional mobilizado e operado pelo Estado, representando interesses privados que se associam ao capital para inviabilizar a organização autônoma dos trabalhadores. Além de criar condições para a reprodução da força de trabalho, através da mediação das políticas sociais públicas ou privadas e adotando medidas para não ameaçar o ordenamento social e político. Desta característica inerente à própria gênese e formulada como essencial à profissão, se materializam as implicações sócio-políticas da atividade profissional dos assistentes sociais.

Iamamoto (1992), acertadamente, identifica as principais "*marcas de origem da profissão*" consideradas como traços constitutivos do tipo de conservadorismo ocorrido (e ainda presente) no serviço social. Segundo a autora, "as marcas" se referem ao profundo confessionalismo que inspirou - do ponto de vista dos valores, da moral e de um direcionamento para a intervenção profissional - as primeiras gerações de assistentes sociais. Outro momento importante para a apreensão do conservadorismo é o forte e o efetivo relacionamento do serviço social com vertentes conservadoras das ciências sociais (inicialmente, de influência neotomista e mais tarde - décadas de 1940 e 1950 - das ciências sociais norte-americanas). Na análise, a expressão deste conservadorismo, materializados pelas implicações políticas da prática profissional, demarca movimentos de fluxo e refluxo presentes em toda a trajetória do serviço social.

O movimento analítico desenvolvido até aqui procurou reconstruir determinações fundamentais do serviço social sob a ordem burguesa. Ao recuperarmos elementos que remontam a suas condições de origem, buscamos, sobretudo, desnudar a maneira pela qual esta profissão se vinculou historicamente a projetos de classe. E mais, a explicitação de suas condições de origem demonstram sua articulação orgânica com os setores mais conservadores (quando não reacionários) no âmbito da luta de classes.

O cenário delineado mudara qualitativamente no período em que as bases de

requisição sócio-histórica do serviço social no Brasil se alteraram. Ao situarmos este processo no processo histórico, observamos que ele ocorre quando o país ingressa definitivamente na dinâmica própria do capitalismo monopolista no âmbito da divisão internacional do trabalho.

Esta determinação histórica, do ponto de vista da crítica à economia política burguesa, possui o significado de relacionar as condições construídas para que o Estado brasileiro organizasse suas ações no sentido de colmatar os meios econômicos e políticos para que os setores da burguesia (associados ao capital transnacionalizado) fizessem do Brasil, a partir da primeira metade da década de 1960, o ambiente ideal para a realização de seu projeto de modernização conservadora. Tratava-se de retirar qualquer empecilho que ofecesse obstáculo à realização da plena modernização<sup>19</sup> - subordinada e dependente - à divisão imperialista entre países produtores, consumidores ( ou áreas de influência direta, como no caso da América Latina para os EUA) e fornecedores de matérias-primas.

A explicitação do "*capitalismo dos monopólios*" no plano político-econômico, não somente alinha o Brasil ao movimento e ritmo próprios do processo de acumulação do capital mundializado como, pelo mesmo processo, objetiva formas de enfrentamento à "questão social" (peculiar à nossa formação social) que alteram aquelas bases de requisição do serviço social.

Recuperemos a trajetória da exposição até o momento: ao investigar a construção do projeto profissional de ruptura tomamos como pressuposto a análise do serviço social no processo de produção/reprodução social e suas bases de requisição sócio-históricas, para que, assim, o elemento diretamente identificável ao "projeto de ruptura" - o processo de renovação profissional - não se mostrasse ao olhar dos leitores um "*processo endógeno ao serviço social*" (IAMAMOTO, 1998).

Destarte, retomando o fio articulador da exposição, foi a vigência da "autocracia burguesa" (NETTO, 1991) que forneceu as bases materiais do processo de renovação do serviço social. A nova conjuntura instaurada forjou novas determinações, tanto no âmbito da formação profissional quanto no âmbito do mercado de trabalho (as tais balizas a que nos referimos anteriormente).

No tocante à formação profissional, a reforma universitária realizada pela

---

19 Nem mesmo a burguesia possuía um projeto de modernização comum e homogêneo; posto que durante parte da década de 1940 e toda a década de 1950, setores burgueses disputavam entre si: parte destes setores articulados a um projeto nacional-desenvolvimentista e outros intimamente vinculados ao capital transnacionalizado.

ditadura trouxe uma situação de novo tipo ao serviço social – a sua inserção no circuito acadêmico – que permitiu a aproximação com a produção e o debate realizado nas ciências sociais, atribuiu-lhe status acadêmico e deslocando o serviço social da situação de caudatário à condição de interlocutor com as ciências sociais.

Outra determinação decisiva foi a expansão dos espaços de regulação sócio-econômica do Estado e a condução de um processo de tecnicização e burocratização das atividades estatais, estes fatores (tomados de forma articulada) foram os dinamizadores da formação de um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais. *“Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do serviço social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava”* (NETTO,1991:129).

A esta situação de novo tipo se somam outras determinações igualmente importantes. Se no interior do processo de renovação profissional intentamos evidenciar a politização no campo ideológico, esta ação é tributária do Movimento Latinoamericano de Reconceptualização que, nos idos dos anos sessenta e setenta (segunda metade dos sessenta e primeira metade dos setenta) introduziram a crítica de esquerda aos supostos do *“serviço social tradicional”*, suas raízes conservadoras e as *“marcas de origem da profissão”* (IAMAMOTO, 1992) no processo de renovação que erodiu no Brasil e na maioria dos países latinoamericanos.

Se a profissão cresce e se desenvolve na intimidade do poder dominante, por ele cooptada e a seu serviço - contando, naturalmente, com a conivência e a anuência da maioria dos profissionais - a partir dos anos 60, no bojo do Movimento de Reconceituação, verifica-se a gestação de uma trajetória de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão. Ou seja, procura-se reorientar o potencial da prática profissional no horizonte dos interesses daqueles que participam da sociedade através do seu trabalho.(Iamamoto, 2007:120-121)

Estas foram, em linhas gerais, as condições da emergência da *“vertente de ruptura”* com o serviço social tradicional; seu desenvolvimento e consolidação deveu-se, principalmente, às condições abertas com o processo de crise da *“autocracia burguesa”* e a resistência política de esquerda à ditadura. Contudo, a

formação de bases sócio-políticas que viriam a sustentar a vertente de crítica ao serviço social tradicional, ganharam força e densidade com o processo de abertura política liberal-burguesa no Brasil a partir do últimos triênio da década de 1970. Neste período, os projetos de classe em luta pelo consenso hegemônico, emergem com maior evidência pública, fazendo vir à tona as forças e os atores políticos que definiriam a cena política brasileira *pós-autocracia burguesa*. A identificação das bases sócio-políticas do projeto profissional crítico somente é possível mediante uma leitura acurada do cenário conjuntural daquele período.

As determinações deste processo devem ser apreendidas a partir da análise do saldo de mais de vinte anos de “autocracia burguesa” no Brasil, suas expressões mais salientes se fazem notar no aumento estratosférico da dívida pública; a intervenção de organismos do capital transnacionalizado como o FMI (Fundo Monetário Internacional), formulando diagnósticos das crises econômicas nos países periféricos e o Consenso de Washington (programa de 1989 que indicara ajustes aos Estados nacionais para que estes se habilitassem a pleitear inserção, logicamente periférica, na divisão internacional do trabalho) que visava, a médio ou longo prazo, alterar os padrões de desenvolvimento econômico, de modo que garantissem o pagamento da dívida, posto que não tinha como objetivo reestruturar as economias dos países periféricos.

Este programa de ajustes, que já indicava as orientações neoliberais como forma de reorganizar o Estado e criar os meios e as condições econômicas para o pagamento da dívida externa, pôs o governo brasileiro em uma situação de completa submissão ao FMI e, mesmo com a forte oposição de forças políticas do campo popular-democrático, o Estado brasileiro, submisso e vassalo, manteve o calendário imposto pelos agentes financeiros para que o pagamento da dívida fosse assegurado.

O caráter da condução do processo de abertura política fora de cunho liberal-burguês - embora tenha sido dinamizado pelas forças oposicionistas com a reinserção da classe operária nas lutas, a partir de 1977-78 e fortemente tensionado pelas forças democrático-populares - deve ser compreendido como um todo, em seus movimentos de fluxo e refluxo, onde o controle dos militares e das forças políticas a estes aliados estiveram sempre presentes; mesmo havendo oposição política, estas frações da burguesia não deixaram de enviar seus recados. Citamos os casos emblemáticos dos atentados a bomba no Rio-Centro, na sede da

Ordem dos Advogados do Brasil e às bancas de jornais direcionadas à imprensa alternativa.

Os diversos movimentos sociais que surgiram nesta conjuntura afluiram, principalmente, para a elaboração da Constituição Federal de 1988 com a expectativa de incorporação das demandas dos movimentos populares, demandas estas por ampliação da participação política e das políticas públicas que caracterizassem um processo de redistribuição da riqueza social (sabemos que tais demandas foram parcialmente incorporadas dadas as disputas com amplos setores conservadores hegemônicos presentes no parlamento brasileiro - na ocasião com poderes constituintes).

Na entrada dos anos 1980, o Brasil já era um país plenamente industrializado e urbano (havia se completado o êxodo rural e a maioria da população vivia nos centros urbanos); a consolidação do parque industrial brasileiro (então, a oitava economia do mundo capitalista) associada ao ocaso da *"autocracia burguesa"*, possibilitou mobilizações e reaglutinações organizadas da classe trabalhadora, mormente as frações que atuavam no setor industrial de ponta. Uma das resultantes deste processo foi a formação de bases sócio-políticas: o aumento quantitativo de operários. Assim, tem lugar uma intensa movimentação da cena política brasileira<sup>20</sup> em que as greves operárias de 1978/1979, ocorridas no chamado ABC Paulista, constituem marco decisivo.

Mattos (1999) analisa esta fase do movimento sindical brasileiro a partir de sua relação com o sindicalismo pré-1964 e, ao realizar este movimento, põe em questão o termo cunhado por analistas políticos para entender este fenômeno. Para o autor o sindicalismo pré-1964 e a explosão grevista do período 1978/1979 revela uma estreita ligação: o último nutria-se de 15 anos de crítica do sindicalismo "cupulista". O mesmo autor, complementa:

Quanto à "espinha dorsal" do "novo sindicalismo", a literatura especializada também constatou a diferenciação ante o período chamado populista, uma vez que, se àquela época os setores sindicais mais combativos encontravam-se na área de serviços e nas empresas controladas pelo Estado, **na nova conjuntura eram os trabalhadores do setor industrial de ponta que dominavam a cena sindical**. Novas também seriam as formas de luta empregadas por esses trabalhadores e, apesar de

---

20 Movimentos sociais de outros matizes são igualmente importantes neste processo: os sindicatos rurais e aqueles movimentos resultantes da atuação de setores progressistas da Igreja Católica - como as Comunidades Eclesiais de Base que tinham inspiração na Teologia da Libertação.

continuarem a ocorrer greves por categorias, passaram a ser quantitativamente dominantes as greves por empresas. (*grifos nossos*) (MATTOS, 1999:319)

As análises sobre o "novo sindicalismo" (como no caso de Abramides & Cabral) são feitas distinguindo este movimento (do ponto de vista qualitativo) do movimento sindical do Estado Novo, compreendido como manifestação das demandas das elites sindicais sob ação controlada pelo Ministério do Trabalho. Embora Mattos reconheça que há elementos novos na reorganização do movimento sindical - como as grandes assembleias em estádios de futebol, ginásios e a organização "nas bases" com comissões de empresas e delegados sindicais -, este assevera que o sindicalismo dos anos 1980 apenas completou, de forma não intencional, os projetos dos líderes comunistas e trabalhistas mais combativos nas décadas de 1950/1970. Para ele, os novos líderes da década de 1980 "*negligenciando a experiência do pré-1964, pela importância estratégica de se contrapor a ela e afirmando-se como novidade, as lideranças não perceberam que os instrumentos de participação e mobilização apresentados como novos eram, então, muito mais desenvolvidos*". (MATTOS, 1999:335) .

Diferentemente da análise de Mattos, Abramides & Cabral<sup>21</sup> afirmam a concepção de "novo sindicalismo" muito próximo àquela veiculada pela CUT (Central única dos Trabalhadores), para as autoras, "*o novo sindicalismo, ao se constituir no campo de luta e independência de classe, recoloca na ordem do dia o sindicato como instrumento de luta dos trabalhadores, autônomos e independentes dos partidos e do patronato*". (ABRAMIDES & CABRAL, 1995:97). Este breve exame acerca das características do movimento sindical pós-autocracia burguesa, é fundamental para o entendimento dos elementos constitutivos que impulsionaram a construção do projeto profissional crítico, como se verá nos próximos parágrafos.

Os rebatimentos das lutas sociais no Brasil, em relação ao debate e às polêmicas do serviço social na década de 1980, podem ser observadas nas conquistas político-profissionais obtidas no período. O tal processo de politização à

---

21 A distinção dos posicionamentos teórico e político dos autores pode ser compreendida com base na vinculação política destes nas distintas frações organizadas da esquerda no Brasil. Outro elemento da maior importância é o momento histórico em que tais textos foram produzidos. O trabalho de Abramides & Cabral é publicado em 1995 e investiga a organização político-sindical do serviço social no estado de São Paulo, portanto, ocorre no "calor" dos debates. Já o texto de Mattos, publicado em 1999, conta com certo distanciamento temporal, produzindo, assim, uma análise de cunho crítico do "novo sindicalismo".

esquerda no espectro político-ideológico (cuja gênese, já dissemos, remonta ao Movimento Latino-Americano de Reconceituação na década de 1960) têm, enfim, condições de explicitar-se. Braz (2007) ao considerar "*as balizas do projeto profissional*" dá ênfase ao que denomina dimensão "*político-organizativa*" do coletivo profissional.

A argumentação por nós construída para o exame da construção do projeto profissional de ruptura se baseia em três principais elementos que, intrinsecamente articulados, criaram as meios para o fortalecimento e a conquista da hegemonia desta vertente profissional. No que diz respeito à hegemonia do Projeto ético-político no serviço social brasileiro. Braz (2007) problematiza que a categoria hegemonia é ampla e abarca muitas interpretações, mas esclarece que tal categoria de análise é clara numa questão - "*não se confunde com supremacia, nem tampouco com maioria*". O autor atribui significado ao termo com base nas interpretações gramscianas: "*a palavra significa a prevalência (ou predomínio de uma vontade coletiva (ou interesse público) - o que supõe a necessária conexão a um projeto societário - sobre as demais vontades coletivas (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas*." Em relação ao serviço social a hegemonia se vincula à direção social e política que um determinado projeto exerce sobre a categoria. E mais, este projeto, dirigido por vertentes profissionais em disputa, tem implicações quanto aos valores e princípios sob os quais se assentam uma imagem ideal da profissão.

Referenciados por estes parâmetros, eis os elementos considerados: a emergência dos sujeitos coletivos no processo de lutas sociais e políticas, situados para além do serviço social, entre finais da década de 1970 e no decurso dos anos 1980; a organização política da categoria profissional e de caráter fortemente sindical em âmbito nacional; e a produção teórico-acadêmica sobre os fundamentos da sociedade capitalista e do próprio serviço social, que passa a oferecer um novo escopo teórico-metodológico e ideopolítico sobre a profissão.

Afirmamos, anteriormente, a maneira pela qual se deu a abertura política monitorada de viés liberal-burguesa no Brasil ou, nas palavras de Mendonça & Fontes:

O projeto de distensão - *lenta, gradual e segura* - surgia em boa hora, apesar de, na prática, estar sujeito a inúmeras pressões e contrapressões.

Daí, o cuidado da facção militar que o encabeçava em omitir detalhes quanto às estratégias e etapas de sua implementação, deixando claro seu caráter limitado e, sobretudo, "negociável". A "abertura" foi, pois, realizada, mantendo-se o instrumental repressivo herdado do período anterior (MENDONÇA ; FONTES,1988:73-74).

Demarcamos, ainda, os movimentos de fluxo e refluxo deste projeto, pois ao mesmo tempo em que diversos setores que compunham as forças sociais progressistas (grupos remanescentes da resistência à "*autocracia burguesa*", organizações populares com bandeiras de luta de corte específico, partidos políticos banidos no regime ditatorial, setores que começavam a reorganizar o movimento sindical entre outros) possuíam como frente de lutas comuns o reordenamento político – incluindo liberdades de organização previstas nas próprias premissas políticas do liberalismo – como sufrágio universal e direto, grupos vinculados à direita tentavam impor barreiras a esta abertura<sup>22</sup>.

A exploração das contradições manifestas por este processo de abertura – que ao mesmo tempo avançara e recuara – propiciou não somente **a reorganização de muitos movimentos sociais com frentes de lutas específicas e/ou mais gerais mas, também, a reorganização do movimento operário**. A conclusão da modernização brasileira, indubitavelmente, constituiu a condição concreta para tal empreitada contudo, a politização proporcionada pelo momento e o amadurecimento de instrumentos de viabilização das lutas e formas organizativas (como o partido político e o sindicato ) foram decisivos para a modificação da conjuntura.

Deste modo, as bases sócio-políticas necessárias à construção do projeto profissional de ruptura são desenhadas. Somamos a este processo, o comportamento da categoria dos assistentes sociais neste cenário, onde sua politização interna (que vinha se desenvolvendo desde a década de 1960) avançam à compreensão de que o assistente social também é um trabalhador assalariado e, como tal, deve ser partícipe das lutas gerais da classe trabalhadora brasileira.

O segundo elemento de nossa argumentação tem relação direta com a

---

<sup>22</sup> A campanha das *Diretas Já* ilustra bem o que mencionamos. Embora tenha sido um movimento que mobilizou amplos setores da sociedade, contando com uma participação popular massiva, não conseguiu (naquele momento) a conquista do processo eleitoral direto. À ocasião, ainda ocorreu mais um pleito indireto e a Emenda Dante de Oliveira não fora aprovada no Congresso Nacional sob domínio das forças políticas ligadas ao grande capital e setores mais reacionários da cena política brasileira.

compreensão acerca da posição do serviço social divisão social e técnica do trabalho. A **organização política dos assistentes sociais brasileiros no período assinalado (segunda metade dos anos 1970 e toda a década de 1980) tem uma característica marcante – assumiu a forma institucional das instâncias de organização sindical**. Abramides & Cabral (1995) traçam a trajetória histórica da organização político-sindical em nível nacional da categoria (especialmente no estado São Paulo), dirigidas por duas importantes entidades organizativas - a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), de 1978 a 1983 e a Associação Nacional de Assistente Sociais (ANAS) 1983 a 1988<sup>23</sup>.

Tal organização política seria improvável não fosse sua profunda relação com a reorganização do movimento sindical brasileiro. Este caminho vinha sendo trilhado desde a década de 1960, quando de seu processo de reconceptualização, fundado na crítica de segmentos da categoria profissional às concepções e prática identificadas com o "*serviço social tradicional*". Contudo, é a partir da segunda metade da década de 1970 que o movimento que expressa a organização política do serviço social brasileiro, com uma explícita vinculação de esquerda, se concretiza.

A CENEAS se origina integrada às forças políticas que se aglutinaram para construir o "novo sindicalismo" no Brasil e, ao receber esta influência direta, inspira a criação ANAS. O triênio 1979/1982 não registra grandes dissonâncias políticas no interior das entidades organizativas, uma vez que estas rumam à construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir de 1982 - com a explicitação das divergências no que se refere à construção da CUT - se manifestam as diferenças quanto às concepções sindicais na organização dos assistentes sociais.

A ANAS contava com 28 entidades sindicais em todo o país e a abrangência nacional de sua atuação política não era somente geográfica, como também cingira a atuação em movimentos populares. Sua ação política transitara entre as *lutas mais gerais da sociedade*, tais como: o não pagamento da dívida pública; contra diversas políticas econômicas de governo - o arrocho salarial, a recessão e a inflação; as lutas democráticas como a restauração das liberdades democráticas, eleições diretas em 1984, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores

---

23 Em sua pesquisa Abramides & Cabral analisam a atuação política da ANAS no período de 1983 (ano de sua criação) a 1988, cumpre notar que a entidade permanece ativa até 1994.

brasileiros, assembléia nacional constituinte livre soberana e democrática; e as *lutas específicas da categoria*, tais como: a equiparação dos assistentes sociais no plano de cargos e carreiras dos servidores públicos federais<sup>24</sup> e a Campanha pelo Salário Mínimo Nacional ligado à luta por condições de trabalho, salário e carga horária adequada.

Em finais dos anos 1970 os impactos desta organização política nos encontros e eventos da categoria profissional são notórios. Em setembro de 1979, antecedendo ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorre, em São Paulo, o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais cujo principal objetivo fora organizar uma ação articulada das entidades sindicais no congresso. Neste encontro, tais entidades produziram um documento que consubstanciara um manifesto crítico acerca do processo de construção do III CBAS, como se pode observar no trecho seguinte:

(...) 1- A preparação do III CBAS que não garantiu a consulta aos assistentes sociais através de discussões amplas e democráticas;

(...) 4- A definição do tema, considerando que os assistentes sociais não participaram da sua escolha, não podendo assegurar a linha, as diretrizes e o posicionamento que contribuiriam para a busca de uma posição política coerente com o momento histórico;

5- O repúdio ao convite de honra feito aos representantes do governo, principalmente ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, que assume atitudes patronais e repressivas, tendo determinado a intervenção no sindicatos numa tentativa de impedir a emancipação dos trabalhadores. Tais medidas e outras punições atingiram duramente líderes sindicais em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, e Distrito Federal, decorrentes da política governamental que reprime manifestações populares. (III CBAS, apud ABRAMIDES; CABRAL, 1995:169-170)

O documento-manifesto capitaneado pela CENEAS é divulgado durante o congresso passando a ter adesão de parte significativa dos 2.500 assistentes sociais presentes. Paralelamente à programação oficial do evento, as entidades sindicais promovem uma assembléia, que conta com a participação de aproximadamente 600 profissionais, este coletivo, ao reconhecer o caráter autoritário com que são conduzidos os trabalhos pelos dirigentes do Conselho Federal de Assistentes Sociais<sup>25</sup> (CFAS), delibera por demover a comissão

24 Abramides & Cabral (1995) revelam que esta fora a primeira luta nacional que ocorre de forma unificada sob a coordenação da CENEAS/ANAS que se saiu vitoriosa em 1984.

25 Até o ano de 1993 o conselho federal de serviço social era nomeado Conselho Federal de Assistentes Sociais, a modificação do nome do conselho federal e dos conselhos regionais é realizada

organizadora formada pelos conselheiros e a direção dos trabalhos no III CBAS é assumida soberanamente pela categoria<sup>26</sup>. Com isso, os eventos ocorridos neste congresso demarcam a "*virada*"<sup>27</sup> histórica do serviço social brasileiro, quando, publicamente, tomam para si o compromisso com as lutas e anseios da classe trabalhadora brasileira, como bem sintetiza Abramides & Cabral:

**O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais significou, portanto, um momento de ruptura da categoria, sob direção das entidades sindicais,** com as posições conservadoras que estavam à frente do evento e há muito detinham as direções do conjunto CFAS/CRAS, que tradicionalmente organizava, os congressos brasileiros. (*grifos nossos*) (ABRAMIDES; CABRAL, 1995: 170))

Diante do exposto até o momento queremos evidenciar a relevância da organização político-sindical dos assistentes sociais à construção do projeto profissional de ruptura. Tal relevância se explicita em duas dimensões. A primeira porque possibilitou um processo de politização da categoria numa escala que ultrapassava as demandas de ordem meramente corporativa (como o mostram a citação que incorporamos ao texto) em direção às demandas políticas de cunho universal - posto que punham os assistentes sociais como mais uma categoria profissional partícipe da classe trabalhadora. E a segunda dimensão se revela pela conquista das entidades representativas do serviço social, o conjunto CFAS/CRAS, e a mudança quanto à direção social de tais entidades. Destacamos ainda, *que esta mudança foi imprescindível para a condução das estratégias políticas do serviço social brasileiro nas últimas três décadas*. Portanto, a atitude decisiva para a obtenção das conquistas que viriam na década seguinte, os anos 1990, somente fora possível devido à postura das entidades sindicais (particularmente aquelas articuladas em torno da CENEAS) de tomar politicamente estes espaços.

O último elemento de análise listado (que não obedece, necessariamente, a

---

por meio da Lei nº 8.662 (Lei de Regulamentação da Profissão), onde lê-se no seu artigo 6º: " São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais - CRAS, para respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS".

<sup>26</sup> A mesa de encerramento do congresso é destituída e em seu lugar é organizada uma atividade de finalização do evento que conta com nomes representativos das lutas sociais no período, figura entre estes, uma jovem liderança do movimento sindical da região do ABC paulista - Luis Inácio Lula da Silva.

<sup>27</sup> Este ano ocorrerá nos dias 25 e 26 de setembro, na cidade de São Paulo, um evento comemorativo aos 30 anos do "*Congresso da Virada*".

uma ordem de hierarquização por se tratar de elementos intrinsecamente articulados ) se revela pelo **papel atribuído à produção intelectual** da "*vertente de ruptura*" (NETTO,1991) para a construção do projeto profissional. A apreensão das vertentes profissionais mais expressivas no processo de renovação profissional<sup>28</sup> explicita a elaboração de respostas do serviço social no que dizem respeito a um dever ser e à referências teórico-metodológicas e ideo-políticas.

Das produções intelectuais atinentes à "vertente de ruptura" Netto (1991) evidencia aquelas que lograram maior referência mediante segmentos do serviço social durante seu processo de renovação. Em seu trabalho, o autor investiga duas produções desta vertente, cujo pioneirismo em finais de década de 1970 e princípio da década de 1980, significaram o primeiro passo para a conquista da hegemonia teórico e ideo-política da "*intenção de ruptura*" nas décadas seguintes.

O denominado "*Método BH*", levado a efeito pela Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na primeira metade dos anos 1970, representou uma alternativa de caráter global ao "*tradicionalismo profissional*". O alcance pretendido por esta formulação viculara-se a uma proposição do âmbito das análises da realidade social, da apropriação de um arsenal teórico-metodológico com implicações diretas para a intervenção profissional dos assistentes sociais. Há duas considerações a se fazer quanto a esta elaboração. Primeira, em face dos constrangimentos vividos pela universidade pública no período de "*abertura*", esta alternativa encontrou na universidade privada (no caso uma universidade católica) as condições possíveis para o seu desenvolvimento. A segunda se mostra pela pouca reflexão em fontes originais da tradição marxista e do pensamento marxiano<sup>29</sup>, o que levou Netto (1991) a identificar a "*contaminação positivista*", e a "*falta de uma sustentação ontológico-dialética*"; o que do ponto de vista de uma proposição voltada à intervenção profissional, tendeu, não raro, à conjugação entre o "*fatalismo mecanicista*" e o "*voluntarismo idealista*".

Outra produção, de maior ressonância no meio profissional, é a formulação de lamamoto, referimo-nos à publicação de seu livro em co-autoria com Raul de Carvalho - *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica*. Sua investigação tem como centro de análise "*o significado*

28 Tais vertentes foram nomeadas por Netto (1991) da seguinte forma: a *perspectiva modernizadora*, a *reatualização do conservadorismo* e a *intenção de ruptura*.

29 Aqui, evidentemente, não descartamos as dificuldades encontradas no período quanto ao acesso às fontes primárias deste legado teórico-filosófico e político.

*do exercício profissional em suas conexões com a produção e reprodução das relações sociais na formação social vigente na sociedade brasileira*" (NETTO, 1991). A publicação de Lamamato tornou-se um clássico na literatura profissional, nativa e latino-americana, por muitas razões, mas certamente a mais saliente é o fato de, pela primeira vez, uma produção do serviço social brasileiro ter ido às fontes originais de Marx. O exame crítico da autora, acerca das relações sociais de produção na formação social capitalista e o desnudamento sobre o significado dos serviços sociais, formaram bases sólidas para a apreensão do significado do serviço social e de sua intervenção profissional tanto do ponto de vista da classe trabalhadora quanto do capital. É mais, não será exagero manifestar que esta publicação se tornou um marco na produção teórica da "vertente de ruptura" e que impulsionou outros intelectuais da categoria com rebatimentos importantíssimos ao **papel atribuído à produção teórica para a construção do projeto profissional de ruptura**.

A aproximação<sup>30</sup> com as conclusões do estudo de Braz (2004), no que tange as bases do projeto profissional, quando menciona ser a "*dimensão teórica*" uma das dimensões do tal projeto e que envolve a validade e representatividade da *produção de "conhecimentos no interior da profissão"*. O adensamento e ampliação quantitativa desta produção foram essenciais, para que as vanguardas voltadas para esta frente na disputa hegemônica junto às outras vertentes profissionais, pudessem ocupar posições no meio acadêmico e passar a referenciar, via produção intelectual e atividade docente, a formação profissional de novas gerações de assistentes sociais. Não fosse o empenho de tais vanguardas algumas conquistas neste campo teriam sido mais difíceis (ou inviáveis), como as que citamos: a consolidação da formação profissional, com a criação de cursos de pós-graduação<sup>31</sup>; o crescimento da atividade de pesquisa e produção teórica; e a aprovação de um currículo mínimo para os cursos de serviço social em 1982.

Em relação ao debate em torno da ética profissional, é na segunda metade dos anos 1980 que ocorre uma conquista substantiva da categoria: a aprovação do

---

30 Aproximação de análise contém reservas críticas em relação a algumas conclusões a que chega o pesquisador, especialmente, quando investiga a dimensão político-organizativa do projeto profissional de ruptura.

31 O primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social numa universidade pública foi o da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que em 2006 completara 30 anos, entre as instituições privadas o Programa de Estudos Pós-graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Rio de Janeiro datam do ano 1972, quando foi estruturado e iniciado o curso de mestrado.

Código de Ética Profissional de 1986. Não refutamos as principais críticas realizadas a este documento – o fato de ter sido uma expressão tardia do Movimento de Reconceptualização; a incorporação mecânica e a-histórica da teoria da transformação social de Marx, fortemente influenciada pela teoria social positivista. Entretanto, o que pretendemos evidenciar é a sua ruptura com o mito da neutralidade profissional e a incorporação, no horizonte do trabalho profissional, de compromissos ético-políticos com a classe trabalhadora.

Na última década do século XX o serviço social brasileiro apresenta-se renovado em todas as suas dimensões constitutivas (quando verbalizamos “todas” não estamos deixando à sombra muitos impasses e polêmicas, salta aos olhos o abismo observado entre a renovação do debate teórico e da formação acadêmica e a prática profissional dos assistentes sociais), de modo que parte dos ganhos obtidos em toda a movimentação da década anterior, somente é objetivado nesta década. Aqui fazemos menção ao arcabouço político-jurídico construído pela organização da categoria que configuram-se como importantes marcos regulatórios: o Código de Ética Profissional de 1993<sup>32</sup>, a Lei de Regulamentação da Profissão (também de 1993) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social (aprovadas em assembléia geral da associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social no ano de 1996).

Dentre os marcos regulatórios conquistados, no tocante à jurisdição liberal, temos a evidenciar as leis complementares que regulamentaram os direitos sociais consoantes à Carta Magna de 1988. Tais leis complementares adquirem centralidade na estratégia política da categoria profissional quanto ao projeto de seguridade social, que no plano jurídico-formal ganha parâmetros legais. O ideário da construção de um sistema de garantia de direitos sob responsabilidade de financiamento estatal, constitui parte do amplo processo de mobilizações políticas que antecederam a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A concepção de seguridade social firmada na Carta Constitucional possui referência direta aos movimentos sociais que punham na arena política a universalização de direitos sociais (saúde pública; previdência social como sistema de solidariedade entre trabalhadores de distintas gerações e não como seguro

---

32 O Código de Ética Profissional de 1993 é objeto de nossos estudos no capítulo 3 desta dissertação, quando a análise volta-se ao princípio ético-político da liberdade como fundamento do projeto profissional crítico.

social privado operado pelo Estado; a assistência social; os direitos de grupos específicos: como crianças e adolescentes, idosos e portadores de deficiência). No mais, muito de sua concepção está relacionada ao denominado *Projeto Democrático Popular* em que as vanguardas estiveram envolvidas. O fato de até aqui termos mencionado na análise tão somente o universo de conquistas da categoria profissional (conquistas que por seu caráter universal não são debitadas apenas ao coletivo profissional mas ao conjunto de forças políticas atuantes ), não subdimensiona - e nosso pressuposto teórico-metodológico não o admite - a atuação dos protagonistas sócio-históricos, e das efetivas bases político-sociais que sustentaram a edificação dos pilares do projeto profissional de ruptura com o tradicionalismo/conservadorismo. Afinal, foram homens e mulheres conscientes (em maior ou menor nível) de sua intervenção política na vida social os sujeitos históricos deste período histórico.

Já expusemos no texto a importância e vitalidade das lutas sociais, que transitaram da revolta espontânea as dramáticas condições de vida às novas organizações populares (movimentos comunitários, eclesiais), adicionados a rearticulação da organização sindical e político-partidária contribuíram para o declínio da "autocracia burguesa" em crise de legitimidade. Ainda assim, setores da burguesia (nativa e associada ao capital estrangeiro) conseguiram impor derrotas a muitas das bandeiras de luta dos movimentos sociais naquele período. Tais bandeiras, que envolviam a mudanças das estruturas sócio-econômicas brasileiras (pense-se o estatuto da propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a reforma agrária), permaneceram inalteradas devido à representatividade e a força política da presença conservadora (quando não reacionária) de setores da burguesia no legislativo, no executivo e no judiciário do Estado brasileiro.

A entrada dos anos 1990 não marcara apenas conquistas significativas ao serviço social brasileiro, as transformações societárias emergentes desde a segunda metade da década de 1960 (nos países centrais do desenvolvimento capitalista) que demonstram os sinais de esgotamento do padrão de acumulação até então vigente, começam a manifestar-se de forma concreta na sociedade brasileira.

Se no decurso da década de 1980 a categoria adquiriu certo grau de maturidade no debate teórico e político que culminou na construção do denominado Projeto ético-político, em larga medida devido a sustentação e legitimidade de suas

bases sócio-políticas (como anteriormente mencionado: a emergência dos mais diversos movimentos sociais; a reorganização do movimento sindical, agora sob orientação político-organizativa do “novo sindicalismo” dinamizado pela CUT, o Partido dos Trabalhadores – que aglutinara em seus quadros sindicalistas, intelectuais de esquerda, católicos progressistas, militantes socialistas oriundos das fileiras da resistência armada à ditadura). No mais, estes segmentos convergiam para o equacionamento da chamada “dívida social brasileira”, que as vozes críticas do pré-1964 punham na ordem do dia - as reformas de base, dentre estas a reforma agrária, numa clara tentativa de superação de nossa herança colonial, oligárquica e escravista. A “dívida social” aprofundada por mais de duas décadas de vigência da “autocracia burguesa” (Netto, 1991) intensificou a captura efetiva do Estado brasileiro, e suas instâncias constitutivas, pelo capital monopolista.

Com isso, ao mesmo tempo em que se instauravam as bases sócio-políticas para a gravitação do projeto profissional de ruptura do serviço social brasileiro, no âmbito macroscópico desaparecem os referenciais para amplos setores da esquerda internacional com o fim do denominado *socialismo real*.

O que mencionamos linhas atrás – que na segunda metade do século XX se definem (repetimos: momentaneamente) os projetos societários em disputa desde o século XIX – são confirmadas na análise ancorada na crítica da economia política burguesa. Nesta quadra histórica, as fortíssimas ofensivas realizadas pelo capital contra trabalho são expressas, não exclusivamente, no reordenamento da economia reorganizado sob modos diferenciais de acumulação e das formas de regulação sócio-estatal. Os rumos tomados pelos projetos dos antagonistas históricos sob o capitalismo - capital e trabalho - assim como seus rebatimentos em relação à formatação e concretização de um projeto profissional do serviço social, inscrito na particularidade sócio-histórica brasileira serão tematizados no próximo item do capítulo.

## **1.2 Projeto profissional e estratégias políticas**

Em meio as produções teóricas que visam investigar o Projeto ético-político recolhemos, para este estudo, especialmente as contribuições de Iamamoto (1998), Netto (1999), Braz (2004), Netto (2004), Abramides (2006) e Braz (2007). Nos textos

referenciados notam-se divergências assessórias quanto aos componentes estruturais deste projeto. As condições histórico-sociais e as bases efetivas que proporcionaram a sua emergência são destacadas como fora aqui analisado - o caso da *"autocracia burguesa"* e o ascenso dos movimentos de massa (sindical e social) constituem os elementos fundamentais de sua impulsão. A conformação das *"bases"* ou *"dimensões constituintes"* de tal projeto, entre si articulados, delineiam seu arcabouço e lhe atribuem materialidade histórica. Reportamo-nos às conquistas obtidas e consolidadas no decurso da última década do século XX: os marcos regulatórios que constituem a *"dimensão jurídico-política"*; a *"produção de conhecimentos no interior da profissão"* (ou dimensão teórica) e a *"dimensão político-organizativa"*<sup>33</sup> (BRAZ,2004).

Em todas as produções mencionadas há um traço comum: estabelecem-se vínculos estreitos entre projetos profissionais e projetos societários<sup>34</sup>. Até porque, anterior a qualquer projeção que remeta a uma participação dos indivíduos na vida social segundo suas atividades profissionais (logo, segundo determinada posição na divisão social do trabalho) lhe antecedem, as projeções sobre *um dever* ser da organização social entre os homens. Isto é, o que temos aqui é uma clara distinção de posições acerca de concepções sobre o mundo, o homem e suas relações.

Na sociabilidade fundada pelo capital, consolidada e posteriormente legitimada por suas formas institucionais, tais posições teleológicas revelam que a escolha de projetos societários, são, necessariamente, escolhas (com maior ou menor nível de consciência) entre projetos de classe. Importa dizer que esta não é uma exclusividade da sociedade capitalista. No desenvolvimento histórico-concreto do ser social esta condição tem sua gênese a partir da fundação da divisão social e hierárquica do trabalho (não mais sexual, etária e cooperativa) e da existência histórica da propriedade privada dos meios fundamentais de produção no *"mundo dos homens"*. Com esse fenômeno a sociabilidade humana, cuja protoforma repousa no metabolismo sócio-natural, passa a ter na disputa pelo excedente do trabalho o centro de sua estrutura de classes<sup>35</sup>.

Discutiremos, brevemente, os projetos de classe em disputa que, como dito

---

33 A argumentação que envolve as estratégias político-profissionais explorará com maior intensidade as dimensões político-organizativas (ainda neste item do capítulo) e a dimensão jurídico-política (especialmente nos itens 1.2.1. 1.2.1.1 e 1.2.1.2).

34 Um ligeiro exame destas produções teóricas sobre o tema demonstra que o primeiro autor a estabelecer esta relação foi Netto (1999).

35 Estas questões serão discutidas de modo mais detido nos capítulos 2 e 3.

anteriormente, se definem entre os séculos XIX e XX. Na segunda metade do século XIX uma nova configuração do conflito entre classes se instaura particularmente na Europa Ocidental, a ascendente burguesia havia conduzido um série de processos revolucionários e impusera o exaurimento do modo de produção baseado nas trocas mercantis simples e em sua institucionalidade política e ideológica correspondente. Sua consolidação como classe dominante atribuiu novos contornos não só a toda forma de produzir a existência material e espiritual, como também aos antagonismos de classe. A medida que consolidara seu poder, outros projetos societários iam se delineando, visto que a sua condição de hegemonia econômica e ideo-política implicava a subordinação de outros contingentes - não apenas a aristocracia (que logo se associou a burguesia) mas os produtores diretos: o proletariado urbano e o campesinato. Dentre os projetos societários que se mostram como alternativas à ordem institucional burguesa aquele que representou, em muitos momentos, uma ameaça real e concreta a esta organização societal fora a alternativa socialista.

Sabemos que o campo que articula as propostas de inspiração socialistas desde sua origem, estiveram longe de representar um todo homogêneo. Contudo, resta-nos enfatizar o campo que, do ponto de vista das lutas sociais, construíram alternativas e lograram experiências históricas de relevo como a Comuna de Paris (1871), a vitória pela via eleitoral de partidos operários (ainda no século XIX e particularmente na Alemanha), as insurreições operárias em quase todos os países da Europa Ocidental e, já no século XX, a experiência soviética. Em relação a última, em face da onda de críticas (dentro e fora da esquerda) pouco criteriosas, considero relevante a análise de João Antônio de Paula (VER ANO) num opúsculo: *"(...) devemos entender a trajetória, a história do desenvolvimento do socialismo na Rússia, como um acontecimento político, que deve ser entendido politicamente e não como uma inevitabilidade histórica, como a única alternativa, como o único caminho possível"*.

Durante o século XX uma outra alternativa se apresentara como aquela que poria limites a exploração capitalista e redistribuiria o excedente econômico entre a classe trabalhadora - proposta reformista. Cumpre notar que tal proposta não significou em sua essência uma outra ordem social tratava-se, pois, do ordenamento social capitalista que, para assegurar sua legitimidade, precisou organizar-se de modo a incorporar demandas sociais e políticas que não emanavam somente do

capital.

Historicamente, tal alternativa materializou-se por meio da expansão de direitos políticos e sociais (constituindo o estatuto da cidadania burguesa) e, mais tarde, no segundo pós-guerra, na vigência do Estado de Bem Estar Social. Portanto, mediante as ponderações a grosso modo explicitadas, a resultante das disputas inter-classistas no período evidenciado se manifestam por meio de dois projetos fundamentais: aquele que advoga a destruição da propriedade privada dos meios fundamentais de produção que pressupõe "*os produtores livremente associados*" como condição para a emancipação humana; e aquele fundado na exploração do trabalho para fins de acumulação, revelada por Marx através da extração da mais-valia, cuja forma político-institucional, advoga níveis diferenciados de regulação estatal.

Coerente as pretensões desta dissertação nos deteremos ao confronto dos principais projetos societários na última quadra do século XX. Tais projetos, em jogo em todo o século, mas que se definem em suas últimas três décadas, podem ser balizados pela derrota de dois grandes ideários que mobilizaram sujeitos coletivos - o Estado de Bem Estar Social e o "*Socialismo real*".

(...) na medida exata em que a crise do *socialismo real* - por razões frequentemente ideológicas - tem sido analisada com um franco descolamento da crise da ordem do capital, donde o clichê, falso pela sua unilateralidade, de que esta quadra histórica é singularizada pelo colapso do projeto socialista. (...) Entretanto, não é somente a crise do socialismo real que peculiariza a quadra histórica contemporânea. Conjuntamente a ela (na verdade, com alguma anterioridade), vem correndo, desde a passagem da década de sessenta à de setenta, a crise do "capitalismo democrático" (como quer PRZEWORSKI, 1991), na sua acabada configuração que é o Estado de bem-estar social.  
(NETTO, 2001: 66 - 67)

Estas experiências históricas, por razões não imediatamente identificáveis, indicam sinais de exaustão em períodos coincidentes. O projeto socialista vivido no leste europeu, como período de transição para o comunismo, parece-nos ter padecido devido a escolhas que não priorizaram um amplo processo de socialização da economia e do poder político, resultando na propalada *crise do socialismo real* podendo ser revertida somente pela "*implementação da democracia socialista, capaz de socializar efetivamente o poder político e rebater no ordenamento econômico com reais processos autogestionários aptos para otimizar a alocação*

*central de recursos*" (NETTO, 2001).

Por outro lado, o Estado de bem estar social, embora alguns analistas o concebam como um fenômeno localizado no imediato segundo pós-guerra, sua origem ultrapassa esta delimitação temporal. Sua existência concreta é impensável sem a crescente produção de um excedente econômico passível de ser socialmente redistribuído sem ameaçar a ordem capitalista.

Ao final do século XIX o capitalismo inicia um processo de reestruturação econômica dinamizado pela *segunda revolução industrial* e pela expansão monopólica (via capital financeiro – que, segundo Lênin, compreende a fusão de grandes massas de capital bancário e capital industrial; o capital financeiro típico do período monopólico, que ele denomina de “imperialismo”) resultando numa *"Concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra"* (LÊNIN, 1984 ). Para o mesmo autor, e não só ele, é a tendência à concentração que gera o capital financeiro; portanto, sob o monopólio, a concentração se potencia. Tal processo permitiu, concomitantemente, produção e consumo massivos favorecendo ganhos crescentes de produtividade e uma efetiva expansão do excedente econômico. Assim, as estratégias de integração gradual dos trabalhadores à ordem social e econômica capitalista - representadas pelo Estado de Bem estar social - começam a ser construídas já no século XIX sendo interrompidas pelo fenômeno nazifascista e aprofundadas pela Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (ABREU, 1999).

Assim sendo, argumentamos que o futuro destes projetos esteve hipotecado devido a crise global do capital que indicara seus primeiros sinais de declínio no segundo quinquênio da década de 1960. As mutações do capitalismo monopolista, que se manifestaram com maior veemência, na entrada dos anos 1970, período em que eclode mais uma das crises cíclicas do capital, é o elemento determinante para a análise concreta das transformações no mundo da produção, e, portanto, da classe trabalhadora. Estamos certos de que não se trata de *"mais uma crise do capital"* mas, uma crise estrutural posta sob novas bases materiais e conjunturais.

Netto (1996) ao investigar as transformações societárias no *capitalismo tardio*, com base em análises mandelianas, expõe:

"(...) chegava ao fim o padrão de crescimento que, desde o segundo pós-guerra e por quase trinta anos (*as três décadas gloriosas do capitalismo monopolista*), sustentara, com suas ondas longas expansivas, o pacto de classes expresso no Welfare State. Emergia um novo padrão de crescimento que, operando por meio de ondas longas recessivas, não só erodia as bases de toda a articulação sócio-política até então vigente como, ainda, tornava exponenciais as contradições iminentes à lógica do capital, especialmente aquelas postas pela tendência à queda da taxa média de lucro e pela superacumulação." (NETTO, 1996: 90)

A mundialização do capital e a queda tendencial da taxa de lucro (este segundo elemento de análise, observável ao mais otimista dos burgueses) impuseram ao capital novas formas de reversão da crise. No âmbito da luta de classes, a forma recorrente (do ponto de vista da burguesia), foi enveredar uma forte ofensiva contra o trabalho. Uma das expressões desta ofensiva é a substituição crescente da força de trabalho viva pelo trabalho morto da automação do setor produtivo industrial, que é a base material objetiva (novamente sob o ponto de vista burguês) da desregulamentação das relações de produção baseadas no contrato, no ataque aos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

A burguesia se utiliza do Estado para conduzir as estratégias de recomposição de sua taxa de lucro, tal recomposição ocorre por meio das regulações sociais e econômicas ao promover uma deliberada política de *ajustes* em praticamente todos os países capitalistas, esta denominada de política de ajustes neoliberais. Nesta direção, Abreu (1999) expõe sua síntese sobre o tema:

Os capitais financeiros e as chamadas multinacionais condicionam seus empréstimos e seus investimentos produtivos aos ajustes políticos e institucionais dos Estados nacionais. O neoliberalismo é uma ideologia capitalista que defende o ajuste dos Estados nacionais às exigências do capital transnacionalizado, portanto, contrária aos pactos que subordinam o capital a qualquer forma de soberania popular ou instituições de interesse público. (ABREU, 1999: 41)

Realizado este excuro, necessário à captação das determinações fundamentais, que buscaram explorar os nexos mediadores entre a totalidade que envolve o processo geral de reprodução social e os projetos de classe surgidos em seu domínio, é possível estabelecer as conexões com os projetos societários inscritos na particularidade brasileira e que se apresentam como alternativas palpáveis aos segmentos profissionais, dentre os quais, o serviço social.

A nova conjuntura política instaurada - entre outros fatores - pelo advento da "Nova República", no início dos anos 1990, redimensionou o quadro político e social fazendo emergir novos atores criando um ambiente propício à polarização de projetos societários ao Brasil "pós-autocracia burguesa". No decurso da "abertura" uma ampla frente política composta por: sindicatos (e suas recém-fundadas centrais sindicais); movimentos sociais de diversos matizes; partidos políticos (progressistas ou de esquerda) corporações profissionais e instituições sociais ligadas à luta pela democratização política e econômica, como alguns segmentos da Igreja Católica; conseguem acumular força política e organizativa no período de ascenso das lutas sociais e passam a representar os anseios de um novo projeto para o Brasil.

Tal projeto articulava um campo "democrático e popular" de raiz anti-capitalista (surgindo daí a expressão que o consagrou) para o equacionamento da "*dívida social brasileira*" que tivera no Partido dos Trabalhadores (PT) um pólo de convergência entre os sujeitos políticos que o compunham, afim de que as táticas e estratégias rumassem na mesma direção. Com isso, quando ocorre o reordenamento das formas de regulação sócio-econômica do Estado, uma frente de oposição às políticas baseadas nos ajustes neoliberais oferece-lhe resistência impondo limites à sua plena realização naquela década. Por conseguinte, na entrada dos anos 1990 dois projetos societários se apresentam no cenário político brasileiro: aquele assentado no ideário neoliberal, promotor de grandes reformas (ou "*contra-reformas*" como quer Behring) conduzidas pelo Estado e que supõe a primazia do mercado em detrimento das necessidades humanas; e outro que distinguia-se por aglutinar amplos setores cujo suposto consistia criar condições para o enfrentamento das nossas "misérias herdadas e recentes" numa contra-tendência anti-capitalista.

Ora, se são estes os projetos em cena, não é difícil conjecturar em qual direção rumou o projeto profissional crítico do serviço social. Desde o final dos anos 1970 os assistentes sociais brasileiros já assumiam um posicionamento público nesta direção, portanto, a adesão de parte significativa das vanguardas profissionais a esta alternativa não causa estranheza. É importante observar que "*para que um projeto profissional se afirme na sociedade, ganhe solidez e respeito frente às outras profissões, às instituições privadas e públicas e frente aos usuários dos serviços oferecidos pela profissão é necessário que ele tenha em sua base um corpo profissional fortemente organizado*" (NETTO, 1999).

Por isso, é da máxima importância que dentro das instâncias organizativas do coletivo profissional (embora sejam prenhe de tensões e lutas internas) postulem, como campo que articula correntes progressistas, objetivações profissionais que vão ao encontro de projetos societários que se coadunam.

Ousamos afirmar, nesta mesma tendência do debate, que o sujeito coletivo que materializou o projeto profissional se formou a partir da aproximação entre as vanguardas acadêmicas e político-sindicais. A efetiva "tomada" da direção social do conjunto CFAS/CRAS pelos segmentos profissionais mais combativos permitiu a reorganização de outras entidades políticas que se tornaram centrais para o desenvolvimento das lutas da categoria profissional mediante os acontecimentos políticos que se sucederam.

Ramos (2005) em seu estudo sobre a redefinição da organização política da categoria dos assistentes sociais, também considera o III CBAS como marco decisivo em tal processo, ainda que mencione não restringir sua análise à ênfase na organização sindical, considerando esta redefinição de modo mais amplo englobando a formação, o exercício profissional, a organização estudantil e sindical. Não divergimos integralmente da argumentação da autora, contudo, consideramos com veemência a contribuição dos quadros profissionais vinculados ao movimento sindical naquele período. Com este movimento interno, que vinha se desenvolvendo no rastro do processo de renovação do serviço social, os elementos constitutivos do projeto profissional, tiveram, enfim, condições de se concretizar.

No que circunscreve aos acontecimentos políticos definidores da reorganização política da categoria sobrelevamos dois momentos. O primeiro diz respeito à deliberação política das entidades sindicais - reunidas entorno da ANAS - que, vinculadas organicamente ao sindicalismo cutista, decidem, seguindo uma orientação nacional desta central, fechar seus sindicatos e fazer migrar a organização dos assistentes sociais para os sindicatos por ramo de atividade econômica. O segundo, em relação direta ao primeiro, se revela pela extinção da ANAS e a permanência da atuação de alguns sindicatos como os do Ceará, Alagoas, Porto Alegre e de Pelotas no Rio grande do Sul. A manutenção destes sindicatos deixa expostas distinções entre as correntes do movimento sindical a que a categoria esteve agrupada. Data de um período anterior a criação da CENEAS estes posicionamentos divergentes que, no fundo, demonstram distintas concepções quanto à organização e prática do próprio movimento sindical, aqui a

polarização desnudada cinde a categoria a partir da adesão a duas concepções distintas - aquela polarizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a polarizada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Os desdobramentos destes acontecimentos são sentidos até hoje, porque ainda insolúveis no coletivo político-profissional. A migração da categoria para os sindicatos por ramo de atividade econômica acabou não ocorrendo de forma massiva, em grande medida devido ao receio dos profissionais de que as demandas próprias à profissão não fossem acolhidas por estas grandes entidades. Outro motivo que parece ter colaborado para fazer malograr esta estratégia foram os rumos tomados pela própria CUT no decurso dos anos 1990. Ramos (2005) examina com acuidade a transição sindical da categoria, afirmando que esta estratégia pôs o serviço social numa condição de isolamento, como se pode observar no trecho a seguir:

Esse isolamento, soma-se a outros fatores como: a discordância de segmentos profissionais em relação a decisão assumida; o desconhecimento das novas gerações de assistentes sociais em relação ao processo sócio-político que levou a tal decisão; os impactos das políticas neoliberais nas condições de trabalho e salariais da categoria profissional e a condição estrutural e de fragilidade da direção da CUT nos anos 1990, que sofreu as inflexões que atingiram a esquerda mundial e nacional, deslocando, de modo acentuado, sua intervenção para o campo da colaboração de classes. Essas questões geraram imensos impactos na dificuldade dos(as) assistentes sociais de transitar para a nova estrutura sindical (superada em concepção,mas não na prática).(RAMOS, 2005: 88)

Diante quadro ilustrado, um questionamento parece-nos involuntário: com a "*transição sindical inconclusa*" (ABRAMIDES, 2006) qual entidade (ou entidades) passaram a protagonizar a organização política do serviço social brasileiro? Aqui, a resposta é legatária dos vestígios analíticos que mencionamos. A redefinição do posicionamento político do conjunto CFESS/CRESS a partir de sua "*tomada*" pelos quadros ligados à militância político-sindical e a sua inteira reorganização em finais da década de 1980 nos faz afirmar que estas entidades assumiram a centralidade política na condução das táticas e estratégias levadas a efeito para a concretização do projeto profissional.

Até então, a esfera dos conselhos era caracterizada por um perfil fortemente conservador originário do caráter limitado das corporações profissionais e de sua

regulamentação via Ministério do Trabalho<sup>36</sup>. A princípio suas funções eram pautadas por uma concepção de fiscalização cujas dimensões eram exclusivamente punitivas, "*os conselhos profissionais nos seus primórdios se constituíram como entidades autoritárias, que não primavam pela aproximação com os profissionais da categoria respectiva, nem tampouco se constituíam num espaço coletivo de interlocução*" (CFESS,2009). Segundo os próprios documentos CFESS quando "*parcelas da categoria profissional, vinculadas ao movimento sindical e às forças mais progressistas, se organiza e disputa a direção dos Conselhos Federal e Regionais, com a perspectiva de adensar e fortalecer esse novo projeto profissional*" (CFESS, 2009). Com isso, localizamos outro ponto essencial de nossa argumentação - com a redefinição política do conjunto CFESS/CRESS as vanguardas acadêmicas e sindicais (aqueles que afirmamos serem os elementos constitutivos projeto profissional) se encontram alterando qualitativamente os rumos de tal projeto com rebatimentos nas conquistas obtidas na última década do século passado.

E mais, há que se fazer outra constatação: o desaparecimento das entidades sindicais e a "*transitoriedade inconclusa*", somados a ausência de um fórum apropriado, fizeram com que as demandas de caráter sindical ressoassem nos conselhos profissionais, sendo tais demandas, em muitos momentos, encaminhadas politicamente por estas entidades<sup>37</sup>. Está é uma questão importante a ser considerada, pois quando se verbaliza acerca de estratégias políticas pensa-se tanto em bases efetivas deste projeto - o movimento organizado de massas insurgentes - quanto numa organização política interna da própria categoria profissional.

O período em questão (1993-2006), no levantamento bibliográfico e documental realizado, assinala o momento em que o serviço social têm

---

36 Somente em 1986 entra vigor a lei nº 2.299/86 que extingue a supervisão ministerial dos conselhos profissionais. Outro fato histórico importante para a mudança no perfil do conjunto CFESS/CRESS foi o processo eleitoral livre, direto e facultativo para a eleição de sua diretoria em 1987.

37 Atualmente há situações que ilustram perfeitamente o que estamos afirmando. O CFESS tem empreendido grandes esforços no sentido de encaminhar lutas históricas da categoria profissional, outrora, protagonizados pela CENEAS/ANAS como, por exemplo, a mobilização pela aprovação do projeto de lei complementar nº 152, de autoria do deputado federal Mauro Nazif (PSB/RO), que institui uma carga horária de 30 horas semanais de trabalho sem prejuízo à redução de salários. Outro projeto PL 4022/08 proposto pelo deputado Jorginho Maluly (DEM-SP ) têm movido o conjunto é aquele que fixa salário mínimo nacional em R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) para a categoria em todo território nacional.

desorganizadas suas instâncias organizativas de caráter mais universal (sindicatos e associações afinal, trata-se de um corpo profissional não de um partido político) que, vinculadas às lutas sociais de massa possibilitaram a crítica superadora das demandas de ordem corporativa e direcionaram suas ações em direção à unidade da classe trabalhadora no Brasil. Ao remetermos ao projeto profissional e as demandas políticas para que este se concretize, o desaparecimento destas instâncias organizativas, de potencialidades universalizadoras, significou uma *sobrecarga* de demandas - tanto corporativas quanto universais - em direção as entidades organizativas da categoria no âmbito da formação e do exercício profissional. Tais entidades possuem perfil e obrigações jurídico-formais e burocrático-administrativas que impõe limites à lutas gerais que possam empreender.

A análise que realizamos tem o sentido de apreender o movimento interno ocorrido no coletivo político-profissional e em suas instâncias de organização, não pretende subdimensionar a relevância do conjunto CFESS/CRESS. Ao contrário, não fosse a atuação política destas entidades, certamente, em face do descenso das lutas sociais e políticas no Brasil, o projeto profissional de ruptura não teria atingido a referência que hoje possui para a categoria (na formação e no exercício profissional) a tal ponto que não mais o identificamos apenas com as vertentes progressistas do serviço social, pois não há segmentos deste corpo profissional que o neguem abertamente. Isto, sustentamos, obscurece a clarificação de seus fundamentos, uma vez que o projeto ético-político se transfigura não somente numa "auto-imagem da profissão" (Netto, 1999) como tem justificado - em seu nome e para sua defesa, realização e consolidação - posicionamentos e ações que distanciam muito de sua fundamentação basilar e originária.

Refaçamos o percurso expositivo até o momento. Iniciamos com a demonstração de que há uma relação estreita entre projetos profissionais e projetos de sociedade, com base nesta sentença dissertamos sobre os principais projetos em disputa desde a segunda metade do século XIX, argumentamos ainda, que tais projetos se definem nas última três décadas do século XX. Em seguida, buscamos apreender como estes projetos comparecem na particularidade sócio-histórica brasileira, em especial no recorte temporal que definimos para nosso estudo. A partir daí, identificamos que as forças progressistas fortalecidas pelo ascenso das lutas sociais no Brasil convergiram para o "*projeto democrático-popular*" e que as

correntes profissionais que protagonizaram a construção de projeto profissional crítico aderem a esta alternativa. Feito isto, passamos a importância da mediação política do coletivo profissional para este processo analisando seus momentos de transição organizativa e o caráter que passam a assumir.

Revista a trajetória expositiva, intentamos estabelecer os vínculos entre projeto profissional de ruptura e as estratégias político-profissionais. E tal para tal intento, o recorte temporal e a documentação selecionada para a investigação não se constituem apenas como um recurso metodológico necessário à pesquisa. Até 1993 - ano de consolidação dos grandes marcos político-jurídicos do serviço social brasileiro, como o código de ética e a lei de regulamentação da profissão - a atuação política da categoria tivera como principal estratégia, além de atuar ante as lutas mais gerais da sociedade (haja vista sua contribuição para a regulamentação dos direitos sociais contidos na Carta Magna de 1988, especialmente a Lei Orgânica da Assistência Social), garantir a conquista destes marcos referenciais e a consolidação da renovação observada nas duas décadas anteriores.

A partir daí, o que se segue, são táticas e estratégias cuja direção apontavam para a composição e ação política nas trincheiras de resistência à ofensiva neoliberal que já se apresentava entre nós. Como o projeto profissional de ruptura, em sua essência, suprime quaisquer particularismos ou corporativismos à concretização deste, evidentemente, também esteve ameaçada. Entretanto, esta ordem de questões é objeto de nossas preocupações (políticas e acadêmicas) no próximo item do capítulo, quando se discutirá os espaços deliberativos e as estratégias realmente efetivadas pelo serviço social brasileiro, tendo por base, os documentos político-profissionais.

### **1.2.1 Os fóruns deliberativos da categoria: os encontros nacionais do conjunto CFESS/CRESS**

É tradicional no serviço social brasileiro a existência de fóruns e espaços onde o corpo profissional se reúne. Isto demonstra o que Ramos (2005) considera ser uma "*certa tradição de associativismo*" entre os assistentes sociais. Desde sua origem como profissão no Brasil (antes mesmo de seu processo de

institucionalização e da regulamentação profissional) as primeiras gerações experimentam este tipo de mobilização coletiva, fato que se manifesta quando os segmentos mais atuantes congregarem-se em associações representativas.

Em 1947 realiza-se o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) (instituição à época vinculada à Igreja Católica) na cidade de São Paulo. Este é um dos eventos entre aqueles que sucedem-se historicamente. Tais encontros (periodicamente organizados), que inicialmente tiveram como principais características o anseio em socializar as formulações inscritas no domínio das experiências profissionais e reflexões teórico-metodológicas, na tentativa de construir um escopo diferenciado para a prática dos assistentes sociais.

Iamamoto & Carvalho (2001), ao analisarem o papel representado pelos congressos profissionais, para a busca de atualização frente às mudanças sociais transcorridas, realizam um levantamento dos eventos havidos e os examinam. Atribuem especial relevo aos congressos, posto que já apontavam para a construção das relações internacionais, como pode-se observar no I Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado no Chile no ano de 1945. O II Congresso Brasileiro de Serviço Social, havido em 1961, ocorre em meio a influência ideológica desenvolvimentismo e tem o objetivo de preparar a categoria profissional para a XI Conferência Internacional de Serviço Social, agendada para o ano seguinte na cidade de Petrópolis (RJ).

Em tais eventos os posicionamentos políticos dominantes<sup>38</sup> são aqueles consagrados pelo "*serviço social tradicional*" do discurso favorável ao bem comum e à adaptação de *indivíduos-problemas* ou com algum tipo de desajustamento social. Estes espaços, embora ainda não fossem reconhecidamente fóruns próprios para deliberações, explicita o caráter politicamente estratégico destes espaços, visto que aglutinaram segmentos mais atuantes e dali conseguia-se, extrair uma posição pública do coletivo profissional. Esta situação irá se alterar qualitativamente sob os

---

38 Carvalho & Iamamoto (2001) revelam que havia vozes dissonantes a questionar a hegemonia do campo mais conservador da categoria. Relatam que no Congresso Pan-Americano de 1945 mostrou-se publicamente um posicionamento político e ideológico distinto no que se refere ao serviço social na indústria, como se pode notar no trecho seguinte: "Neste debate uma *ala mais avançada* - segundo expressão de um dos participantes da delegação brasileira - que se posiciona a favor de um serviço social ao lado dos operários, afirmando, inclusive, que as organizações operárias são as únicas legítimas fontes mantenedoras dos assistentes sociais". Contudo, o que prevalece é o posicionamento que ratifica a neutralidade axiológica e a conciliação entre capital e trabalho.

marcos do serviço social renovado.

Como já foi visto, a reversão do posicionamento político do conjunto CFESS/CRESS ocorre com a rotação de seus quadros dominantes. Fazendo com que estas entidades adquirissem centralidade para a condução das estratégias profissionais (no âmbito do projeto profissional de ruptura). Este movimento é apreensível se observado o processo interno de modificação do perfil e da atuação de tais entidades organizativas. Neste período, os espaços profissionais de deliberação são simbolizados pelos congressos brasileiros de assistentes sociais<sup>39</sup>, a partir da "virada" do III CBAS estes encontros passam a ser organizados pelo conjunto das entidades organizativas - o conjunto CFAS/CRAS, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) a ANAS e aquela relacionada ao movimento estudantil (na ocasião esta denominava-se Subsecretaria de Serviço Social na UNE, SESUNE).

A partir daí, a construção dos congressos brasileiros - antes realizados pelo conjunto CFAS/CRAS - passa a ser compartilhada entre as entidades representativas da categoria entretanto, estes eventos ocorrem, regimentalmente, a cada três anos o que eventualmente poderia prejudicar o debate de questões mais urgentes. A transformação do perfil dos conselhos federal e regional é acompanhada pelo novo direcionamento político dado às questões que mobilizam o coletivo profissional e, em igual intensidade, da mudança dos seus quadros dominantes - aqui, como mencionamos em outro momento do texto, identificamos a junção dos segmentos mais ativos da categoria tanto na academia quanto no movimento sindical. Assim, os encontros nacionais do conjunto, que vinham sendo realizados desde 1971 (quando ocorre o primeiro encontro), passam a figurar como um fórum regular de debates dos temas prementes e iminentes relacionados ao projeto profissional e às estratégias políticas para efetivá-lo em distintas conjunturas.

Todavia, a criação de um espaço deliberativo formal, ocorre no rastro das conquistas obtidas na década de 1990. Com a promulgação da Lei de Regulamentação Profissional, lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993, são garantidos legalmente espaços institucionais de deliberação - os encontros nacionais do conjunto CFESS/CRESS. O texto jurídico atribui uma matriz a estas reuniões, como

---

39 Registram-se outros fóruns neste período, a exemplo dos encontros que reuniam as entidades sindicais em torno da CENEAS e mais tarde da ANAS. Desejamos assinalar que não desconhecemos os fatos, entretanto tais fóruns reuniam, mormente, segmentos mais próximos do ponto de vista opção ideo-política.

descrito no seu artigo 9º: "O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta Lei dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão limites de sua competência e sua convocação" (CRESS 7ª Região, 2000).

Até hoje foram realizados trinta e sete reuniões do conjunto CFESS/CRESS (este ano ocorrerá o 38º encontro nacional previsto para acontecer em Campo Grande (MS)), sendo que a pesquisa se referencia sobre os documentos dentro do recorte temporal que se inicia em 1993 e estende-se até 2006. A estrutura interna e a dinâmica dos encontros é o que se verá nas próximas linhas. Participam deste fórum assistentes sociais que ocupem postos nas direções dos conselhos (é comum haver assembléias que elejam quais diretores compõem a delegação do conselho regional); mais os profissionais da base regularmente inscritos e adimplentes que manifestem desejo em compor a delegação e tenham sido eleitos em assembléia, participam ainda observadores convidados.

A dinâmica interna dos encontros é composta por momentos de reflexão teórica e política acerca de temas emergentes à profissão à conjunta sócio-política por meio de mesas de debates. Em seguida são organizados grupos de trabalho a partir de eixos temáticos ( no último encontro havido tais eixos foram organizados da seguinte forma: fiscalização, ética e direitos humanos, seguridade social, formação profissional, relações internacionais, comunicação e administrativo-financeiro) e, por último, há uma plenária deliberativa que define a agenda anual do conjunto.

Na elaboração do relatório de deliberações do XXIX Encontro Nacional do Conjunto, realizado no ano 2000 na cidade de Maceió, se definem, ao menos no que diz respeito aos documentos destes encontros examinados no estudo, o caráter e o papel desempenhado na condução das ações desencadeadas pelo coletivo profissional em relação ao projeto ético-político. Como se pode observar no fragmento extraído deste relatório:

O Encontro Nacional CFESS/CRESS se constitui, estatutariamente, no fórum máximo de deliberações do Conjunto e teve como objetivos:

- **Analisar as ações desencadeadas pelo Conjunto na perspectiva de consolidação do Projeto Ético-Político profissional;**
- Propor ações que garantam a agenda programada e definida pelo conjunto;
- Deliberar sobre a política administrativo-financeira do Conjunto CFESS/CRESS;
- Desencadear um processo educativo de organização e qualificação

ético-política do Conjunto CFESS/CRESS. (*grifos nossos*) (CFESS, 2000:04)

A lei que institui estes espaços não menciona diretrizes em relação à sua organização ou ainda sobre sua estrutura interna, verbaliza, apenas, que as reuniões conjuntas dos conselhos regionais e federal se realizarão em função dos fins a que se destina esta normatização, ou seja, a regulamentação da profissão de assistente social e os fatos que lhe são correlatos.

Isto tendeu a ocasionar que um grande número de questões relacionadas (direta ou indiretamente) ao exercício profissional acabassem sendo definidas nestes espaços. Demandas de ordem burocrático-administrativas como a delimitação de valores mínimos e máximos para as anuidades dos conselhos regionais se misturam à outras de caráter propriamente político a exemplo do estabelecimento de parâmetros para a política nacional de fiscalização da atividade profissional. E, a estas, mesclam-se as demandas políticas de caráter mais abrangente - a análise sobre as políticas públicas setoriais de distintos governos, a articulação com outras entidades representativas da categoria e a elaboração de agendas políticas do conjunto assim como, os posicionamentos públicos em face de conjunturas diferenciadas, materializados pelas moções de apoio ou de repúdio e as cartas-manifesto.

#### **1.2.1.1 As deliberações no período 1993-2002**

O modo de exposição escolhido para a construção dos dois itens subsequentes do capítulo não é aleatório. Ao contrário, procurou-se delinear a estrutura textual de modo que as distinções que demarcam as posturas ideopolíticas do serviço social brasileiro não deixassem margens para ambiguidades. Dessa forma, a divisão do que se extraiu dos relatórios de deliberações e cartas-manifesto em dois tópicos não está relacionada apenas ao recorte do período indicado para o estudo. Sua decomposição se vincula a demarcação de um quadro conjuntural de novo tipo, balizado, principalmente, pela vitória eleitoral da coalizão de centro-esquerda que fez de Luis Inácio Lula da Silva, em novembro de 2002, o primeiro presidente ex-operário do Brasil. Este fato teve (e têm tido) impactos

decisivos no que se refere aos rumos tomados por segmentos da categoria reunidos em torno de nossas entidades representativas e do tal projeto democrático e popular.

Outra questão a esclarecer é o porquê de iniciarmos a análise da documentação a partir do ano de 1993. A resposta a esta questão incorpora dois argumentos: o primeiro se revela pelo fato de que o encontro nacional do conjunto CFESS/CRESS realizado naquele ano é imediatamente posterior a plenária final que aprovou o último código de ética e que, portanto, afora qualquer postura puramente legalista, consolidou as conquistas obtidas nos anos anteriores. O segundo versa sobre a organização política da categoria: a transição sindical havia sido aprovada pelos sindicatos e associações agrupados pela ANAS e a própria extinção desta entidade estava prevista, como de fato ocorreu no ano seguinte.

Há que se fazer uma advertência - observamos alguns eixos que constituem as principais frentes de luta levadas à efeito por meio das estratégias políticas deliberadas pela categoria profissional, particularmente, no período 1993-2002. Dentre outras, listamos aquelas que consideramos as mais recorrentes: o debate sobre os projetos societários presentes no cenário brasileiro; a forte postura em defesa dos direitos sociais (na ocasião, recentemente assegurados pela Carta Constitucional de 1988); a tendência em tomar para si as medidas necessárias à transição da organização política da categoria; o estabelecimento de frentes de luta (a exemplo da atuação dos assistentes sociais nos conselhos e conferências de políticas e de direitos) nas quais a categoria profissional deveria ser encorajada a engajar-se; a defesa da seguridade social, que figura como uma das estratégias centrais (embora a política de assistência social tenha tido maior destaque) e, por fim, a preocupação com os caminhos tomados no âmbito da formação profissional.

Um último registro: a exposição que se segue terá um caráter descritivo-analítico. Ao fazermos o levantamento do suporte documental do estudo recolhemos deste as deliberações que se apresentam como efetivas estratégias políticas, mencionamos isto devido aos documentos disporem também sobre questões de ordem administrativas e regimentais (como dito em outro momento do texto). Logo, o estudo inicial, que resultou numa espécie de filtragem dos documentos, já demonstra uma análise prévia. Esta ficará mais rica em determinações a medida que os desenvolvimentos dos próximos capítulos revelarem a relação que se pretende construir entre a tríade estratégias profissionais/ reprodução

social/princípio ético-político da liberdade, o que se verá no item "O enfrentamento dado pelas estratégias político-profissionais em face das condições contemporâneas de reprodução do capital". Passamos, então, às estratégias político-profissionais.

O encontro realizado em 1993 é influenciado pelos acontecimentos naquela conjuntura, é o momento em que a havia sido derrotada a primeira candidatura presidencial que aglutinava partidos políticos de esquerda, centrais sindicais combativas (como a CUT a época) e diversos movimentos sociais. O governo Collor de Melo fora eleito e no ano de 1992 deposto, o pouco tempo de sua gestão fora o suficiente para que as forças políticas reunidas e que compunham sua base pudessem iniciar, via aprovação de projetos de lei e outros dispositivos jurídicos, as regulações sócio-econômicas que já indicavam os ajustes neoliberais em curso no Estado brasileiro. Estas iniciativas dão forma a revisão constitucional cujo alvo fundamental eram as conquistas obtidas no campo dos direitos sociais.

No que tange à sua organização, o encontro tinha uma estrutura relativamente simples, não havia um tema central em torno do qual aconteciam os debates e deliberações, fica latente as grandes questões presentes naquele ano como dissemos. é importante registrar, em consonância com o que foi dito em outros momentos deste capítulo, que a ANAS participava dos encontros fazendo parte da comissão organizadora, inclusive compondo a mesa de abertura do evento. Naquela ocasião a principal mesa de debate fora " A questão da saúde na perspectiva dos trabalhadores e do Serviço Social", cumpre notar que entre os convidados para esta mesa havia uma dirigente da CUT, o que parece-nos confirmar a aproximação de nossas entidades com a referida central sindical.

As propostas e encaminhamentos aprovados, que conformam um agenda política do conjunto foram, principalmente:

- Participação enquanto trabalhadores das mobilizações e atividades chamadas pela CUT e que O CFESS continue reafirmando sua posição nos fóruns contra a Revisão Constitucional;
- A aprovação de um documento contendo o posicionamento do Conjunto sobre a Revisão Constitucional;
- Sobre a Política de Assistência Social: "mobilização nos estados e articulações com parlamentares pela aprovação da LOAS";
- Saúde na perspectiva dos trabalhadores: realizar nos estados, articulação com

os fóruns de saúde e outras entidades do movimento popular em defesa da saúde.

Entre as deliberações aprovadas destaca-se a proposta que prevê reuniões ampliadas nas instituições por ramos de atividade econômica para a discussão sobre o código de ética e a lei de regulamentação da profissão (vigentes neste ano a partir dos de março e junho, respectivamente). Esta deliberação é importante por sinalizar a preocupação do conjunto em socializar para a categoria como um todo os novos parâmetros jurídico-políticos e, paralelamente, agrupar os profissionais para esta discussão segundo o ramo de atividade econômica em que atuavam, o que parece refletir uma igual preocupação com a transição quanto a organização política dos assistentes sociais. Assinalamos duas moções de repúdio aprovadas: contra o desmonte das políticas públicas no estado de São Paulo e contra a matança de crianças em Altamira-PA<sup>40</sup>

No ano de 1994 CFESS atuou ativamente, de maneira conjunta e articulada às entidades representativas da categoria, na construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Serviço Social, estas envolveram um amplo debate nacional (com oficinas que aconteceram em todas as regiões do Brasil), as diretrizes foram finalmente aprovadas em assembléia nacional e extraordinária da ABEPSS em 1996. Por meio da apreciação crítica do relatório de deliberações deste ano pode-se identificar um traço não desprezível em relação à concepção nascente de seguridade social. Naquele documento, comparece uma visão parcelar do conjunto das políticas sociais públicas, remetendo à fragmentação com que são concebidas e implementadas no âmbito do Estado. Contatou-se este traço com base no exame das propostas e encaminhamentos são ordenados no texto, onde estes estavam divididos por política setorial (quais sejam: criança e adolescente, saúde e assistência social<sup>41</sup>) não havia qualquer menção ao termo seguridade social ou à sua concepção presente no dispositivo constitucional. Isto se refletiu no

---

40 Vítimas de rituais de magia negra realizados pela seita LUS (Lineamento Universal Superior), meninos entre 8 e 14 anos foram castrados e mortos, entre 1989 e 1993, na cidade de Altamira, à 777 km de Belém (PA). Entre os acusados de cometer os crimes estão dois médicos, dois ex-policiais militares, o filho de um empresário local e a paranaense Valentina de Andrade, líder da seita. Após condenação a pena dos três condenados chega a 169 anos de prisão.

41 A promulgação recentíssima da legislação social que regulamenta nacionalmente os direitos sociais previstos na Constituição de 1988, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990), a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080 de 19 de julho de 1990) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993) pode indicar o porquê da ênfase nos debates em relação a estas políticas setoriais, em detrimento, como notamos, de um debate mais amplo privilegiando o tema da seguridade social.

ordenamento dado à dinâmica interna do encontro, bem como na organização dos grupos de trabalho que discutiram, principalmente, o processo de municipalização das políticas públicas<sup>42</sup> com ênfase nas políticas de assistência, criança e adolescente e saúde que possuíam normatização específica na ocasião.

A temas e preocupações predominantes nas propostas e encaminhamentos realizados refletem, o impacto sentido pelas mudanças enunciadas acima. Entre tais propostas e encaminhamentos deliberados, destacamos:

- Criança e Adolescente: garantir a inserção dos CRESS nas diversas instâncias deliberativas e de discussão, tais como fóruns e conselhos;
- "Instrumentalizar os profissionais da área no sentido do entendimento sobre a articulação do ECA com as diversas políticas sociais, de forma a não reforçar a compreensão equivocada sobre a natureza e funcionamento dos conselhos"
- Assistência Social: "Proceder a divulgação, interpretação discussão da concepção de assistência e da LOAS/" ;
- Capacitação dos assistentes sociais a nível político e instrumental.

Na caudal dos acontecimentos que propunham renovar e ampliar as políticas sociais existentes no Brasil, uma das demandas históricas dos movimentos sociais nas décadas anteriores, que pretendia um amplo processo de democratização e socialização da política, acabou sendo acolhido no processo constituinte. Com os novos dispositivos criados houve a institucionalização de espaços que ampliaram e potencializavam a atuação política de amplos setores organizados da sociedade. Nesta perspectiva foram instituídos instâncias colegiadas - os conselhos de políticas e de direitos e as conferências -, como órgãos de composição paritária entre Estado e sociedade civil organizada com a prerrogativa de avaliar a situação da oferta das políticas de diversas setoriais e propor diretrizes para a sua formulação.

Trata-se, aqui, de uma questão que mobilizou intensamente a categoria profissional - a atuação nos conselhos e fóruns sobre políticas públicas - de modo que passou a figurar como uma das estratégias políticas do projeto profissional. A orientação de que o conjunto CFESS/CRESS estimulasse a categoria a ocupar estes espaços é frequente em quase todos os relatórios analisados. Tanto assim,

---

42 A nova constituição e especialmente a legislação complementar uma nova institucionalidade para a gestão das políticas setoriais públicas, um dos eixos da nova proposta era a descentralização político-administrativa e a atribuição de responsabilidades e competências nas três esferas governamentais (União, os estados, Distrito Federal e os municípios). Com isso, a execução das políticas sociais ficaram a cargo dos municípios o que gerou novas demandas para muitas profissões inclusive o serviço social.

que um das principais mesas de debates no encontro de 1994 fora a "Inserção do Conjunto CFESS/CRESS nos conselhos de políticas e de direitos" e os "Projetos Políticos presentes no cenário brasileiro"<sup>43</sup>.

Sem a participação da ANAS o XXIV Encontro Nacional realizado no Rio de Janeiro é organizado pelo conjunto CFESS/CRESS. A extinção desta entidade, no que se refere a condução da transição sindical, instaurou um novo elemento ao estudo dos sujeitos políticos-profissionais que enfrentam as conjunturas sócio-históricas para objetivação do projeto profissional - o esvaziamento das entidades sindicais representou uma migração destes sujeitos profissionais para o conjunto CFESS/CRESS. A preparação à transição para os sindicatos por ramo de atividade econômica vinha sendo preparada desde 1988 entretanto, quando são fechados a maioria dos sindicatos de categoria, tal transição não ocorre de imediato. Este fato repercutiu nas deliberações aprovadas pela categoria em dois níveis. Primeiro porque o conjunto passa a assumir, em muitos momentos, a tarefa de conduzir a transição sindical e, segundo, porque nota-se uma modificação na concepção da relação entre políticas públicas e projeto profissional.

A validação do que afirmamos é observável, entre outros fatores, pelo tipo de agenda política aprovada nos encontros, a exemplo disto temos que os debates havidos neste ano mencionavam a discussão do "projeto político do conjunto" e o principal grupo de trabalho denominava-se "Em Defesa das Políticas Públicas/Seguridade Social". Neste mesmo evento pode-se perceber uma mudança qualitativa em relação ao ano anterior no que se refere à concepção de seguridade social. Em 1993 não aparece com clareza nos documentos menção à seguridade, os eixos de discussões e as deliberações são organizadas por política setorial sem que se tenha uma concepção geral que as articule. Dentre tais políticas há a prevalência da política de assistência social.

A organização dos grupos de trabalho tem como eixo políticas públicas/seguridade social e as deliberações realizadas primeiro versam sobre os temas diretamente relacionados às questões mais gerais no âmbito do sistema de seguridade com um subitem para a política de assistência social trazendo as

---

43 No ano seguinte o desaparecimento da ANAS nos é imediatamente sentido, posto que esta entidade já não participa da organização do encontro, isto pode significar relações à uma das deliberações do ano anterior que propunha que o conjunto capacitasse os assistentes sociais a nível político e instrumental, uma vez que o fórum próprio para o encaminhamento desta questão não existia mais.

principais "bandeiras de luta" para as conferências que aconteceriam ainda naquele ano. Neste sentido, priorizamos os seguintes pontos:

**Em defesa das políticas públicas/seguridade social:**

- Realização de um seminário sobre a Seguridade Social, contemplando as temáticas da saúde, idoso, criança e adolescente, previdência e assistência social (é importante assinalar que a partir daqui os documentos passam a mencionar claramente a seguridade social);
- Caberá ao Conjunto CFESS/CRESS, implementar a discussão sobre a Seguridade Social, articulando com os demais trabalhadores, através de: criação de fóruns específicos, seminários e o Encontro Nacional de Seguridade;
- Que os representantes dos CRESS nestes fóruns utilizem-se de mecanismos que garantam a não discussão das políticas isoladas mas dentro do contexto mais amplo da seguridade;
- Inserção do assistentes sociais junto aos movimentos sociais em defesa dos direitos sociais já conquistados na Constituição de 1988, e contra o retrocesso subjacente à proposta de Reforma Constitucional do Governo FHC;
- Estratégias de enfrentamento à: 1) combate à renúncia fiscal; 2) auditoria na previdência; 3) o debate político deve ser acompanhado dos debates das questões econômicas; 4) combate à utilização dos recursos da saúde, da previdência para outros fins;
- Investimento na divulgação e discussão da LOAS;
- Discussão e mobilização pela garantia da especificidade do trabalhador rural excluído do campo em situação gravíssima do ponto de vista de direitos e condições de vida.

**Assistência social/conferências de Assistência Social**

- Discussão das estratégias para a organização das conferências nacionais, estaduais e municipais, com participação ampla nas conferências municipais para influenciar nas propostas, garantindo o posicionamento dos CRESS;
- ampliação do benefício de prestação continuada (redução da idade do idoso e alteração do percentual de renda per capita de 1/4 para 1/2 salário mínimo);
- retirada imediata do Congresso da proposta de emenda do artigo 203 da constituição Federal;
- Defender que a política nacional de assistência social contemple projetos de enfrentamento da pobreza permitindo que o Programa Comunidade Solidária se

submeta à LOAS;

- Garantir o financiamento da assistência a nível federal, estadual e municipal.

#### **Formação/capacitação/articulação com ABESS/escolas**

- Realizar junto as Unidades de Ensino debates sobre a LOAS, conselhos paritários, neoliberalismo e outros, no sentido de buscar parceiros para a construção do projeto ético, capacitando docentes e profissionais.

#### **Articulação com a sociedade civil organizada/parlamento**

- Fortalecer a ampliar a articulação com a sociedade civil;
- Criação de comissões para tratar da articulação com as demais organizações dos trabalhadores, na defesa das conquistas da Constituição de 88;
- Que os CRESS acionem os parlamentares em seus estados para defender os direitos conquistados;
- Que o CFESS articule com as organizações nacionais dos Movimentos Populares, Movimento Sindical (CUT, Federações e Confederações) e ONGs discutindo a importância da luta conjunta pela defesa dos direitos dos trabalhadores e da Seguridade Social, de forma que essa articulação possa ser desdobrada nos estados, contribuindo para o fortalecimento da participação dos CRESS e das nossas posições nos movimentos locais.

#### **Fórum Nacional Ampliado: organização e trabalho do assistente social**

- Dar ênfase as discussões sobre o processo de terceirização e o serviço social;
- Que as questões locais sejam incluídas no debate;
- Discutir na perspectiva da transitoriedade do mundo do trabalho e de que a tarefa sindical não é tarefa do Conjunto CFESS/CRESS;
- Fórum organizado com CUT, CFESS/CRESS, Sindicatos;
- Filiação à FITS - Federação Internacional de Trabalhadores Sociais;
- Viabilizar mecanismos de inserção dos CRESS nos Movimentos Sociais;

As estratégias políticas estabelecidas neste encontro apontam para a construção de um arco de alianças que extrapolam àquelas por ventura construídas com as entidades próprias da categoria profissional (no caso de buscar parcerias com a ABESS e as unidades de ensino). O fato de se pretender que o CFESS implemente a discussão sobre a seguridade social numa perspectiva que rompa com análise isolada das políticas públicas sinaliza esta aproximação. A tática de se construir alianças com segmentos organizados como movimentos sociais,

organizações sindicais (particularmente a CUT) e o acionamento de parlamentares de partidos de esquerda ou progressistas demonstram o anseio da construção de uma frente política ampla que pudesse fazer frente às ofensivas neoliberais, então implementadas, pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Uma das deliberações acerca do trabalho do assistente social faz alusão ao reconhecimento da "transitoriedade do mundo do trabalho", indicando, possivelmente, as transformações ocorridas no padrão produtivo e seus desdobramentos em relação à condição dos profissionais no mercado de trabalho, bem como na organização política da classe trabalhadora. Ao fazer isto, admite que a tarefa sindical não é de responsabilidade do conjunto CFESS/CRESS. Ora, temos aqui um contra-senso, pois ao mesmo tempo que os sujeitos profissionais presentes neste encontro reconhecem os limites políticos e formais para a atuação do conjunto constroem um agenda política e atribuem-lhe funções que mais se aproximam das prerrogativas de instâncias potencialmente universalizadoras das lutas sociais como o sindicato e o partido político.

O encontro do ano de 1996 possui um signo distintivo: pela primeira vez se faz presente um debate acerca da polêmica que se instauraria nesta década e vigera nos anos 2000 - a designação do serviço social como trabalho<sup>44</sup> e as condições do mercado de trabalho na realidade brasileira (tema da principal mesa de debate proferida por Marilda lamamoto).

Outro destaque é o fato de que neste período já se discutia um texto para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o conjunto CFESS/CRESS, neste encontro organizou grupos de trabalho específicos para debater cada política (assistência, saúde e previdência). Aquele grupo responsável pela política de assistência social teceu críticas ao texto da PNAS proposto pelo Estado que não incorporava as principais diretrizes aprovadas na I Conferência Nacional. Estas diziam respeito aos desdobramentos da proposta em vários níveis (financiamento, justificativa, caracterização da assistência, objetivos e funções). Observa-se pela apreciação do documento que o essencial do texto da PNAS permaneceu naquele outrora aprovado pelo CNAS em 2004, dando corpo a política executada atualmente em todos os municípios brasileiros.

---

44 Esta polêmica no debate profissional do serviço social brasileiro será objeto de nossas análises no capítulo 2 desta dissertação no item 2.2 O complexo da reprodução e o "lugar" do serviço social.

Naquela ocasião, em 1996, o conjunto posicionava-se claramente quanto à função da política de assistência - que deveria registrar a função emergencial, o que não comparece no documento de 2004/2005. E mais, registra-se uma posição de fomentar nos CRESS a formação de comissões de assistência social, em detrimento da formação de comissões de seguridade social, existentes em muitos CRESS e seccionais.

Por outro lado, em relação a política de previdência social, justamente no ano em que os debates e disputas sobre a Reforma da Previdência<sup>45</sup> estavam intensos, vê-se que nos documentos deliberativos as demandas em relação a esta política aparecem, principalmente, na perspectiva da garantia um espaço profissional para os assistentes sociais (pois os quadros profissionais a muito não vinham sendo repostos) e de socializar para ao conjunto da categoria as experiências dos CRESS em relação à previdência.

Dentre as propostas e encaminhamentos aprovados persiste a estratégia de atuação nos conselhos de políticas e direitos, como é possível verificar abaixo:

- Manter a categoria informada acerca de todas as discussões nos Conselhos de Políticas;
- Assegurar a representação dos CRESS junto aos Conselhos de Assistência Social, Previdência, Criança e Adolescente, Saúde, Idoso, Educação e demais. É importante que esses conselheiros sejam técnicos com atuação na área do respectivo conselho. Estabelecer parcerias com os Conselhos de Políticas (no caso daqueles que não tenham representação do CRESS), no sentido de apoiar e subsidiar a efetivação das políticas públicas;
- Em defesa dos direitos das crianças e adolescentes - apoio estratégico ao Plano Nacional de Direitos Humanos<sup>46</sup>.

---

45 Desde o início das discussões sobre a "Reforma da Previdência", encaminhada em março de 1995 pelo Governo FHC ao Congresso Nacional, e que tramitou na forma da PEC nº33/95, travou-se um ferrenho debate sobre o tema. A rejeição da proposta, por parte dos partidos da oposição, fundou-se no fato, insistentemente denunciado, de que a proposta não se configura numa efetiva e verdadeira consolidação dos direitos previdenciários, mas sim uma tentativa de supressão de direitos, com vistas a, por um lado, contribuir para o ajuste das contas públicas ao reduzir as despesas com benefícios previdenciários - e, por outro, gerar condições para o desenvolvimento de um mercado privado de previdência social. Sobre este assunto ver: Granemann, S. Para uma interpretação marxista da previdência privada. Disponível em: [http://www.ess.ufrj.br/teses\\_2006/sara-granemann.pdf](http://www.ess.ufrj.br/teses_2006/sara-granemann.pdf)

46 O Plano Nacional de Direitos Humanos criado no primeiro governo FHC constituiu-se, formalmente, como um conjunto de iniciativas que objetivava, dentre outros aspectos, ratificar os tratados internacionais dos quais o Brasil era signatário e propor políticas públicas para promoção e proteção dos direitos humanos no país. O rumo tomado pelos debates - como a redução da imputabilidade penal para adolescentes - parece sinalizar o pouco enraizamento desta iniciativa.

Em continuidade às discussões realizadas no encontro de 1995, aquelas afetas à organização e atuação política dos assistentes sociais, as entidades de representação nacional - ABESS, CFESS E ENESSO se articulam para preparar o Encontro de Organização Política da Categoria. Mais uma vez o conjunto CFESS/CRESS se apresenta como a instância que irá encampar as exigências necessárias à transição sindical e à reorganização de outros espaços de atuação políticas. Como o evidenciam as principais deliberações extraídas do relatório do XXV encontro nacional do conjunto:

- 1 Promover discussão da questão sindical com a manifestação de várias correntes e tendências";
- 2 Participação nos conselhos de direitos e políticas públicas: nosso papel político;
- 3 Discutir como potencializar a articulação das entidades nacionais, visando o fortalecimento da organização da categoria;
- 4 Encontros Regionalizados para facilitar a participação dos assistentes sociais";
- 5 O encontro deverá ser um espaço de reflexão e debate não tendo caráter deliberativo. Deve ser aberto e auto-sustentável.

Os assuntos substanciais do evento de 1997 oferecem-se à vista logo nas conferências de abertura, quais sejam: "O Serviço Social e o Projeto Profissional: O papel do Conjunto CFESS/CRESS" e "A Globalização e seu impacto sobre o trabalho e a Seguridade Social". O primeiro assunto torna-se compreensível ao atentarmos para o fato de que no ano anterior fora aprovada a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional - lei nº 9.394 - modificando substancialmente a condição de implementação da política de educação superior no Brasil.

O segundo assunto tratado, consoante aos impactos da reestruturação do padrão produtivo para a organização do trabalho no Brasil e suas implicações ante as formas de regulação social e econômica do Estado fora um eixo transversal a todos os grupos de trabalho articulados para a formulação de propostas. Novamente o formato dos grupos de trabalho são divididos com base em uma concepção ampla de seguridade social. Neste sentido as deliberações conformam a agenda política do conjunto para o ano, com ações prioritárias. São estas:

- **Políticas de Seguridade Social/Assistência Social:** 1) investimento na capacitação de conselheiros a cargo do CFESS; 2) publicização da assistência como direito na imprensa; 3) estabelecimento de formas de repasse de recursos

fundo a fundo<sup>47</sup>.

- **Políticas de Seguridade Social/Previdência Social:** 1) realização da Campanha Nacional em Defesa da Previdência Pública, com posicionamento contrário à reforma e conclamento os assistentes sociais em seus estados a mobilização política.
- **Políticas de Seguridade Social/Saúde:** Mapeamento e articulação de parceiros (conselheiros, parlamentares, conselhos de classe, etc) para levar à frente as lutas no campo da saúde, como por exemplo: PEC 169 (que financia o SUS/ para que seja aprovada ainda em outubro); Luta antimanicomial (projeto de lei); Para que os recursos da CPMF sejam aplicados na saúde e que este imposto não seja aprovado como definitivo.
- **Defesa dos direitos da Criança e do Adolescente** - há uma lista grande de deliberações as representativas para o a nossa pesquisa são: Mobilização contra os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que se referem à redução da idade penal; Apoio à realização do Tribunal dos Povos (1998).

No mesmo evento foi apresentado um documento que consubstancia a Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS, contendo um breve histórico do conjunto mais as diretrizes, objetivos, estratégias político-operacionais e referências históricas e documentais. É importante, ainda, por analisar a trajetória histórica dos conselhos.

A partir do ano de 1998 a estrutura do relatório de deliberações do 27º Encontro sofre uma alteração: observa-se, imediatamente após o índice do relatório uma breve apresentação. Esta mudança é importante, como mencionamos em outro momento, por caracterizar os encontros do conjunto, como se nota no fragmento: *"Este fórum legítimo e deliberativo teve por finalidade apresentar diretrizes administrativas - financeiras e políticas para o conjunto de nossas entidades, assim como conduzir especialmente à adequação dos instrumentos normativos dos conselhos à Lei 9649"* (CFESS, 1998).

As principais mesas de debate analisam as repercussões da denominada "crise do Estado", suas implicações para a sociedade civil organizada e para a profissão; outra questão a demandar reflexões dos sujeitos participantes fora o

---

<sup>47</sup> Neste documento há um tópico específico para o debate sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) são questões que versam principalmente sobre aspectos operativos cotidianos do trabalho do assistente social nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social ou nas prefeituras municipais.

papel das entidades de representação da categoria na implantação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Quanto às propostas e encaminhamentos aprovados, o documento deste ano realiza um processo avaliativo da gestão do CFESS (no caso a gestão 1996-1999 presidida por Valdete de Barros Martins) que estava encerrando suas atividades, o item relacionado é denominado: "Frentes de Políticas e Novas Demandas". Das deliberações aprovadas em plenária, destacamos as duas seguintes:

- Que os CRESS articulem os parceiros para fazer a denúncia qualificada sobre o significado e as consequências das políticas de Reforma do Estado em curso;
- Intervenção nos Conselhos Estaduais de Saúde, mesmo que sua composição seja adversa, compreendendo-os como espaços privilegiados de atuação.

Consideramos que o mais importante ao nosso objeto de estudo consta nos anexos deste relatório. Há um documento que reúne análise de conjuntura e as principais estratégias políticas do conjunto, tal documento nomeia-se "Projeto Político-Profissional em movimento: balanço das lutas levadas pelo Conjunto". Neste texto está presente um exame crítico do projeto profissional diante das condições concretas em se desenvolve " (...) **o Projeto ético-político encontra-se sobre o fio da navalha, face as aventuras do Governo Federal empenhando em desarticular experiências democráticas, em desregular e flexibilizar sentimos uma ameaça iminente (...)**" (CFESS,1998).

O documento tem como uma de suas principais características o empenho das entidades na ampliação da concepção de Seguridade Social, compreendida em sua totalidade, e a propugna, frequentemente, como uma estratégia política prioritária do conjunto CFESS/CRESS. Desse modo, o fragmento reproduzido, expressa o que sentenciamos:

"(...)Disposição não faltou para enfrentar o Governo FHC - suas medidas ou a falta delas, sua inércia quando se trata de viabilizar atenção ao conjunto dos trabalhadores."

"(...) **ECA, LOAS, SUS, PREVIDÊNCIA as nossas lutas prioritárias.** Desejo de escolas de qualidade para todas as crianças, condições de vida em família, combate à violência, à exploração sexual, ao trabalho infantil. Insistência em assegurar Mínimos Sociais e proteção como direito aos mais excluídos mediante uma Política Nacional de Assistência social, desdobrada em planos estaduais e locais. Esforço para implementar os serviços públicos de saúde em rede hierarquizada e expandir a concepção de saúde na sua integralidade. Esforço para assegurar a presença do assistente social como importante profissional na equipe de saúde. Mobilização contra a Reforma da Previdência Social (...)"

**"Pensar as políticas em conjunto se mostrou estratégico no sentido de fortalecer a luta**, somar esforços a caminhar na direção de universalizar o sistema de proteção social" (*grifos nossos*)(CFESS, 1998: 28)

Em tal texto, comparece uma leitura da realidade social, identificando acontecimentos, atores, correlação de forças que condicionam a apreensão do desenho traçado para as políticas sociais, a leis complementares que se seguiram para regulamentá-las e as orientações predominantes dos Governos Collor e FHC. Estão presente, ainda, os sujeitos coletivos para além do Serviço Social: no plano institucional núcleos de universidades, organizações não-governamentais e "*parlamentares parceiros da nossa luta*", não são mencionados outros atores como movimentos sociais ou organizações sindicais.

No item Gestão Administrativa e Financeira - controle e gestão revela-se o posicionamento assumido pelos sujeitos profissionais em face dos projetos de classe: "*Podemos afirmar que para além dessa finalidade e por causa dela incorporamos na agenda política de nossas entidades a defesa da democracia e das políticas públicas em consonância com as forças socialistas e progressistas - protagonistas da luta pela construção de um novo projeto societário.*" (CFESS, 1998)

No ano seguinte, permanecem as frentes de resistência em contraposição as políticas de regulação estatal baseadas no neoliberalismo, a conferência "Neoliberalismo, Velha Indiferença: sinalizando estratégias de enfrentamento" procurou identificar as principais ofensivas em curso. Entre tais ofensivas, as iniciativas caminham no sentido de criar condições - via modificações na legislação vigente, como a promulgação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - para garantir a legitimidade necessária para efetuar, como exemplo, a reforma da educação superior.

As estratégias que conformam o desenho da reforma do ensino superior no Brasil decompõem-se em distintas frentes, conduzidas pelo Estado brasileiro de forma mais intensa e organizada a partir da década de 1990. Dentre estas frentes, destacamos: a rápida ampliação do número de instituições privadas de ensino da educação superior, a diminuição do orçamento das instituições públicas de ensino, o estímulo a formação de cursos de graduação na modalidade à distância assim como de cursos de pós-graduação, o corte de verbas para atividades de pesquisa e extensão, estagnação salarial dos profissionais da educação, o estabelecimento de sistemas de avaliação do desempenho discente. Estes processos, tomados de

forma articulada sinalizam sintonia com os preceitos e orientações do Banco Mundial aos países latino-americanos, cuja dimensão geral remete a uma precária e mercadológica ampliação do número de graduados naqueles países, numa evidente estratégia de ampliar o exército industrial de reserva de nível superior no Brasil.

Uma das mesas de debates realizada, intitulada "Impactos da LDB no Projeto Profissional" dão conta de como estas mudanças em relação à oferta do ensino superior no Brasil afetariam profundamente a formação de novas gerações de assistentes sociais, posto que tal reforma em curso altera profundamente aspectos fundamentais da formação profissional. Se o movimento de recusa ao tradicionalismo e o conservadorismo no serviço social são devedores das iniciativas feitas por segmentos da categoria que atuam dentro da academia, na produção de conhecimento (com referencial teórico-metodológico originário da tradição marxista) e na docência, com as novas condições instauradas nas universidades esse elemento constituinte do projeto profissional sofreria reveses que não seriam (e não são) apenas adjetos<sup>48</sup>.

Quanto à propostas e encaminhamentos deliberados as estratégias para a reorganização político-sindical da categoria continuam sendo fomentadas, tanto que uma das propostas pretendia que os CRESS, em articulação com os sindicatos, orientem a categoria quanto à organização sindical por ramo de atividade econômica. A seguridade social permanece como uma das maiores preocupações *"o CFESS entende a Seguridade Social de forma global, com uma visão política articulada, na perspectiva da garantia social"* (CFESS,1999). Note-se que não há menção a um Sistema de Proteção Social, inclusive não há mais uma subdivisão dentro de item Seguridade Social como aquela observada anteriormente, todas as deliberações que abrangem o conjunto das políticas sociais estão no mesmo tópico seguridade, tal como se observa nas deliberações elencadas abaixo:

- fortalecer a luta em defesa do Serviço Social no INSS, definindo uma agenda

---

48 Atualmente uma das grandes polêmicas do debate profissional é a possibilidade de se instituir um exame de proficiência para que os graduados em serviço social possam exercer a profissão. Aqueles que o defendem o interpõe como uma estratégia à precarização da formação profissional representada, não exclusivamente, pela expansão indiscriminada de cursos privados e cursos na modalidade à distância. Segundo seus defensores o exame seria uma forma de pressionar as instituições que oferecem os cursos a imprimir padrões de qualidade já que do ponto de vista legal não há como impedir a abertura de novos cursos. No Encontro Nacional de Conjunto CFEES/CRESS de 2008 esta proposta foi rejeitada na plenária final. Uma referência bibliográfica sobre esta questão é o número especial da Revista Serviço Social & Sociedade nº 94 de junho de 2008, cujo tema é "Exame de Proficiência em Debate".

para o Conjunto;

- Articular fóruns de gestores, trabalhadores e usuários para a formulação e implementação de projetos de capacitação nas áreas das políticas sociais, imprimindo direção social do projeto ético-político do conjunto;
- Articular com as entidades representativas da sociedade a luta contra a tentativa de desmonte das instâncias de controle social (conselhos, conferências e outros);
- Buscar articulação junto às entidades que atuam no campo do direito administrativo e público, para que incluam em suas agendas programáticas o debate sobre Seguridade Social;
- Incentivar a criação nos estados de frentes parlamentares em defesa da Seguridade Socialistas
- Articular os CERSS no sentido de somarem-se à entidades de trabalhadores para a criação de frentes parlamentares estaduais na defesa da Seguridade e que, a frente parlamentar de defesa da Assistência Social se amplie para o âmbito da seguridade;
- Lutar em defesa do financiamento da Seguridade Social;
- Defender intransigentemente a LOAS, o ECA, a LOS, o PNI e outras legislações das demais políticas;
- Elaborar um manifesto do Conjunto CFESS/GRESS, em articulação com entidades de direitos humanos que contemple posicionamento do Conjunto frente ao tratamento desumano/inescrupuloso de todas as entidades que trabalham com privação de liberdade.

Registraram-se outros acontecimentos que devem ser considerados como a elaboração da proposta do curso "Ética em movimento" e a aprovação de moções<sup>49</sup> de repúdio, apoio e defesa ilustrativas dos compromissos ético-políticos.

Somente no documento elaborado em 2000 é evidenciado de forma clara a vinculação dos Encontros Nacionais do Conjunto às estratégias de consolidação do projeto profissional de ruptura. Como no trecho a seguir: "*O Encontro Nacional*

---

49 Neste encontro foram aprovadas as seguintes moções:

- Moção em Defesa dos direitos humanos e sociais;
- Moção de repúdio ao desrespeito aos direitos humanos e ao ECA;
- Moção de Repúdio a intervenção norte-americana no território colombiano;
- Moção de apoio às Marchas Nacionais "Grande Marcha dos 100 mil sobre Brasília;
- Moção de Apoio ao posicionamento da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública.

*CFESS/CRESS se constitui, estatutariamente, no fórum máximo de deliberações do Conjunto e teve como objetivos: Analisar as ações desencadeadas pelo conjunto na perspectiva da consolidação do Projeto ético-Político profissional."* O mesmo evento contemplou a realização de um ato público que expressou a participação política da categoria na Campanha Nacional pelo Plebiscito da Dívida Externa, além da instalação de uma urna de votação.

No que se refere à Seguridade Social um conjunto de estratégias passam a ser consideradas no âmbito das políticas de Seguridade, como exemplo podemos citar as políticas setoriais para a infância e adolescência, que anteriormente era analisadas e encaminhadas com propostas em itens separados. As deliberações deste eixo abrangem:

- Fortalecer a luta pela gestão plena das políticas públicas;
- Lutar contra a reestruturação privatista da Previdência Social<sup>50</sup>, articulando-se à defesa da Seguridade Social Pública;
- Estratégias que visam ampliar o acesso ao BPC e eliminar os constrangimentos e entraves existentes na sua tal gestão;

Apoio à inserção profissional qualificado (a) assistente social na gestão das políticas de seguridade social:

- Articular os fóruns de gestores, trabalhadores e usuários para a formulação e implementação de projetos de capacitação nas áreas das políticas sociais, imprimindo direção social do projeto ético-político profissional;
- Observam-se estratégias que intentam garantir a permanência do serviço social na Estrutura da Previdência social sem a descaracterização proposta, ou seja, de transformação dos assistentes sociais em técnicos previdenciários.

Controle social:

- Reafirmar que os conselhos de direito/políticas têm o poder legítimo de exercer o controle social, fundamental na execução das políticas públicas
- Estimular a articulação de todos os conselhos, buscando uma maior integração

---

50 A política de previdência social que cobre os trabalhadores do setor privado fora modificada em sua essência pela Emenda Constitucional Nº 20 de 15 de dezembro de 1998, entre outras alterações, esta considera para efeitos de aposentadoria o tempo de contribuição efetiva em detrimento da legislação anterior que previa a aposentadoria por tempo de serviço. Este foi um grande golpe contra os trabalhadores brasileiros, pois se considerarmos as precaríssimas condições de trabalho no Brasil - em que muitos vendem sua força de trabalho sem qualquer forma de regulação - esta medida lançaria muitos trabalhadores à miséria ou à dependência das instituições provedoras de serviços assistenciais.

das questões das políticas públicas.

Financiamento:

- Lutar permanentemente na defesa do financiamento da Seguridade Social;
- Lutar pela regulamentação das fontes de financiamento da Seguridade Social e pela definição de percentual para as três políticas que a compõem.

Compromisso com a construção da seguridade social pública no Brasil:

- Defesa das políticas públicas e da democracia, afirmando a Seguridade Social pública, universal e de qualidade com dotação orçamentária e controle social;
- Articulação com entidades parceiras: ABEPSS, ENESSO, CUT e ABONG;
- Publicização dos posicionamentos políticos da categoria sobre a questão social e a seguridade social na América Latina e no mundo, ao lado do Comitê Mercosul e da FITS e outras entidades como a ALAETS e a Coordenadoria para a América Latina e Caribe;
- Defesa da anistia da dívida pública com transparência desses recursos para a área social;
- Articular a pressionar as bancadas de senadores, deputados federais e estaduais pela aprovação da PEC-169<sup>51</sup>, que garante o financiamento para a saúde.

Ética e direitos humanos:

- Aprofundar o estudo sobre a concepção de Direitos Humanos no horizonte do projeto ético-político da profissão, através da articulação dos CRESS com outras entidades de defesa dos Direitos Humanos;
- Que o CFESS articule com o Movimento Nacional de Reformulação do Programa Nacional de Direitos Humanos (Movimento Nacional de Direitos Humanos, OAB, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, CNBB, Anistia Internacional, Movimento Tortura Nunca Mais, etc) contribuindo na formulação de propostas.

Outras deliberações:

- Aprovada a participação do Conjunto CFESS/CRESS nas atividades da Marcha Mundial de Mulheres 2000
- Participação do CFESS no comitê brasileiro de apoio ao Fórum Social Mundial.

O 29º Encontro Nacional CFESS/CRESS introduziu elementos novos na

---

51 Trata-se do Projeto de Lei Complementar da Saúde que normatiza o financiamento do Sistema Único de Saúde nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e altera os artigos. 34, 35, 43, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal.

dinâmica do evento. A partir daquele ano, o coletivo profissional passou a elaborar um documento público, dirigido a sociedade como um todo e que expressa a análise do quadro conjuntural no qual fora escrito, assim como os posicionamentos e estratégias políticas assumidos pelos assistentes sociais brasileiros.

A Carta de Maceió, avaliamos, consubstancia um documento-síntese e representa um marco no que tange à concepção de seguridade social com a qual a categoria tem se comprometido desde a promulgação da Carta Constitucional de 1988. Contudo, a concepção apresentada e defendida ultrapassa aquela impressa constitucionalmente, pois não considera o sistema de proteção social restrito às políticas de previdência, saúde e assistência social. Do ponto de vista das estratégias político-profissionais a defesa da seguridade social pública figura, na quadra histórica em se movem nossos estudos, o centro das disputas entre os projetos societários. Relacionamos abaixo passagens da carta-manifesto consideradas mais emblemáticas:

"(...) Reafirmam, ainda, sua **concepção de seguridade**, entendida como um padrão de proteção social da qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros. A seguridade social, assegurada no plano legal, tem sido atropelada pelas reformas neoliberais que atentam contra o aprofundamento da democracia e da cidadania da sociedade brasileira."

**"A defesa da seguridade faz parte da agenda do Conjunto CFESS/CRESS, balizada no projeto ético-político profissional do serviço social.** (...) é sabido que muitos abandonaram a luta e pragmaticamente aderiram à proposta focalista e privatista em curso. Outros priorizam a inserção e mobilização em torno das políticas setoriais. Poucos mantiveram a perspectiva da seguridade social, a qual vimos reforçar neste momento como parte de uma agenda estratégica da luta democrática e popular no Brasil, visando a construção de uma sociedade justa e igualitária."

"(...) **"O conceito de seguridade social expresso na Constituição de 1988** foi um dos grandes avanços no processo de redemocratização da sociedade brasileira desencadeando em fins dos anos 70, que culminou na constituinte, **ainda que tenha se mantido restrito à previdência, saúde e assistência social.**"

"(...) "Com ele, seu-se passos no sentido de uma maior socialização da política, por meio dos mecanismos de gestão e controle social com participação popular - conselhos e conferências nos três níveis de governo (...) Assim, **a implementação cotidiana das políticas de seguridade politizou-se mais, tornando-se um ambiente relevante de disputa de projetos societários.** "

"Portanto, a seguridade social é um espaço de **disputa de recursos - uma disputa política que expressa projetos societários**, onde se movem os interesses das maiorias, mas onde estão presentes as marcas históricas da cultura política autoritária no Brasil, que se expressa pela pouca distinção entre público e privado, pelo clientelismo e pelo patrimonialismo." (grifos nossos)

A longa citação faz-se necessária porque nos traz aspectos primordiais à apreensão do modo pelo qual o coletivo profissional vem concretizando cotidianamente o projeto profissional. A seguridade social é entendida como forma de socializar o excedente econômico produzido pelo trabalho social, cuja mediação são os mecanismos de regulação social do Estado. Como veremos no próximo capítulo a disputa por tal excedente tem sido, por razões de ordem econômica e política, imensamente desfavorável à classe trabalhadora.

As estratégias de curto a médio prazo empreendidas pelo conjunto, procuram dar orientações gerais quanto à luta pela Seguridade Social pública:

- 1 Manter uma firme posição contra a perspectiva da focalização, denunciando publicamente propostas restritivas do acesso aos direitos construídos;
- 2 Denunciar o desvio de recursos da seguridade social para a sustentação da política macroeconômica regressiva do governo federal, a exemplo do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), do FEF e do pagamento das dívidas interna e externa, que cresceram exponencialmente para subsidiar os especuladores, os grandes beneficiários deste Estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores, enunciado pelo neoliberalismo;
- 3 Intervir na definição de orçamentos, junto aos demais atores da sociedade civil com compromissos democráticos, no sentido de assegurar recursos para a seguridade social e que tais recursos sejam de uso exclusivo da mesma;
- 4 Superar a fragmentação setorial engendrada revelia do princípio constitucional da seguridade social, a partir de sua tematização por meio dos eixos da gestão, controle social e financiamento e de propostas no sentido da articulação das três políticas;
- 5 Apontar para um conceito mais amplo de seguridade social, que incorpore outras políticas sociais, construindo um verdadeiro padrão de proteção social no Brasil;
- 6 Manter a inserção nos espaços de controle social, com vistas a assegurar os princípios da universalidade, da cidadania, da democracia e da justiça social, obter informações relevantes para a luta social e promover a articulação política no âmbito da sociedade civil;
- 7 Desenvolver um trabalho profissional que fortaleça junto aos usuários a noção de direito social, e a possibilidade dos mesmos em sua defesa.

O evento de 2001 sob o lema "*Protagonismo na defesa das políticas públicas e da democracia*", no âmbito das políticas de seguridade social tratou com prioridade a estratégia que visava impulsionar os assistentes sociais à participação qualificada do conjunto de conferências - municipais, estaduais e federais - de políticas públicas havidas naquele ano.

As deliberações que expressam as ações táticas e a agenda política do conjunto podem ser sumariadas nestas que incluímos abaixo:

- Recusa de programas e projetos do Ministério da Previdência e Assistência Social, de caráter focalista e pontual em respeito aos Planos Municipais e em consonância com os pressupostos da descentralização prevista em lei;
- Criação de mecanismos para ampliar o acesso ao benefício de prestação continuada, dentre os quais: a elevação da per capita, critérios de elevação médico-pericial e conceito de família, que hoje, restringem direitos. Estratégia: mobilização nacional pelo CFESS para a aprovação do projeto de lei do Deputado Paulo Paim, até a realização da Conferência Nacional de Assistência Social;
- Garantia da primazia do Estado no financiamento e controle da qualidade dos serviços prestados;
- Discussão do avanço do desmonte do Serviço Social na previdência Social no que se refere a fragilização e extinção de alguns instrumentos de trabalho, tais como: parecer social e recurso assistencial<sup>52</sup>;
- Esclarecimento quanto à postura técnica e política do profissional em relação ao curso de formadores das informações previdenciárias<sup>53</sup>;
- Luta pela inclusão da discussão sobre questão social nos orçamentos participativos

Frente dos direitos humanos:

---

52 Estes instrumentos, segundo a lógica privatista da reforma da previdência, de tornar a previdência social pública um seguro privado operado pelo Estado, (como parece indicar a denominação do órgão responsável pela execução da política - o Instituto Nacional do Seguro Social) são abertamente inutilizados pelas condições instituídas na Emenda Constitucional nº 20. Além disso, a luta travada pela recomposição dos quadros de assistentes sociais no INSS não deve ser entendida como uma luta somente corporativa, esta recomposição poderia abrir canais para a ampliação de direitos por parte dos trabalhadores.

53 O Curso de Multiplicadores de Informações Previdenciárias, na maioria das gerências da previdência social, era executado pela equipe de serviço social esta iniciativa visava, fundamentalmente, instruir indivíduos para que fossem potenciais fomentadores da inserção de segmentos de trabalhadores (do setor formal ou informal) no sistema de aposentadorias como contribuinte individual.

- Que as comissões dos CRESS se articulem com as comissões dos Legislativos municipais e estaduais, e o CFESS mantenha relação com a comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e que possam também se integrar aos fóruns Estaduais e Nacionais de Direitos Humanos;
- Divulgar os encaminhamentos do tribunal da Dívida Externa, no sentido de articular um amplo debate da Política Macroeconômica no Brasil, contribuindo para um relatório chamado de "Capítulo Brasileiro da Plataforma dos Direitos Econômicos e Sociais" do qual o Brasil é signatário.

Formação profissional/relações internacionais:

- Construir um documento assinado pelas três entidades (CFESS - ABEPSS - ENESSO), expressando a preocupação com a expansão crescente da abertura de cursos de graduação em Serviço Social, tendo em vista a preservação da qualidade do ensino, e a observância das Diretrizes Curriculares, do Código de ética da Lei 8662/93, a ser encaminhado para o MEC, Unidades de Ensino, Conjunto CFESS/CRESS e para os especialistas que estão exercendo mandato no Comitê do MEC em exercício e outros conselhos;
- Desenvolver versão bilingue do Curso à Distância para atender às demandas de países latino-americanos e ibéricos;
- Indicar dois nomes que vão elaborar parecer sobre a definição de Serviço Social da FITS com versões em inglês e espanhol;
- O CFESS deverá construir uma proposta em conjunto com as entidades nacionais e o Comitê Mercosul, para sediar no Brasil a " Conference of the Social Workers<sup>54</sup>" - IFSW - que será realizada em 2008. O projeto deverá ser apresentado no CFESS/CRESS de 2002, considerando que precisa ser submetido à aprovação pela FITS até junho de 2003.

Das deliberações atinentes à organização política da categoria profissional mencionadas até aqui, aquelas aprovadas em 2001 são as mais conclusivas por mensurarem, indiretamente, o protagonismo e hipertrofia de demandas assumidas pelo conjunto CFESS/CRESS. O que dissemos se torna apreensível se examinarmos criticamente o conjunto de atribuições organizativas que esta entidade se propõe. São elas:

- 1 Ampliar a discussão da organização da categoria, em âmbito nacional e

---

54 Esta articulação inicial acabou sendo o princípio de uma articulação internacional com redundou na realização da Conferência Mundial de Serviço Social na cidade de Salvador em agosto de 2008.

estadual, junto aos segmentos academia, centrais de trabalhadores, profissionais e estudantes;

- 2 Criar estratégias que permitam à categoria ver a luta do Conjunto CFESS/CRESS junto aos Sindicatos pela organização por ramo de produção;
- 3 Debater com Sindicatos da categoria o Projeto Ético-político;
- 4 Recomendar ao Conjunto CFESS/CRESS não assumir papel que é dos Sindicatos;
- 5 Ampliar a discussão com a CUT e Sindicatos nos Regionais;

A articulação com centrais de trabalhadores, a academia, profissionais e estudantes para ampliar a discussão da organização da categoria (isto em âmbito nacional e estadual) é uma tarefa de grande dificuldade para o conjunto devido às suas particularidades. Estas particularidades envolvem as diferenças de postura política e prioridade de ações entre os CRESS (seria inviável ao CFESS, encaminhar sozinho esta tarefa) e as próprias atribuições (disciplinar o exercício profissional, julgar infrações éticas, participa de fóruns diversos) de ordem regimental que o conjunto deve cumprir. No mais, estas tarefas sugerem a intervenção de outras instâncias de organização, são demandas muito próximas ao perfil de atuação das entidades sindicais. Ora, se nosso argumento está correto identificamos neste ponto uma contradição pois são formuladas, concomitantemente, propostas que se contradizem - o conjunto, na análise dos documentos, toma para si tarefas de ordem sindical e nega-se a assunção deste papel.

Esta iniciativa possivelmente se relaciona à criação da Federal Nacional de Assistentes Sociais (FENAS) em novembro de 2000 no Rio de Janeiro. A nascente entidade se apresentara na condição de rearticuladora da organização sindical da categoria e criticara veementemente a decisão que outrora resultou no fechamento dos sindicatos próprios e na transição para aqueles organizados segundo o ramo de atividade econômica. Seu traço distintivo localiza-se em sua concepção de prática e atuação sindical ao postular a defesa de direitos corporativos e rejeitarem a "transitoriedade sindical" de influência cutista, a relação desta nova entidade representativa com as estratégias para objetivação do projeto profissional é elucidada por Ramos:

Sobre a FENAS é relevante reconhecer que, diferentemente das outras entidades de caráter nacional, no âmbito do serviço social, não foi produto de um intenso debate na categoria profissional. Além disso, faz-se necessário definir com precisão os princípios e as propostas defendidos por esta federação para que se possa analisar seu potencial político e postura democrática e em que medida esta entidade influi na construção do projeto ético-político profissional e nas lutas democrático-populares presentes no país. (RAMOS, 2005: 83)

Eis uma orientação contrária a que o conjunto CFESS/CRESS vinha, ano após ano, ratificando como estratégia prioritária. A agenda política destas entidades buscaram impulsionar a reorganização político-sindical durante todo este período, contudo seu direcionamento organizativo e objetivos eram outros. A criação da FENAS reinscreve formalmente os assistentes sociais (os registros de filiação de profissionais nos sindicatos por ramos de atividade são escassos ou inexistentes) nas lutas sindicais, e não só. Ao fazê-lo, deixam abertas lacunas no campo da organização política e, simultaneamente, repõe, numa conjuntura desfavorável ao projeto ético-político, as divergências quanto as formas de organização político-sindical anteriormente não resolvidas.

Desde o encontro de 1999 os temas relacionados à defesa de direitos humanos são incorporadas nos relatórios de deliberações e integram parte da agenda política do conjunto. Todavia, o evento do ano de 2002 põe esta frente de atuação em outro patamar. As propostas do grupo de trabalho ética e direito humanos - ao serem levadas à plenário e aprovadas - se mostram no documento em outro grau de elevação, são listadas anteriores às deliberações do grupo seguridade social. Tais propostas sugerem que os temas e as ações táticas relacionados aos direitos humanos tornem-se prioridades na agenda política do conjunto.

A concepção declarada acerca dos direitos humanos e sua posição estratégica para a construção de uma outra sociabilidade são discriminadas. Reconhecem-se as limitações destes direitos posto que foram erigidos nos marcos da legalidade burguesa. Ainda que tal caráter seja posto em questão, estes - em suas potencialidades - podem constituir-se como estratégia política anti-capitalista, ao incorporarem a perspectiva de classe e as mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual. Em formações históricas determinadas os segmentos da classe trabalhadora que se reproduzem dentro destas particularidades sofrem múltiplas

formas de exploração, discriminação e segregação. Logo, mover estas estratégias, implica articulá-las à perspectiva de classe e à materialização de direitos sociais, desta forma podem significar uma mediação à construção de uma sociedade livre das formas de alienação. As aprovações dentro deste eixo, buscam construir uma cultura relacionada aos direitos humanos no serviço social:

- Apoiar movimentos organizados e fóruns de direitos humano da sociedade na luta pela defesa dos direitos humanos;
- Promover parcerias com a comissão de Direitos Humanos dos legislativos municipais a estaduais e assessorias de Direitos Humanos;
- Socializar junto à categoria a experiência dos CRESS's sobre o que vêm realizando na área de Direitos Humanos, sugerindo prioridades na agenda política;
- Aprovar tema relativo aos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais para a realização do Tribunal no Próximo Fórum Social Mundial, tendo em vista o não cumprimento dos Pactos Internacionais pelo Brasil;
- Contribuir na denúncia internacional do Brasil pelo não cumprimento dos pactos que assina a pela falta de providências quanto ao julgamento de processos judiciais por reparação de direitos humanos no Brasil;
- Pensar ações que situem direitos humanos para além da legalidade *Strictu Sensu*, entendendo a luta pelos Direitos Humanos como estratégia para o outro modelo de sociedade, mesmo que reconhecendo suas limitações;
- Imprimir à luta pela defesa dos direitos humanos a perspectiva de classe e suas mediações de gênero, raça/etnia e orientação sexual, entendendo que a defesa dos direitos à vida, ao trabalho, à saúde, à educação, e outros interessam à luta pela construção de sociedade alternativa ao capitalismo;
- Ressaltar que as deliberações aprovadas no eixo direitos humanos afirmem a concepção destes como sendo todo o conjunto de direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos, uma vez que os mesmos são indivisíveis e interdependentes;
- Fortalecer o vínculo dos CRESS's com entidades de direitos humanos e articular ações conjuntas de enfrentamento, difundindo e fortalecendo os princípios éticos-políticos da profissão;

As proposições do grupo de trabalho formação profissional/relações internacionais pretenderam convocar as entidades representativas da categoria - o

conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO - e outros sujeitos coletivos relacionados à formação e ao exercício profissional (OAB, Andes e CUT) no sentido de movimentar estratégias para a defesa do projeto de formação profissional consubstanciado nas diretrizes curriculares. Registram-se ainda, iniciativas de articulação com as organizações internacionais da categoria como a FITS, MERCOSUL e ALAETS. As propostas e encaminhamentos listados abaixo são representativas do que afirmamos:

- Enfrentar nacionalmente através das entidades (Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, outras entidades de formação e exercício profissional - exemplo; OAB - ANDES, CUT, etc) a defesa do Projeto de Formação Profissional, em especial as diretrizes curriculares construídas democraticamente nos fóruns de representação da categoria;
- Denunciar amplamente as imposições do MEC em relação à política de ensino superior, promovendo estratégias de ação jurídica, bem como mobilização junto aos poderes legislativo e executivo;
- Denunciar amplamente as orientações dos Organismos Internacionais (Banco Mundial, BID, OMC) , para as políticas de educação e suas condicionantes para o financiamento destas políticas, impostas aos países em desenvolvimento;
- Publicizar e participar as ações contrárias às orientações dos Organismos Internacionais (Banco Mundial, BID, OMC), com a organização dos conselhos de categorias profissionais, a organizações dos docentes e a divulgação do recente documento da reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero-americanas, em Porto Alegre (26/04/2002);
- Promover discussão entre o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, e ENESSO quanto à proliferação de cursos de Serviço Social, tendo em vista a preservação da qualidade do ensino e a observância das diretrizes curriculares, do Código de Ética e da Lei 8662/93, consubstanciado no projeto ético-político.
- Viabilizar a formação política para os dirigentes e a categoria, preferencialmente em convênio com as Universidades;
- Pautar em todos os fóruns de categoria a organização política internacional dos trabalhadores sociais;
- Articulação permanente CFESS/ABEPSS/ENESSO em relação às estratégias programáticas de enfrentamento das questões postas pela globalização neoliberal, através das organizações internacionais da categoria (FITS,

MERCOSUL, ALAETS) garantindo a veiculação entre os CRESS's do conteúdo destas articulações.

As deliberações relativas ao tema seguridade social podem ser caracterizadas a partir da prevalência de suas frentes de atuação. A primeira, a que nos parece mais enfatizada, é a tentativa de se construir alianças políticas com sujeitos coletivos para além das entidades de representação do corpo profissional. Trata-se de uma estratégia que reconhece uma sentença: as estratégias que viabilizam o projeto profissional, e o projeto de classe nele ancorado, não se movem sozinhas devem ser conduzidas por sujeitos que ultrapassam a atuação das entidades organizativas da categoria. Por conseguinte, nota-se que a maioria das propostas de ações táticas buscam pactuar-se com atores políticos específicos para a defesa da seguridade social pública: a CUT, federações e confederações de trabalho por ramo de produção, movimentos sociais e o Ministério Público.

A segunda frente centra-se no plano de fortalecer o caráter e a metodologia dos programas sociais vinculados à política setorial de assistência social<sup>55</sup> e o aprofundamento das interfaces entre a política de assistência e a política para a infância e adolescência.

As deliberações, entre outras questões, defendem enfaticamente o conceito de seguridade social indicado pelo conjunto CFESS/CRESS, englobando o conjunto das políticas que asseguram a proteção social dos indivíduos. Ei-las:

- Aprofundar a discussão sobre o caráter e a metodologia de implantação dos programas sociais do Governo Federal, em especial o do Programa Bolsa Família;
- Retomar a mobilização dos Assistentes Sociais da Previdência;
- Fortalecer as parcerias com entidades de defesa dos interesses populares, com os movimentos sociais e com o Ministério Público;
- Aprofundar as interfaces entre a política de assistência social e a política da criança e do adolescente destacando o papel da família;
- Intensificar a articulação com a CUT, confederações e federações de trabalho por ramo de produção na defesa dos sindicatos por ramo de atividade;

---

<sup>55</sup> Neste ano estavam em evidência os programas de transferência condicionada de renda, a exemplo do Programa Bolsa Escola (inicialmente implantado pelo governo de Cristóvam Buarque no Distrito Federal). Na ocasião, o governo FHC havia ampliado o programa nacionalmente e sua metodologia de trabalho tem como alvo de intervenção o educando e sua família, daí este tipo de proposta figurar o documento final do encontro.

- Trabalhar a importância de filiação sindical da categoria no seu ramo de atividade, desde o ato da inscrição nos conselhos;
- Intensificar a articulação do CFESS/CRESS com a CNTSS no sentido de estimular a construção sindical por ramo de atividade;
- Afirmar com ênfase, a importância dos CRESS's participarem da construção sindical, pois há um rebatimento direto na prática e na qualidade do trabalho.

O documento público apresentado no XXXI Encontro Nacional CFESS/CRESS fora a *Carta aos presidentiáveis - Eleições de 2002*. Referimo-nos a uma carta-manifesto dirigida aos candidatos aos cargos eletivos nos estados e na presidência da república. Seu conteúdo discorre uma breve contextualização dos assistentes sociais como uma corpo profissional representativo (se quantificados eram, à ocasião, mais de 60 mil registros profissionais ativos) organizadas nacionalmente e que no seu cotidiano de trabalho enfrenta condições de trabalho adversas, cuja causa última é o reordenamento econômico-social dinamizado pelo Estado. Neste documento há uma análise de conjuntura em que enfatiza-se as consequências sociais provocadas por tal reordenamento. Os princípios políticos do projeto profissional são percebidos por meio da materialização de direitos e deveres inscritos no código de ética profissional.

Neste sentido, reafirmam-se a relevância das lutas empreendidas e manifestam-se propostas que almejam colocar "nas mãos da classe trabalhadora o curso e a direção da nação", tal como se revela nas fragmentos destacados do texto:

Rejeição a qualquer tipo de acordos com organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, que tragam prejuízos sociais para as classes trabalhadoras, em especial para os usuários do serviço social;  
 (...) Auditoria da dívida externa, considerada ilegítima por plebiscito nacional organizado por diversas entidades em 2000;  
 (...) Defesa da Seguridade Social Pública e Estatal, ampliando o leque das políticas públicas e criando o Ministério da Seguridade Social, cp, orçamento específico;(CFESS, 2002)

### **1.2.1.2 As deliberações no período 2003-2006**

Antecipadamente há que se ratificar que a opção política e teórico-metodológica de seccionar o conjunto de deliberações em dois tópicos fora

realizada, segundo os traços distintivos que o novo desenho conjuntural demarcara no período. Como dito em momentos precedentes desde texto, o projeto político que conduziu à vitória da coalizão - que alçou o ex-operário Luis Inácio Lula da Silva à presidência da república - repercutiu de forma inédita nos pilares do projeto profissional de ruptura.

Essas repercussões foram percebidas em aspectos centrais da organização de movimentos populares e de trabalhadores no Brasil. Pode-se dizer que o caráter mais particular de tal coalizão foi o fato de ter reunido em seu entorno, como analisara Braz (2004), "*setores da classe trabalhadora e do capital produtivo do país*" (os acontecimentos posteriores demonstrariam que o capital financeiro ocupara lugar de destaque). Este aspecto, associado ao contexto nacional e internacional da luta de classes, envolvido pela transformação do perfil da classe trabalhadora, cuja base material são postas (entre outras razões) pela reordenação do padrão produtivo e enfraquecimento de referenciais político-organizativos, segundo o qual "*a classe trabalhadora vem se expressando em formas organizativo-políticas cada vez mais recortadas em 'identidades' fragmentárias*" - são essenciais para a apreensão do cenário de rotação da correlação de forças políticas (BRAZ, 2004).

O governo Lula conseguiu aglutinar setores que enxergavam em sua chegada ao planalto central o princípio da derrocada dos ajustes e reformas de corte neoliberal no Brasil e as possibilidades de dar vida ao projeto democrático-popular de raiz anti-capitalista . É ilustrativo do que mencionamos a contagem, no primeiro governo Lula, dos "*cem primeiros dias de governo*", a ruptura com o desastre neoliberal não ocorreu nos primeiros 100 dias, tão pouco nos dias, meses e anos subsequentes. Com isso, a gestão do Estado brasileiro pelo grupo político que compunha a base aliada do governo reuniu duas características complementares e intrincadas.

A manutenção e tendência ao aprofundamento da política econômica implementada pelo governo FHC, por muitos, à época, era percebida como legado de uma "herança maldita" deixada por seu antecessor - um dos fatores de impedimento às mudanças em direção ao cancelamento da agenda neoliberal no Brasil. Em contraposição a estas suposições Gonçalves (2003) esclarece:

(...) O argumento é que FHC teria deixado um conjunto de "bombas" armadas que explodiriam já no início do governo Lula. Dentre essas bombas

estão o nível das reservas internacionais, a inflação, o acordo com o FMI e o rombo das contas públicas. Esses problemas já existiam (e ainda existem) e Lula está fazendo mais do mesmo que fracassou. A política macroeconômica de Lula não soluciona os problemas e, sim, provoca o agravamento da situação econômica e social brasileira. (GONÇALVES, 2003: 45)

A segunda característica aludida interpõe os vínculos entre política econômica e política social no governo Lula. Embora a orientação e ação concreta da política macroeconômica tenha se mantido inalterada (quando não intensificada), em se tratando das políticas sociais, tal governo ao incorporar parcialmente - ou apenas utilizar como retórica - demandas históricas dos movimentos populares acabou por produzir nestes segmentos a ilusão de que havia uma distinção entre política econômica e política social no governo Lula. O chamamento de sujeitos individuais (ícones destas lutas) para integrar os ministérios e secretarias especiais se configurou como um processo de capitulação e consentimento (em maior ou menor grau de consciência) destes agentes, sob a estratégia de *ocupar os espaços no governo antes que a direita os ocupasse*. Esse processo colaborou para reforçar um dos marcos deste governo, a restrição de práticas políticas democráticas aos marcos institucionais. Nesta direção, Netto (2004) expõe:

(...) a preocupação 'social' de Luiz Inácio Lula da Silva não parece, segundo os parâmetros do discurso governamental, colidir minimamente com a orientação macroeconômica que vem sendo implementada com invulgar pertinácia. Há claros indícios de que, para o presidente e o núcleo que lhe é mais próximo, a política social mantém vínculos miraculosos com a política econômica - aliás, já em fins de 1998, o ex-ministro da educação do governo petista, Cristóvam Buarque, projetando uma eventual vitória do atual Presidente na disputa que se travava com FHC, dizia, (...) *que até se poderia manter a equipe de Pedro Malan porque o diferencial do governo PT seria a política social*. (NETTO, 2004: 16)

Destarte, a permanência dos pressupostos e orientações neoliberais na estruturação das políticas econômicas e sociais solaparam de maneira inexorável o projeto profissional de ruptura. Durante os oito anos de governo FHC as ameaças à objetivação do projeto profissional não só estavam abertas como muitas delas se consolidaram com as reformas implementadas. As expectativas de ampliação de direitos sociais previstos na Carta Constitucional de 1988 e nas leis regulamentadoras posteriores foram impedidas por uma fortíssima ofensiva que consubstanciou a retração e retirada de conquistas fundamentais. As ações táticas

dos setores vinculados ao capital oscilou entre a alteração de dispositivos constitucionais, via aprovação no Congresso Nacional, à expedição de medidas provisórias, portarias ministeriais, normas operacionais e resoluções diversas.

Entretanto, essas ações tem de enfrentar politicamente forças de oposição. O Partido dos Trabalhadores<sup>56</sup> e outros partidos do campo denominado centro-esquerda visaram frente a tais reformas denunciando o caráter ideológico e restritivo em relação aos direitos. Situação diferente da que se observa em relação ao governo Lula pois, aquelas formas que no governo anterior eram de oposição, agora ocupam o lugar de *base aliada* atuando para favorecer a mesma política de ajustes. E mais, os partidos políticos que passaram a ocupar a sustentação política do governo Lula possuem íntimas relações com o movimento sindical e social o que serviu para abalar o campo do chamado projeto democrático popular e de esquerda no Brasil, a resultante destes acontecimentos fora o processo de enorme divisionismo e capitulação porque passou a esquerda brasileira com a ascensão ao governo das forças políticas aglutinadas pelo PT.

Com tal situação questiona-se: de que forma esses acontecimentos repercutem no projeto profissional de ruptura? A resposta a esta questão - em absoluta coerência com o que vimos expondo até aqui - soa como uma obviedade porque as bases sócio-políticas que tornaram a defesa do aprofundamento de tal projeto uma realidade se viram substancialmente modificadas. Os sujeitos individuais e coletivos, antes aliados na frente de oposição à agenda neoliberal, agora ou fazem parte do governo (incluindo os sujeitos da categoria profissional dos assistentes sociais) ou integram sua base de sustentação política, ou nas palavras de Netto, "*os sujeitos políticos e político-profissionais, individuais ou coletivos, saindo da oposição para a responsabilidade da execução governamental , transformam a bravatice voluntarista (...) em militantismo conformista*". (NETTO, 2004)

As interseções entre o projeto democrático-popular hegemônico pelo PT e o projeto ético-político do serviço social brasileiro não são circunstanciais. Além deste conjunto de forças terem se convertido em sua materialidade sócio-política, a

---

56 Embora os dirigentes pertencentes à cúpula do partido a muito tivessem "neutralizado" as correntes socialistas e social-democratas a oposição ao projeto de reformas neoliberais era uma prerrogativa do partido e demonstrava o traço distintivo do projeto das forças políticas reunidas em torno do PT a aquele oriundo da chamada direita tradicional, representada - não exclusivamente - pelo Democratas (ex-Partido da Frente Liberal , PFL) e o Partido da Social-Democracia Brasileira , o PSDB.

concretização dos princípios e diretrizes do projeto profissional tinham em gestões petistas municipais, principalmente, a sua possibilidade de efetiva realização. Instauradas as condições de comprometimento das bases sócio-políticas do projeto profissional, as repercussões quanto as duas dimensões constitutivas foram problemáticas.

A dimensão teórica relacionada à produção de conhecimento, que vem sendo modificada deste a aprovação da LDB, se viu num processo de tremenda fragilização. A rápida expansão dos cursos privados de graduação - com pouca ou nenhuma tradição de pesquisa, que impõe condições desfavoráveis ao trabalho docente - e a indiscriminada e pouco criteriosa proliferação dos cursos na modalidade à distância comprometem as condições necessárias a sustentação deste dimensão. Porque se veem ameaçadas por esta fragilização o nível da produção teórica uma vez conquistada pelas vertentes profissionais mais críticas. E mais, substancialmente alteradas as agências de formação (tanto públicas quanto privadas), a dinâmica e o ambiente acadêmico tendem a impor um outro caráter para a formação profissional, distinto daquele que se considera ideal para a apreensão e consolidação de conhecimentos necessários para renovar os quadros político-profissionais.

A dimensão jurídico-política enfraquecida pela tendência à flexibilização das leis trabalhistas e ao processo de desregulamentações das profissões somadas ao *"trinômio degradação/mercantilização/privatização do aparato público estatal"* e a consequente retirada e/ou retração de direitos, resumem as ofensivas às legislações oriundas da Constituição de 1988, assim como a concepção de seguridade social defendida pelas entidades organizativas do serviço social<sup>57</sup>.

A dimensão político-organizativa, golpeada desde as manobras ideológicas do neoliberalismo apoiadas na produção de dissenso, se vê profundamente alterada, posto que a permanência da agenda política que remava na contracorrente neoliberal, carece de sujeitos políticos que a dêem corpo, substância. A conjuntura aberta com o primeiro governo Lula, como visto, desarticulou a frente política que dava vida a tal agenda. Braz (2004) evidencia com acuidade a situação contraditória vivida por nossas entidades organizativas entre os anos de 2002/2003:

---

57 Retomaremos esta discussão no Capítulo 2, item 2.3

As entidades, em suas gestões atuais, viveram situações políticas bastante distintas nos últimos dois anos, pois, 2002 viviam o fogo cruzado do governo FHC, opondo-se às suas políticas neoliberais ao mesmo tempo em que, ainda em 2002, no segundo semestre, viveram a expectativa da vitória de Lula e a euforia de sua consumação em outubro. Transitaram entre a consequente oposição ao governo FHC e a perspectiva de, em janeiro de 2003, participarem diretamente da construção do governo que, mesmo considerando suas contradições internas dadas pelo arco de alianças articulado, abriria pela primeira vez na história do Brasil possibilidades concretas de interferência em seus rumos, disputando hegemonia com as forças conservadoras em situação mais favorável politicamente. (BRAZ, 2004: 63)

Representativo das considerações do autor fora a mensagem de abertura gestão *Trabalho, Direitos e Democracia - A gente faz um país - 2002/2005*, proferida pela presidente do CFESS Léa Lúcia Cecílio Braga, no primeiro encontro nacional do conjunto CFESS/CRESS após a vitória da coligação Lula Presidente.

(...)Outubro chegou, e com ele **a confirmação nas urnas da vitória eleitoral da COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, derrotando eleitoralmente o projeto neoliberal que comandava o país desde o final dos anos 80.** (...) Embora, conscientes, que a vitória era eleitoral, porque não era vitória de um projeto societário, isso não nos impediu de viver uma esperança brasileira. (...) Movidos, por essa esperança, muitos de nós, também militantes no campo democrático popular, participamos felizes, em Brasília, das comemorações de posse, na verdade uma vitória de cada um, construída ao longo de vários anos de lutas e militância. (...) Acompanhamos, atentamente, a construção do governo, o significado e a materialização do amplo leque de alianças de centro-esquerda. (...) Em oito meses de governo, embora muitos dizem que é cedo para avaliar, nós assistentes sociais estamos atentos e preocupados. **O Governo Lula não concretizou a sua intenção de ruptura com o paradigma neoliberal.** O direcionamento da política econômica em curso, até agora, não foi rompido. Até aqui, o Governo Lula manteve as linhas gerais da última década no Brasil, as taxas dos juros, o superávit primário, o quadro recessivo e o aumento do desemprego. A lógica mercantil financista está pautada pelo produto e não pelos serviços; repudiamos sua referência no *cliente consumidor* e não no usuário - cidadão de direitos; rechaçamos sua concepção de *seguro privado* e não de Seguridade Social Pública; negamos a satanização do servidor e do serviço público, consideramos os grandes *vilões* da crise fiscal. **Precisamos disputar o governo Lula, por dentro do governo e nas ruas.** Disputar para não ver consolidar a alma conservadora que está em boa parte da base de sustentação do governo. (*grifos nossos*)

A transcrição da extensa citação faz-se necessária uma vez que resume boa parte do debate político interno ao serviço social na ocasião. Por se tratar de uma comunicação e não de um texto teórico, em muitas passagens percebe-se os aspectos emotivos em relação aquela situação. Quando a presidente do CFESS fala

em nome da categoria, expõe elementos do projeto profissional mas, também, da importância daquele momento histórico para muitos militantes que formaram as bases sócio-políticas que lançaram LULA à vitória. Pois bem, a tão esperada hora havia chegado e, após oito meses de governo, a manutenção da agenda política antes implementada por PSDB, DEM e PMDB, não impediu que os assistentes sociais politicamente organizados enxergassem a direção social do governo.

No documento fica explícito a compreensão do coletivo profissional que a política econômica implementada, guarda estreita relação com a política social, ao identificar as principais ações do governo Lula na área econômica pronuncia-se o rechaço à concepção de seguridade social entendida e implementada por este governo dentro da lógica do cidadão consumidor. A menção à disputa interna e nas ruas do governo Lula foi uma postura presente em muitos segmentos da esquerda e do campo democrático-popular no período causando um movimento geral de perplexidade diante dos rumos tomados - o que evidentemente, também ocorreu no serviço.

As deliberações políticas aprovadas neste encontro possuem três eixos organizadoras das ações táticas a serem empreendidas na agenda política do conjunto CFESS/CRESS, são elas: a política de seguridade social (com demandas específicas para a política por ocasião dos debates sobre a Política Nacional de Assistência social), a questão da ética e dos direitos humanos, formação profissional e as demandas próprias à reorganização política da categoria. Tais deliberações<sup>58</sup> serão listadas por eixo temático, na mesma ordem que são mostradas nos documentos.

#### SEGURIDADE SOCIAL:

- A estratégia de ocupar os espaços nos fóruns e conselhos de políticas públicas continua a ser privilegiada, assim uma das iniciativas foi estabelecer critérios de indicação para as representações do conjunto nos espaços de controle social (não há uma definição clara de que critérios seriam estes); e, mapear as representações já existentes, outra questão apontada foi avaliar a

---

58 Outras deliberações e moções também foram aprovadas:

- Elaborar uma carta a ser encaminhada ao presidente Lula reafirmando a defesa reafirmando a defesa da radicalização das políticas públicas no eixo Terra, Trabalho e Seguridade Social Pública.
- Moção de Apoio ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na luta pela reforma agrária.
- Moção de defesa pela realização do concurso público para assistentes sociais e a retomada dos instrumentos técnicos da Divisão técnica de Serviço Social no âmbito do INSS.

participação dos CRESS's nos conselhos de Políticas Públicas e de defesa de direitos, articulando-as às comissões temáticas do Conjunto;

- Contribuir par a discussão conceitual para a definição dos seguintes temários: caracterização dos usuários da política de assistência social, filantropia, terceiro setor, mediação familiar, dando visibilidade ao posicionamento político do Conjunto;
- Realizar gestões (CFESS) junto ao CNAS, na luta pela regulamentação dos benefícios eventuais no campo das políticas públicas;
- Fazer articulação do Conjunto CFESS/CRESS com os movimentos sociais e outras profissões, em torno de uma campanha nacional em defesa dos eixos prioritários, apontados na atual conjuntura: terra, trabalho e seguridade social pública.

#### ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA:

- Articular com a CUT<sup>59</sup> estratégias de discussão e mobilização política da categoria, buscando atingir o maior número de assistentes sociais;
- Promover reuniões ampliadas e/ou espaços com a categoria, para discussão sobre a organização política, intensificando as visitas nos locais de trabalho para divulgação das ações dos CRESS's;
- Intensificar o envolvimento do Conjunto no movimento de luta dos trabalhadores e na organização política da sociedade, sensibilizando a categoria da importância dessa participação;
- Atuar a ampliar o alcance do parecer jurídico do CFESS quanto à participação dos CRESS nos conselhos de políticas públicas.

#### ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

- Estabelecer como política prioritária para o Conjunto CFESS/CRESS a defesa dos direitos humanos, construindo uma agenda que contemple as temáticas de gênero, raça, etnia, dentre outras, a partir da realização de eventos regionais e da constituição no âmbito dos CRESS;
- Inserir a Política de Direitos Humanos na agenda dos CRESS, através de grupos de estudo, movimentos ações com demais entidades e ampliar as discussões nos regionais sobre o tema;
- Promover capacitação na área de direitos humanos, priorizando os profissionais

---

59 Mesmo no ano de 2003, quando a CUT pareci orientar-se politicamente numa postura de composição com o capital, a categoria conta a ter como tática a articulação com aquela central.

já capacitados no curso ética em movimento, para estabelecer relação entre ética e direitos humanos e qualificar a participação/intervenção da categoria e de conselheiro (a)s nos espaços políticos;

#### FORMAÇÃO PROFISSIONAL/RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

- Elaborar uma agenda com prazos definidos para viabilizar a articulação permanente CFESS/ABEPSS/ENESSO, em relação à estratégias programáticas de enfrentamento das questões postas pela globalização neoliberal através das organizações da categoria (FITS, MERCOSUL, ALAETS), garantindo a veiculação entre os CRESS do conteúdo destas articulações.

O 33º Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em setembro de 2004 na cidade de Curitiba, sob a bandeira "*Defesa da luta por terra, trabalho e seguridade social pública no país*", mantém sua agenda política com as mesmas frentes de atuação aprovadas em plenário no encontro anterior, contudo a reunião deste ano ganha um elemento novo - os debates envolvendo, a proximidade da aprovação da Política Nacional de Assistência Social <sup>60</sup>(PNAS) no plenário do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Pode-se observar que dentre as propostas e encaminhamentos aprovadas no eixo seguridade social há a prevalência - impulsionada, frisamos, pelo momento conjuntural, de orientações e ações no âmbito da política da assistência social, como se nota nos itens abaixo relacionados:

- Estimular a inter-setorialidade entre as políticas sociais, sem comprometer suas especificidades na perspectiva da atenção global, aos usuários dessas políticas.
- Contribuir nas discussões acerca do Sistema Único de Assistência Social/SUAS e defender em sua implantação:
  - a realizar concurso público para formação de quadro efetivo;
  - b Propor formas de financiamento público para o repasse fundo a fundo;
  - c Articular e/ou fortalecer os fóruns de Assistência Social;
  - d Garantir o debate sobre parâmetros para um sistema de parceria com a sociedade civil.

---

<sup>60</sup> A proposta da PNAS fora apresentada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 23 de junho do mesmo ano, em seguida houve reuniões descentralizadas para de discussão da proposta e construção do texto final da política, primeiro na cidade de Aracaju (nos dias 21 e 22 de julho) e depois em Brasília (nos dias 21 e 22 de setembro). No dia 14 de outubro em reunião do colegiado do CNAS foi aprovada, por unanimidade, o texto final da PNAS. Portanto, o encontro nacional daquele ano ocorre em meio às discussões para a definição de parâmetros nacionais para a estruturação da política pública de assistência social.

- Potencializar a participação do Conjunto CFESS/CRESS nos vários espaços de controle social;
- Sensibilizar a categoria de Assistentes Sociais para a transversalidade das questões ambientais, urbanas e agrárias em todas as políticas públicas
- Incorporar na agenda política do conjunto CFESS/CRESS, através das comissões de segurança e ética e direitos humanos, a luta contra a violação de direitos das crianças e adolescentes expressa na forma de trabalho infantil, exploração sexual, violência doméstica, violência institucional e outras.

As propostas extraídas do eixo de discussões éticas e direitos humanos ativeram-se às ações no campo institucional para viabilizar a estratégia de incorporar estes temas na agenda política do conjunto, e concomitantemente, fomentar este debate no seio profissional. Estas ações dizem respeito a articular e desenvolvimento de frentes comuns junto aos movimentos em defesa dos direitos humanos e pressionar as comissões parlamentares que versam sobre este tema. Outra questão é o fato de que tais articulações construídas são vislumbradas como potenciais alianças com sujeitos coletivos, que postulam objetivos humano-sociais universais, para a defesa do projeto ético-político. Identificam-se essas orientações programáticas na disposição de decisões e encaminhamentos em sequência:

- Garantir a articulação com os movimentos de direitos humanos e desenvolver atividades conjuntas para a categoria e demais interessados, através do encaminhamento as Comissões Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, dos estudos e atividades desenvolvidas, documentadas/sistematizadas pelo conjunto;
- Dar continuidade às campanhas nacionais de defesa dos direitos humanos priorizando o combate à discriminação e preconceitos das minorias sociais;
- Avaliar a campanha contra o racismo elaborando um documento que expresse a problematização do racismo e o posicionamento do Serviço Social;
- Promover articulação estratégica e sistemática com outros sujeitos políticos que como o serviço social tem por compromisso a luta pela cidadania, pela justiça social e pela democracia, enquanto socialização da política e da economia, visando a ampliação e o fortalecimento do projeto ético-político;
- Criar condições para que os Assistentes Sociais possam participar na discussão sobre o direito à via de modo específico no Projeto de Lei que tramita Congresso Nacional (Biosegurança, Células-tronco e Uso de Embriões, Bioética e

Transgênicos).

As deliberações do eixo programático formação profissional e relações internacionais registram um formalismo a verbalização de princípios que nos parece que, naquele ano, esta não teria sido objeto de um processo amplo de discussões. O que é observável com o que citamos:

- Fortalecer o Projeto Ético Político Profissional em ações conjuntas nacionais regionais com a ABEPSS e a ENESO, privilegiando o debate das diretrizes curriculares;
- Discutir e articular com outros sujeitos sociais (ABEPSS, ENESO, CONSELHÃO,<sup>61</sup> ANDES e outros), possibilidades de resistência aos processos de privatização das Universidades Públicas, aos avanços das faculdades privadas e cursos seqüenciais, reforma universitária no processo de ensino superior; encaminhando ao MEC e CNE posicionamentos da categoria e a demais parceiros.

A Carta de Curitiba, que concentra os posicionamentos assumidos pela categoria, é simbólica por, novamente, esboçar as relação existentes entre política econômica e política social no governo Lula. A *contradição* vivida por esse governo, ao nível do discurso, não se refere ao fato de desejar fazer e por motivos *extramundanos* não poder realizar. Antes, diz respeito ao fato de realizar uma proposta e nomeá-la de outro modo. Explica-se: o governo Lula fora pródigo em incorporar, na maioria das vezes apenas nos discursos as aspirações e demandas históricas dos movimentos populares relacionados às políticas públicas. Daí a grande contradição em seu discurso. Dentre as políticas públicas no campo da seguridade social a política de assistência social tem destaque. Ainda que naquela conjuntura, os gestores (na esfera federal) desta política fossem indivíduos que muito colaboraram para fazer avançar a discussão teórica e política sobre o tema, o fundamento último das propostas emanadas pelo governo central não modificam na essência a política implementada e, muito menos, a vinculava às políticas no campo da seguridade social. Citamos, a seguir, trechos significativos do documento:

---

61 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado no primeiro mandato do Governo Lula possui um caráter consultivo e está diretamente vinculada à Presidência da República, seus membros são designados por ato formal do chefe do executivo federal para mandato de dois anos. Na composição do Conselho então presentes trabalhadores, empresários, movimentos sociais, governo e personalidades expressivas em diversos setores, sendo que o número de membros permanentes do "Conselhão", originários do Governo, não pode ser superior a 1/4 dos seus integrantes.

**O governo Lula tem convivido com uma grande contradição em seu discurso: adotar uma perspectiva de inclusão social mantendo a política econômica herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso** claramente promotora da desigualdade social no país. Constatase que **a seguridade social pública está vivendo um processo de desmonte**: direitos conquistados pelos trabalhadores no âmbito da previdência social, por exemplo, foram subtraídos, destacando-se: queda do limite de teto da aposentadoria criação de um amplo mercado para a previdência complementar, colocando os trabalhadores no horizonte de riscos e incertezas. **A assistência social está voltada para os pobres em extrema vulnerabilidade, mostrando-se restrita e limitada.** Suas proposições inovadoras, como criação do SUAS e a unificação dos programas de transferência de renda só poderão ser efetivadas se garantidos recursos no orçamento da união. (*grifos nossos*)

Neste documento as propostas para a agenda política em defesa da seguridade social envolvem a:

- 1 Luta pela primazia do Estado nas políticas sociais;
- 2 Luta pela expansão do investimento público estatal na área social e combate às políticas focalistas, segmentadas e descontínuas;
- 3 Luta pela alteração das políticas de contra-reforma, isto é, da tendência de privilegiar o grande capital especulativo financeiro em detrimento das políticas sociais que garantam os direitos dos brasileiros, numa perspectiva de distribuição de renda, riqueza e construção de uma cultura política democrática."
- 4 Articulação de um fórum unificado de seguridade social com a participação dos conselhos de políticas e de Segmentos;
- 5 Luta pela instalação do Conselho Nacional de Seguridade Social;
- 6 Luta por uma nova ordem societária por meio da articulação dos segmentos sociais que pactuam com os princípios da liberdade, justiça social, democracia e cidadania.

A renovação e afirmação de princípios da frente de atuação política em defesa da seguridade social adquire centralidade a medida que, também neste encontro, é elaborado um manifesto sobre a Política Nacional de Assistência Social. Como vimos, o governo Lula não favoreceu a mudança de orientação quanto as políticas sociais tão pouco incentivou o reavivamento da concepção de seguridade prevista na Carta Constitucional de 1988. Nestas condições, a aprovação da PNAS e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) tende a não coadunar com os propósitos relacionados à seguridade social firmados pela categoria profissional.

Mesmo assim, ressalta-se *"a importância deste feito por significar um grande passo na superação da fluidez e da frágil institucionalização da assistência social como direito do cidadão e dever do Estado"* (CFESS, 2004). Vislumbrou-se na estruturação do SUAS, como sistema hierarquizado e integrado de ações a sua potencialidade enquanto valor estratégico na luta pela efetivação da seguridade social pública do Brasil, na perspectiva de superação das proposições neoliberais. Para tantos, os assistentes sociais reunidos naquele fórum, consideraram imprescindível *"o estabelecimento de critérios públicos e universais de elegibilidade e de prioridade dos tipos de atenção sócio-assistencial e serem prestados"* (CFESS, 2004).

O 34º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS ocorrido na cidade de Manaus tem início com mesa de debates que refletem o universo de preocupações do coletivo profissional naquela conjuntura. Uma das conferências discutira o tema *"Defender direitos e fortalecer os movimentos sociais: atribuições ética, política e profissional do assistente social para radicalizar a democracia"*, se relacionada a uma das deliberações no eixo seguridade social - que propunha estimular a participação da categoria nos movimentos sociais - isto nos possibilita inferir uma modificação quanto as prioridades de organização política da categoria. Observa-se ainda, que nas deliberações deste encontro as propostas vinculadas ao incentivo da reorganização sindical não comparecem mais.

A outra mesa de debates intitulada *"Seguridade Social em risco: desafios à consolidação dos direitos e implantação do SUAS"*, ao que o enunciado indica, percebe nas ações governamentais para a implantação do SUAS, reais entraves para a consolidação de direitos sociais, assim como um *processo de assistencialização das políticas públicas*<sup>62</sup> em curso no Brasil, estas orientações colidem gravemente com a estratégia de consolidar a política de seguridade social no Brasil.

Em 2005 a estrutura do relatório de deliberações apresenta-se da seguinte forma: apresentação e deliberações com referência a 07 eixos - seguridade social, ética e direitos humanos, fiscalização, gestão administrativo-financeira, divulgação e

---

62 Tal processo será discutido de forma mais detida no capítulo II, desde já temos a dizer este se identifica com um esvaziamento dos propósitos constitucionais de se construir um sistema de seguridade social. Tal movimentação repousa no lastro das reformas do Estado e se caracteriza, ao esvaziar o caráter universal da seguridade e priorizar a política de assistência social, ao fazer desta uma das políticas prioritárias do governo Lula.

imprensa, formação profissional e relações internacionais. Estas propostas e encaminhamentos serão elencados abaixo na ordem em que estão dispostos no relatório:

### **Seguridade Social:**

- Aprovar a Carta de Manaus a ser encaminhada à Presidência da República e à sociedade em geral, defendendo alterações na Política Econômica do Governo Federal, particularmente, o fim da transferência de verbas das políticas públicas para efeitos de superávit primário;
  - Fortalecer a articulação com movimentos populares, potencializando o protagonismo do usuário nos conselhos de Políticas Públicas, no sentido de construir agenda conjunta para a defesa dos direitos;
  - Defender a seguridade social como amplo e universal sistema de direitos sociais, conforme art. 6º da Constituição Federal, com financiamento baseado nos lucros do capital e gestão participativa, submetida ao controle da sociedade;
  - Defender a regulamentação sobre a utilização de referendos e plebiscitos como forma de radicalizar a democracia;
- 1 Divulgar para os Assistentes Sociais, parlamentares e sociedade, documento que expresse posição do Conjunto CFESS/CRESS em defesa do ECA, em especial no que diz respeito: não alteração da idade de responsabilidade penal,
  - 2 não ampliação do tempo de duração da medida sócio-educativa de privação de liberdade.;
- Defender a efetivação da proposta de lei que prevê a criação do Fundo de Moradia Popular, preconizado pelo Movimento Popular de Luta pela Moradia;
  - Estimular a participação da categoria nos movimentos sociais

### **Ética e Direitos Humanos:**

- Fortalecer ações de defesa dos direitos humanos, construindo uma agenda que contemple as temáticas de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, pessoas com deficiência, dentre outras promovendo articulação e ações conjuntas com os movimentos de direitos humanos, contemplando a transversalidade nas políticas públicas;
- Avaliar a campanha nacional contra o racismo a partir da coleta de dados junto aos CRESS, estimulando a ampliação das ações efetivas pela mesma, consolidando as ações já implementadas nos diferentes estados do país, apoiando a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial a publicizando o

posicionamento do conjunto CFESS/CRESS a respeito;

- Realizar campanha nacional em defesa da liberdade de orientação sexual;
- Apropriar-se dos debates sobre os direitos humanos, definindo sua concepção, tendo como base as deliberações das duas últimas Conferências Nacionais de Direitos Humanos;
- Promover articulação estratégica e sistemática com outros sujeitos políticos que, como o Serviço Social, têm por compromisso a luta pela cidadania e pela justiça social e pela democracia, enquanto socialização da política e da economia, visando a ampliação e o fortalecimento do Projeto ético-político;
- Intensificar a articulação com os movimentos de defesa dos direitos humanos da sociedade civil, buscando diagnosticar os espaços de discussão de direitos humanos existentes (Pastoral Carcerária, Conselho de Direitos Humanos, Ministério Público, OAB, Conselho Penitenciário, entre outros), objetivando traçar estratégias de ações conjuntas na defesa dos direitos humanos.

#### **Formação Profissional:**

- Iniciar estudos, juntamente com a ABEPSS e ENESSO, sobre as modalidades de exames de proficiência, a exemplo dos promovidos pela OAB, pelo CFM, como condição para habilitação profissional.

#### **Relações Internacionais:**

- Manter as relações político-institucionais com a FITS e o Comitê Mercosul.

A apreciação crítica da Carta de Manaus, aprovada em plenário com a indicação de que fosse remetida para a Presidência da República, nos é imprescindível posto que revela - sem qualquer ordem de reservas - a real orientação do Governo Lula da Silva. A apreensão das relações entre conjuntura político-social e a estrutura das relações sociais torna inexecutável as cisões entre política econômica e política social (mesmo com todo o *encanto* que o SUAS provoca em muitos segmentos da categoria). E mais, desnuda o antes inacreditável aprofundamento da agenda neoliberal representado (não exclusivamente) pelas monumentais cifras de acumulação do capital financeiro. O destroçamento dos princípios e da direção social construídos em torno do projeto democrático-popular esvaziou, gradativamente, as trincheiras de resistência à ofensiva neoliberal o que fez muitos sentenciarem a necessidade de superar o projeto democrático-popular (MAURO, 2008). A defesa de direitos sociais são apreendidas em sua particularidade nesta quadra histórica - são percebidos como mediação necessária à

construção de uma outra ordem onde o excedente do trabalho social sirva à satisfação das necessidades de reprodução do gênero humano<sup>63</sup>. Reproduzimos aqui parte mais significativa (dentro dos propósitos de nossa pesquisa) deste documento:

(...) manifestam-se, veementemente contrários à política econômica realizada pelo Governo Federal, de forte orientação neoliberal, que se subordina ao capitalismo financeiro. (...) Esta política econômica se fortalece na grave crise política que assola a sociedade brasileira e revigora forças conservadoras, provocando o estreitamento da agenda social, a manutenção de elites burguesas no poder, o clientelismo, o fisiologismo e a fragilização das instituições democráticas. Dessa forma, **a ênfase na rentabilidade econômica se confronta com os anseios e propostas forjados nas lutas da classe trabalhadora, corroendo a histórica construção dos projetos de esquerda no Brasil.**(...)

O enfrentamento a essa direção econômica e social só é possível com a organização coletiva dos trabalhadores e o fortalecimento dos movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos como processo estratégico de luta democrática e popular, visando a emancipação e a construção de uma sociedade não submetida aos ditames do capital. É nesse sentido que **a conquista de direitos na ordem do capital não pode ser vista como um fim, como um projeto mas si, mas como via de transição a um padrão de civilidade que começa pelo reconhecimento e garantia de direitos no capitalismo, mas não se esgota nele.** Contudo, constitui requisito fundamental na instituição de bases objetivas para a radicalização da democracia.

A consolidação de direitos requer recusa intransigente dessa direção política, **o fortalecimento de práticas de resistência que estão em sintonia com os princípios de defesa da liberdade**, da radicalidade democrática, comprometida com a socialização da riqueza e da participação política, da justiça social e da construção de uma nova ordem societária. (CFESS, 2005)

O ano 2006 demarca o limite do recorte temporal escolhido para o estudo dos documentos políticos do serviço social brasileiro. O 35º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS realizado em setembro daquele ano centra suas forças na análise crítica da realidade social, das particularidades de reprodução social das classes e as formas de enfrentamento demonstradas pelo Estado. Ao se debater numa conferência aberta o tema "*Resistir à barbárie: afirmando o Projeto Ético-político no contexto das lutas sociais no Brasil e na América Latina*" procura-se mostrar, posto que a própria escolha do tema o evidencia, o posicionamento político do coletivo profissional sobre o atual estágio de reprodução das forças destrutivas do capital.

---

63 Retomaremos esta discussão no segundo capítulo item 2.3 O enfrentamento dado pelas estratégias político-profissionais em face das condições contemporâneas de reprodução do capital

Dois outros grandes temas ganham destaque: "*Conselhos de Políticas e de Direitos: potencialidade de transformação social*" e "*A ofensiva conservadora na formação profissional desafios éticos-políticos e a construção de uma agenda comum de enfrentamento pelas entidades da categoria*". A atuação dos assistentes sociais em conselhos de políticas e de direitos ocupara, desde a sua criação, espaço entre as prioridades de ação política da categoria. Contudo, o investimento massivo nesta frente de atuação política, parece-nos indicar certo enfraquecimento de outras historicamente também privilegiadas. Já mencionamos sobre o desgaste, sob o governo Lula, das bases sócio-políticas do projeto profissional de ruptura, assim como as dificuldades observadas para rearticular a organização político-sindical - fato verificável em todos os relatórios de deliberações desde 1993 e até a entrada dos anos 2000.

Há um elemento novo para somar à análise destas questões: neste mesmo ano é rompida a aliança histórica entre o CFESS e o campo do sindicalismo cutista (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS, Federação dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA e a própria CUT). Na ocasião do processo eleitoral para a representação dos segmentos dos trabalhadores (sociedade civil) no Conselho Nacional de Assistência Social, o CFESS foi preterido por tais entidades em favor da FENAS e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Com isso, o CFESS ficou, apenas, com a terceira suplência sendo os titulares - CNTSS, FASUBRA e a FENAS.

Este fato é da maior importância por demarcar uma nova situação da correlação de forças políticas que envolviam os aliados históricos do conjunto CFESS/CRESS. Não foram poucas as vezes que observamos nos relatórios de deliberações faz menção a articulação política com a CUT (ou as entidades do campo cutista) como uma das estratégias políticas vinculadas ao projeto profissional para a defesa dos direitos sociais. Quando o conjunto consegue, finalmente, candidatar-se para membro do CNAS como representante dos trabalhadores (e destacamos aqui a centralidade assumida pela política de assistência social no Governo Lula), a CUT consegue desarticular aliados históricos e submeter a candidatura do CFESS a derrota (a entidade historicamente a mais votada em processos eleitorais anteriores, recebeu apenas dois votos: o seu próprio e o da Associação de Educadores de Deficientes Visuais - ABEDEV).

As repercussões de tal fato demonstram não só um giro da CUT (no que se

refere as alianças políticas e a própria forma de organização sindical) mas também a dificuldade trazida para o conjunto CFESS/CRESS para encontrar parceiros do projeto profissional crítico. Não é demasiado lembrar, que durante aproximadamente dez anos, uma das táticas políticas do conjunto era possibilitar a transição sindical dos assistentes sociais segundo a orientação cutista. Esse acontecimento detonou a vinculação história ao campo hegemônico por esta central sindical e também com as perspectivas de organização da própria categoria profissional. Muitos nesse processo perceberam a necessidade de romper com o próprio PT, outros permaneceram no partido e continuaram a ocupar cargos no governo, alguns migraram para a construção de uma outra alternativa de organização político-partidária de esquerda (principalmente o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL) e por fim, o que foi mais generalizado, - o recolhimento de profissionais politicamente atuantes à pura crítica.

Assim, o esfacelamento deste campo de alianças deixa claro o ônus a cargo do CFESS pelos posicionamentos, na maior parte das vezes, contrários aos das entidades do campo cutista quanto as políticas implementadas pelo governo Lula. Este fato expõe o que pode ser uma mudança de orientação da organização político-sindical, quando a CUT vota na FENAS para conselheiro do CNAS demonstra uma tendência a fazer alianças políticas com sindicatos de categorias profissionais em prejuízo aos sindicatos por ramo de atividade econômica. Ao que esses fatos indicam a ênfase dada a partir do Encontro Nacional do ano de 2006 na articulação com os movimentos sociais e a estratégia de atuar politicamente nos conselhos de políticas e tutelares consubstancia-se como uma ação tática para a movimentação das estratégias necessárias à concretização do projeto profissional.

Identificamos no conjunto de deliberações aprovadas as seguintes orientações:

#### **Ética e Direitos Humanos:**

- Fortalecer ações de defesa dos direitos humanos<sup>64</sup> (...);
- Aprofundar o debate junto à categoria e construir posicionamento do conjunto CFESS/CRESS acerca da temática da igualdade racial;
- Realizar estudo de viabilidade para a criação dos núcleos de defesa de direitos humanos no CRESS, até o Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS de

---

<sup>64</sup> Esta deliberação, identificamos, é uma repetição daquela aprovada no ano anterior.

2007;

- Desenvolver estratégias coletivas frente à violação de direitos vivenciados pelos assistentes sociais no seu exercício profissional, fomentando a interlocução com outras categorias profissionais.

#### **Formação Profissional:**

- Estabelecer agenda entre as entidades nacionais (CFESS/ABEPSS e ENESSO) de debates e lutas em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional por meio de uma campanha nacional e defesa da qualidade da formação profissional, com as seguintes estratégias: a) desencadear, em caráter de emergência, ações efetivas *para se contrapor aos cursos de graduação à distância em serviço social por não contemplarem a qualidade da formação para o exercício profissional*, tais como: divulgação ampla do manifesto já aprovado; publicar nota em jornais de grande circulação, através da qual o conjunto CFESS/CRESS torne público seu posicionamento contrário aos cursos de graduação à distância - c) Realizar e publicar análise prospectiva sobre as implicações do crescimento do ensino privado na formação e no exercício profissional.

#### **Seguridade Social:**

- Reafirmar o perfil profissional presente no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas diretrizes curriculares dos cursos de serviço social, recuperando a atuação profissional do assistente social na perspectiva das diversas políticas sociais, combatendo a restrição de sua atuação à política de assistência social, bem como evitando a confusão entre serviço social e assistência social numa ação conjunta com a comunicação;
- Fazer estudos para a criação de um índice que revele o risco social no Brasil, polarizando com os índices de risco do capital, a exemplo do risco país;
- Adotar estratégias políticas que divulguem a posição do conjunto sobre a representação dos CFESS/CRESS nos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos considerando: fundamentação jurídica que descaracteriza o CFESS/CRESS como representação governamental; e a previsão na legislação profissional que caracteriza a representação de trabalhadores e de defesa de direitos, potencializando a participação do conjunto CFESS/CRESS nos vários

- espaços de controle social (conselhos de direitos e fóruns de políticas públicas);
- Indicar a realização, durante os congressos brasileiros de assistentes sociais, de atos públicos de rua, levando as posições da categoria para a população local onde o evento se realiza (em contraposição aos atos fechados, no local do congresso, que vêm sendo atualmente realizados);
  - Fortalecer a articulação com movimentos populares, potencializando o protagonismo do usuário nos conselhos de políticas públicas, no sentido de construir agenda conjunta para a defesa de direitos.

A política de assistência social continua a figurar as estratégias político-profissionais. As contribuições elaboradas para o texto final da Norma Operacional Básica do SUAS Recursos Humanos (NOB-SUAS/RH) versam, principalmente sobre a utilização de recursos federais para a remuneração de trabalhadores, propõe que este não deve retirar recursos dos programas, projetos e serviços sociais para fazê-lo. Mas sim ficar sob responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais, devendo ser assegurado aumento do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social com inclusão de rubrica específica para o pagamento dos/as trabalhadores/as concursados. Desde modo, propõe-se:

- Alterar a concepção de NOB/RH para NOB/Gestão do Trabalho, de modo que a gestão do trabalho se torne o eixo central desta normativa;
- Substituir a concepção de capacitação pela de educação permanente;
- Reiterar as distinções entre sindicatos e conselhos de assistência social.

O documento público construído neste encontro, a Carta de Vitória, é também uma comemoração do 70 anos de serviço social no Brasil, nela reconstrói-se os momentos decisivos da história desta profissão - sua origem organicamente vinculada aos projetos de conservação da ordem burguesa, a crítica ao conservadorismo e sua *virada* com a construção de um projeto profissional de ruptura. Este documento além de ser comemorativo é um documento-manifesto porque socializa a postura política de um corpo profissional maduro e politicamente atuante no cenário brasileiro. Extraíu-se de suas linhas o que consideramos mais substantivo:

(...) essas lutas manifestam-se hoje em um cenário mais complexo e desafiador, marcado pela barbarização da vida social, das contra-reformas

neoliberais, da reestruturação produtiva, do desemprego estrutural e fragmentação do mundo do trabalho, que marcam o capitalismo maduro.

(...)Para nós democracia significa participação política e acesso aos bens materiais e culturais, o que está claramente ameaçado pela persistência das políticas neoliberais em curso no país, como parte de um projeto de inserção passiva na economia mundial.

(...) manifestam suas principais preocupações neste momento:

1. A necessidade urgente de reorientar a política econômica no sentido de favorecer os interesses nacionais e as demandas da maioria da população como contrário de transferir os recursos públicos para o capital financeiro o que penaliza o emprego, os direitos e a renda.
2. A premência de frear a precarização da formação profissional que vem ocorrendo por meio da expansão acelerada de cursos de serviço social privados, presenciais e a distância, bem como o criminoso sucateamento da universidade pública, tem fortes implicações para a qualidade dos serviços prestados a população.
3. A urgência de realizar investimentos consistentes nas políticas sociais, rompendo com a orientação focalista e seletiva das mesmas instituindo um quadro efetivo de direito dos trabalhadores. (CFESS, 2006)

Os posicionamentos observados neste documento juntam-se a outros manifestos elaborados neste mesmo encontro: a carta aos presidentiáveis - 2006. Nesta são declaradas com repúdio todas as ações que tornaram reais as ofensivas de classe representadas pelas políticas de ajustes neoliberais entre nós. Tais ofensivas são contextualizadas a partir da década de 1990 sequenciadas pelas reformas que implicaram na desestruturação do Estado Brasileiro à revelia da penetração das demandas genuinamente emanadas na classe trabalhadora. Em linhas gerais desenha-se o quadro ilustrado pela: destruição dos equipamentos públicos, perda de direitos e respostas à questão social por meio de políticas focalistas e seletivas com baixa efetividade, privatizações, crescimento do desemprego, da precarização do trabalho, da concentração de renda e riqueza e ampliação da desigualdade social, entreguismo e submissão aos interesses do mercado financeiro internacional. Conclui-se, com isso o recrudescimento das expressões da "questão social" no Brasil intensificando a situação de perda de referências civilizatórias.

Desse modo o fragmento do documento evidenciado não expressa ilusões com uma possível viragem de um segundo mandato do governo Lula:

Nos últimos anos apesar das expectativas da maioria da sociedade por uma mudança de rumos com tal lógica neoliberal, manteve-se a continuidade da direção política dos anos anteriores, em consonância com o que há de essencial nesses mecanismos e exemplo de: ampliação do superávit primário em detrimento dos investimentos e de um financiamento consistente das políticas; altas taxas de juros; ausência de reformas democráticas e redistributivas; continuidade das contra-reformas da previdência, tributária, universitária, trabalhista e sindical, que reduzem

direitos. (CFESS, 2006)

## **CAPÍTULO 2**

### ***Estratégias políticas ante as condições de reprodução social na ordem burguesa***

*O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os*

*indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições de sua produção. (Karl Marx & Friedrich Engels, A Ideologia Alemã).*

O debate teórico sobre a categoria da reprodução social tem um marco histórico no serviço social brasileiro: trata-se da produção do texto histórico e fundamental de Marilda Iamamoto - *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* - onde, pioneiramente, a autora desvenda o significado social da profissão à luz da teoria social de Marx<sup>65</sup>. A partir desta publicação, sucederam-se outros textos voltados a analisar o mesmo objeto - o "lugar" do serviço social no processo de produção/reprodução social na ordem burguesa ou, noutras palavras, da inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho.

Em face da ampla produção intelectual sobre o tema, nosso exame terá como referência a polêmica acerca da inserção do serviço social no processo global de reprodução - o fato de ser ou não trabalho, no sentido marxiano do termo - tendo como parâmetro os principais protagonistas sobre este debate no serviço social brasileiro: Marilda Iamamoto e Sérgio Lessa. Nos parece que o antagonismo existente entre os autores (antagonismo, diga-se, no mesmo espectro político-ideológico) se localiza em torno da discussão acerca da ontologia social lukácsiana. Evidentemente, as implicações políticas diante deste posicionamento teórico também aparecem igualmente distintas entre nossos autores.

Os supostos teórico-metodológicos assumidos para a realização da pesquisa - os fundamentos histórico-ontológicos do ser social, tal como os descobriu Marx e os desenvolveu Lukács - não deixa qualquer dúvida do modo como se avançará nos núdulos explicativos do capítulo. Aqui, o essencial é analisar a reprodução social como categoria ontológica, com todos os desdobramentos que daí decorrem; dentre estes, destacam-se dois: um deles revela-se pelo ato de privilegiar a categoria da totalidade social, sem a qual a consciência não poderia refletir o real. A outra característica subjacente à aceção lukácsiana se volta à categoria da historicidade, sua explicitação metodológica impõe a "abordagem genética", "aquela que relaciona as formas mais primitivas as mais desenvolvidas através das

---

65 A novidade e ousadia do texto de Iamamoto consistiu em analisar a profissão na sociedade burguesa partindo de uma leitura apurada dos textos de Marx, notadamente o livro I de *O Capital - Crítica da Economia Política*. Ao fazê-lo a autora rompeu com a cultura que vinha desde o Movimento de Reconceitualização, de uma aproximação do marxismo através de textos de seus difusores, ou nas palavras de Netto (1991) "de um marxismo sem Marx".

mediações historicamente existentes” (LESSA, 1999).

Portanto, anterior a qualquer debate restrito ao serviço social, explorar-se-á as principais determinações do complexo social da reprodução - o trabalho, o momento predominante, as mediações sócio-genéricas, a reprodução do indivíduo e a reprodução da totalidade social. Neste capítulo faz-se ainda, de forma preliminar, uma aproximação entre autores que realizaram esta discussão: referimo-nos às produções de Henri Lefebvre e Pierre Bourdieu & Jean Claude Passeron<sup>66</sup>

## 2.1 A reprodução social: categoria ontológica

Na introdução desta dissertação expôs-se de forma preambular o quanto da apreensão das idéias e questões aqui problematizadas são devedoras do desvelamento do complexo categorial que envolve a reprodução social na teoria marxiana<sup>67</sup>. O centro explicativo das questões levantadas - a inter-relação constitutiva no projeto profissional de ruptura do serviço social brasileiro, com a tríade estratégias políticas/complexo social da reprodução/princípio ético-político da liberdade até este momento da exposição foram somente tangenciadas.

O ponto de mediação entre o debate de estratégias políticas e sua necessária articulação aos sujeitos sócio-históricos (tema facilmente identificável às condições de existência do ser social no capitalismo) e a luta política pelas condições reais de expansão dos indivíduos sociais - determinação indissociável da liberdade no projeto profissional de ruptura -, pode ser, enfim, estabelecido. Como se verá neste capítulo, a relação conflituosa entre gênero e indivíduo, entre indivíduo/sociedade, mais a apreensão do momento predominante na reprodução social é o nexo mediador dos três capítulos deste texto. Dito isto, passamos à análise central deste capítulo.

São episódicas as situações em que a reprodução social teve um tratamento ontológico em sentido lato, isto é, em se perseguir os problemas filosóficos gerais e

---

66 As produções utilizadas como referência para a problematização do capítulo são, respectivamente: *A Reprodução das relações de produção* e *A Reprodução - elementos para uma teoria do sistema de ensino*.

67 Boa parte da estrutura e encadeamento expositivo deste capítulo tem referência na produção teórica de Lessa (1995); neste trabalho, o autor, tendo como principal suporte bibliográfico o capítulo *A Reprodução* contida na obra *"Para uma ontologia do ser social"* de Lukács, desvela a "malha básica de determinações da categoria ontológica da reprodução social" (LESSA, 1995) tal como o filósofo húngaro a desenvolveu.

as determinações concretas que envolvem sua existência. Sob orientação dos supostos teórico-metodológicos que nos inscrevemos, o pensador que decompôs este fenômeno em suas determinações mais fundamentais, foi, depois de Marx<sup>68</sup>, Lukács.

Entre os autores que têm influência no debate das ciências sociais, tomamos para esta análise as produções cujos autores já foram examinados por Lessa: Bourdieu & Passeron e Lefebvre. Em um rápido reconhecimento do debate realizado pelos teóricos franceses, Lessa apresenta o essencial de suas teses.

Ao iniciar pela obra de Bourdieu e Passeron, o filósofo afirma que, na acepção dos autores, a análise da reprodução social requer a existência de uma força social simbólica sem a qual não teria condições de se realizar. Nas atividades pedagógicas (cenário onde se desenrola a tese dos autores, uma vez que procuram esboçar elementos necessários a uma teoria do sistema de ensino) o poder simbólico - que num dado contexto possui valor evocativo, místico ou mágico - decorre das relações de força presentes na sociedade, assim os conteúdos transmitidos nos discursos pelas classes ou grupos sociais, são, na verdade, uma seleção arbitrária do universo de "significações" necessários à fixação da cultura destes mesmos grupos e classes dominantes. Com isso, a reprodução e auto-reprodução da ação pedagógica representa uma dupla função: reproduz o conjunto de valores e representações de determinado grupo social e cria nos indivíduos o *habitus*<sup>69</sup> - uma forma duradoura que se perpetua mesmo depois de cessado o ato pedagógico.

Para Bourdieu e Passeron, o grau de legitimidade de qualquer ato de violência simbólica reside na sua capacidade de velar o fato de ser uma violência simbólica. (...) Em primeiro lugar, a atividade pedagógica se reveste de uma auréola de neutralidade, frente aos conflitos sociais, que legitima

---

68 Em suas obras da juventude Marx estuda as determinações presentes na reprodução do ser social, em duas de suas obras do período, - Manuscritos Econômico-filosóficos (1844) e A Ideologia Alemã (1846), ainda que nosso autor travasse um batalha intelectual e política contra a metafísica idealista dos filósofos alemães, está presente grande parte dos delineamentos que desenvolveria em suas obras da maturidade. Nossa referência central é a monumental obra O Capital, onde de forma decisiva decompõe as determinações fundamentais presentes na reprodução do ser social burguês.

69 Segundo Bourdieu o *habitus* é plasmado por duas dimensões interrelacionadas: **as relações materiais**, estruturas objetivas que condicionam a existência privada e se colocam de fora sobre a vida individual como uma força externa; **a subjetividade construída**: o conjunto de significações que o indivíduo constrói no decorrer de sua existência sempre relacionada a aquisição de capitais (econômico, cultural, social e simbólico) num dado espaço social. Em sua ótica o indivíduo é importante, mas é igualmente importante são as estruturas com as quais ele se envolve. Assim, o *habitus* é um sistema simbólico que engendra práticas e representações individuais.

tanto a si própria quanto ao conteúdo que ela inculca. Em segundo lugar, o arbítrio cultural inculcado legitima as relações de poder dominantes e, ao mesmo tempo, a necessidade social de uma autoridade pedagógica (...) Com isso se perpetuam, tanto as relações de poder pré-existentes, como o arbítrio cultural e a autoridade pedagógica, numa cadeia em que, cada vez que um elo legitima o outro, legitima também a cadeia como um todo e é por ela legitimado. (LESSA, 1995:10)

A existência irrevogável do *Habitus* uma vez engendrado se desenvolve como decorrência do suposto de nossos autores de que toda instância ou instituição que exerce a ação pedagógica não dispõe de legitimidade fora dos grupos ou classes sociais de que é caudatária. A educação, como práxis destinada à transmissão de conhecimento e habilidades, é a "transsubstanciação das relações de força em autoridade legítima " (LESSA, 1995).

Na análise crítica de Lessa, Bourdieu e Passeron tomaram uma das funções do complexo social da educação e a transformaram em única função, conferiram a reprodução, pela força da fixação rígida do *habitus*, uma imutabilidade que descarta as contradições presentes nas relações sociais - aquelas que articulam tanto dimensões singulares quanto genéricas no processo reprodutivo como tal. Ao realizarem tais conclusões, os autores refutaram as distinções presentes entre a reprodução social e a reprodução natural, construindo uma analogia entre o *habitus* e o peso da dimensão biológica presente na reprodução social. Destarte, ao tornarem o *habitus* irrevogável, em muito se aproximam da resignação weberiana diante da ordem fundada no capital, da "gaiola de ferro intransponível".

Henri Lefebvre é outro autor cuja produção teórica acerca da reprodução social é examinada por Lessa. Em sua obra dedicada ao tema "A reprodução das relações de Produção"<sup>70</sup> Lefebvre, na tentativa de distinguir-se de outros teóricos da tradição marxista (aqueles que tinham inspiração no estrutural funcionalismo) refuta a existência de leis gerais na reprodução da sociedade contemporânea, ao que nos parece ignora (nesta obra) até mesmo a Lei Geral de Acumulação Capitalista, formulada por Marx no seu *O Capital - Crítica da Economia Política*.

Para Lefebvre, o surgimento do que denomina "neocapitalismo" explodiu as teses marxianas de que a potencialização do trabalho na sociedade burguesa

---

70 Esta obra será importante em outro momento deste capítulo - quando confrontarmos as posições de Lessa e Lamamoto quanto ao "lugar" do serviço social no complexo da reprodução. Esta nota faz-se necessária dado ao fato de que Lamamoto, em sua produção sobre o tema, tem como uma de suas principais fontes bibliográficas a obra de Lefebvre.

levaria a uma abolição da propriedade privada, e, a máxima de que um modo de produção apenas desapareceria após o capitalismo desenvolver todas as suas forças produtivas. Prossegue mencionando que não só o capitalismo não se esvaiu como construiu um "espaço produzido", não estranhado, mas, sim, urbano. O critério de organização deste espaço urbano seria a identidade entre a técnica e a racionalidade, é justamente neste espaço caótico e de apartamento de parcelas da população da sociedade e da civilização que ocorre a reprodução das relações sociais. A rejeição de teorias que vêem algo de natural na reprodução social, levou o autor francês à negação de leis inseparavelmente contidas ao mundo dos homens.

Para Lessa a tentativa dos autores de capturar os elementos constitutivos do complexo social da reprodução negam a possibilidade de uma aproximação efetiva com os "nexos fundamentais na reprodução do mundo dos homens".

No caso de Bordieu e Passeron, vimos como o axioma de uma força social simbólica, com o seu corolário - o conceito de arbitrário - levou os autores a postularem um fatalismo que a processualidade social desconhece. Agora, podemos perceber como o padrão lógico-abstrato de lei, elevado ao modelo universal de lei, apóia Lefebvre na negação da existência de qualquer legalidade imanente à reprodução social contemporânea". (...) A alternativa de Bourdieu e Passeron conduz a uma dedução do real a partir de conceitos abstratos, construídos aprioristicamente. (...) **que generaliza a reprodução das estruturas e complexos sociais já existentes, uma das múltiplas facetas fenomênicas do complexo da educação, até transformá-la arbitrariamente na única determinação fundamental da reprodução social.**(...) Henri Lefebvre, por sua vez, aparentemente caminhou em direção oposta: postulou a inexistência de leis no desenvolvimento social contemporâneo. **A fragilidade dessa formulação, em última análise e no plano mais geral, está em que uma processualidade que não possua lei alguma é uma absoluta impossibilidade.** (Lessa,1995:17-18 ) (*grifos nossos*)

A aproximação comparativa entre as obras dos dois autores conduziu Lessa (1995) à seguinte conclusão: embora tenham supostos marcadamente distintos e percursos metodológicos igualmente distintos, o resultado a que chegam em suas respectivas pesquisas aproximam-se em um ponto - nos autores: as possibilidades de transformação social no curso da reprodução do mundo dos homens são inexistentes; sob o capitalismo, as condições sociais de reprodução tornam-se perenes, inexoráveis.

Introduzido o debate nas ciências sociais, passamos à exploração do debate ontológico acerca do complexo social da reprodução, esta que não está presente

apenas no ser social, opera em outras instâncias da vida natural (biológica). Aqui, o que nos interessa são as peculiaridades da categoria social da reprodução, isto é, o processo de reprodução social conduzido no decurso do desenvolvimento histórico da humanidade.

Ao iniciarmos a explicitação dos nexos ontológicos que subjazem a exposição pelos "problemas gerais da reprodução", emerge um questão de fundo: o fato de que não é somente o mundo dos homens que conhece a reprodução, mas todo o conjunto de seres que compõem a esfera biológica.

A reprodução não se reduz a um processo de mera repetição biológica, de reposição de indivíduos, de perpetuação da espécie; é, concomitantemente, a criação do novo em uma processualidade que, embora também reproduza um exemplar da espécie humana (e nisso apresenta-se somente um dado de manifestação natural), ocorre inseparável de mediações sociais cada vez mais puras. Do ponto de vista da apreensão das propriedades mais gerais do ser, desde o aparecimento histórico do homem, sua reprodução física somente foi possível devido à inelutável relação com o ambiente natural. Tal ambiente é reconhecido como as três esferas ontológicas distintas da existência - *"a esfera inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo"* (LESSA, 2007).

A articulação entre as três esferas ontológicas é fundamental para a apreensão do modo pelo qual as esferas que conhecem a reprodução - a biológica e a social - se relacionam para a continuação/renovação destas esferas. A reprodução social existe condicionada à elevação das relações humanas a patamares superiores de sociabilidade e ao afastamento incessante das instâncias ontológicas inferiores ou, de outra forma, sob o "afastamento das barreiras naturais". Isto não significa que, no ato da reprodução dos indivíduos sociais, deixe de ocorrer o intercâmbio com o mundo biológico, pelo contrário - o intercâmbio com a natureza é um dado ontológico ineliminável da reprodução humana, o que se pretende asseverar é o fato de que cada vez mais a relação homem/natureza é socialmente mediada.

Com isso assinalamos que se a reprodução biológica<sup>71</sup> ocorre numa

---

71 Lukács (1979) ao examinar o desenvolvimento histórico do complexo orgânico, realiza a

imprescindível conexão com o ser inorgânico, o mesmo ocorre, em sinais opostos, com a reprodução social: sua permanência é indissociável do metabolismo com a natureza. Nesta processualidade que lhe é própria, as categorias inferiores não são eliminadas, mas, sim transformadas. Tanto a reprodução biológica quanto a reprodução social tendem a desenvolver-se para formas cada vez mais depuradas e em patamares superiores.

No entanto, estas duas formas de reprodução são bastante distintas. Na natureza, a reprodução envolve um processo permanente de repetição determinado, posto pelo ambiente em que este processo reprodutivo ocorre. A reprodução do ser social é um processo implicado por mudanças internas e externas, a totalidade do ser biológico ou natural é base ineliminável da reprodução social, mas o momento predominante da reprodução é dado pelas relações sociais, não pela natureza.

Mesmo diante dos complexos relacionados à reprodução biológica há o predomínio das relações sociais, como se pode observar na análise lukácsiana:

A alternativa social, ao contrário, mesmo quando é profundamente radicada no biológico, como no caso da nutrição ou da sexualidade, não permanece fechada nessa esfera, mas sempre contém em si a referida possibilidade real de modificar o sujeito que o escolhe. Naturalmente também aqui se verifica - em sentido ontológico - um desenvolvimento, já que o ato da alternativa possui também a tendência a fazer recuarem socialmente as barreiras naturais. (Lukács, 1979:81)

Lessa, recuperando Lukács, expõe que o fundamento ontológico objetivo de transformação do real é que os homens ao se relacionarem com a esfera biológica produzem mais do que o necessário para sua reprodução material - movimento posto por sua capacidade inata de realizar o trabalho. "Essa peculiaridade do trabalho, 'produzir mais do que é necessário para a reprodução do trabalhador', é a base objetiva de toda a história humana" (LUKÁCS, apud LESSA).

Neste momento da exposição chega-se ao nódulo central do que vimos desenvolvendo desde o início do capítulo, a saber: a distinção histórico-ontológica da reprodução social humana ante a reprodução do ser natural. O esforço até aqui

---

seguinte inter-relação: "No ser orgânico, a coisa é ainda mais evidente: a célula, por exemplo, enquanto "elemento", jamais pôde ter no plano metodológico a função que teve o átomo no mundo inorgânico, já que ela é mesmo um complexo. Já em pequena escala, o nascimento e a morte de todo ser orgânico se apresentam obrigatoriamente como processo histórico: mas depois de Lamarck e de Darwin, também em grande escala o desenvolvimento filogenético das espécies deve ser entendido como um decurso histórico" (p 92-93)

empreendido para demarcar a distinção entre as processualidades reprodutivas, no sentido de ratificar que a continuação da humanidade não deve ser considerada mera repetição, mas, sobretudo, a criação/renovação em níveis incomensuráveis. Não se torna difícil a apreensão (dada a orientação teórico-metodológica explicitada no texto) de que o tal nódulo central para a análise da reprodução social é a *categoria trabalho*.

É notável o quantitativo de produções teóricas no âmbito do serviço social brasileiro que vem realizando o debate acerca da **categoria trabalho** na sua acepção marxiana<sup>72</sup>, logo, ontológica. Embora sejam numerosas as produções, não dissertar sobre este tema seria negligenciar gravemente os fundamentos político-filosóficos e teórico-metodológicos de nossa pesquisa.

Explicitar o **trabalho** como categoria ontológica significa recuperar a importância e a dimensão descobertas por Marx quanto à sua função no desenvolvimento histórico da humanidade. Por meio do contínuo intercâmbio com a natureza biológica, os primeiros homens e mulheres conseguiram organizar alternativas para responder às necessidades sociais impostas pela existência física e espiritual, assim como para garantir a sobrevivência da espécie ante as adversidades do meio natural e às formas animais e fenômenos da natureza potencialmente mais fortes.

A descoberta marxiana, há mais de um século e meio atrás, das condições de existência dos indivíduos, permanece atual e vigorosa<sup>73</sup>:

(...) somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas

---

72 Quanto à introdução das reflexões lukácsianas no serviço social Barroco (2006 [página](#)) afirma: “desde de os anos 80, a ontologia social de Marx se apresenta na literatura profissional, fundamentalmente, através da obra de Netto e da interlocução com cientistas sociais e filósofos estudiosos de Lukács, tais como Coutinho, Lessa, Antunes e Tonet. A assimilação da discussão ontológica ocorre gradativamente, nos anos 80 orientada pelo tema do cotidiano, da reificação, do método crítico-dialético”.

73 A aparente obviedade do que mencionamos, na conjuntura atual, faz do enunciado quase uma excentricidade. Esclarecemos: o debate teórico nas ciências humanas está de tal forma metafísico, abstrato, distante da história concreta e das efetivas condições de existência social na ordem burguesa (onde predominam correntes neopositivistas e irracionistas) que o enunciado marxiano adquire o status de arcaico, obsoleto. Difícil não remeter ao próprio Marx quando da elaboração deste texto (primeira metade do século XIX) em que combatia teórica e politicamente o idealismo alemão.

coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material e, de fato, este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que, ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, 1989: 39)

A **categoria trabalho**, como momento da inter-relação homem/natureza, cujo impulso determinante é responder as necessidades do desenvolvimento humano-social de forma teleológica, ou seja, onde a consciência tem um peso histórico fundamental, é considerada a categoria fundante do ser social. Isto significa dizer que a mediação socialmente existente entre o ser natural e o ser social é posta pelo ato humano-genérico do trabalho - o conjunto de respostas às necessidades sociais de forma teleologicamente orientada num movimento de intercâmbio sócio-natural. Contudo, as relações com a natureza requerem, sempre e necessariamente, a relação dos homens entre si.

O homem que intervém no mundo natural e social (bem dito) pela via do trabalho, não só responde às legítimas condições de sua existência coletiva como também transforma inteiramente a natureza - transforma o meio natural, mas não pode eliminá-lo, sob pena de extinguir a própria humanidade, os elementos da natureza que integram o processo de trabalho continuam a existir no objeto criado, mas sob outra forma.

Reproduzimos aqui um segmento da análise do filósofo húngaro (demasiado longo, admitimos, mas necessário ao exame de nosso objeto) acerca da relação reprodução social/trabalho:

(...) Marx faz da produção e reprodução da vida humana o problema central, surge - tanto no próprio homem como em todos os seus objetos, relações, vínculos, etc. - a dupla determinação de uma insuperável base natural e de uma ininterrupta transformação social dessa base. Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*: 'O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de- uso , enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre homem e natureza. Através do trabalho tem uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica; ao mesmo tempo, a sua natureza; 'desenvolve as potências ocultas' e subordina as forças da natureza ' ao seu próprio poder'. Por outro lado objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. (LUKÁCS,1979: 16).

Ao dissecar os elementos internos à categoria trabalho - como elemento fundante da objetividade social - temos que a apreensão de sua dimensão filosófica comparece decomposta em suas principais determinações na obra de Lessa inteiramente dedicada ao tema<sup>74</sup>. Este autor, ao analisar a gênese do ser social, o articula à efetiva objetivação da síntese entre causalidade ("*princípio do auto-movimento que repousa sobre si mesmo*") e a teleologia ("*uma categoria posta*"). A essência do trabalho em Lukács - uma peculiar e exclusiva articulação entre teleologia e causalidade -, peculiar e exclusiva porque apenas no mundo dos homens a teleologia<sup>75</sup> se faz presente.

Outro elemento importante na argumentação do autor são os nexos que articulam totalidade social e o trabalho, em referência às formulações lukácsianas. Lessa afirma que os nexos existentes entre estes complexos não partem obrigatoriamente do trabalho em direção à totalidade social; Lukács não deduz o ser social a partir do trabalho, tão pouco realiza o contrário, concebe estas duas categorias como "*momentos distintos e inseparáveis de uma mesma esfera ontológica: o mundo dos homens*" (LESSA, 2002.)

A objetivação, este momento do trabalho (quando teleologia e causalidade fundam a causalidade posta), é assim descrita por Lukács:

A objetivação é, segundo Lukács, o momento do trabalho pelo qual a teleologia se transmuta em causalidade posta. A 'objetivação opera uma modificação do mundo dos objetos no sentido da sua sociabilização[...]. Ela articula a idealidade da teleologia com a materialidade do real sem que, por essa articulação, a teleologia e a causalidade percam suas respectivas essências, deixem de ser ontologicamente distintas. Nesse sentido, no interior do trabalho a objetivação efetiva a síntese, entre teleologia e causalidade, que funda o ser social enquanto causalidade posta. (LESSA, 2002:75)

A nova objetividade fundada pelo trabalho, síntese entre teleologia e causalidade objetivadas no interior do trabalho, não as distingue ontologicamente. A

---

74 Referimo-nos à produção teórica *Mundo dos Homens: trabalho e ser social* (2002).

75 Em sua apreensão acerca da teleologia, Lukács recusa a teleologia como categoria universal, como se verá na passagem a seguir: "Quer se trate de elevadas produções teóricas (Aristóteles e Hegel, por exemplo) quer se trate de emanações cotidianas e espontâneas acerca da vida e do mundo, toda teleologização do real significa abrir mão, em alguma medida, do radical caráter social do mundo dos homens. Teleologicamente orientada, a história humana não seria mais fruto exclusivo do agir dos homens em sociedade." (LESSA, 2002: 71)

causalidade social, por si só, não apresenta nenhuma pulsão teleológica. Desta relação, decorrem duas consequências decisivas: primeiro, que a *"teleologia apenas pode vir a ser em indissolúvel relação com a causalidade"*; e segundo, para que a *"teleologia possa converter a causalidade em causalidade posta é fundamental que a subjetividade capture (...) as determinações do real"* (LESSA, 2002: 67).

Entretanto, a reprodução dos indivíduos sociais não se encerra no trabalho, antes disto, envolve um conjunto de relações interdependentes que extrapolam o metabolismo sócio-natural descrito e analisado até aqui. Para compreender a reprodução social será necessária a apreensão das outras posições teleológicas desenvolvidas pelo ser social<sup>76</sup>. Dentre as determinações constitutivas da categoria social da reprodução, temos que, a explicitação do ser social como "complexo de complexos"<sup>77</sup> - e todos os seus desdobramentos posteriores - é indispensável a condução da dissertação.

Faz-se necessário, mais uma vez, destacar a enorme diferença entre as processualidades reprodutivas (biológica e social). O ser social se distingue das outras formas biológicas por outros tantos elementos mas, essencialmente, por ter desenvolvido a capacidade de projetar a transformação que irá operar na natureza, onde o papel decisivo, cabe à consciência.

Essa situação ontológica, peculiar ao mundo dos homens, requer que a categoria da continuidade, ao contrário do que ocorre, por exemplo, na esfera orgânica, não seja simplesmente o permanecer do mesmo, mas uma permanência que se constrói na perene e incessante mudança. O órgão e o médium de tal continuidade, segundo Lukács, é a consciência. (LESSA, 1995: 39).

Na reprodução dos indivíduos sociais para que a consciência possa cumprir a função ontológica no binômio mudança/permanência ela deve, prioritariamente, corresponder à intenção espontânea de realizar o melhor para a reprodução do indivíduo. Isto resulta que nas relações cotidianas há uma relação entre teoria e

---

76 Segundo a análise de Lukács o ser social, em seu desenvolvimento, produziu distintas posições teleológicas. A saber: as posições teleológicas primárias: aquelas voltadas à transformação da natureza - e as posições teleológicas secundárias: aquelas que visam influir sobre a consciência de outros homens afim de que realizem determinados atos. No debate teórico do serviço social brasileiro, Gilmaísa Macedo (2000) analisa a profissão (do ponto de vista ontológico) como posição teleológica secundária e realiza a aproximação do serviço social a um complexo ideológico; voltaremos a estes temas quando discutirmos o "lugar" do serviço social no complexo da reprodução.

77 Retomamos neste ponto a referência ao já citado texto de Lessa (1995).

prática, onde a seleção de aspectos do real sobre os quais a consciência deve focalizar sua atenção é determinada pelas condições concretas de vida de cada indivíduo. Ao atuar como intermediária na singular continuidade social, própria à reprodução no mundo dos homens, a consciência deve fixar o patamar de generalidade efetivamente alcançado (até o momento) pela humanidade. O conteúdo fixado deve ainda ser confrontado nos seus avanços e limites - o momento da fixação também é um momento impulsionador da nova continuidade que surge no ser social. Contudo, alguns momentos fixados pela consciência podem operar elementos contrários ao avanço da generalidade humana (estranhamento, alienação), isto, bem dito, não altera o quadro geral de continuidade permanentemente renovada, apenas o torna mais rico em contradições.

A história da humanidade nada mais é que '*junção*' entre aquele primeiro ato de trabalho, pelo qual o homem iniciou a sua auto-construção enquanto ser humano, embora não tivesse a menor consciência desse fato, com aquele outro momento em que se realiza a '*plena explicitação do ser-para -si do gênero humano*', a completa superação de seu mutismo originário. Assinala Lukács que esse segundo momento não é ainda uma realidade, todavia não restam dúvidas de que o primeiro momento já foi há muito ultrapassado. (Lessa, 1995:44)

Na particularidade histórico-social em que nos inscrevemos - a formação econômico-social capitalista - temos que, a maioria dos atos humanos fixados pela consciência, quando confrontados aos interesses humanos-genéricos, correspondem, via de regra, aos interesses individuais privados. Este fato não cancela seus desdobramentos: ao operar transformações na vida social e na natureza, mesmo que não correspondam aos interesses genéricos, suas conseqüências desenrolam-se para todos os indivíduos sociais tendo estes (ou não) consciência destas implicações.

Delimitadas as estruturas mais gerais da reprodução social e expostas as suas distinções quanto ao processo da reprodução social da esfera biológica, e, diante da impossibilidade prática de analisar todas as suas mediações, a reflexão de Lukács (da qual Lessa se apropria e explicita seus principais delineamentos) incide sobre o caráter de "*complexo de complexos do ser social*". Por complexos entendemos o conjunto tomado como um todo mais ou menos coerente, cujos componentes

funcionam entre si em numerosas relações de interdependência ou de subordinação, de apreensão muitas vezes difícil pelo intelecto e que, geralmente, apresentam diversos aspectos. Assim, a enorme dificuldade de decompor todos os complexos presentes no ser social tornar-se-ia imediata. Desse modo, o recurso metodológico utilizado por nosso autor foi expor o "*complexo de complexos do ser social*" por meio de dois de seus mais significativos complexos: a fala e o direito.

Lessa, ao examinar o complexo social da fala, enfatiza sua importância pelo fato de não haver nos outros complexos constituintes do ser social aquele que se reproduza sem a mediação do complexo social da fala, cujo predomínio da generalidade humana se mostra de forma evidente, como bem afirma nosso filósofo.

Lukács assinala que o predomínio da generalidade humana nesse processo é ainda mais evidente se nos lembrarmos que o desenvolvimento da fala é predominantemente espontâneo, que se realiza sem que a divisão social do trabalho, por si própria, ponha em evidência um certo grupo de pessoas cuja existência social repouse sobre o funcionamento e a reprodução desta esfera, isto é, cujo lugar na divisão social do trabalho sofra alguma institucionalização. Sua reprodução se dá cotidianamente enquanto cópia e expressão daquilo que o gênero, na sua auto-realização, alcançou, de fato, a cada vez. (LESSA, 1995: 48)

Assinala ainda nosso autor, que a espontaneidade social a que se refere Lukács quanto ao complexo da fala não significa que esta ocorra de forma desconexa, posto que toda a suposta espontaneidade na vida social é, na verdade, a "síntese de posições teleológicas singulares", embora o fator que impulsiona as posições teleológicas singulares tenham níveis de consciência diferenciados. O fundamental aqui é pôr em relevo que o complexo da fala se distancia em significado de outros complexos por dois fatores da maior importância: não está diretamente relacionado à divisão social do trabalho e sua objetivação expressa um nível de espontaneidade social.

Por outro lado, no que tange ao complexo social do direito, Lessa, recuperando o filósofo húngaro, deixa claro - sem margens para ambigüidades -, que a necessidade de regulamentação jurídica teve origem em um "estágio relativamente baixo de sociabilidade", esta consistia, basicamente, em fazer com que os membros da comunidade realizassem tarefas básicas de cooperação. Neste baixo estágio de sociabilidade, já se havia desenvolvido a divisão do trabalho entre

os indivíduos sociais, de modo que sobre o fundamento ontológico da existência do Estado e do monopólio da violência legítima que impõe (por parte de uma classe) a regulamentação produzida pelo direito.

As relações intrincadas e aparentemente indesvendáveis do ser social - complexo que articula tantos outros - somente podem ser apreensíveis pela mediação de sínteses destes mesmos complexos. Lukács, ao caminhar nesta direção, dá ênfase ao exame de dois complexos em especial: a fala (mediação linguística para a comunicação entre os homens) e o direito (conjunto de regras praticadas por instituições sociais que normatizam as relações entre os indivíduos, tendo como origem a existência histórica da divisão desigual e hierárquica do trabalho). Entre os complexos da fala e do direito diz que estes apresentam distintas características: A fala é uma estrutura dinâmica, surgida espontaneamente<sup>78</sup>, cuja reprodução é efetuada indistintamente por todos os homens na sua prática cotidiana como meio inevitável de comunicação. O direito, ao contrário, apenas pode existir, e se reproduzir, com a divisão social do trabalho, pois "delega a um grupo humano especializado a execução do trabalho necessário, a pensar e a agir, no interior de tal especialização, com uma certa consciência" ( LUKÁCS, apud LESSA:82). As diferenças, que muito brevemente expusemos, entre os complexos presentes na reprodução do ser social, nos mostram que estas relações contraditórias - complexos que visam a generalidade humana e complexos cuja essência é perpetuar o conflito indivíduo/gênero - encontram, sob nosso ponto de vista, uma única forma de unidade; a constituição desta unidade somente é possível ao compreendermos que o complexo de complexos é, na verdade, a totalidade social.

Refaçamos o percurso expositivo até aqui. O primeiro de nossos movimentos foi sintonizar o debate acerca da temática da reprodução social tal como vem sendo realizado por segmentos intelectuais progressistas nas ciências sociais. Para tal empreitada, a principal referência foi o debate realizado por Lessa junto aos expoentes do debate francês - Pierre Bourdieu & Jean Claude Passeron e Henri Lefebvre - e, em seguida, procuramos identificar e analisar os problemas ontológicos gerais que subjazem à reprodução, principalmente no que diz respeito às reconhecidas distinções entre reprodução biológica e a reprodução no mundo dos homens. Com base nestas análises, expusemos o trabalho (atividade

---

78 Já sinalizamos o caráter desta espontaneidade.

eminentemente social de intercâmbio com a natureza, cuja consciência possui um papel central) como categoria ineliminável de toda processualidade reprodutiva. Expusemos, também, que a percepção acerca do trabalho é insuficiente para a compreensão da reprodução social como um todo, uma vez que esta não se limita ao trabalho enquanto tal. Embora este (o trabalho) seja o fundamento último da reprodução social, nela atuam outras objetivações do ser social que já não se ligam diretamente ao trabalho - "o complexo de complexos". Para tornar o que mencionamos como cognoscível, tomamos como referência dois complexos (insuprimíveis) presentes na reprodução do ser social: a fala e o direito.

Passamos agora a um nóculo central de nossa argumentação. Afinal, com tantas determinações presentes no complexo da reprodução, qual o seu momento predominante? E, ainda, qual o peso ontológico deste momento predominante?

O momento predominante na reprodução do ser social revela-se pela determinação da existência física e espiritual dos homens do mesmo modo que Marx a desvelou. Ora, nosso autor mencionou em passagens de alguns de seus textos (como na passagem que citamos neste capítulo) que para realizar qualquer outra objetivação os homens devem, sobretudo, estar em condições de satisfazer suas necessidades sociais; suas condições de existência estão vinculadas à produção de sua vida material mas, para produzirem os meios indispensáveis à sobrevivência humana, estes devem interagir permanentemente com o ambiente natural.

Está posto, neste momento de nossa argumentação, a mediação que tanto perseguimos: *"o momento determinante na reprodução do ser social é a determinação do momento predominante na interação entre ambiente e mundo dos homens"* (LESSA,1995:47), duas dimensões fundamentais comparecem nesta legalidade reprodutiva - a relação sociedade/natureza ou, em outras palavras, a sociabilidade como momento predominante; e a prioridade da totalidade (parcial ou global).

Lessa, novamente recuperando Lukács, evidencia que as tendências à generalização, presentes em todo processo de trabalho, são responsáveis pelo fato de a reprodução social se desdobrar em um novo complexo no interior de ser social (uma vez que, ao atender às necessidades sociais, cria outras necessidades que os homens desconheciam, isto porque incorporam novos conhecimentos e

habilidades), atribuindo à economia o complexo social determinante<sup>79</sup>.

(...) a economia, este complexo é determinante porque nele a auto-reprodução da vida humana e a natureza (orgânica e inorgânica) se encontram mutuamente em uma indissolúvel inter-relação na qual, por este trâmite, ao homem é dada a possibilidade não só de experimentar a legalidade da natureza como seu objeto, mas também de a conhecer e, mediante este conhecimento, de torná-la elemento, veículo de sua vida (LESSA, 1995:59)

Esta inter-relação da "*auto-reprodução humana e da natureza*" - representado pelo complexo da economia -, na teoria social marxiana, assim como na produção lukácsiana, identifica-se com o momento da produção, entendida em ambas as obras em seu sentido lato "*no sentido ontológico, como produção e reprodução da vida humana, que até mesmo em seus estágios extremamente primitivos (...) vai muito além de mera conservação biológica, não podendo deixar de ter um acentuado caráter econômico-social*" (LUKÁCS, 1979). É com absoluta argúcia que o filósofo húngaro localiza no trabalho o momento em que se dá a inter-relação entre a legalidade natural e a social - o fundamento ontológico desta situação. Assim, "*todo processo de trabalho é determinado tanto pelas leis da natureza como por aquelas da economia*" (LESSA, 1995:53).

Que o processo de sociabilização possibilite que as respostas a estas necessidades evoluam de modo a compor um complexo social específico, a esfera da economia, não é, a esta altura da nossa investigação, nenhuma novidade. Todavia evidencia com clareza como, para o autor estudado, com o avanço do processo de sociabilização, a economia se converte naquele conjunto da atividades que, ao expressar de forma direta as necessidades postas pela reprodução material dos homens, coloca tarefas, põe desafios, gera necessidades que devem ser respondidas também com o desenvolvimento dos complexos sociais apenas parciais. A economia dessa forma é o nóculo articulador, ao nível da processualidade real, das mais diversas atividades humanas, é ela, em última análise, o fundamento ontológico da unitariedade do ser social. (LESSA, 1995:67)

No complexo social da economia, o momento predominante figurado pela

---

79 Lukács dedicou boa parte de sua militância intelectual e política ao combate contra as expressões da vulgarização do marxismo na Europa do século XX, especialmente, a vulgarização manifesta sob as correntes positivistas ou neopositivistas. Tal processo de vulgarização, que não raro tendeu ao determinismo mais tosco, tinha na questão que envolve a economia para o marxismo, o ponto alto de suas distorções; o próprio Lukács (1979) ao defender o "momento predominante" dirá: "o que ocorreu e continua frequentemente a ocorrer até mesmo no interior do marxismo - as relações econômicas não são entendidas como relações entre os homens, mas ao contrário são fetichizadas, reificadas."

produção, não é, sob hipótese alguma um momento aleatório. Do contrário, trata-se da produção numa dada formação econômico-social, num dado estágio de desenvolvimento histórico.

Fundado o ser social, a processualidade reprodutiva e as categorias que nela intervém apresentam um ganho qualitativo em relação ao estágio anterior. Em formações sociais mais complexas, a defesa da existência humana não mais se confunde com a defesa da comunidade e nela dos seus membros, esta (a defesa da existência humana) passa a identificar-se com a defesa da formação econômico-social vigente, contra os segmentos sociais por esta reprimidos. Assim, "*isto significa por um lado que a simples manutenção, ainda que substancialmente biológica, da própria existência e da possibilidade da reprodução se converter na manutenção do status econômico-social*" (LESSA, 1995:61) .

Abreu<sup>80</sup> (2008), ao analisar a natureza privada da reprodução social no capitalismo, expõe, sob outros termos, o que acabamos de mencionar:

É tão-somente a apreensão da particularidade histórica de relações sociais formalmente privadas de seus nexos com a complexa totalidade histórico-social que as envolve. Reduzidas a estes termos, as carências da vida social aparecem subjetivadas e atomizadas sob a forma de carências de natureza individual-privada em sua esfera particular e imediata de ação, cuja satisfação (e também conservação ou superação) aparece como dependente apenas da capacidade pessoal e não do complexo movimento da totalidade social. Desse modo, o intercâmbio social pode ser apreendido pelo indivíduo como necessidade '*natural*' de trabalhar e interagir positivamente para se reproduzir privadamente, conforme suas características subjetivadas. (ABREU, 2008: 30)

Ao enveredarmos por caminhos que pudessem tornar claros os fundamentos ontológicos da reprodução social, não se procurou, em nenhum momento, tornar este debate metafísico e distante das condições históricas reais da existência humana. Tanto se buscou trilhar este caminho, que ao examinar as decisivas determinações presentes no complexo da reprodução - à luz das reflexões lukácsianas - chegamos ao clímax dos argumentos desta dissertação. Pode parecer uma obviedade (repetimos: apenas parecer), mas as conexões entre o fundamento da sociabilidade representado pelo trabalho/ a reprodução social e a economia (base material objetiva da processualidade reprodutiva) não foram suficientemente

---

80 Retomaremos as análises do autor acerca deste universo de questões no capítulo III.

explorados em nossa literatura<sup>81</sup>.

Esses apontamentos são essenciais para se captar, inclusive, as estratégias político-profissionais do serviço social brasileiro (descritas no capítulo anterior), a categoria profissional (ao menos suas vanguardas política e intelectual) com base num entendimento acerca da reprodução social, determinadas historicamente pelo capitalismo, privilegia estratégias que articulem os interesses das classes sociais que lutam pela posse do trabalho excedente. Lessa ratifica o que mencionamos com o enunciado a seguir: "*ainda que para Lukács a luta pela posse do trabalho excedente não seja o único fator a determinar o desdobramento concreto da evolução das sociedades ela é, certamente, o seu momento predominante*" (LESSA, 1995: 75).

Mencionamos em outro momento deste capítulo sobre a questão da reprodução como dimensão da totalidade social - "o complexo de complexos" - e das relações contraditórias que atravessam estes problemas; especialmente no tensionamento entre indivíduo/sociedade presente na reprodução humana. Reproduzir-se como indivíduo, garantir sua existência social e as necessidades materiais e espirituais que lhes são inerentes não implica, em momento algum, cancelar ou subsumir a reprodução da sociedade como um todo. Antes disto, reproduzir-se individualmente implica em se reproduzir o modo de ser e o conjunto de instituições sociais que asseguram a reposição da sociabilidade.

Segundo Lessa, a reprodução do gênero humano ocorre cada vez mais mediada por complexos vínculos de sociabilidade, cada vez mais intensos, de modo que a reprodução do gênero já não pode se identificar à reprodução de suas singularidades; com isso, a condição bipolar do processo reprodutivo total se desnuda: "*os indivíduos singulares cuja reprodução enquanto singularidades constitui a base de ser da reprodução total*" (LESSA, 1995:81 ). A determinação das especificidades que envolvem este complexo social muito particular - os indivíduos humanos - tem como suposto que a reprodução social constitui-se de características diametralmente opostas, esta oposição sob o binômio indivíduo/sociedade é característica específica do ser social que por mediação da

---

81 A exceção ao que mencionamos foi uma obra publicada recentemente. Referimo-nos a produção teórica de Netto & Braz (2007) - "Economia política: uma introdução crítica"; neste texto os autores iniciam a análise acerca da economia - entendida como o "estudo das leis que regulam a produção e a distribuição dos meios fundamentais que permitem a satisfação das necessidades dos homens historicamente determinados" - e a articulam ao trabalho, que mais do que um elemento da economia política é uma categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano-social.

consciência desenvolveu-se além de um "*exemplar da espécie, mas sim em personalidade, em autêntica individualidade*".

(...) o elemento fundante e constitutivo tanto da reprodução da sociedade enquanto totalidade, como das individualidades, é exatamente o mesmo, isto é, as ações concretas de indivíduos concretos em situações concretas. Veremos que, para Lukács, os indivíduos ao levarem à prática determinadas alternativas e não outras, ao mesmo tempo que contribuem para a construção efetiva do ser-precisamente-assim universal que é a generalidade humana, constroem também suas próprias individualidades. (LESSA, 1995:74)

Em formações sociais determinadas historicamente - principalmente aquelas não cindidas pela alienação e não decisivamente determinadas por uma profunda divisão social do trabalho -, a reprodução do indivíduo e a reprodução da totalidade social não apresentam traços marcadamente antagônicos<sup>82</sup>.

A sociedade capitalista ao colocar o homem e a sociedade em relações sociais puras, tornou consciente, pela primeira vez na história, o antagonismo indivíduo/sociedade. Contudo, a forma concreta em que esta questão se mostra explicitou a bipolaridade na reprodução social, se refletiu uma nova estrutura da consciência dos homens; um fracionamento do ser-indivíduo-humano entre uma existência pública e uma existência privada. A vigência histórica do capital é que foi capaz de produzir, em escala social, a ilusão dos indivíduos como mônadas. Mas esta ilusão é facilmente revertida: o caráter genérico das alternativas das respostas às necessidades individuais não deixa qualquer dúvida quanto ao seu caráter social, posto não serem os indivíduos uma mônada.

O elemento determinante do conteúdo puramente social que envolve o processo de reprodução das individualidades é, desde o princípio, o trabalho; é no ato do trabalho que a reprodução do indivíduo e a reprodução da totalidade social se encontram, se imbricam devido a sua tendência à generalização (explica-se: os efeitos do trabalho nunca repercutem apenas nos indivíduos que o realizam, seus desdobramentos, ao satisfazer necessidades coletivas, atuam na reprodução como

---

82 Abreu (2008: 28) ao examinar este mesmo universo de questões dissera: "seria inconcebível ao cidadão grego supor sua existência como um indivíduo atomizado, anterior e exterior à vida de uma coletividade, pois sua vida, tanto no plano econômico quanto no ético-político, isto é, sua existência humano-social, dependia direta e imediatamente de seu pertencimento e de sua participação em uma comunidade soberana". Aqui não deixamos de verificar a base material sobre a qual repousava as pólis gregas - o trabalho escravo.

um todo). Isto porque, o trabalho é sempre uma atividade coletiva, seu sujeito nunca é isolado, mas se insere num conjunto de outros sujeitos. O caráter coletivo do trabalho não tem raízes naturais, mas expressa um tipo específico de vinculação puramente social (NETTO & BRAZ, 2007).

A síntese própria do processo de elevação dos indivíduos à generalidade social tem a sua estrutura medular constituída por três momentos fundamentais: o impulso à generalidade operado pela **categoria trabalho**, a exigência posta pelo processo de sociabilização de individualidades cada vez mais complexas e desenvolvidas, e o conflito entre tendências genéricas e particularidades em toda práxis social. E, por último, é no trabalho que o caráter genérico das objetivações humanas é mais evidente.

No que concerne à reprodução da totalidade social, indaga-se: que consequências acarretaria o desenvolvimento das forças produtivas na estrutura e dinâmica da sociedade? Lessa, ao responder esta questão, faz uma análise comparativa entre as forças produtivas do trabalho presentes nas comunidades primitivas e aquelas presentes em sociedades mais complexas. E, ao fazê-lo, conclui, que nas formações sociais anteriores ao capitalismo o processo de reprodução social ainda guardava conexões de base natural. Ao contrário, no capitalismo "*o indivíduo está ligado ao processo de reprodução social por qualquer sistema de mediações naturais.*"

Assim, o nódulo central da reprodução da totalidade social se consubstancia no processo da gênese do desenvolvimento de formações sociais cada vez mais depuradas. Em outras palavras, trata-se de determinar o *como* do processo pelo qual as categorias sociais - no início da desenvolvimento histórica da humanidade - dispersas e pouco desenvolvidas, originaram uma substância cuja essência é a constante elevação a patamares superiores de generalidade humana.

Em última análise, é a potencialização do trabalho, enquanto potencialização das capacidades humanas, o processo objetivo que possibilita a elevação tendencial do gênero humano ao seu para-si. Que essa tendência essencial se objetive, através de formas fenomênicas que podem até promover o aviltamento do ser humano, não altera o quadro ontológico aqui delineado: a elevação da reprodução material do mundo dos homens a patamares crescentes de sociabilidade é o fundamento ontológico da gênese de formações sociais cada vez mais puras e, por esta via, da emergência da dualidade generalidade humana/particularidade como fator decisivo do desenvolvimento social. (LESSA, 1995:101)

A possibilidade do ser humano se constituir - objetiva e subjetivamente - como gênero, ou seja, a complexa e contraditória processualidade de elevação da humanidade ao seu ser-para-si, tem como base ontológica as "*mediações sócio-genéricas*" que interagem neste curso. São duas as esferas mediadoras atuantes: De um lado as contradições do processo de sociabilidade que permanentemente tensionam as individualidades entre a satisfação de suas particularidades e a generalidade; de outro, temos a gênese e o desenvolvimento dos meios sociais específicos, tais como: os costumes, a tradição, a moral, e em especial (tratando-se do pensamento lukácsiano), a ética<sup>83</sup>.

A necessidade destas mediações é o fundamento ontológico da gênese e do desenvolvimento de complexos como os que acabamos de citar. Cada um destes complexos (observadas as diferenças entre si) tem como função social atuar no espaço aberto pela contradição gênero/particular, de forma que ao tornar reconhecíveis pelos homens (sempre em escala social) a forma e o conteúdo que a cada momento expressam essa contraditoriedade. E, desse modo, permite aos homens optar, de modo cada vez mais consciente, entre os valores que expressam as necessidades humano-genéricas (LESSA, 2007).

A dualidade indivíduo/gênero é posta por necessidade social, isto é, corresponde às necessidades globais da reprodução num dado momento histórico. Dualidade que emerge da síntese da práxis de milhares de indivíduos submetidos às mesmas, ainda que dinâmicas, condições de existência. Não é possível (em formações econômicas onde há o processivo "afastamento das barreiras naturais") o desenvolvimento do mero exemplar humano singular em personalidade, em individualidade autêntica sem a ação mediadora de complexos sociais como o costume, a tradição, o direito, e, especialmente, a ética.

Assim sendo, para Lukács há uma primazia da ética, como valor, em detrimento das demais mediações sócio-genéricas:

Há, segundo Lukács, no entanto, uma diferença fundamental entre a ética e os outros complexos anteriormente citados. Enquanto a moral, os costumes,

---

83 Lessa ao explicar a importância da ética como mediação sócio-genérica, menciona que: "É evidente que, com tal órgão social, Lukács se refere à ética. Como é sabido, sua Ontologia foi pensada como obra preliminar à Ética que não chegou a escrever. Por isso, no capítulo '*La riproduzione*' Lukács não pretendeu ir além de um breve esboço de sua '*simples, elementar constituição ontológica*'."

a tradição, etc., se caracterizam por atuar no interior da tensão gênero/particular sem, por isso, encaminharem os conflitos e as alternativas no sentido de sua superação, a ética, pelo contrário, atua no interior da contradição gênero/particular **tendo em vista a superação da relação dicotômica entre indivíduos e sociedade**. (...) "**Ou seja, a superação desta dicotomia somente é possível com a elevação do gênero e da individualidade ao seu para si**". Segundo Lukács, é função social específica da ética conectar as necessidades postas pela generalidade humana em desenvolvimento com a superação do antagonismo gênero/particular. Ao direito, ao costume, à tradição e à moral, pelo contrário, caberia, **mutatis mutandis**, atuar no interior da contradição generalidade humana/particularidade de modo a possibilitar, no cotidiano, que o indivíduos refiram a si próprios as necessidades genéricas postas pelo processo de socialização. (Lessa, 2007: 115-117) (*grifos nossos*)

Pontuamos o quanto as análises elaboradas até aqui são essenciais e determinantes para a apreensão teórico-metodológica (articulada) dos capítulos que a antecederam e que a sucederão. Ao explicitar os fundamentos histórico-ontológicos da reprodução social, duas questões de fundo se revelaram.

A primeira delas - o momento predominante da reprodução social objetivada no complexo social da economia - este complexo, por ser o momento em que a objetividade natural e a objetividade social da processualidade reprodutiva como um todo se encontram, no ato do trabalho, da produção, é a pedra angular da reprodução do mundo dos homens. No mais, sua expressão concreta em determinadas formações econômico-sociais tornam a menção deste enunciado filosófico reais. É o que se irá desdobrar no próximo item deste capítulo. Ao tomar como base ontológica da reprodução social a economia, buscaremos analisar as condições de reprodução social na institucionalidade que nos é contemporânea - a sociabilidade capitalista. Somente assim, será compreensível "o lugar" do serviço social no complexo geral da reprodução social.

A segunda e determinante questão posta em evidência pelas análises, diz respeito à relação contraditória entre indivíduo/sociedade, generalidade e particularidade humana e ao conjunto de mediações que interagem na reprodução do indivíduo/gênero. Esta antinomia, acentuada pela existência histórica do capitalismo, tornou socialmente necessário que mediações sócio-genéricas passassem a fazer parte da dinâmica reprodutiva (salientamos que a necessidade de mediações sociais não tem vigência histórica somente a partir da existência do capitalismo, mas de formações sociais num dado nível da divisão social do trabalho e do desenvolvimento das forças produtivas). De modo que se possa reconstruir os

laços existentes entre gênero e particularidade, há algumas esferas mediadoras que são fundamentais, dentre estas, destacamos a ética.

As esferas mediadoras da relação gênero/singularidade serão recuperadas no capítulo 3, quando examinaremos o princípio ético-político da liberdade no projeto profissional crítico, na tentativa de evidenciar que seu suposto repousa sobre a dimensão da "liberdade como valor ético central", aquela que pressupõe enfrentar as demandas políticas inerentes à explicitação deste valor ético como forma de reconstruir as intrínsecas relações entre individualidade e sociabilidade. Ao analisar as demandas políticas ao exercício da liberdade, procuramos investigar junto às estratégias político-profissionais do serviço social brasileiro, o modo efetivo de suas lutas e detalhamentos táticos para consecução de seus objetivos em face das disputas pelo excedente do trabalho - este é o momento ontológico predominante da economia.

Com isso, temos que as relações - que no imediato não eram reconhecíveis - entre a tríade estratégias político-profissionais/ reprodução social/ princípio ético-político da liberdade, tornam-se, enfim, palpáveis, concretas. À medida que se adensam as investigações, estas relações se mostram mais concretas porque saturadas de determinações. É o que se verá no próximo item deste capítulo.

## **2.2 O complexo da reprodução e o "lugar" do serviço social**

A articulação teórico-metodológica entre a dinâmica reprodutiva da sociedade e sua vinculação com especializações do trabalho coletivo (como o serviço social) não são se mostram, de imediato. A reconstrução ideal desta particularidade do real carece de inúmeras mediações sócio-históricas para tornar-se apreensível. Até o momento, o rumo de nossas análises nos levaram, devido ao nosso pressuposto metodológico, a recompor os fundamentos ontológicos do complexo social da reprodução. A esta altura do texto, torna-se imperativo, explicitado o "primado ontológico da economia" (Lukács, 1979), delinear tal complexo como categoria histórica, pois realizar o debate filosófico sem lançar luzes às suas determinações históricas, corre-se o risco de elaborar uma análise no plano metafísico.

Destacado o ser social da natureza, o conjunto de meios sociais produzidos (linguagem, formas de satisfação das necessidades fisiológicas, instituições

reguladoras da vida social) e que possibilitaram a reprodução tanto da espécie quanto da sociabilidade humana (as condições materiais de existência), não serão expostos a partir da recomposição econômico-social do ser em cada formação sócio-histórica. Nossa abordagem privilegia a formação social cuja particularidade é capaz de subsumir todas as outras formas de (re)produção do ser que lhe foram anteriores - a formação social capitalista.

Para dissertarmos sobre o tema não utilizaremos os clássicos<sup>84</sup>, especialmente os textos marxianos, nossa referência teórica para a análise serão comentaristas e investigadores sobre a temática da produção/reprodução das relações sociais no capitalismo<sup>85</sup>. Outro ponto a ser destacado: o serviço social é impensável fora da ordem burguesa, esta afirmativa reforça nossa convicção inicial de abordar o complexo social da reprodução numa perspectiva histórica no marco capitalismo.

A exposição deste item toma como premissa as condições histórico-sociais da produção/reprodução da sociabilidade fundada pelo capital. Em seguida, capta o significado do serviço social para a dinâmica da luta de classes, sua funcionalidade organicamente contraditória na ordem burguesa; para, finalmente, situar - do ponto de vista ontológico-histórico - o "lugar" desta profissão no complexo da reprodução social.

Última advertência: o debate teórico que será visto nas próximas páginas recai sobre o universo de polêmicas acerca das concepções sobre o serviço social (os posicionamentos que o distinguem e o identificam à categoria trabalho). Nossa argumentação refuta - por razões que os desenvolvimentos desta dissertação

---

84 Sabemos o quanto é importante para uma pesquisa teórica a referência aos clássicos, contudo os limites impostos à realização deste trabalho (principalmente a limitação do tempo de produção intelectual) e a amplitude do objeto investigado não nos deixa outra alternativa neste momento da pesquisa. O itinerário investigativo pode tomar o rumo do retorno aos clássicos nos estudos posteriores, especialmente os de doutoramento.

85 Neste caso, como em tantos outros, não é possível discorrer sobre a temática sem a referência às pesquisas de Iamamoto, seu pioneirismo no âmbito do serviço social brasileiro e latino-americano torna o resultado de suas pesquisas referências obrigatórias. É evidente que nos reportamos à sua obra histórica *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, em co-autoria com Raul de Carvalho. Nesta obra, seu universo teórico-metodológico ao discutir uma concepção acerca da reprodução das relações sociais, são, principalmente, os textos marxianos. Dentre os quais o Livro I de *O Capital* (incluindo seu capítulo inédito) tem especial relevo. Para este capítulo nos aludimos ainda em sua produção mais recente *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice - capital financeiro, trabalho e questão social*, onde passados 25 anos de sua primeira publicação sobre o objeto, a autora realiza um balanço crítico da primeira obra citada. Também nesta última obra, Iamamoto revela que ampliou enormemente suas pesquisas ao conhecer por inteiro a obra *O Capital - Crítica da Economia Política*, assim como outros textos marxianos que não compõem como bibliografia na primeira obra mencionada.

parecem indicar - a tese que concebe a profissão identificável ao trabalho. As reflexões deste texto limitam-se ao debate sobre sua concepção geral, não transbordam para as repercussões deste debate em relação a prática profissional<sup>86</sup>, dado o objeto de estudos que nos detemos. Assim, realizados os esclarecimentos preliminares, necessários para contextualizar nossa reflexão, segue a argumentação específica sobre o tema reprodução social e serviço social.

Na exposição sobre as determinações ontológicas da reprodução social vimos que há vínculos estreitos entre o trabalho (momento fundante do "*mundo dos homens*") e suas repercussões que envolvem processos crescentes de generalização (ou seja, o intercâmbio sócio-natural como tal possui desdobramentos que ultrapassam a esfera da satisfação imediata das necessidades sociais do sujeito que realiza o ato do trabalho). Embora esta argumentação pareça mencionar estas relações em termos bastante abstratos, a conexão de tais categorias - no complexo ontológico da reprodução social tem na história, mediante distintas formações sociais, seu momento predominante. Isto significa que a reprodução social possui na história das formações sociais seu momento decisivo (LESSA, 2000).

A produção e reprodução da existência humana se realizam por meio do trabalho, das respostas às necessidades sociais postas pelas condições materiais e espirituais de existência do ser. Este intercâmbio sócio-natural configura as *relações materiais de produção*, isto é, não se refere, grosseiramente, aos carecimentos de ordem estritamente econômica que desconsideram a "essência do homem". Mas sim a criação e recriação ininterrupta dos meios sem os quais a vida social não poderia existir.

No ato de produzir os homens não tecem apenas relações e vínculos econômicos estabelecem, ao mesmo tempo, relações que expressam suas representações ideais sobre o mundo e sobre si próprios, ou seja sua reprodução espiritual. Assim, "*a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas*" (Iamamoto, 2001:30). Tais relações materiais de produção se desdobram em circunstâncias históricas determinadas, aqui

---

86 As principais referências para este debate são, principalmente: a tese de Iamamoto (1998), Lessa (2000) e (2007), Costa (1999) e a Revista *Temporalis* N° 02 que, inteiramente dedicada as discussões sobre as diretrizes curriculares nacionais, enfrenta a questão do "*trabalho do assistente social*" como uma das maiores polêmicas teóricas da profissão.

fazemos menção a produção social em bases capitalistas.

O capital, frequentemente fetichizado como entificação, que tende a transcender as possibilidades de capturá-lo, é apreendido em sua dimensão totalizante e humanizadora: compreende a relação social que o torna real, cognoscível. Com base nesta dimensão supõe o outro pólo (sob o capitalismo o seu antagonista) - o trabalho assalariado como parte de si, onde cada um destes pólos se mantém pela relação com seu oposto. Retirados os véus da reificação, posto que não permitiam enxergar o capital como relação social, importa ressaltar que a manifestação concreta destas relações se revela sob a forma mercadoria, isto é, os meios indispensáveis à (re)produção humana foram historicamente convertidos em meios necessários à produção capitalista - matérias-primas, auxiliares e instrumentos de trabalho.

As mercadorias são objetos úteis aos processo de trabalho e não raro já tem incorporado trabalho pretérito específico que atendem as necessidades sociais. Como objetos de qualidades materiais distintas são valores de uso porque possuem em sua corporeidade o "*conteúdo material da riqueza*", expressam a objetivação dos atos humanos produtivos e se distinguem pela quantidade de trabalho incorporado no produto realizado; sendo assim, um tal produto é detentor de valor medido pela *tempo de trabalho socialmente necessário*, historicamente os produtos assumem a forma mercadoria porque são produtos privadamente possuídos e que precisam ser trocados. São, também, valores de uso para outros, o que expõe o duplo caráter do trabalho sob a ordem do capital, pois permitem aos diversos produtores diretos equipararem seus produtos no ato da troca como valores.

Nesta relação, que os homens estabelecem por meio de trocas equivalentes materializadas em objetos, o caráter social de seu trabalho adquire a aparência da relação entre os produtos de seu trabalho que se tornaram independentes de seus produtores. Marx exemplifica a relação jurídico-formal de um contrato de trabalho onde o conteúdo desta relação é de natureza econômica. Neste caso, os indivíduos só existem como possuidores de suas mercadorias (o operário é possuidor de sua força de trabalho e o capitalista possuidor privado dos meios de trabalho) que assumem as relações entre indivíduos sociais reis.

Constata-se, pois, **um caráter misterioso das mercadorias**, mistério esse que faz com que as relações sociais entre pessoas, expressas através de

relações materiais entre coisas, apareçam invertidas. Isto é, apareçam como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, alheias de seus produtores. (IAMAMOTO, 2001:35) (*grifos nossos*)

O processo de transformação da mercadoria em capital parte do suposto de que nem toda soma de mercadorias é potencialmente capital. A existência do capital supõe, por um lado, o monopólio dos meios de produção e de subsistência por parte de uma fração da sociedade e, por outro lado, uma classe cuja única alternativa de existência seja vender a propriedade que lhe restou, ou seja, vender a sua força de trabalho. Assim, "*o capital supõe o trabalho assalariado e o trabalho assalariado o capital*" (IAMAMOTO, 2001).

As mercadorias que ingressam no processo de trabalho são valores em potencial e se transmutam em capital real, efetivo, no processo de produção quando ocorre a incorporação da força de trabalho ativa capaz de manter/preservar os valores existentes das mercadorias e criar outros novos; deste modo, "*o capital é uma soma de valores que tende a crescer*" (IAMAMOTO, 2001). O produto do processo de trabalho no capitalismo não é apenas um valor de uso, nem um produto que tem valor de troca, a função específica do capital é a produção de um sobrevalor de um valor a mais que aquele adiantado no início do ciclo produtivo.

A formação social capitalista se distingue, ainda, pela forma que o valor de uso é determinado no processo produtivo. Este compõe-se dos meios e objetos de trabalho: os meios de produção (instrumentos de produção, matérias-primas e auxiliares) e a força de trabalho que corresponde a um valor auxiliar de produção capaz de transformá-los em produtos assumindo a condição subjetiva da produção.

Mas, a força de trabalho não é somente um valor auxiliar na produção. A condição histórica de seu surgimento como mercadoria, portanto passível de ser adquirida numa relação comercial, remete a uma longa trajetória história de expropriação do trabalho de seu produtor direto. Sem mencionarmos este processo desde os períodos em que a divisão do trabalho social tornou-se mais aprofundada e hierárquica, passamos diretamente às suas particularidades sob a ordem do capital. Durante todo o período de transição do feudalismo ao capitalismo, observa-se um movimento no qual, paulatinamente, a classe produtora vê-se separada nos meios de realização da atividade produtiva, do tempo dedicado ao trabalho e do resultado final de seu esforço material e físico (podemos recordar às corporações de ofício no período da produção de manufaturas). Ao fim de tal trajetória, o trabalhador

está desprovido dos meios de produção e dos meios que garantem a sua subsistência com isso, a fim de garantir sua existência, submete sua força de trabalho como mercadoria em uma transação de compra e venda. Sinteticamente, *"a condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria"* (IAMAMOTO, 2001:39).

O processo de trabalho, criador de valor de uso a medida que é trabalho útil, é o momento real de consumo da força de trabalho pelo capitalista. Tal processo diferencia-se por características históricas peculiares: as mercadorias adquiridas pelo capitalista são sua propriedade e somente desta forma podem funcionar como capital. A força de trabalho ativa que, integra o circuito das mercadorias, desenvolve-se sob controle do capitalista, uma vez que comprou para empregá-la em atividades produtivas num determinado período de tempo. Com isso, para assegurar a produção crescente e a ininterrupta recriação do valor, ao capitalista cabe *" a função de direção e vigilância do trabalhador coletivo, seja garantindo o emprego racional dos meios de produção para evitar desperdícios seja garantindo a maior intensidade possível da exploração"* (IAMAMOTO, 2001: 40).

Outra peculiaridade subjacente diz respeito ao processo de produção capitalista, como processo de trabalho, consumir (sob a forma mercadoria) não somente as matérias-primas, mas também a própria corporeidade física e espiritual do trabalhador em um processo de valorização do capital - criando e conservando valor. Em tal processo consome-se o valor de troca do capital, onde o componente da produção que possui o valor variável (a força de trabalho) tem seu custo diário de conservação definido antes que o trabalho ingresse como mercadoria no processo de circulação, o que permite a criação de um valor superior ao seu preço estando apta a produzir objetos de qualidades específicas. O que se verifica, pois, é que o valor da força de trabalho na circulação é diferente daquele criado na magnitude do valor que cria na produção. Nesta situação já não se tem apenas o valor mas sim, um processo de produção/reprodução da valorização do capital. Suas repercussões, em condições determinadas impulsionam o fenômeno da intensificação do trabalho que ocorre quando o capitalista aumenta a duração e intensidade do trabalho, ora prolongando a jornada de trabalho (mais-valia absoluta) ora elevando a intensidade do trabalho acima do seu grau médio (mais-valia relativa).

Na sociabilidade burguesa o trabalho vivo é meio do processo de valorização do capital já que o objetivo primordial da produção não é a satisfação das necessidades sociais, mas a produção da mais-valia a valorização do próprio capital.

*No modo de produção especificamente capitalista, tem-se a generalização da mercadoria, que se torna a forma geral de toda a riqueza, e a alienação do produto, a forma necessária para a sua apropriação. A própria substância da produção torna-se mercadoria (e não só o excedente produzido) e as condições da produção se mercantilizam inclusive a força de trabalho. (IAMAMOTO, 2001: 45)*

Até o momento vimos dissertando, de forma panorâmica e sintética, sobre as condições concretas gerais que engendram a produção dos meios de vida na formação social capitalista. A exposição conduziu-nos ao nexo articulador de nossa argumentação: situar na produção/reprodução das relações sociais burguesas o "lugar" do serviço social. Antes, é preciso apreender o sentido próprio das relações entre os homens neste modo específico de produzir a existência material. Interessamos evidenciar as relações reais pelas quais o ciclo do capital é criado, acrescido e recriado.

O dinheiro monopolizado pelo capitalista (originário da acumulação primitiva de capital, processo em que a riqueza social passa a ser acumulada de uma forma que lhe atribui mobilidade espacial) se transforma em capital quando ingressa no mercado através da compra e venda das condições da produção, assim os meios de trabalho - instrumentos de produção, matérias-primas, auxiliares e força de trabalho se convertem em capital; onde tais meios, no processo de trabalho, se transformam em produtos possuidores de um valor maior que o do capital adiantado no início do processo. Seus produtos - as mercadorias - quando consumidas, se transformam novamente em dinheiro e desta forma o ciclo do capital pode recomeçar continuamente. As relações sociais estabelecidas em tal processo são protagonizadas por dois sujeitos. Estes não são individuais mas coletivos - conformam o conjunto de trabalhadores e o conjunto de capitalistas que, nesta relação, "*personificam categorias econômicas*": o capital, o trabalho e o seu antagonismo. Estes são vistos globalmente no processo de produção permanente e ininterrupto que abrange as suas condições de reprodução.

A reprodução social como categoria histórica e ontológica é inconcebível sem

que se criem e renovem permanentemente as condições materiais da existência humana. Portanto, " a reprodução é a continuidade do processo de produção". Iamamoto, em referência as reflexões marxianas, considera:

Aqui, trata-se de uma produção determinada historicamente: a produção capitalista, em que o processo de trabalho é meio do processo de valorização. Desta forma a reprodução torna-se simplesmente um meio de reproduzir o capital, produzir mais-valia, a qual aparece como forma de rendimento produzido pelo próprio capital e não pelo trabalho. (IAMAMOTO, 2001:46)

As relações sociais típicas do capitalismo tomam como ponto de partida da produção a separação histórica havida entre força de trabalho e seus meios de realização, onde ambos se tornaram domínio de posse burguesa. Nestas condições, o trabalho saiu do processo de produção na mesma situação em que ingressou: "*como força de trabalho, como fonte pessoal de riqueza que se realiza para todos*" (IAMAMOTO, 2001). Sua energia vital é abatida no processo de trabalho, daí que o produtor direto recebe em troca - o salário - é rapidamente consumido para assegurar a sua sobrevivência e de sua família. Satisfeitas estas necessidades, o trabalhador retorna à produção já que a propriedade dos meios de realização do trabalho é de domínio da classe capitalista, tal produção social expressa o ciclo de valorização do capital incluindo relações sociais que se renovam. Contudo, por esta mesma relação, mantém-se a estrutura fundamental herdada pela classe produtora no modo de produção capitalista: a venda de sua força de trabalho como alternativa para a preservação de sua existência e, simultaneamente, a criação de mecanismos para a supervalorização do capital.

Numa jornada de trabalho, em que as forças físicas e espirituais do trabalhador são exauridas ocorre um duplo processo de reprodução. Por meio de sua atividade vital reproduz o "*valor adiantado*" e cria um novo valor objetivados na forma do produto final, da mercadoria que são domínio privado do burgues; pela apropriação de seu trabalho o capital não só se reproduz como capital, mas se reproduz - a mais-valia criada se converte em meios de consumo da classe capitalista e em ordem adicional é empregado em nova produção como meio de exploração do trabalho assalariado. Assim sendo, capital e trabalho são pólos opostos de uma mesma corporeidade: o processo de reprodução no capitalismo.

O "*modo de produção tipicamente capitalista*" realiza uma rotação completa e

inédita no modo de produzir as condições materiais que determinam a vida social. Em seu processo de trabalho, as forças produtivas sociais se desenvolvem extraordinariamente devido a mecanismos que envolvem a cooperação, a intensificação da divisão técnica do trabalho e o incremento da tecnologia no processo produtivo. A magnitude da produção em larga escala, impõe um montante mínimo de capital para que os capitalistas individuais explorem de forma produtiva o seu capital, nesta situação tem lugar o "afastamento das barreiras naturais" com a progressiva concentração e centralização do capital existente, o que faz ampliar e acelerar as mudanças na composição técnica e de valor do capital, isto é, sua composição orgânica.

Instaurado este modo de produção material, a relação entre o trabalhador e seu trabalho transfigura-se numa relação entre dois entes estanhos. A materialização de seu trabalho num dado objeto (que possui valor de troca) não é objeto de sua satisfação pessoal, mas de outrem. A cristalização de suas forças num dado produto explicitam as condições de sua escravidão, não de sua liberdade criadora. É o processo de alienação do trabalhador manifesto na sua relação em os produtos do trabalho e no próprio ato da produção.

Em primeiro lugar o trabalho é exterior ao trabalhador, ou seja, não pertence à sua característica; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o seu espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é trabalho forçado. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de martírio. (Marx, 2006:114)

Além de não representar a satisfação das necessidades sociais, o trabalho realizado é decisivo no processo de acumulação. Parte da mais-valia extraída é empregada no incremento da produtividade do trabalho, tornando-se sua alavanca mais poderosa. Isto porque, com lucros crescentes o capitalista investe na aquisição de instrumentos de trabalho (capital constante) que, na maioria das vezes, é poupadora de força de trabalho viva. Com isso, o grau social da produtividade do trabalho se efetiva uma vez que há uma diminuição da massa de trabalho ante a massa dos meios de produção que absorve; o resultado de uma operação, que na

representação da burguesia significa (*naturalmente*) o aumento da produtividade, para a reprodução social tomada globalmente, significa a formação de uma superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva<sup>87</sup>. Ainda em relação a representação deste processo para o capitalista, seu capital não mais é do que o somatório de meios materiais de produção que tem o poder mágico de gerar ainda mais riqueza. O lucro é a forma transfigurada da mais-valia na qual encobre o segredo de sua existência e de sua origem.

A vinculação entre a reprodução do capital e a totalidade da vida social pode ser decomposta, reconstruída ao retomarmos algumas categorias ontológicas que nos referenciamos no primeiro item deste capítulo. Naquela ocasião vimos a indissolubilidade do trabalho para o complexo da reprodução, como base de toda a interação entre homem e natureza e, portanto, momento predominante da produção material da existência. Ao assumir esta centralidade o trabalho não se destaca somente por ser meio de satisfação das necessidades do sujeito individual que o realizou. Suas repercussões acabam ultrapassando estes limites, pois os conhecimentos adquiridos no ato do trabalho anterior são herdados por outros homens e incorporados em novos processos de trabalho. Temos aqui a generalização do trabalho no momento em que a reprodução do indivíduo e a reprodução da totalidade social se encontram e se confundem.

Nas determinações históricas produzidas pelo capital a reprodução das relações sociais sob seu âmbito conformam a reprodução da classe trabalhadora - que no ato de objetivação de seu trabalho - reproduz-se individualmente e como classe econômica. E mais, tal processo engendra, para esta classe, a reprodução ampliada da pobreza e do antagonismo de interesses que permeia as relações entre capital e trabalho manifestando publicamente a luta de classes. Assim, através da vinculação entre as categorias ontológicas e históricas que comparecem no circuito da reprodução social consegue-se capturar a relação entre o trabalho, a reprodução do indivíduo e a totalidade da vida social - o capital se reproduz na totalidade do cotidiano de vida do trabalho.

No início deste capítulo fizemos uma citação de Marx e Engels na obra A

---

87 Yamamoto, citando Marx, conceitua o exército industrial de reserva como "um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se tivesse sido criado e se mantivesse às suas custas. Oferece-lhe o material humano, disposto a ser sempre explorado, à medida que exijam suas necessidades variáveis de exploração e, além disso, independente dos limites que o aumento real da população lhe possa opor."

Ideologia Alemã, desta destacamos o seguinte fragmento: "*Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o como produzem*"; para nossa argumentação o trecho recolhido é emblemático pois encerra um dos supostos marxianos sobre as questões que envolvem as representações sobre a vida social, a ideologia. Tais supostos dizem respeito ao tipo de relações estabelecidas e que tem como base material a divisão social do trabalho, a cisão entre produtores diretos e os fruto de sua atividade vital; enfim, o antagonismo entre as classes. Nossos autores despem estas relações de qualquer explicação metafísica, ou descolada das condições reais que os homens têm de se reproduzirem.

Daí afirmarmos que as relações sociais assentadas em relações de produção/reprodução desiguais são, necessariamente, relações de dominação de uma classe sobre outra. Em formas de sociabilidade já bastante desenvolvidas uma classe não poderia dominar outra sem um forte aparato de *convencimento*, trata-se, pois, de um processo que remete ao complexo social da política - que arbitra os conflitos existentes em formações históricas em que há uma clara divisão entre os indivíduos sociais. Este é um processo político em que as classes socialmente dominantes tem no Estado o instrumento privilegiado para o exercício de seu poder diante o conjunto da sociedade.

As formas de obtenção do *convencimento* e construção da legitimidade para tal dominação tendem a ser organizadas por meio do Estado porque esta é uma instituição cuja gênese histórica é regular a vida social. No mais, a dominação frequentemente é exercida através de representações sobre o mundo que tendem a justificar o poder de uma classe sobre outras. Na interpretação de Yamamoto sobre a acepção marxiana estas "*formas ideológicas são aparências através das quais as relações sociais se manifestam*" (IAMAMOTO, 2001:67).

Disto inferimos que as representações ideais que os homens constroem sobre a realidade que o cerca, as relações sociais, as concepções sobre sua condição são determinações do ser assentadas em bases materiais objetivas e que demarcam o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho em dado momento histórico.

O que são, portanto, *coincide com o como produzem* e das relações sociais e políticas que daí emanam; nas palavras do próprio Marx "*a classe como força material dominante é, ao mesmo tempo, força espiritual dominante*" (MARX, apud

IAMAMOTO). Com base nestas indicações demarcamos, com veemência, que a reprodução das relações sociais capitalistas conformam uma sociabilidade própria, específica; tal sociabilidade espraia-se indistintamente em todos os poros da vida, incluindo as ideologias (no sentido marxiano da *falsa consciência*) e representações mentais.

Afim de que possamos identificar o lugar o serviço social no complexo da reprodução social, recuperamos os escritos de lamamoto que situam o "*significado social desta profissão na sociedade capitalista, situando-a como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas*" (IAMAMOTO, 2001:71). Para entender a profissão nestes termos é necessário apreender a dimensão contraditória das relações entre as classes no capitalismo. Estas relações ocorrem entre classes que entram no circuito da produção com propriedades de magnitudes distintas: a classe trabalhadora possui sua força de trabalho que é empregada na produção de valores; o capitalista detém privadamente os meios necessários para a produção social. Em tal relação o serviço social aparece não na esfera da produção estritamente mas sim, nas condições que se tornaram imprescindíveis para a reprodução social das classes que protagonizam o processo de trabalho; assim, a atuação do assistente social é irremediavelmente mediada por interesses de classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que tem uma posição dominante.

Nesta direção lamamoto concebe que o serviço social:

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da produção do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO, 2001: 75)

A inserção profissional do assistente social é contraditória porque se situa entre os interesses antagônicos presentes na sociedade capitalista. Sua intervenção vive em permanente tensão devido a uma característica fundamental descoberta por lamamoto: o profissional ao mesmo tempo e pela mesma atividade responde tanto aos legítimos interesses da classe trabalhadora quanto do capital. Isto ocorre

porque ***sua atuação se dá no âmbito da reprodução social das classes***, ao viabilizar os chamados serviços sociais, participa das respostas às necessidades materiais (econômicas) de existência do trabalhador e sua família. Por outro lado, ao favorecer a reprodução social do trabalho, favorece a reprodução do capital como um todo, posto que o capital, para se reproduzir e para gerar lucro, precisa dos trabalhadores vivos e em condições de produzir e consumir.

Trata-se, aqui, dos serviços sociais assimilados como respostas ao aprofundamento da chamada "questão social" no período (final do século XIX e início do século XX), momento histórico em que o Estado e o capital passam a enfrentar a "questão social" não somente pela via da repressão pura e simples. Era necessário criar formas de aceitação da exploração do capital sobre o trabalho e conquistar o chamado consenso. Uma das alternativas fora construir um vasto sistema de serviços sociais que envolvia a desde a ampliação da educação para as massas trabalhadoras e o sistema de saúde até a assistência aos mais pauperizados. É da maior importância observar que estes serviços sociais são financiados pelos próprios trabalhadores, pois a mais-valia extraída é canalizada para o Estado e empresas privadas via impostos e contribuições sociais e parte desta riqueza gerada pelo conjunto dos trabalhadores que irá custear o que Lamamato chama de *salário indireto* (no caso dos "benefícios" das empresas capitalistas) e as políticas sociais públicas. Entretanto, estes serviços sociais são transfigurados como benesses do capital ou do Estado numa perspectiva de sublimar o protagonismo da classe trabalhadora em tais conquistas.

O assistente social, quando viabiliza os direitos sociais, tem como público alvo de sua intervenção o trabalhador e sua família e, desta forma, acrescenta Lamamato, atua desenvolvendo sua função intelectual (no sentido gramsciano no termo significa que o intelectual ao ter clareza de sua vinculação e compromisso de classe, atua com a finalidade de conquistar e/ou garantir a hegemonia de seu grupo de interesse) ao veicular seu discurso, expressa determinada concepção de mundo, valores que podem influenciar a classe com que trabalha. Daí, se desenvolve o seu papel político-pedagógico. Ao viabilizar o acesso e usufruto aos serviços sociais e ao intervir na vida do trabalhador extra-fábrica ou no ambiente de trabalho (com sua família), seu discurso pode atuar no sentido despolitizar as relações de trabalho ou pode fomentar no trabalhador a ideologia do servilismo, do conformismo e do disciplinamento para o trabalho, para a produção. Com isso, pode exercer sua

função intelectual representando os interesses do capital ou do trabalho e, do ponto de vista político e pedagógico (formação, educação), colaborar para um comportamento conformista ou crítico.

Para que não reste qualquer dúvida: na ordem do capital, não há a possibilidade do assistente social atuar, unicamente, favorecendo a uma classe ou outra. O fundamento de sua intervenção ante as classes sociais é esta contradição e mesmo que o profissional tenha clareza de sua vinculação de classe e expresse um compromisso com seus pares, a condição de trabalhador assalariado não deixa espaço para que esta dívida permaneça.

Neste ponto atingimos o clímax de nossa argumentação acerca do "lugar" do serviço social no complexo da reprodução. Aqui temos problemas teóricos de duas ordens distintas e que nos afastam da análise realizada por Iamamoto. Uma delas é a concepção da profissão como "*um tipo de especialização do trabalho coletivo ao ser expressão das necessidades derivadas das classes*" (IAMAMOTO, 2001:77); a segunda diz respeito ao papel ou função desempenhada pelo serviço social da reprodução social das classes donde, consideramos derivar o argumento que esclarece a concepção geral sobre a profissão.

O texto de Iamamoto apresenta uma imprecisão pois, ao mesmo tempo em que situa o serviço social como uma das atividades preparatórias à produção material da riqueza e, portanto, ao processo de valorização do capital, afirma a concepção de serviço social como trabalho coletivo e sustenta o argumento da *necessidade*. A autora ora situa o serviço social como uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho (argumento com o qual nos aproximamos) e ora o afirma como especialização do trabalho coletivo. Sua argumentação alcança o significado social e político da inserção profissional dos assistentes sociais na sociedade burguesa sem que estas questões estejam suficientemente esclarecidas<sup>88</sup>.

---

88 Mencionamos na introdução deste item que nossa referência é a primeira e seminal obra de Iamamoto, contudo parece-nos que as obras seguintes continuam a apresentar esta dubiedade quando não as aprofundam. Como no caso de sua publicação *O Serviço Social na Contemporaneidade - Trabalho e Formação Profissional* (2003), neste texto a autora não somente sustenta a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, como afirma que a prática profissional configura processos de trabalho, numa alusão à concepção da profissão como trabalho. Tal concepção colocaria o serviço social na esfera da produção social e não mais da reprodução. No seu trabalho mais recente *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice* (2007) nossa autora afirma que este é um dos "nós cegos presentes no atual debate" e defende que a esfera da produção não deva ser analisada como se houvesse "uma muralha" a separá-la da esfera da reprodução.

Parece-nos que a autora chega a tais conclusões devido à sua apreensão da obra marxiana e do conhecimento da produção teórica de alguns intelectuais da tradição marxista. Yamamoto (2001) toma como ponto de partida a concepção de reprodução das relações sociais no capitalismo e a articula à concepção clássica de Marx e Engels sobre a ideologia - no descrita na Ideologia Alemã -, no sentido da "*falsa consciência*" cuja função compreende ser um elemento decisivo para a mediação dos conflitos e interesses de classe sobre o conjunto da sociedade. O desconhecimento ou pouca aproximação aludidos se referem à produção de György Lukács sobre as bases do pensamento e da atividade do homem, expressas em sua obra inacabada, Ontologia do Ser Social. Nesta obra o autor apresenta uma extensão/reconceptualização da concepção de Marx e Engels sobre a ideologia situando-a, ante o conjunto das objetivações humanas como posição teleológica secundária.

O esclarecimento destas questões remete às análises realizadas por Costa (1999) e Lessa (2000) acerca das distinções ontológicas entre o trabalho, diferentes formas de práxis social e a reprodução social tomada globalmente. Lessa, consoante às reflexões lukácsianas, percebe as principais distinções entre o trabalho e a reprodução social. Inicialmente, afirma haver entre tais categorias "*a necessária conexão e a insuperável distinção*", o núcleo de sua reflexão explora as determinações históricas e ontológicas (movimento analítico já realizado por nós no primeiro item deste capítulo). Em linhas gerais o trabalho é entendido como "*condição eterna do intercâmbio sócio-natural*" que se apresenta nas formações sociais de forma determinada, posto que incorpora as condições materiais predominantes em cada momento histórico. A reprodução social é a categoria que articula as formas particulares de produção das condições materiais da existência. Como mencionamos anteriormente, o estudo da reprodução social tem na história das formações sociais seu momento decisivo.

Ao particularizarmos a análise temos que com a sociedade burguesa há o surgimento de uma nova forma de relação entre os homens. No capitalismo, antecedendo a quaisquer finalidades, as relações sociais são instrumentos para o enriquecimento individual privado. Esta relação do indivíduos com a sociedade, na qual cada um concebe a coletividade como instrumento para a acumulação privada é o individualismo burguês tão característico da vida social em nossos dias.

As distinções entre trabalho e reprodução social não são facilmente

resolvidas. Isto porque se trata de duas categorias que não existem isoladamente, há uma relação de interdependência entre ambas; numa frase: "*são categorias ontologicamente articuladas e rigorosamente indispensáveis*".

A questão central é, portanto a diferença ontológica entre a função social do trabalho e das outras práxis sociais. Para Marx o trabalho possui uma função social muito precisa: faz a mediação entre o homem a natureza, de tal modo a produzir a base material indispensável para a reprodução das sociedades. O trabalho é a práxis social que produz de forma imediata e direta os bens materiais sem os quais a sociedade não poderia sequer existir. Esta é a função do trabalho e é isto que o distingue das outras práxis sociais. (LESSA, 2000:16-17)

O aprofundamento da divisão social do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho impulsionaram uma situação de novo tipo para que a própria objetivação realizada no ato do trabalho pudesse ocorrer. Nas sociedades de classe são necessárias outras mediações que impelem as condições sociais para que o metabolismo sócio-natural ocorra. Assim, ingressam no circuito que envolve a produção material da existência humana outras formas de práxis social que se tornaram imprescindíveis para que o trabalho se concretize. São posições teleológicas que, distinguindo-se e articulando da posição primária do trabalho, preparam e criam as condições para que o intercâmbio homem (sociedade)/natureza se perpetue.

Para o esclarecimento definitivo de tais questões que, repetimos, remetem à distinção entre o trabalho e as outras formas de práxis social, elevamos a seguinte análise de Lukács:

Pero aun más importante es, sin embargo, señalar ahora aquello que diferencia al trabajo en este sentido de las formas más evolucionadas de la práxis social. El trabajo en este sentido originario y restringido, contiene en proceso entre la actividad humana y la naturaleza: sus actos están orientados a la transformación de objetos naturales en valores de uso. En las formas posteriores, más evolucionadas de la práxis social, aparece además, en primer plano, el efecto sobre otros hombres, cuyo objeto es en última instancia - por cierto que solo en última instancia - una mediación para la producción de valores uso. (...) El contenido esencial de la posición teleológica es, sin embargo, a partir de ahora - dicho en términos muy generales, muy abstractos - la tentativa para conseguir que un hombre (o un grupo de hombres) realice, por su parte, posiciones teleológicas concretas. (LUKÁCS, 2004:103)

Estas questões, analisadas detidamente pelo filósofo húngaro no capítulo O

*Trabalho de sua Ontologia do Ser Social*, são centrais para a construção do eixo articulador neste momento de nossa dissertação. Junto às apreciações críticas de Lessa e Lukács somamos as de Costa (1999), esta última autora, aprofunda aquelas tangenciadas por Lessa em um artigo dedicado ao tema<sup>89</sup>.

Primeiramente passamos às considerações sobre o momento fundante do trabalho e nele, especialmente, as particularidades que envolvem o pôr teleológico e a alternativa, que, por conseguinte, demarca que *"na singularidade e na imediaticidade de toda ação humana a prévia ideação é o momento predominante"* (Lukács, 2004). Dentre os momentos que compõem o processo de trabalho a busca de meios se tornaram uma importante fonte de conhecimento objetivo da realidade e, no desenvolvimento histórico do ser social, esta adquiriu posição predominante no desenvolvimento do trabalho enquanto tal. Com isso, o que passa a marcar a história são os conhecimentos produzidos e menos as necessidades individuais e imediatas que foram atendidas, isto não significa que tal processo tenha resultado numa autonomização dos meios em relação aos resultados singulares do trabalho mas sim, o fato de que, cada vez mais, para que o processo de trabalho possa se objetivar são necessários momentos preparatórios do trabalho.

Os complexos que constituem o ser social não são lineares e idênticos. O trabalho é a categoria fundante do "mundo dos homens" e justamente por ter esta característica possui grande importância para a apreensão do ser social. Contudo, o seu tratamento em separado tende a obscurecer que, a sociabilidade, o aprofundamento da divisão social do trabalho, o complexo social não ocorrem numa *"sucessão temporal claramente identificável e sim, quanto à sua essência, simultaneamente"* (Lukács apud Costa, 1999). Disto infere-se que o ser social é composto por posições teleológicas diversas e indivisíveis. Esta é uma mediação indispensável para a argumentação de Costa, segundo a qual o serviço social constitui uma posição teleológica distinta do trabalho *" as posições teleológicas primárias, concernentes ao trabalho em sentido restrito são atos que se dirigem diretamente para a transformar a natureza em respostas às necessidades de reprodução da vida humana"* (COSTA, 1999:62). Já as posições teleológicas secundárias ,cujo conteúdo se volta para *"induzir"* pessoas a realizar posições

---

89 Importa notar que se trata de produções teóricas de dimensões diferentes, a de Costa (1999) é uma dissertação de mestrado e a de Lessa (2000) um artigo de 25 páginas. É evidentemente que o aprofundamento de algumas questões fica comprometido pelas dimensões da última produção citada.

teleológicas concretas, aparecem logo quando o trabalho se torna social. Tais posições como vimos estão muito próximas da práxis social nos estágios mais evoluídos do que o próprio intercâmbio sócio-natural, as posições teleológicas geradas partir das posições originárias dirigem-se para outros fins que não se conectam diretamente à produção material ainda assim, cumprem uma função importante para a reprodução social como um todo. Esta função não deve ser entendida como uma relação de equivalência entre posições teleológicas distintas, pois embora ambas sejam necessárias à reprodução estas cumprem funções de ordens diferentes. Percebemos esta situação tal como assevera Lessa " (...) *se os juízes deixarem de trabalhar vários meses por ano, a base material da sociedade continuará a se reproduzir (...) se os trabalhadores cruzarem os braços por poucos dias, a reprodução da sociedade se inviabiliza por completo*" (LESSA, 2000: 17).

Com o desenvolvimento humano-social outros complexos mediadores das relações sociais também se desenvolvem, foi o que observamos quanto ao complexo social da fala e do direito ainda no primeiro item deste capítulo. Como toda posição teleológica remete a escolha entre alternativas possíveis, temos que surgem outros complexos sociais específicos.

É a situação particular do complexo da ideologia que na acepção lukácsiana compreende uma forma de objetivação do ser social não identificável com a posição primária ocupada pelo intercâmbio sócio-natural. Como mencionamos com desenvolvimento da sociabilidade têm origem outras formas de práxis social cujo função é atuar sobre os homens de forma a induzi-los a determinados atos e comportamentos conformando momentos preparatórios para que o processo de trabalho de concretize. São as posições teleológicas secundárias que não são secundárias por serem menos importantes mas sim porque o momento predominante é o trabalho. Estas posições tem como base de objetivação o homem e suas representações ideais sobre a vida social e sua condição como ser no mundo, portanto se referem a um "*campo qualitativamente mais oscilante, doce, imprevisível que no trabalho*" tendendo a demonstrar maior desistência do que atuar sobre uma objetividade natural uma vez que implica influenciar os homens a agirem de modo determinado.

A extensão/reconceptualização da ideologia feita por Lukács envolve o que concebeu como o caráter amplo e o caráter restrito da ideologia. Nosso autor argumenta que os interesses sociais que, impulsionam os homens a agirem de

determinado modo, são fundados pela estrutura social mas somente se portam como "*motor da práxis humana*" quando tais interesses se afirmam como interesses dos próprios homens. Menciona ainda que em sociedades primitivas - quando a divisão do trabalho não era desigual e hierárquica - a indução de comportamentos já se fazia presente. Isto porque, atividades vitais naquele período como a caça e a pesca seriam inviáveis sem posições teleológicas que visassem determinar a conduta dos indivíduos sociais ao menos no nível para organização para a realização destas formas mais simples de intercâmbio sócio-natural, assim estas posições não indicavam antagonismos de classe sua função relacionava-se a assegurar uma "*unidade maior no agir dos grupos humanos*" (COSTA, 1999).

Inferimos que na acepção lukácsiana a caracterização ampla da ideologia diz respeito a existência necessária de certo tipo de normatização social, de um conjunto de regras ou procedimentos coletivamente aceitos e seguidos, tão logo a organização entre os homens tenha se tornado um fato real. Neste caso, o cotidiano com suas determinações fundamentais - a heterogeneidade, a imediatez e a superficialidade extensiva -, conformam o ambiente onde a ideologia se torna um "*componente necessário à vida em sociedade*" (COSTA, 1999) uma vez que a cotidianidade coloca conflitos para serem solucionados através de apreensões ideológicas sobre a vida social.

Desse modo Costa analisa:

Assim, qualquer resposta que os homens venham a formular sem relação aos problemas decorrentes do seu ambiente econômico-social pode tornar-se ideologia ao orientar a prática social, conscientizá-la e operacionalizá-la. De fato, a ideologia, em sentido amplo, se manifesta permanentemente na vida social, não é uma expressão circunscrita aos momentos de crise, nem aos conflitos de interesse entre os homens. Desse modo, a ideologia não é um atributo exclusivo de um determinado pensamento, mas uma possibilidade posta pelas circunstâncias histórico-sociais numa determinada sociedade. É uma possibilidade universal que assegura às reações humanas marcas de sua gênese no contexto da sociedade. (COSTA, 1999: 79)

Esta caracterização, pois, promove uma extensão da concepção marxiana como "*falsa consciência*" e relacionada a mediação de conflitos sociais com a qual Yamamoto realiza seus estudos. Até porque, a autora, na trilha de Marx e Engels, se refere de modo específico à sociedade capitalista, portanto uma sociabilidade cindida por relações sociais antagônicas. Este aspecto do fenômeno ideológico -

relacionado às sociedades de classes - vai ao encontro de sua caracterização restrita concebida por Lukács. Tal caracterização diz respeito ao fato histórico de grupos com interesses contrapostos tenderem a dominar o conjunto da sociedade pela imposição da concepção de mundo e valores que asseguram sua posição social dominante. Logo, encontramos ressonância deste universo de questões nos dizeres "*o nascimento e a difusão da ideologia são o conato geral da sociedade de classes*" (LUKÁCS apud COSTA, 1999).

A função da ideologia para o desenvolvimento do ser social não está diretamente relacionada ao fato de serem (ou não) falsa consciência sobre as relações sociais. Antes, na concepção do nosso filósofo, um pensamento que reflete uma falsa consciência somente será ideologia ao assumir uma função precisa (prática ou teórica) como meio para a resolução dos conflitos sociais não sendo decisivo a amplitude de tais conflitos - se grandes, pequenos ou episódicos. A compreensão da função da ideologia remete-nos ao seu significado amplo, na relação indissolúvel entre ideologia e existência social.

Diante do que expusemos até aqui, nossa argumentação acerca do "lugar" do serviço social no complexo da reprodução nos leva à consideração de que a profissão se situa no âmbito da reprodução social, tal como afirma Iamamoto, inclusive às conclusões da autora no que se refere ao significado social e político de sua existência na estrutura de classes no capitalismo. Entretanto, refutamos a afirmação que menciona o serviço social como especialização do trabalho coletivo porque consideramos que a não apropriação das reflexões lukácsianas sobre a ontologia do ser social e os seus complexos constitutivos - como o da reprodução social e o da ideologia - comprometeram parte da análise realizada pela autora.

Sobre esta questão nos referenciamos nos estudos de Lessa (2000) e Costa (1999) ao asseverarem, ancorados nas reflexões lukácsianas, que o serviço social (cuja gênese se situa na divisão social e técnica do trabalho própria do capitalismo industrial) constitui uma posição teleológica secundária ao ser partícipe da reprodução social das classes atuando desenvolvendo função mediadora, via organização e administração de direitos sociais materializados em políticas sociais públicas, nos momentos preparatórios para que a produção social ocorra.

Costa (1999), avalia que o fato de uma profissão resultar de um processo de trabalho não a identifica diretamente com tal esfera produtiva, revela ainda que especializações derivadas da divisão social do trabalho não tendem inevitavelmente

a operar posições teleológicas primárias. Do contrário, seu fundamento implica as objetivações secundárias pois intentam induzir outros homens a gir conforme o comportamento desejado (COSTA, 1999). Assim:

Em outras palavras, significa dizer que o lugar do serviço social na divisão do trabalho não o situa diretamente na esfera econômica. Embora, enquanto profissão legalmente instituída, ele possa exercer sua prática junto aos mais diversos complexos sociais existentes na sociedade, inclusive os produtivos. **O lugar da profissão na sociedade, ao tudo indica, confere a ela função reprodutiva nas relações entre os homens.** (*grifos nossos*) (COSTA, 1999: VER).

### **2.3 O enfrentamento dado pelas estratégias político-profissionais em face das condições contemporâneas de reprodução do capital**

A relação existente entre as estratégias político-profissionais, o complexo da reprodução social e os fundamentos do projeto profissional crítico foram decompostos (até este momento) a partir de um percurso que procurou, num primeiro momento, reconstruir as condições histórico-sociais de emergência do projeto profissional crítico - identificando seus elementos constitutos e o articulando as ações táticas realizadas pelo serviço social brasileiro nos últimos 15 anos.

Dadas as dimensões observadas nos estudos sobre tais estratégias políticas, logo notamos que a sua vinculação aos fundamentos do projeto profissional expressos, a nosso ver, no princípio ético-político da liberdade, não seriam facilmente identificáveis. Para que nossas reflexões não fossem tomadas por um nível de abstração teórica que não nos possibilitasse capturar as condições sociais reais que vinculam estes fenômenos; nossa orientação metodológica foi partir para o estudo da reprodução social.

Tal postura nos forneceu os elementos analíticos necessários para apreender o significado histórico-ontológico do complexo social da reprodução e ao fazê-lo - particularizando-o na formação social capitalista - pudemos alcançar a concepção e o "lugar" ocupado pelo serviço social na dinâmica reprodutiva da sociedade. Somente assim, estariam abertas as possibilidades para entender a profissão, os elementos fundantes do projeto profissional e as ações políticas que podem traduzir certa incorporação dos supostos que dão substância a tais fundamentos. Por essas

razões, este item do capítulo adquire o status de campo de mediações, nexos articulador entre as condições contemporâneas de reprodução social e o direcionamento das estratégias político-profissionais no sentido de apreender sua coerência interna para com o princípio fundamental da liberdade tal como manifesto no código de ética profissional.

Desta forma, acreditamos que o complexo social da economia é o momento predominante da produção social pois, este complexo, por ser o momento em que a objetividade natural e a objetividade social da processualidade reprodutiva como um todo se encontram, no ato do trabalho (da produção material) é a pedra angular da reprodução do *mundo dos homens*. No mais, sua expressão concreta em determinadas formações econômico-sociais tornam a menção deste enunciado filosófico reais, paupáveis.

A partir deste pressuposto o itinerário expositivo deste item do capítulo buscará analisar (de forma bastante sucinta) a particularidade da formação capitalista contemporânea, capturando ainda, suas expressões no cenário brasileiro. Outro pressuposto a observar: não há qualquer ruptura entre a análise iniciada no capítulo 1 - que tem como argumento o capitalismo monopolista como sendo o centro da discussão - e o exame crítico que se verá a seguir. A argumentação que sustentamos é a de que o atual estágio do capitalismo continua (de forma ainda mais intensa) sendo regido pelos grandes monopólios do capital financeirizado em detrimento, até mesmo, da regulação econômica dos Estados nacionais. Isto posto, passamos à análise das condições contemporâneas de reprodução do capital.

Netto (2007) ao analisar as condições de produção/reprodução típicas do denominado capitalismo monopolista, utilizou uma periodização específica - de 1870 a aproximadamente 1940 - tal delimitação temporal mostrou importante para apreender as principais transformações operadas no modo capitalista de produção instauradas em sua etapa imperialista. Uma das mudanças mais evidentes foi o que o autor caracterizou como a associação entre o capital produtivo industrial e o capital bancário com fortíssimo incremento do setor de crédito e que tendeu a enorme centralização e concentração de capitais. As repercussões desta renovação da forma do capital de acumular mais riqueza foram desenvolvidas por nós ainda no capítulo 1.

Para que possamos sustentar nossos argumentos - de que há uma relação

causal entre o período acima assinalado e o atual estágio de acumulação do capital - tomaremos como premissa teórico-metodológica o fato de que o "*capitalismo dos monopólios*" (NETTO, 2007) favoreu a concentração e a centralização de capitais sem precedentes. Tal acumulação encontrou alguma dificuldade para continuar em níveis crescentes com a explosão da disputa do imperialista dos países centrais que ocasionou a Segunda Grande Guerra (dificuldade relativa, posto que a realização da mais-valia para alguns países aumentou, dado a produção de artigos necessários ao conflito bélico e a permanência de mercados consumidores, como a América Latina).

O elemento novo deste estágio de acumulação está na decisiva participação e incontrolável ampliação do capital financeiro especulativo, embora esta aparência do capital pareça nova e dissociada da produção strito senso, sua base material é a apropriação privada do excedente do trabalho social; pois o capital, mesmo ainda que seja portador de juros, somente pode existir mediante a exploração do trabalho assalariado.

Já mencionamos no capítulo anterior que em meados da década de 1960 os primeiros sinais de esgotamento do chamado "*ciclo de ouro do capitalismo*" (no imediato pós-guerra) começam a aparecer. Abreu (1999) examina que durante este período o desenvolvimento econômico e os processos políticos que responsáveis pela integração social foram possíveis devido a regulação dos compromissos político nacionais. Neste ínterim, o capital financeiro - fortalecido pela centralização e concentração antes mencionados - se articulava e expandia-se transcendendo os limites estritos dos Estados nacionais. Com isso, o capital foi se tornando transnacional "*no sentido de que conservava a sua matriz nacional, mas o seu movimento e a sua esfera de ação superavam a jurisdição nacional*" (ABREU, 1999). Os desdobramentos deste processo para a dinâmica própria de regulação sócio-econômica dos Estados, a época referenciados (notadamente na europa ocidental) pelas políticas de corte keynesianas, se fizeram visíveis no comprometimento do pacto nacional que possibilitou as políticas econômicas sociais no período de expansão do capitalismo. Desse modo, a existência do capital transnacionalizado que circulava livremente, fora do alcance normatizador dos Estados, fora, num processo gradativo, hipotecando as políticas estatais de regulação.

Na entrada dos anos 1970, quando em meados da década anterior, os "sinais

de esgotamento dos anos dourados do capitalismo" já se mostravam, uma grave crise e recessão econômicas puseram em questão o padrão de acumulação até então vigente. Isto porque, com o trânsito de capitais para fins de especulação e acréscimo via juros bancários, parte dos lucros do capital não eram empregados na produção. Nesta situação, o financiamento das políticas estatais de regulação nacional passam a apresentar deficits frequentes, ocasionando, assim a crise dos padrões de regulação estatal.

Este processo se soma a outros elementos de análise afim de que possamos apreendê-lo em sua dimensão totalizante. Dentre estes enfatizamos a reestruturação do padrão de produção e gestão empresarial do trabalho dinamizado, principalmente, pelas inovações tecnológicas (a exemplo da introdução da tecnologia informacional, de novos insumos industriais como aqueles produzidos pela química fina, a robótica, a utilização de fibras óticas e outros) que permitiram uma rápida modificação dos sistemas produtivos e parques industriais. Tal modificação significou a substituição de cadeias produtivas com numerosos operários por linhas de produção onde predomina a automação e tecnologias poupadoras de trabalho vivo. Além disso, grandes centros produtivos foram desativados e em seu lugar o capital passa operar com base na dispersão espacial da indústria, a fim de se esquivar dos impostos e de locais onde há a tradição de organização coletiva dos trabalhadores; assim, grandes conglomerados altamente monopolizados se deslocaram para países periféricos (mantendo a matriz gerencial em seus países de origem).

Ainda em relação a reestruturação da produção no que se refere a gestão do trabalho, as novas tecnologias introduzidas tendem a demandar trabalhadores com comportamento distinto daquele do período demarcado pelo fordismo-taylorismo. Se antes exigia-se do operário a realização de tarefas relativamente simples em que eram salientes a repetição de movimentos e o uso da força; agora (com a redução drástica do número de trabalhadores) o trabalho deve ser realizado por trabalhadores com maior nível de escolarização, que tenha o domínio básico de tecnologias e possua o comportamento *pró-ativo*, *multifuncional* e *empreendedor*. E mais, a chamada gestão do trabalho tem envolvido processos de reengenharia e precarização do trabalho por meio de mecanismos como as terceirizações.

Outro elemento analítico é o enfraquecimento dos movimentos de trabalhadores (incluindo o movimento operário e sindical) durante as "*décadas de*

*ouro do capitalismo*". As políticas de regulação social estatal, como o Welfare State, estavam condicionadas aos pactos sociais de viés político liberal-democrático. Este processo foi, paulatinamente, sendo co-responsável para a intergração dos movimentos de trabalhadores à ordem institucional burguesa. Assim, os grupos politicamente organizados passam a disputar a distribuição da renda nacional concretizadas através das políticas públicas e da participação de sindicatos, partidos políticos e outros movimentos sociais quanto ao recebimentos de recursos públicos. A questão é que enquanto este movimento de disputa nacional, ocorria integrando à ordem os antagonistas diretos do capital (interferindo na identidade de classe), "*a produção e circulação das riquezas capitalistas eram transnacionalizadas*". Este aspecto, associado aos processos de reestruturação da produção e ao elevado desemprego, se traduziram num enfraquecimento do poder político dos trabalhadores, que já não acumulavam as mesmas forças de quando impulsionaram a viabilização da ampliação de direitos sociais. O fim do *socialismo real* colaborou para o fechamento da composição de um quadro de fragilização dos trabalhadores na luta de classes em meio às ofensivas encetadas pelo capital para a recomposição de seus níveis de acumulação.

Diante do exposto, fica patente que as instâncias de regulação dos Estados nacionais submetem-se às estratégias de recomposição das taxas de lucro do capital. Esta sentença é ratificada pelo fato de que grande parte das economias nacionais advém dos monopólios industriais, distribuidores e bancários. Com isso, estes grupos (como dissemos ainda no primeiro capítulo) condicionam seus empréstimos e investimentos produtivos à política de ajustes dos Estados. A ofensiva do capital ante o trabalho, mediada por tais políticas de ajustes, é representada historicamente pelo denominado neoliberalismo. Abreu (1999) explicita as principais exigências que os Estados nacionais são impelidos a aceitar e viabilizar:

Dentre essas, destacamos seis pontos essenciais ao desenvolvimento do capitalismo mundial:

- 1 a desregulamentação da entrada e saída de capitais nos países;
- 2 a liberação do comércio com a eliminação das barreiras alfandegárias;
- 3 a privatização e a transnacionalização das empresas públicas;
- 4 o reconhecimento jurídico das marcas e patentes tecnológicas do capitalismo mundial;
- 5 a redução dos gastos públicos (portanto, de serviços públicos como saúde, educação, transporte, fundos de aposentadoria e pensão,

- telefonia, água, energia etc. que devem ser concedidos e explorados comercialmente pelo capital privado);
- 6 a desregulação das relações de trabalho, retirando-se da esfera pública e submetendo-as às condições do mercado (de domínio privado). (ABREU, 1999: 41)

Estas exigências não são requeridas para todos os países, até porque os grandes monopólios transnacionalizados tem sede nos países que detém o controle da economia mundial. Esta "*lista de recomendações*" com procedimentos políticos e econômicos são indicadas, fundamentalmente, para os países de integração periférica e dependente ao ordenamento capitalista internacional. De forma bastante objetiva: as determinações essenciais que demarcam as condições contemporâneas de produção/reprodução do capital são emanadas por poucos atores - o capital financeiro especulador, os grandes banqueiros credores dos Estados, o capital multinacional e dos organismos capitalistas internacionais (ABREU, 1999).

A articulação da dinâmica contemporânea de reprodução social às estratégias político-profissionais do Serviço Social brasileiro precisa ser precedida do exame crítico acerca das repercussões desta nova configuração da acumulação do capital na particularidade sócio-histórica brasileira e, especialmente, para as políticas de regulação social do Estado, mormente, no que tange as políticas sociais, uma vez que tais estratégias são centralizadas entorno de sua defesa e ampliação.

Para Behring (2008) a atuação dos Estados é essencialmente modificada em relação aos processos regulatórios anteriores (período fordista-keynesiano), a reestruturação da produção e a transnacionalização do capital são condições determinantes para o que autora considera ser um processo de *contra-reforma* em curso.

Justifica a mesma autora que:

Trata-se de *contra-reforma*, já que existe uma forte evocação ao passado no pensamento neoliberal, também como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, ma medida em que são observadas as condições de vida e trabalho das minorias, bem como as condições de participação política. (...) As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam , tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilização e competitividade. (BEHRING, 2008:58-59)

A ofensiva do capital no Brasil expressa pela políticas de ajustes econômico-sociais típicas do neoliberalismo ocorre com certo *atraso* em relação aos países centrais. Aqui, devido peculiaridade dos processos políticos que envolveram o ocaso da "*autocracia burguesa*" e a abertura política (descritos no capítulo anterior), as primeiras pistas do que seriam o princípio de tais ajustes se mostram com evidência nos primeiros anos da década de 1990.

Já mencionamos sobre o saldo político para as forças progressistas e de esquerda, que mobilizadas em torno de um projeto popular e democrático para o país, tensionavam os mandatários do poder (representados por forças políticas centristas, de direita e reacionárias, além dos segmentos que só fazem representar seus próprios interesses de matriz oligárquica) a fim de que as demandas sociais fossem incorporadas à nova institucionalidade que se criava para regulamentar a transição para a *nova república*. Parece-nos que este cenário colaborou para o *atraso* das políticas de ajustes neoliberais.

Embora tais políticas tenham chegado ao Brasil com efeito retardatário não significa que tenham sido mais brandas ou suaves. Do contrário, o cumprimento das exigências dos organismos da capital financeiro transnacionalizado mais as condições histórico-sociais que nos particularizam em relação a outros países, fizeram das políticas neoliberais uma tragédia de incidências terríveis sobre as condições de vida e trabalho - e, portanto, as condições de reprodução social - para a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 1995).

Nossas referencias para este debate são os autores brasileiros que se detiveram na análise das repercussões deste processo durante toda a década de 1990 e entrada dos anos 2000. Para Behring (2008) estamos diante de um conjunto de *contra-reformas* que se traduzem nas propostas de *reforma do Estado* sobretudo, na forma com que foram apresentadas e implementadas nos governos FHC. Lesbaupin (1999) dá especial ênfase à manifestação desta política na área social - políticas sociais, seguridade, emprego, distribuição de renda e situação no campo - e considera ter havido um verdadeiro "*desmonte da nação*" no primeiro governo do presidente tucano (1995-1998).

Destacamos entre as políticas de ajustes efetivadas pelo Estado brasileiro, aquelas que consideramos mais emblemáticas para o projeto histórico do capital. A adesão dos Estados nacionais a estas políticas não deve ser entendida como uma inevitabilidade do capitalismo contemporâneo, mas, sobretudo, como uma escolha

política de tais Estados diante da ordem econômica internacional. Esta opção que - do ponto de vista das classes dirigentes representa a inserção na dinâmica econômica mundial -, para a classe trabalhadora e suas diversas frações, figurou a hipoteca dos parques avanços por estas conquistados no decurso da modernização conservadora no Brasil (BEHRING, 2008).

Os processos regulatórios estatais, expressos na estratégia *contra-reforma* tiveram como principal eixo a reforma fiscal, isto é, a idéia central de que havia uma distorção a corrigir entre o esforço em racionalizar os gastos públicos e o pesado encargo de sua administração, onde iniciativas como a criação de Lei de Responsabilidade Fiscal reforçam esta tendência. Contudo, este argumento é visivelmente contraditório e falacioso uma vez que as custas de *ajustar as contas da máquina do Estado* o fundo público continuou a ser consumido para assegurar a inserção na ordem do capital transnacionalizado, inclusive com o alongamento da dívida pública interna e externa; é como bem sintetiza Berhing (2008) "*é preciso muito Estado para criar um mercado livre*".

Outro importante aspecto que envolvia os processos de regulação sócio-econômica diz respeito ao debate ideológico que envolveu as privatizações das estatais brasileiras e serviços públicos essenciais, cuja justificativa oficial mencionava um acordo voltado para o pagamento da dívida pública e responder às *preocupações sociais* do governo FHC. Além disso, os discursos (dos meios de comunicação de diversas mídias) que veiculavam a ineficácia, corrupção e pouca efetividade dos serviços públicos iam criando o ambiente ideológico ideal para a viabilização do projeto de privatizações.

Entretanto, a desconstrução do engodo do *ajuste fiscal* e das *preocupações sociais* era possível devido a indícios assinalados por Berhing:

O primeiro indicava que a busca da meta do superávit primário previsto no Acordo 1999 levou a uma brutal contenção dos gastos em todas as áreas, com exceção do pagamento do serviço da dívida e de pessoal. Os gastos em investimentos e atividades-fim foram extremamente limitados; e programas sociais e ambientais de relevância foram paralizados. (...) O governo brasileiro alcançou um superávit primário de 3,13% do PIB, maior que a meta do FMI, que era de 2,5% do PIB, mas ao custo de investir muito pouco e penalizar gravemente a área social: aquela que deveria ser priorizada a partir do ajuste e do enxugamento do Estado. (BEHRING, 2008: 203)

Uma das principais características do neoliberalismo - a cultura político anti-democrática - nos governos FHC foram práticas recorrentes. Tais práticas pautavam-se pelo desprezo aos debates públicos e abertos sobre as questões que envolviam o destino da nação (como no caso das privatizações ou da aprovação da Emenda Constitucional nº 20). Decisões acerca de providências estatais, que diziam respeito a vida coletiva, foram outrora mistificados ideologicamente pelos meios de comunicação; outra postura foi deixar (estrategicamente) a política de ajustes a cargo "*do balcão de negócios do Congresso Nacional*" (BEHRING, 2008). Estas práticas se somaram a edição de outros expedientes jurídico favorecedores do aprofundamento desta cultura - a utilização de medidas provisórias, portarias ministeriais, resoluções e normas operacionais).

Diante do vasto campo que configura a ofensiva do capital entre nós, especialmente no período evidenciado, faz-se necessário a utilização de um recurso metodológico. Como o objetivo deste item do capítulo é compreender o significado, sentido e direção das estratégias político-profissionais do serviço social em face das condições contemporâneas de reprodução social, faremos uma articulação entre as principais ações táticas da categoria dos assistentes sociais e a manifestação concreta de tais ofensivas dentro do recorte temporal do estudo.

Ao fazer esta escolha, evidenciaremos os pontos mais salientes da pesquisa documental. Salta aos olhos a incisiva e incondicional luta do coletivo profissional para que os direitos sociais - uma vez conquistados por tensas lutas sociais e embates políticos -, ora incorporados do ponto de vista jurídico-formal na Carta Magna 1988, fossem regulamentados normatizando o financiamento público-estatal e a organização político-institucional de sua execução e controle social.

Tal *frente de luta*, movimentava ações táticas que abarcavam aspectos relacionados à: politizar e tornar público o debate acerca das políticas sociais; a defesa da manutenção de espaços da atuação profissional (como no caso da extinção do serviço social no INSS) como forma de assegurar direitos; o incentivo da participação da categoria nos fóruns e conselhos (de políticas setoriais e tutelares) de modo que pudessem interveferir da execução (gestão e outros) das políticas nos municípios, estados e governo central; construção de alianças no campo político-institucional com parlamentares do campo progressista e movimento sindical (tendo a CUT como aliado histórico); defesa de mecanismos para a democratização das políticas públicas; organização da categoria em nível internacional (inicialmente na

América Latina e posteriormente noutras latitudes) e por fim a tendência a fomentar a organização político-profissional em outras instâncias que não somente a dos conselhos de fiscalização do exercício profissional (intentando resolver a "*transição sindical inconclusa*" (ABRAMIDES, 2006).

Com isso, estas ações deixava claro o direcionamento das estratégias político-profissionais. Tratava-se pois, de se somar à frente de oposição às políticas de ajuste neoliberais e, ao mesmo tempo, defender a viabilização e consolidação dos direitos sociais previstos constitucionalmente. No que tange aos anseios políticos do serviço social brasileiro a estratégia em médio/longo prazo pode ser entendida como possibilidade histórica de alcançar a construção de um sistema de seguridade social, que começa pela concepção presente na última em nossa mais recente constituição (formado pelas políticas de previdência social, saúde e assistência social) mas que tem como horizonte "*um padrão de proteção social da qualidade, com cobertura universal para as situações de risco, vulnerabilidade ou danos dos cidadãos brasileiros*" (CFESS, 2000 - Carta de Maceió).

Outrossim, a Carta de Maceió é um documento importantíssimo por construir mediações políticas entre a disputa dos projetos de classe que se mostravam no cenário brasileiro, posto que a implementação cotidiana das políticas de seguridade social teria se politizado, tornando-se um espaço de disputa de recursos - uma disputa política que expressa projetos societários.

Mas, afinal, qual o significado da estratégia político-profissional de defesa da seguridade social? Ao que a tendência do debate realizado indica, seu significado comparece em dois âmbitos: o primeiro e mais relevante (porque determinante para a segunda significação apontada) se refere **a dimensão histórica para a luta de classes sob a ordem burguesa** por compreender a disputa pelo excedente do trabalho social numa quadra, como já dissemos, de extraordinária hegemonia do capital; o segundo está relacionado diretamente **as questões que envolvem a "imagem ideal da profissão"** (Netto, 1999) **vinculadas ao projeto profissional crítico**, isto porque a concepção de serviço social advogada pela vertente que constrói o tal projeto se confronta com a atual tendência de inserção profissional esta tem se caracterizado por uma diminuição das possibilidades profissionais exemplificada por um processo que RODRIGUES (2008) examinou como

"assistencialização da seguridade e do serviço social"<sup>90</sup>."

Os argumentos que asseveram o **primeiro significado** impõem uma breve digressão histórica. Este excuro remete a reconstrução da totalidade concreta capaz explicitar as condições de existência, consolidação, ampliação e, mais tarde, retração dos direitos sociais. Estes direitos materializados por meio de políticas públicas se tornam reais a partir da segunda metade do século XIX. Neste período, começa a ser esboçado um sistema de garantias vinculados ao trabalho e aos serviços sociais que ocorrem paralelamente à ascensão do proletariado como classe-para-si. A conquista de direitos inéditos até o momento e ampliação de outros possui uma base material objetiva. Aqui não podemos subtrair da análise (sob pena de incorrer num exame parcial ou impreciso) de que no lapso temporal demarcado, ocorre um processo determinante para a produção capitalista. Referimo-nos aos desdobamentos da nova etapa de acumulação do capital, caracterizada pelo "*capitalismo dos monopólios*" (NETTO, 2007), onde a elevação do lucro mediante a concentração e centralização de capitais que esteve assentada na expansão da mais-valia relativa (quando ocorre a intensificação da exploração do trabalho assalariado acima do seu grau médio). Esta situação, associada ao protagonismo político do proletariado urbano-industrial, assim como de outros segmentos da classe trabalhadora, proporcionaram um poder maior de barganha nas disputas pelo excedente econômico-social. Importa evidenciar mais uma vez, que a riqueza social responsável pelo custeio da ampliação dos direitos sociais eram originárias do montante de recursos extraídos - via impostos, taxas e contribuições diversas - do trabalho efetivamente pago, ou seja, da massa salarial.

As novas condições do desenvolvimento capitalista apresentavam-se como uma possibilidade objetiva aos protagonistas do processo histórico, que agora não mais se limitavam à explosiva bipolaridade burguesia e proletariado na luta econômica. **A massa global de mais-valia podia ser distribuída**, desde que algumas condições existissem, tais como: garantia de expansão da produtividade e da acumulação, formas institucionais estáveis para regulá-las conforme a racionalidade dos cálculos tanto de

---

90 O artigo da autora acerca do debate diz respeito ao estudo de uma situação singular - a criação do Sistema Municipal de Assistência Social da prefeitura do Rio de Janeiro -, embora sua análise se volte para tal situação, consideramos que este quadro é significativo para o contexto nacional de inserção profissional dos assistentes sociais. Esta assertiva parece-nos plausível dada a referência do Rio de Janeiro para os demais municípios brasileiros para a construção do Sistema Único de Assistência Social. Um fato que denota esta referência: o gestor da política municipal de assistência social durante o período de implementação nacional do SUAS, ocupou o cargo de presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS).

custos e benefícios necessários à acumulação quanto de riscos e segurança necessários à reprodução social. (...) em uma sociedade crescentemente regulada e reificada, a imagem simplificada da luta de classes (...) foi circunstancialmente modificada (...) As reivindicações econômicas dos trabalhadores não expodiam mais automaticamente como antes. O padrão de desenvolvimento da luta de classes mudou de padrão ente a totalidade dessas intrincadas determinações. (ABREU, 2008: 177) (grifos nossos)

A consolidação deste Estado de provisão social promotor da cidadania é interrompida (como também já vimos no capítulo 1) pela crise econômica estrutural de 1929/30 e, na sequência, pelo acirramento das disputas imperialistas que redundaram no conflito bélico de 1940/45. Encerrado o "*ciclo de ouro do capitalismo*" nas três décadas pós-guerra, a emersão da queda das taxas de lucro fazem com que a riqueza antes convertida na materialização de direitos sociais se tornem os alvos em potencial das estratégias para a recomposição dos níveis de acumulação.

Como a queda das taxas de lucro significaram a diminuição do trabalho não pago apropriado pelo capital, sua ofensiva volta-se para parte do trabalho pago canalizado para a formação do fundo público-estatal. Com isso, o ataque do capital representado pelos ajustes neoliberais tem como centro de disputa esta parte da massa salarial quer seja através da pilhagem do que constitui o patrimônio estatal ou aquele montante que se esvai do trabalhador assalariado para o pagamento dos juros bancários e creditícios cobrados diretamente ao cidadão-consumidor.

Assim sendo, a política social se configura como parte da acumulação do capital e como tal é o fundamento da reprodução social determinada por esta formação histórica. No mais, ao esclarecer estes pressupostos da sociabilidade burguesa a totalidade social - sob o ponto de vista da crítica à economia política burguesa - se mostra concreta porque se revela o momento predominante do complexo da reprodução no capitalismo contemporâneo: a luta entre as classes que envolve os frutos do trabalho social.

Para completar o entendimento sobre o significado da defesa da seguridade social, tal como realizada pelo conjunto CFESS/CRESS nos últimos quinze anos, submetemos à crítica as questões subjacentes a este fenômeno através de mediações que o particularizam às condições histórico-sociais brasileiras e, especificamente, às dimensões mais recentes relacionadas à seguridade social.

Viana (1999) considera que a Constituição Federal de 1988 apenas consagrou a expressão seguridade social, por incorporar em sua concepção mais

geral um padrão de proteção social de cobertura das necessidades sociais condizentes com os direitos de cidadania dos trabalhadores brasileiros. Avalia ainda, que incorporar direitos é algo presente nos Estados capitalistas dos países centrais desde a década de 1940, em que sua concepção abrange "*a idéia de superação do conceito de seguro social no que diz respeito á garantia de segurança das pessoas em situações adversas, significa que a sociedade se solidariza com o indivíduo*" (VIANA, 1999) o que não ocorre entre nós, onde tal incorporação é "*tardia e nominal*".

Ao destacar o contexto econômico internacional e seus rebatimentos para a organização capitalista no Brasil, observa que a indicação jurídico-formal da seguridade social na Carta Magna de 1988 - que compreende a organização de políticas de provisão social sob responsabilidade dos poderes públicos e da sociedade relacionadas aos direitos referentes à saúde, assistência social e previdência social - ainda que não alterada no seu sentido e concepção por sucessivos governos foi política e financeiramente inviabilizada, ou nas nas palavras da referida autora se "*encontra estirada no chão*".

Concorrem para ratificar esta sentença alguns elementos de análise - que conformam procedimentos e iniciativas - dos quais buscaremos evidenciar a fim de completar o traçado que atribui contornos próprios ao quadro em que se inscreve a defesa da seguridade social no Brasil. Uma vez fundamentada sob as orientações dos organismos do capital transnacionalizado (como o Banco Mundial), nossa autora reconhece algumas "*armas silenciosas*" bastante eficazes para a inviabilização mencionada. Uma dessas *armas* de ofensiva à seguridade foi a sua inteira despolitização. Sob o pretexto de justificativas de ordem técnica e racional centradas em avaliações que indicavam sua eficiência ou o seu custo, o sentido de solidariedade de classe (que não foi plenamente construído aqui) é preventivamente eliminado.

Assim, a autora identifica que, embora tenha se mantido a nomenclatura na letra da lei, o sentido de seguridade foi reduzido à previdência social. Esta que, despolitizada e tecnicada ao extremo de ser equacionada por economistas e estatísticos, passa a ocupar o centro dos debates, notadamente quando se trata de veicular nos meios de comunicação sua ineficiência e o infundável déficit. Em relação às outras políticas constitutivas da concepção de seguridade prevista constitucionalmente, a situação da saúde é percebida por Maria Lúcia Werneck

Viana como "*americanizada*" onde os serviços públicos oferecidos são utilizados apenas pelos segmentos mais pauperizados e os trabalhadores assalariados (do mercado formal ou informal) buscam atender suas necessidades recorrendo ao mercado privado dos planos de saúde<sup>91</sup>. Com isso, o vínculo da saúde com a seguridade teria se tornado lasso.

Já a política de assistência social analisa que os vínculos que constituiriam um sistema unificado se esvaíram por completo. E mais, enfatiza que tal política, fracionada por um processo gradativo e crescente de sobreposições entre as ações governamentais, a cargo da descentralização político-administrativa nos três entes da federação, padece de frágil condição institucional<sup>92</sup>.

Outro elemento de análise que nos parece válido é a idéia de que a seguridade social reduzida à noção de previdência supõe processos de disputa política envolvendo conflitos, negociações e atores diversos. Somamos a estes elementos a *segunda arma* do ajuste neoliberal: o de propalar o discurso ideológico de que a seguridade social pereceu.

Mota (1995), por caminhos não diretamente identificáveis aos de Viana (1999) chega a conclusões mais amplas sobre a questão da seguridade social no Brasil na década de 1990. Guardadas as dimensões dos dois trabalhos (o da primeira autora produto de sua tese de doutoramento e o da segunda um capítulo de um livro) é da maior importância ressaltar que já em 1995 Ana Elizabete Mota apreende as mudanças mais substantivas em curso na política social brasileira, particularmente, as tendências observadas em relação às políticas de previdência e assistência social somente mais tarde marcadamente evidenciadas.

O argumento de Viana é de que a seguridade social foi reduzida à previdência social; para confirmar sua tese, enfatiza o aporte de recursos que esta política movimenta e, ainda, o fato de que sua regulamentação como direito privado, em diversos momentos, ocupou a arena de disputas e os espaços políticos; a

---

91 Neste ponto discordamos com a autora quando afirma não *haver nenhum sindicato que se levante em defesa do Sistema Único de Saúde* e que a população usuária dos serviços não constitui grupos de pressão.

92 No momento da produção de Viana (1999) o SUAS ainda não era uma realidade em praticamente todos os municípios brasileiros como hoje - o que ocorreu de forma gradativa a partir do ano de 2005. Embora sua institucionalização não tenha contribuído para o fortalecimento da concepção de seguridade social impressa na última constituição (muito pelo contrário como veremos) não podemos negar que de fato conseguiu construir parâmetros nacionais para a organização dos serviços prestados como a unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família e a implementação dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

política de assistência social é apenas lateralmente observada pela autora, o que contribui para a sua pouca consideração em relação ao conjunto de políticas sociais públicas.

Consideramos para este confronto de idéias o trabalho teórico de Motta que é anterior ao trabalho de Maria Lucia Werneck Viana<sup>93</sup>. Naquela época a autora já identificava a principal tendência em relação à seguridade social brasileira, expressa pelo binômio assistencialização/privatização.

A tendência (...) foi uma expansão gradual de políticas assistenciais, não contributivas nos níveis municipal e estadual, e a privatização daquelas que têm como usuários os assalariados da grande empresa. Supomos que aí estejam, contraditoriamente, as bases para o desenvolvimento do movimento de assistencialização/privatização da seguridade social nos anos 1990. (Mota, 2000: 154)

Diante de tudo o que expomos até aqui sustentamos que a defesa da seguridade social como estratégia político-profissional, verificada na documentação pesquisada como estratégia prioritária para o conjunto CFESS/CRESS (ao menos os segmentos mais progressistas que estiveram a frente destas entidades), significa, no âmbito da luta de classes, em face do capitalismo contemporâneo, o comprometimento ético-político para o enfrentamento da histórica ofensiva do capital sobre o trabalho.

**A segunda significação apontada**, se refere à atual tendência verificada nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Com o processo de *assistencialização/privatização* das políticas de seguridade social, a inserção deste profissional tem se caracterizado por uma redução das possibilidades interventivas e uma propensão ao retorno do assistente social como o *profissional da assistência*, num claro retrocesso em relação aos avanços conquistados no que diz respeito à sua concepção.

Iamamoto (2007), quando da análise realizada sobre os espaços de atuação profissional e as dimensões de sua prática mencionava ser este um profissional da assistência uma vez que "*opera com recursos institucionais para a prestação de serviços, racionalizando e administrando sua distribuição, controlando o acesso e o uso destes serviços pela clientela*" (Iamamoto, 2007:40). Naquela ocasião, a autora

---

93 Mencionamos isto porque Mota retoma estes temas em sua recente publicação intitulada *O Mito da Assistência*.

apontava questões que tornavam claras a vinculação política e o significado social da prática dos assistentes sociais; revelava que o profissional tinha acesso a "*globalidade da vida do trabalhador*" - posto que intervinha junto à sua família nos seus momentos fora do ambiente de trabalho, colaborando para a adaptação e integração às condições de reprodução do capital.

A situação de novo tipo se mostra pelo fato de que a abertura de novos espaços no mercado de trabalho, no rastro do processo verificado por Mota (2000) e (2008), vem acompanhado de uma contraposição quanto à concepção de profissão afirmada nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Neste documento, afirma-se o assistente social como sendo: uma profissional de formação generalista com sólida formação teórico-crítica que dispõe da instrumental eurístico das ciências humanas e sociais para intervir ante as manifestações da "questão social" no âmbito das políticas sociais públicas e privadas, estando apto a atuar nas diversas políticas do campo social - saúde, assistência social, educação, habitação, previdência entre outras - dispondo de competência ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

A ampliação do mercado de trabalho para este profissional em algumas políticas foi paralela à drástica redução em outras. Referimo-nos às políticas de assistência e previdência social. Desde o início dos anos noventa a diminuição do número de profissionais de serviço social nas agências do INSS vem sendo denunciada pelo conjunto CFESS/CRESS em seus relatórios de deliberação. Em estudos recentes o conselho federal fez o levantamento de que para a recomposição dos profissionais daquela instituição seriam necessárias a abertura de, aproximadamente, mil e trezentas vagas. Ressaltamos que reestruturação do serviço social no INSS esteve ladeada das modificações na política previdenciária manifestadas de modo concreto pelos dispositivos constitucionais - a exemplo da Emenda Constitucional nº 20 - e ministeriais que paulatinamente, esvaziaram a função outrora desempenhada pela categoria na emissão de laudos, pareceres e perícias técnicas tão importantes para a garantia de direitos sociais.

Mesmo após mobilização protagonizada pelo CFESS e conselhos regionais, o concurso público nacional realizado no último ano para dar conta de recomposição dos quadros profissionais (insuficiente para repor o número de assistente sociais afastadas por motivos de aposentadoria ou licenças diversas) não fugiram à lógica da assistencialização. No edital do referido concurso - *edital nº 1, de*

*6 de novembro de 2008 concurso público para provimento de vagas no cargo de analista do seguro social* - menciona na descrição das atividades profissionais, que este deverá realizar avaliação social quanto ao acesso aos direitos previdenciários e assistenciais, numa referência ao Benefício de Prestação Continuada previsto na LOAS. Vale acrescentar que atualmente estes direitos são regulados por rígidos critérios de elegibilidade que tendem impor ao profissional a oficialização de uma situação desfavorável aos usuários e que, na maioria da vezes, não está ao seu alcance modificar.

Sem deixar de reconhecer que a política de saúde se constitui como um dos principais espaços de atuação profissional, nos deteremos à política de assistência social por razões que se relacionam à expansão da absorção dos profissionais de serviço social desde a unificação dos programas sociais de transferência de renda e da implementação dos CRAS no âmbito do SUAS. No texto da PNAS, ao determinar as condições institucionais para instalação desta *porta de entrada do SUAS*, é definida a composição de uma equipe mínima para o funcionamento da unidade de atendimento da proteção social básica do sistema - em cada CRAS deveria haver pelo menos um assistente social. Considerando que nos municípios de pequeno porte (20 mil habitantes) no mínimo 1 CRAS para cada 2.500 famílias, nos de médio (50 mil habitantes) 2 CRAS para cada 5.000 famílias e nos de grande porte (100 mil habitantes) 4 CRAS para uma grupo também de até 5.000 famílias.

Não são precisos grandes conhecimentos matemáticos para constatar que se trata de uma grande ampliação do mercado de trabalho profissional. Entretanto, tal expansão tem se reduzido a execução (e com menor incidência a gestão) de políticas sociais que incorporam a perversa dinâmica do binômio privatização/mercantilização das políticas de seguridade social de focalização da atenção nos segmentos mais pobres da sociedade - ou da população excedente - tendendo a subtrair os direitos de outras frações da classe trabalhadora (MOTA, 2008).

Desta forma, nos alinhamos ao posicionamento de Rodrigues (2007), quando examina a situação singular da política de assistência social no município do Rio de Janeiro, esta verifica a conformação de um outro projeto profissional, manifesto numa outra noção de seguridade: "*um Serviço Social e uma seguridade social minimalistas, condizentes com a programática neoliberal da terceira via*" ( Rodrigues, 2007: 109) .

Portanto, concluímos que a vinculação das estratégias de consolidação do projeto profissional crítica à defesa da seguridade social é central, indispensável tanto para a dinâmica de reprodução social no capitalismo contemporâneo, quanto para a manutenção de parte da massa crítica construída pelos assistentes sociais brasileiros.

### CAPÍTULO 3

#### O Princípio Ético-Político da Liberdade: Fundamento do Projeto Profissional

*Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais. Feuerbach, que não compreende a crítica dessa essência real é por isso forçado:*

- 1. a abstrair o curso da história e a fixar o sentido religioso como algo para si, e a pressupor um indivíduo humano abstrato, isolado.*
- 2. Por isso, a essência só pode ser apreendida como gênero, como generalidade interna, muda que liga de modo natural os múltiplos indivíduos.*

(Karl Marx, VI Tese sobre Feuerbach)

O último capítulo de nosso estudo tem duplo objetivo. Primeiro, o de construir uma argumentação que sustente a sentença enunciada em seu título - o suposto de que o tal **projeto ético-político** - a despeito de muitos discursos e práticas proferidos em seu nome - possui um fundamento e que este está inscrito (num nível maior de universalidade) dentre os princípios fundamentais do Código de Ética de 1993. O segundo, visa estabelecer nexos causais que sejam transversais aos temas tratados até aqui - as condições históricos-sociais de emergência/consolidação do projeto profissional de ruptura, as estratégias políticas construídas nos últimos 15 anos (imediatos à aprovação do novo código) e o debate ontológico e histórico acerca da categoria **reprodução social**. Tais temas que pareciam (apenas pareciam) não encontrar-se, dado o nível de abstração com que alguns pontos da argumentação foram conduzidos, serão definitivamente interligados.

Esta análise nos possibilitará a apreensão dos fundamentos e estratégias

político-profissionais como um todo concreto, fonte de "*múltiplas determinações*" que, reunidas, sintetizam a teleologia de que o projeto profissional é portador - o enfrentamento político das condições de existência social contemporâneas, da vida reificada e subsumida à ordem do capital sem os quais a "*expansão dos indivíduos sociais*" não poderá acontecer.

### **3.1. A concepção de liberdade postulada pelo Serviço Social Brasileiro: o recurso à Ontologia Social Marxiana**

A discussão sobre a concepção de liberdade inscrita no projeto profissional de ruptura - e assumida publicamente como compromisso pelo serviço social brasileiro - necessita ser precedida de uma breve inflexão sobre o debate interno da categoria que levou a profissão à afirmação dos seus princípios fundamentais - entre estes, o princípio da liberdade, quando da formulação e aprovação do Código de Ética de 1993.

O aprofundamento do debate profissional na década de 1980 - e início dos anos 1990 - possibilitou ao serviço social um processo de amadurecimento sobre a reflexão da teoria crítico-dialética; fato este que contou com a expansão da produção de conhecimento a partir de um referencial crítico. Tratava-se, pois, de reinterpretar a profissão nos marcos da sociedade capitalista madura no processo de produção/reprodução das relações sociais e de apreender o seu significado social. Este debate teórico interno à categoria (mas que extravasou os limites do serviço social) e a sua conseqüente projeção intelectual ante o conjunto das ciências sociais e humanas, constituem uma das bases de fundação do projeto profissional desde o Movimento Latinoamericano de Reconceptualização.

O aprofundamento do debate teórico e político-filosófico realizado nas décadas de anteriores tem no Código de Ética de 1986 a sua expressão ao buscar tornar os instrumentos que norteiam e normatizam o exercício profissional sintonizados com o salto intelectual e qualitativo operado e ao buscar, ainda, tornar

os parâmetros do exercício profissional sintonizados com a história contemporânea.

Mencionamos anteriormente acerca das insuficiências quanto ao conteúdo ético-político e teórico do código de 1986, o fato de ter se configurado como um desdobramento tardio do Movimento de Reconceptualização. Tal movimento, ao incorporar referenciais da teoria crítica de inspiração na tradição marxista (na maioria das vezes), não recorreu às fontes clássicas desta tradição. Isto produziu uma primeira aproximação referenciada em fontes secundárias ou de difusores do marxismo. Não podemos esquecer da dificuldade com que tais fontes chegavam ao Brasil (especialmente nas décadas de 1960/1970) onde, na maioria das situações, o contato inicial se dava, em muitos momentos, com manuais de tendências políticas de esquerda ou, na acepção de Netto (2002), um contato onde o próprio Marx era a ausência mais sentida.

As repercussões desta aproximação com um marxismo eivado de supostos positivistas foram sentidas, de maneira mais evidente, na década de 1980. Com o acúmulo do debate teórico e político, os problemas desta aproximação enviesada começaram a ser discutidos pela categoria profissional.

Ainda assim, o Código de Ética de 1986 expressa certa dificuldade na apropriação de um conteúdo ético-político de caráter universal, como pode-se observar abaixo:

Inserida neste movimento, a categoria dos Assistentes Sociais passa a exigir, também, uma nova ética que reflita uma vontade coletiva, superando a perspectiva ahistórica e acrítica, onde os valores são tidos como valores universais acima dos interesses de classe. A nova ética é resultado da inserção da categoria nas lutas gerais da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão de sociedade brasileira. Neste sentido, a categoria (através de suas instâncias organizativas) fez uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe. (CFAS, 1986: 08)

Devido a uma incorporação *obreirista* - possivelmente provocada pelo desejo de renunciar ao histórico conservadorismo e adesão da categoria aos projetos políticos das classes dirigentes - o acúmulo político adquirido desde meados da década de 1960 ora objetivados neste código, foi, ao mesmo tempo, pouco hábil por se tratar de um código que referencia o exercício profissional e não de um partido político. Este fato ocasionou críticas recorrentes no interior da próprio serviço social (por segmentos que se posicionavam no mesmo espectro político-ideológico) e, em

um intervalo tão curto de tempo (de 1986 a 1993), tem início o processo de renovação do conteúdo ético-político deste código.

Nesse esforço coletivo de reflexão, o imprescindível era preservar os avanços obtidos com a politização da profissão no campo da esquerda e a negação do mito da neutralidade axiológica, incorporando valores e princípios políticos como: plena emancipação/realização do homem, defesa da vida humana, de indivíduos sociais detentores de direitos como condição *sine qua non* de cidadania (direitos civis, sociais, políticos, econômicos) e de justiça social ( BONETTI, 1998).

Coerente a estas orientações, o projeto profissional do serviço social brasileiro, se constituía com os seguintes compromissos:

Esse projeto profissional comprometido com os novos tempos buscava perseguir a idéia do homem vivo, “de carne e osso”, ao mesmo tempo em que visava a resignificação da noção de liberdade, considerando-a como valor ético central. Isto implica a superação de concepções liberais, tomando o homem como ser de liberdade e de criação, que se produz nas e a partir das relações sociais. Então, trata-se de um homem complexo, síntese de múltiplas determinações, logo, pluridimensional, multifacético. (BONETTI, 1998:15)

Com isso, as bases de fundamentação do Código de Ética de 1993, punham-se em um pólo oposto às fragmentações do ser social tão freqüentes na sociabilidade burguesa, de individualidades apartadas, de indivíduos *naturalmente* isolados. O novo código<sup>94</sup> surgia embasado em uma visão histórico-ontológica do homem como um ser prático e social, dotado de liberdade e que tem no trabalho a atividade fundante da sociabilidade.

Em termos histórico-ontológicos, este homem é um ser genérico, que, ao objetivar-se no mundo por intermédio do trabalho, se auto-determina como um ser universal, social, consciente e livre; atributos constitutivos da essência humana historicamente construídos pelo próprio homem, que no seu processo de intervenção no mundo, isto é, na sua relação com a natureza, com os outros homens e com ele mesmo (BONETTI,1998).

Explicitado (em síntese), o debate teórico no qual nos inscrevemos, temos

---

94 O Código de Ética de 1993 está dividido em duas partes. A primeira parte é constituída pelos pressupostos, os fundamentos do projeto profissional decompostos em 11 princípios fundamentais. A segunda parte é composta pelos parâmetros jurídico-legais que normatizam o exercício profissional (direitos e deveres do sujeito profissional individual), expressos em 4 títulos, 5 capítulos distribuídos em 36 artigos.

que a forma adotada para realizar a discussão acerca da concepção de liberdade assumida pelo serviço social, se insere teórica e politicamente nos marcos da tradição marxista e, dentro desta, o caminho por nós escolhido é o da ontologia social marxiana ampliada pelas reflexões lukacsianas.

Quanto à introdução das reflexões lukácsianas no serviço social, pode-se mencionar que esta ocorre à medida que se adensam os estudos sobre Marx e o marxismo. Sabe-se que a primeira aproximação da categoria profissional com esta tradição fora entrecortada por referenciais pouco confiáveis de intérpretes daquela teoria social que, em muitos casos, construía um *mosaico* ao mesclar uma leitura determinista da teoria social de Marx às correntes de inspiração positivista.

Tal introdução ocorre gradativamente acompanhando o movimento que registrara a entrada de cientistas sociais e filósofos estudiosos de Lukács nos cursos de graduação e pós-graduação em serviço social. Barroco (2006), informa-nos que a ontologia do ser social torna-se conhecida por parte da categoria (por meio da literatura profissional) através da obra de Netto e da interlocução com outros estudiosos de Lukács, tais como: Carlos Nelson Coutinho, Sérgio Lessa, Ricardo Antunes e Ivo Tonet. E complementa, ao mencionar que *"a assimilação da discussão ontológica ocorre gradativamente, nos anos 80 orientada pelo tema do cotidiano, da reificação, do método crítico-dialético"* (BARROCO, 2006).

Disto, inferimos que o recurso à ontologia social marxiana ocorre por meio da apropriação intelectual de parte da obra de Georg Lukács, especialmente aquela que revela uma expansão das idéias centrais de Karl Marx (presentes já em suas obras de juventude como os Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844 e A Ideologia Alemã de 1846, em co-autoria com Friedrich Engels) acerca da existência do homem como ser social que se objetiva no mundo por meio de sua atividade vital - o trabalho.

Lessa (2006), em seu estudo sobre a ontologia do ser social, ao expor alguns de seus principais delineamentos, argumenta que a ontologia lukacsiana se consubstancia como uma ontologia geral, isto porque Lukács parte da concepção marxiana de que a vida social apenas pode existir em contínua interação com a natureza (com o ser orgânico); isto significa que a determinação da particularidade do ser social requer, imprescindivelmente, a delimitação de continuidades e rupturas ontológicas que se interpõem entre o ser humano e a natureza. O próprio filósofo húngaro reconhecia que, na história do pensamento filosófico, o marxismo

raramente foi considerado como uma ontologia - um estudo universal do ser. A partir daí, Lukács apresenta sua proposta: mostrar como o elemento filosoficamente resolutivo na ação de Marx constituiu em ter esboçado os delineamentos de uma ontologia histórico-materialista, superando teórica e praticamente o idealismo lógico-ontológico de Hegel.

As premissas teórico-metodológicas que fundamentam o trabalho do filósofo, ou em outras palavras, os seus pontos de partida, são extraídos a partir de sua análise sobre a obra de Marx – ao considerar a produção e a reprodução da vida social (as relações econômicas entendidas como relações entre os homens) como o momento predominante da reflexão teórica marxiana. Daí, os pressupostos que fornecem os seus pontos de partida: a essencial historicidade do ser e a peculiaridade ontológica da vida social diante da natureza; a afirmação marxiana do caráter puramente social do “mundo dos homens”.

Sua compreensão sobre a origem do ser social é a seguinte: este ser surge e se desenvolve sobre a base de um ser orgânico; entre uma forma mais simples do ser e o nascimento real de uma forma mais complexa, verifica-se sempre um salto, depois deste salto, tem lugar o aperfeiçoamento da nova forma de ser. Para que o intercâmbio sócio-natural possa nascer - "*base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser*" - é indispensável um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução orgânica.

A essência do trabalho, esta *base "dinâmico-estruturante"*, consiste em ir além da fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento separatório entre o ser biológico (ou orgânico) e o ser social não é constituído pela fabricação de produtos mas, pelo papel da consciência, "*o produto é um resultado que no início do processo existia na representação da trabalhador*" (Marx apud Lukács, 1978).

Assim, o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que ele se generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los e, as respostas aos carecimentos que provoca, funda e enriquece a existência social com as mediações construídas, frequentemente bastante articuladas. Deste modo, não apenas as respostas mas, também as perguntas, são produtos imediatos da consciência; isto nem de longe significa anular o fato de que responder é o elemento ontologicamente primário no complexo dinâmico que compreende a ontologia do ser social.

Segundo o autor de *A Ontologia de Ser Social*, as categorias fundamentais e suas conexões no ser social já estão dadas no trabalho, posto que este ato encerra o momento predominante da vida social. O próprio trabalho é reconhecido como o elemento fundante da economia, ou seja, pelo trabalho, a riqueza social é produzida e pelas relações econômicas - em sociedades onde predomina a divisão social e hierárquica do trabalho - as relações sociais são definidas e estabelecidas.

De acordo com a concepção lukácsiana, no desenvolvimento econômico ocorrido até hoje, pode-se notar a presença de três orientações evolutivas e que serviram de fundamento para as posições teleológicas:

- 1 há uma tendência constante no sentido de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução dos homens;
- 2 esse processo de reprodução tornou-se cada vez mais nitidamente social com o progressivo "recuo das barreiras naturais";
- 3 o desenvolvimento econômico cria ligações quantitativas e qualitativas cada vez mais intensas entre as sociedades singulares originalmente pequenas e autônomas, as quais, no início, compunha o gênero humano.
- 4 Com isso, o recurso à ontologia do ser social marxiana realizada por alguns segmentos do serviço social brasileiro, pode ser entendida como uma tentativa de superação da incorporação do pensamento de tradição marxista ainda influenciado por correntes de matriz positivista ou neopositivista. Ao fazer tal tentativa e optar (no largo arco desta tradição) pela vertente lukácsiana, tem-se uma fonte segura do pensamento social de recusar - se frontalmente tais vertentes.

Lukács, em suas construções teóricas acerca da ontologia do ser social, afirma o suposto – referenciado pelas formulações de Marx em seus *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* – de que o homem é um indivíduo social:

O homem é o ente social. Sua manifestação de vida – ainda que não apareça sob a forma imediata de uma manifestação de vida comum, realizada juntamente com outros - é, portanto, uma manifestação e uma afirmação da vida social. (...) A tese ontológica segundo a qual o homem, na medida em que é homem, é um ente social; Segunda a qual em todo ato de sua vida, reflete-se esse ou não em sua consciência, o homem, sempre e sem exceções, realiza ao mesmo tempo e de modo contrário, a si mesmo e ao respectivo estágio de desenvolvimento do gênero humano (...) (LUKÁCS, 1979:142)<sup>95</sup>

---

95 Na mesma obra, Lukács afirma não ser Marx o formulador desta tese: de Aristóteles até

Da afirmação e reconhecimento deste pressuposto teórico-filosófico, sustentamos a idéia de não há relações construídas entre indivíduo e sociedade de forma exterior, abstrata, fora das inter-relações de indivíduos entre si, onde a sociedade se sobrepõe ao indivíduo ou (mesmo) está fora deste. Ratificamos que todas as relações existentes entre os homens, todos os seus vínculos sociais são originários da existência comum entre indivíduo e sociedade e, como criados pelos indivíduos somente podem ser por estes desfeitas ou refeitas. Como bem disse Lukács (1979), “ o homem não é só um animal, mas um animal que só pode isolar-se em sociedade”.

Mas o que faz do homem – ser biológico, logo, presente na natureza – um indivíduo social, pertencente ao gênero humano? Também neste sentido estamos em pleno acordo com a concepção lukacsiana na qual a relação do homem com a espécie humana é, desde as suas mais primitivas origens, construída e mediada por categorias sociais - nas quais se incluem o trabalho, a linguagem, o intercâmbio dos indivíduos entre si e com a natureza. São as relações concretas nas quais o indivíduo produz e reproduz a própria existência com o progressivo “ recuo das barreiras naturais”.

Disto se presume que a concepção de indivíduo tomada como referência é - o homem, espécie animal que, em seu processo de desenvolvimento histórico, conseguiu sobreviver à natureza e às outras espécies animais pelo fato de ter se interagido com outros homens para produzir as condições, os meios necessários à sua existência. Proporcionando o intercâmbio e as transformações na natureza imprescindíveis à produção da vida humana em sociedade.

Decorre daí que o conceito de indivíduo referenciado é o indivíduo social, aquele que compartilha em sociedade com os outros indivíduos a construção da vida social. O homem e a sociedade são inseparáveis, já que a sociedade é produto da atividade humana. Considera-se o homem como ser produtivo e autônomo sujeito do processo histórico que se construiu como um ser social. Isto significa dizer que, em seu intercâmbio com a natureza, transforma objetos naturais em objetos

---

Goethe e Hegel, essa verdade fundamental foi repetidamente evidenciada com concreticidade e decisão. Bastará, talvez, recordar uma das últimas conversações de Goethe na qual ele, com a máxima energia, partindo da experiência de sua própria vida, sublinha em face de Soret a absoluta inevitabilidade de inter-relação entre indivíduo e sociedade em qualquer manifestação vital.

necessários à reprodução da vida em sociedade, portanto, objetos sociais transformados pela atividade humana. Os objetos naturais existem independente da consciência do homem, mas tão somente através do conhecimento correto; mediante o trabalho, a mediação entre homem e natureza pode se concretizar. A transformação da natureza pela atividade intencional do homem em objetos úteis à produção, que também é reprodução da vida humana, é um processo teleológico.

Ao examinar as categorias internas ao trabalho - Lessa (2006), chega à relação entre teleologia e causalidade – as interações entre teleologia (posta) e causalidade (dada) constroem a causalidade posta, esse ato de objetivação é um momento do trabalho, ou seja, a objetivação<sup>96</sup> efetiva a síntese entre causalidade e teleologia que funda o ser social como causalidade posta.

O mesmo autor nos fornece uma síntese acerca do processo de objetivação:

“Dito de outro modo, essa utilização social de elementos e forças naturais não resulta em uma justaposição de sociedade e natureza mas, na produção, na síntese de uma nova esfera ontológica: o mundo dos homens. Essa síntese é obra do trabalho – e, no interior deste, do processo de objetivação - que, a partir do rearranjo teleologicamente posto da natureza, funda o ser social enquanto uma totalidade unitariamente homogênea e internamente contraditória (os elementos naturais não deixam de ser natureza, e teleologia e a causalidade são sempre ontologicamente distintas etc.)”. (LESSA, 2006:78)

O trabalho é, portanto, a objetivação primária do ser social, fonte donde surgem as mediações entre homem e natureza cada vez mais complexas, ele aparece como objetivação primária em sentido amplo, posto que as outras formas de objetivação supõem conexões fundamentais que estão vinculadas ao trabalho: toda a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e à linguagem articulada (NETTO & BRAZ).

É neste sentido que introduzimos a discussão sobre a liberdade numa esfera de objetivação e universalização do ser social, cujo fundamento, cujo “solo genético” é o trabalho, mas que transcende o espaço diretamente ligado a ele. O ser social

---

96 Lessa (2006), de acordo com as concepções lukacsianas, concebe a objetivação: “A objetivação e, segundo Lukács, o momento do trabalho pelo qual a teleologia se transmuta em causalidade posta. A objetivação opera uma modificação do mundo dos objetos no sentido da sua sociabilização [...] Ela articula a idealidade da teleologia com a materialidade do real sem que, por essa articulação, a teleologia e a causalidade percam suas respectivas essências, deixem de ser ontologicamente distintas. Nesse sentido, no interior do trabalho a objetivação efetiva a síntese, entre teleologia e causalidade, que funda o ser social enquanto causalidade posta”.

não envolve apenas o trabalho, ele constrói objetivações que transcendem o universo próprio do trabalho. A categoria necessária mais abrangente que tem no trabalho a sua protoforma é a práxis: esta inclui todo o conjunto de objetivações humanas. Na abordagem sobre essas objetivações devem-se observar dois pontos: a distinção entre a forma de práxis (por exemplo, aquelas voltadas para o controle e exploração da natureza); e os produtos resultantes da práxis, se estes podem objetivar-se material ou idealmente.

A relação entre as esferas de objetivação e a liberdade na ontologia do ser social é assim explicitada por Lessa:

(...) objetivação e liberdade estão de tal modo conexas, articuladas, que, para Lukács, não será possível pensar uma sem a outra: a liberdade humana apenas pode existir enquanto realização, sempre concreta, do devir humano dos homens. A liberdade, conseqüentemente, é sempre social. Diz respeito, com todas as mediações cabíveis caso a caso, às formas concretas, historicamente determinadas, que assume a generalidade humana a cada momento.  
(LESSA, 2006:188)

Por esta razão, a liberdade é uma categoria presente apenas no ser social, sendo absolutamente inexistente na natureza, somente pelo desenvolvimento das forças produtivas fundadas pelo trabalho, pode-se reduzir o tempo necessário à reprodução material da sociedade e, com isso, tornar possível um tempo disponível à liberdade, no qual possa se concretizar – não somente as necessidades de reprodução material humana, mas nossas autênticas necessidades enquanto indivíduos plenamente sociais (LESSA, 1999).

Contudo, o desenvolvimento histórico da humanidade em sociedades marcadas pela alienação; a possibilidade concreta dos indivíduos de incorporar as objetivações do ser social foram desigualmente construídas, daí, a menção no enunciado do princípio da liberdade posto no Código de Ética expor claramente as demandas políticas para o exercício da liberdade - sem as quais a explicitação da individualidade, e, ao mesmo tempo, da generalidade humana, não poderá se concretizar.

### **3.1.2 A liberdade no projeto profissional: "*plena expansão dos indivíduos sociais*"**

Mencionamos no primeiro item deste capítulo o que consideramos ser as bases reais para o início do debate sobre os fundamentos do projeto profissional. Na ocasião, tratamos de reconhecer que, antecedendo a qualquer debate de ordem teórico-filosófica

(ou ontológico-materialista) somente faria sentido se fosse ancorado numa sólida discussão acerca da categoria trabalho.

Tal categoria de análise, por ser o o momento predominante do "mundo dos homens", forneceu as mediações necessárias para que se possa apreender sob qual materialidade se assenta o debate sobre o liberdade que pretendemos fomentar na categoria profissional. Embora pareça estarmos realizando um debate excessivamente abstrato temos consciência de que o nível de abstração alcançado pelas análises são compatíveis com todo o debate que vimos realizando até aqui.

Admitimos como *ponto de partida* o suposto de que não é possível sustentar quaisquer posicionamentos sob a "*inquestionável*" postura de estar atuando na defesa projeto ético-político. Esta premissa é ratificada com algumas ponderações que apontamos anteriormente nesta dissertação - o fato de que parte da categoria profissional, que outrora atuou na construção do projeto de ruptura, encontrar-se hoje em um campo político adverso aos fundamentos deste projeto. O problema não reside unicamente nesta questão, o que agrava o cenário é o fato destes mesmos segmentos defenderem posicionamentos políticos e orientações sobre as políticas públicas que muito se distanciam dos fundamentos do tal projeto, veiculndo o discurso de estar atuando para sua defesa. Agindo desta forma, estes segmentos colaboram para obuscurecer e mistificar o tal projeto ético-político que atualmente justifica todo o tipo de postura política e profissional, serve como um grande *guarda-chuva onde se abrigam vertentes profissionais bastante distintas*.

Com o objetivo de esclarecer tais questões este item do capítulo apenas introduzirá o debate sobre os fundamentos do projeto profissional a partir da referência à massa crítica acumulada e incorporada nos instrumentos jurídico-formais que são os parâmetros da profissão e dos compromissos políticos publicamente assumidos.

Para tal empreitada tomamos como referência o Código de Ética Profissional

de 1993<sup>97</sup>. Este, por representar um marco histórico no processo de renovação do serviço social, posto que sintetiza o acúmulo teórico e político das três décadas anteriores é o parâmetro analítico central ao estudo do objeto de dissertação. E mais, fazemos isto pelo fato dos fundamentos dialéticos, materialistas e históricos dos compromissos ético-políticos, uma vez firmados neste documento, não deixarem dúvidas quanto à escolha coletiva da categoria frente às contradições do capital.

Em meio as diversas questões abordadas pelo documento, optamos por centrar a discussão no primeiro princípio do Código de Ética, a saber: *“Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”* (CFESS,1993); entendemos que este princípio é a síntese dos onze demais princípios porque seu significado tem um nível maior de abstração, universalidade e genericidade. Explica-se: a concepção de indivíduo tomada como referência, e, grosso modo explicada, é o homem tomado como indivíduo social que convive com outros homens para construir a vida social. Esta concepção, como veremos, não admite o indivíduo distinto da sociedade ou separado desta, onde se pensa os indivíduos separados dos meios necessários à vida, o indivíduo na sociedade capitalista não é pensado como indivíduo social pois, em seu atual estágio de acumulação, esta já não o admite.

Schaff (1967) ao analisar a concepção de indivíduo na tradição marxista, parte de suas considerações sobre as correntes socialistas, avalia que o ideário de *liberdade, fraternidade e igualdade*, os lemas da revolução francesa, puseram os anseios humanos no centro das questões para o desenvolvimento histórico. E, com isso, demonstra que as idéias de inspiração socialista (a despeito de suas diversas frações) tinham como direção social última reconstruir o homem em sua essência.

Este autor procura reconstruir, partindo dos textos de juventude aos textos da maturidade, uma síntese conclusiva do pensamento marxiano acerca da concepção de indivíduo humano-social. Ao fazê-lo, afirma que - embora o jovem Marx ainda

---

97 A opção pelo mencionado código, não contém em si nenhum posicionamento puramente legalista e institucional. Pelo contrário, este parâmetro foi escolhido, dentre outros aspectos, por explicitar a ruptura do serviço social com a própria institucionalidade que o forjou nos marcos da sociedade burguesa madura, por explicitar ainda, a opção política do coletivo profissional por uma sociedade que não se constitua pelo domínio privado e pela vida reificada.

não fosse um "*materialista em em definitvo*", já mencionava que conclusões ontológicas não poderiam partir de supostos idealistas. Acredita que o pensador alemão avança em outras questões, especialmente na suas Teses sobre Feuerbach (ainda que critique o fato de Marx não ter usado os argumentos apropriados em sua crítica), quando com referência a sexta tese, argumenta que a concepção de homem ultrapassa sua apreensão apenas como espécie biológica, elemento natural. Infere que as propriedades constitutivas dos indivíduos não nascem apenas com as relações biológicas, a soma de tais propriedades modificam-se qualitativamente a medida que as relações sociais são estabelecidas, não se trata de um homem abstrato, de um homem em geral mas do homem como sujeito da história.

Nas palavras do próprio Schaff:

Um homem, constituído só à base de propriedades biológicas gerais, e à base de propriedades que cabem a todos os homens - em contraste, por exemplo, a outros mamíferos - fica reduzido a um *homem abstrato*, um homem *em geral*; em oposição à concepção de concreta do homem em sua relação social - como membro de uma determinada sociedade, numa determinada etapa da evolução histórica, como membro de uma determinada classe e com um lugar determinado na divisão de trabalho, sociedade, cultura, etc.(Schaff, 1967: 65)

Nosso autor continua a examinar as obras de Marx na perspectiva de recolher suas impressões sobre este tema, quando reconhece nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos a expressão exata do homem como criador de sua própria história "*O homem é por conseguinte, um indivíduo especial, e esta característica torna-o um indivíduo e um ser coletivo realmente individual; é ainda a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida em si*" (MARX, apud SCHAFF, 1967:66).

Não são poucos os equívocos que ainda hoje persistem em relação a questão do indivíduo no pensamento social de Marx. Existem os críticos que mencionam não haver lugar para o indivíduo e que suas questões na teoria social marxiana seriam secundárias, posto que a transformação das estruturas sociais e do ordenamento político seriam as mais importantes para o núcleo central de suas idéias. Outros consideram que a negação e contraposição à noção do indivíduo isolado no marxismo teria produzido uma concepção geral do indivíduo social onde a subjetividade e identidades individuais estariam subsumidas ante o indivíduo

que constrói as mudanças na superestrutura social.

Na verdade esta fragmentação entre o indivíduo e a sociedade é um produto histórico da sociedade capitalista, muito embora a cisão entre indivíduo e gênero tenha se originada com o aprofundamento da divisão social do trabalho e o surgimento das classes sociais. Em formações sociais anteriores, a importância do indivíduo para sua comunidade era sentida de forma mais imediata, porque a reprodução social era percebida em sua dimensão universal, isto porque não havia as esferas mediadoras hoje existentes. Mesmo no caso da pólis grega, que era assentada no trabalho escravo, a relação do indivíduo com seu gênero eram visíveis.

Para Schaff a "*imagem do indivíduo isolado só poderia surgir mesmo da sociedade atomizada pela livre concorrência*", mas o fato desta sociabilidade ter criado formas institucionais para sua legitimidade deu origem a concepção de que o estado do indivíduo - separado dos meios necessários à sua reprodução material e espiritual e diante da condição histórica de responder privadamente às necessidades sociais - fez com que tal estado do indivíduo fosse tomado como natural. Trata-se, pois, de afirmar que o homem está ligado à vida social, aos outros homens e num caráter universal que o homem está constituído e criado pelo mundo social.

Esta condição é possível devido a determinação histórico-ontológica representada pelo trabalho, posto que por esta atividade o homem cria e repõe as condições de sua existência individual e coletiva. Quando o homem transforma a realidade objetiva por meio do trabalho faz desta uma realidade humana e reinicia ininterruptamente o processo de sua autocriação. Agindo assim, os nexos existentes entre o indivíduo e o gênero humano podem ser reconstituídos no complexo da reprodução social.

Ao aprofundarmos a concepção de indivíduo, a análise da concepção da liberdade expressa no código torna-se mais concreta, porque saturada de determinações, a liberdade é *entendida como a objetivação da autonomia e da expansão* e isto, necessariamente, implica ir de encontro às formas de alienação. Implica pensar como os homens podem se libertar das "*forças estranhas*" que dominam a vida.

A concepção de liberdade com que trabalhamos é aquela expressa nos documentos da categoria profissional quando se explicita a direção social

estratégica do projeto profissional, direção que, tem como valor central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho.

Uma das premissas teóricas para o tratamento do tema remete a forma como a tradição marxista o estuda, para este referencial o entendimento da concepção de liberdade está no reconhecimento de que o elemento constitutivo do ser social são os atos humanos alternativos com caráter de resposta. Nesta situação o trabalho é propulsor do salto ontológico entre a vida orgânica e as categorias que compõe a causalidade - a necessidade e o acaso - os atos objetivados pelo trabalho para que possam fundar a causalidade posta e originar a vida social devem ser orientados segundo uma teleologia e as possibilidades de escolhas entre alternativas possíveis.

Desta forma, o horizonte para os atos alternativos em caráter de resposta são dados pelas determinações objetivas da realidade onde existe sempre a interferência do acaso (presente na causalidade) para as objetivações do ser social. Neste contexto a liberdade seria a possibilidade humana de escolher entre alternativas possíveis inscritas no real, aquelas que estão mais aptas a atender as necessidades postas pelo devir humano; situação em que consciência tem um caráter determinante para a escolha entre alternativas que podem objetivar as condições de liberdade humana, como nas palavras de Lukács "*a liberdade do querer não significa outra coisa, portanto, senão a capacidade de poder decidir com conhecimento de causa*" (LUKÁCS apud LESSA, 2007). Em consequência, disso para o mesmo autor, os estados da consciência que não se relacionarem com uma efetiva transformação do real não configuram qualquer instância de liberdade.

Portanto, a possibilidade do homem existir como um ser de liberdade é algo presente na constituição do ser social, mas que depende das condições do desenvolvimento histórico-social para se tornarem concretas. Para Lukács e desenvolvimento da sociabilidade atingiu, com o capitalismo, um patamar de potencialidades para a realização da liberdade qualitativamente distinto de formações sociais anteriores. Na sociabilidade contemporânea, a consciência socialmente disseminada de que o homem é o único senhor de seu destino abre possibilidades inéditas à objetivação do devir humano. Isto porque a construção da sociabilidade burguesa se constituiu em um salto fundamental para o devir humano, uma vez que possibilitou em escala social, que os indivíduos compreendessem que o homem é o sujeito da história e indo além, estes tomassem para si a tarefa prática

de transformar o rumo da história no sentido desejado.

Todavia, a plena realização dessas potencialidades requer a superação das formas de reificação e mistificação da existência social que dominam a esta sociabilidade, as quais tem no processo de acumulação do capital o seu fundamento ontológico último. Sob o capital, as desumanidades socialmente construídas passam a ser o momento predominante da reprodução social.

Nesta direção, Lessa afirma que:

A realização da liberdade humana significa a superação de todos os constrangimentos que impedem que a contraditoriedade ineliminável entre a reprodução do indivíduo e a do ser social se afirme pelo que ela é de fato: a contradição entre duas esferas reprodutivas que são pólos de um único processo reprodutivo global, o gênero humano. Requer, enfim a plena explicitação categorial do gênero humano como a base mais ampla e rica para a plena explicitação categorial do gênero humano. (Lessa, 2002:190)

Assim, a relação entre a individualidade e a generalidade humana estão condicionadas aos processos histórico-sociais e as possibilidades efetivas de explicitação desta relação. A liberdade tal como postulada no código de ética profissional de 1993, se coerente à concepção de indivíduo e sociedade nele inscritas, somente poderá se materializar diante das escolhas que ultrapassam a esfera do eu singular e, gradativamente, adquirir uma amplitude coletiva, social, plenamente humana. O momento da liberdade, da universalização do homem é aquele que, mesmo em face das estruturas sociais e mesmo sendo por estas determinado - em especial as estruturas sócio-econômicas - o homem constrói sua consciência política. Portanto, o primeiro passo para a sua liberdade dado em direção ao enfrentamento das condições que constroem os homens a se reproduzirem segundo a lógica de reprodução do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado nesta dissertação de mestrado procurou identificar elementos de análise que nos permitissem apreender o projeto profissional crítico do Serviço Social brasileiro inscrito na dinâmica contemporânea das classes, assim como das condições histórico-sociais que particularizam a situação brasileira. Este movimento está associado à intenção de contribuir para a preservação da massa crítica acumulada pelas vertentes profissionais que ousaram reinterpretar e dar novos rumos para esta profissão. Se a pesquisa que agora disponibilizamos para os assistentes sociais brasileiros (e demais interessados pelo tema) tiver concretizado esta intenção, julgamos que nossos esforços não foram em vão<sup>98</sup>.

Do itinerário investigativo utilizado para dar forma à reflexão, destacamos seus momentos decisivos: **a análise balizada na perspectiva da totalidade mostrou-se a mais adequada à captura dos pressupostos teórico-metodológicos que tornam possíveis a compreensão do atual estágio de acumulação do capital; a dinâmica própria que define a luta de classes no capitalismo contemporâneo; a condição brasileira subalterna e subsumida**

---

98 Como mencionamos na introdução deste texto, nos causava espécie o fato de haver um parco e disperso material sobre o tema – registramos a existência de produções acadêmicas recentes, como a tese de doutoramento de Abramides (2006).

**ante os organismos do capital transnacionalizado que determinam o rumo das políticas estatais de regulação social e política; a reconstrução das condições de emergência e consolidação do projeto profissional.**

Outro aspecto importante, foi o fato de termos retomado o debate sobre a reprodução social; seu exame, a partir dos supostos ontológicos, nos deu as premissas teóricas para vinculá-lo organicamente à categoria trabalho - já que este é o elemento fundante da sociabilidade humana e das formas historicamente criadas para a satisfação das necessidades materiais e espirituais indispensáveis à reprodução do ser social. Dessa forma, os nexos mediadores entre o debate filosófico da Ontologia do Ser Social lukácsiana mais as estratégias político-profissionais do serviço social e os fundamentos do projeto profissional de ruptura, se tornaram possíveis.

Os caminhos que nos levaram a estabelecer estes nexos causais não se revelaram imediatamente. Até porque nosso ponto de partida para a exposição - a gênese e consolidação do tal projeto e, em seguida, investigação sobre as ações políticas concretas da categoria profissional que pretendiam dar materialidade aos princípios outrora inscritos como direção social da profissão - não são diretamente coincidentes. Foi preciso que fizéssemos um excuro analítico para que nosso debate não perdesse o chão histórico e se tornasse uma análise que por um lado examina dados concretos extraídos de documentos da categoria profissional. E por outro, uma reflexão de cunho teórico-filosófico que, mesmo se tratando da ontologia do ser social, se não tiver profundas raízes históricas, corre o risco de apresentar-se numa perspectiva puramente metafísica.

Diante disso, recolhemos dos relatórios de deliberação do conjunto CFESS/CRESS, cartas-manifestos e notas públicas às ações táticas que melhor expressavam as estratégias políticas para a construção das condições de objetivação da direção social aludida. Por isso, em meio aos diversos temas de que tratavam estes documentos, extraímos aqueles que diziam respeito ao campo de disputas em torno dos projetos de classe no cenário brasileiro. Além destes, privilegiamos as iniciativas conduzidas para a formação de um campo de alianças políticas com sujeitos coletivos e atores que ultrapassavam o escopo de atuação de nossas entidades representativas.

Este movimento nos levou à identificação de uma estratégia de ação

prioritária para o coletivo profissional – a defesa da seguridade social pública. Observamos nas deliberações profissionais, ano após ano, que esta não foi uma tarefa fácil. Ao contrário, as análises conjunturais que ancoravam tais deliberações, nos mostram que esta categoria acompanhou, no campo da luta e resistência, as políticas de ajustes neoliberais que promoveram a integração do Brasil à ordem capitalista mundial tal como indicada pelos organismos financeiros internacionais. Assim, a seguridade social – que apenas alcançou a inscrição jurídico-formal e de concepção limitada na Carta Constitucional de 1988, circunscrita às políticas de previdência social, saúde e assistência social - foi *abatida* por sucessivas ofensivas levadas à efeito pelas classes dirigentes nacionais largamente comprometidas ideologicamente com a realização da acumulação e os lucros do sistema financeiro internacional. Repetimos: as políticas de seguridade social conformam o grande objeto de disputa das classes sociais fundamentais, atualmente, no Brasil.

Esta disputa se deu em diversas frentes. Não se tratava somente de inviabilizar financeiramente as conquistas impressas constitucionalmente, trata-se, também, de desconstruí-la do ponto de vista ideológico como objeto de disputas políticas para amplos segmentos da classe trabalhadora, abrindo caminho para a legitimação social do processo de privatização/assistencialização, introduzindo tais políticas sociais no circuito da mercantilização das necessidades sociais, tornando-as uma fonte grandiosa para a acumulação capitalista por meio da oferta de seguros diversos que vão desde a previdência complementar à saúde. Com a seguridade social em franco processo de *desconstrução do que nunca foi de fato*, somadas ao descenso dos movimentos de trabalhadores e lutas sociais - logo que estas conquistas parciais foram incorporadas legalmente - a construção de alianças políticas para sua defesa também foram afetadas.

Durante o período pesquisado, notou-se que os assistentes sociais brasileiros tiveram que lidar com duas grandes questões que envolviam sua organização política. A primeira delas, de ordem mais geral, diz respeito ao descenso das lutas sociais durante toda a década de 1990 que ganha contornos dramáticos para a organização política de esquerda no Brasil a partir da vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva.

Ainda que na década de noventa tenha havido um processo de enfraquecimento do movimento organizado de trabalhadores e movimentos sociais mais específicos, em meio ao refluxo que se observou em praticamente todos os

países capitalistas devido às novas condições (o processo de subsunção da identidade de classe à identidade cidadã durante a vigência do Estado de Bem Estar Social e a crise do *socialismo real*) que passaram a dar um ritmo diferenciado à luta de classes em âmbito mais geral. No Brasil, devido ao acúmulo de forças políticas da década anterior, foi possível a formação de uma frente de resistência às ofensivas desferidas pelo capital financeiro e seus representantes.

Com efeito, tal frente tinha como sujeitos políticos as diversas vertentes de esquerda que se aglutinavam em torno do Partido dos Trabalhadores e que construíram o denominado projeto democrático e popular. Assim, as políticas de ajustes de caráter neoliberal, realizadas especialmente pelos dois governos FHC, encontraram uma resistência organizada. Os segmentos mais progressistas da categoria profissional, que desde finais dos anos oitenta havia se vinculado ao campo democrático-popular, tem suas possibilidades de concretizar os princípios do projeto profissional a partir de alianças políticas construídas com atores deste campo. São *parceiros da luta* (como inscrito nos documentos da categoria): as centrais sindicais, particularmente a CUT, parlamentares de partidos de esquerda (com maior representatividade, o PT) e diversos movimentos sociais. Não será exagero mencionar que muitos assistentes sociais que migraram para os sindicatos por ramo de atividade econômica filiados à CUT e/ou quadros políticos do Partido dos Trabalhadores se viram envolvidos neste processo.

A nova conjuntura instaurada pelo primeiro governo Lula origina processos de divisionismo e cooptação na esquerda com repercussões que ainda não foram inteiramente equacionadas. Para as vertentes profissionais que polarizam o denominado projeto ético-político, estas repercussões também são percebidas. Muitos profissionais foram atingidos por serem quadros do partido e, por outro lado, porque o governo do presidente Lula aprofundou as políticas de ajustes iniciadas pelo governo anterior. Além disso, em relação à seguridade social, tornou mais agudo o processo de privatização/assistencialização antes observado, como se pode notar pela reforma da previdência do setor público (já em 2003) e a ampliação do aporte de recursos por ocasião da unificação dos programas de transferência de renda (e aumento do número de beneficiários do Programa Bolsa Família) e da implantação do Sistema Único da Assistência Social em praticamente todos os municípios brasileiros. Este processo de redução/empobrecimento da seguridade social pública provocou divisões entre os segmentos progressistas da categoria que,

juntos, construíram o projeto profissional.

Neste sentido, analisam Abreu & Lopes:

Nesta relação, enquanto a assistência social cresceu como espaço do exercício profissional, diminuiu e até foi ameaçado de extinção o campo de atuação na previdência. Aqui está, talvez, o eixo problemático mais importante hoje para se confrontar o projeto ético-político, pautado pela perspectiva de emancipação humana em relação à prática dos assistentes sociais no mercado de trabalho (centrada na assistência), como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais. Tem crescido entre os profissionais, a partir da Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e agora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a perspectiva da luta pela assistência como direito, cuja centralidade pode obstruir a perspectiva da luta fundamental na sociedade capitalista, que é o direito ao trabalho. (ABREU & LOPES In: CFESS, 2007:15)

Repercuta para o quadro de crise do projeto profissional, em consonância às conclusões de BRAZ (2007) e Netto (2007), a desconstrução da histórica aliança política do conjunto CFESS/CRESS com as entidades do campo cutista - como observado no processo eleitoral para representantes do segmento de trabalhadores no Conselho Nacional de Assistência Social.

A outra grande questão envolve a organização política dos assistentes sociais brasileiros, trata-se da resolução da "*transição sindical inconclusa*" de finais da década de 1980 e início dos anos 1990. Problematizamos sobre os desdobramentos deste processo não realizado para as entidades que hoje ocupam a centralidade na condução das estratégias político-profissionais. Um universo de demandas que ultrapassam suas condições de resposta ressoam nestas entidades - questões de ordem sindical, principalmente - que, pelo caráter de tais instâncias (são conselhos profissionais) - torna difícil a sua atuação política. Como a transição sindical foi decidida sob orientação do sindicalismo cutista e dado o fato de atualmente a CUT atuar no campo da colaboração de classes e como aliado do governo Lula, **há que se construir outras possibilidades organizativas**. Esta é uma tarefa para as novas gerações de assistentes sociais entretanto, ao atentar para a rápida modificação do perfil profissional levado a efeito: com a ampliação dos cursos de graduação na modalidade presencial e à distância, somadas ao processo de despolitização, percebe-se que será uma tarefa árdua.

Sabemos que a objetivação da liberdade (fundamento do projeto profissional) conforma mesmo a direção social estratégica da profissão, isto, pelo próprio nível

de abstração universal que envolve, necessita para materializar-se de outras abstrações que nos forneçam as mediações particulares. Decorre daí que a mediação do projeto ético-político com a institucionalidade passa pela efetivação de direitos sociais.

O campo de mediações particulares possíveis de um projeto profissional - processo sócio-produtivo; instituições sociais presentes; correlação de forças políticas; políticas sociais particularizadas, principalmente, no âmbito do Estado; movimentos sociais; e os processos sociais construídos a partir da relação indivíduo e sociedade. Estas mediações indicam a realização dos direitos políticos e sociais. Evidencia que a teleologia inscrita no projeto ético-político do serviço social vai se configurando como estratégias em busca da ampliação dos limites da cidadania burguesa. Do ponto de vista de uma profissão, depende do processo de conquistas sociais que é responsabilidade das forças sociais opostas ao projeto burguês e aliadas às classes trabalhadoras (LIMA, 2005).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Livros, artigos e teses.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Desafios do projeto profissional de ruptura**. IN: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 91, setembro, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro**. Programa de Estudos Pós-graduados da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006. Tese de Doutorado.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa & CABRAL, M. do Socorro Reis. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

ABREU, Haroldo Baptista de. **A Cidadania Para Além dos Direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. **As novas configurações do Estado e da sociedade civil**. In: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais,

Módulo I, Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social, CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Trajetória e o significado das políticas públicas:** um desafio democrático. In: Proposta Nº 59, Fase, Dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Interesses e Valores em disputa na revisão constitucional.** In: Proposta Nº 57, Fase, Julho de 1993

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o Marxismo ocidental.** São Paulo, Brasiliense, 1989.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 4ª edição, São Paulo, Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma** - desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2003.

BONETTI, D, A. SILVA, M, V. SALLES, M. & GONELLI, V, MM (orgs). **Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis.** 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1998.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A REPRODUÇÃO** - *elementos para uma teoria do sistema de ensino*, 3ª edição, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BORGIANNI, Elisabete, GUERRA, Iolanda & MONTAÑO, Carlos. (Orgs) **Servicio Social Critico: Hacia la construcción Del nuevo proyecto ético-político profesional**, Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, Serie Ensayos, Ed. Cortez, SP, 2003.

BRAZ, Marcelo. **O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social.** IN: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 78, julho, 2004.

\_\_\_\_\_. **O PAC e o Serviço Social: crescimento para quê e para quem?**

- os setenta anos da profissão e os seus desafios conjunturais. IN: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 91, setembro, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1999.

CARVALHO, Raul de. **Modernos agentes da justiça e da caridade** - notas sobre a origem do serviço social no Brasil. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 2, março de 1980.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

CFESS, **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, Rio de Janeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. **CFESS MANIFESTA** - Análises Conjunturais, Gestão 2005 - 2008, Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. CFESS/CRESS: **Histórico**, extraído do sítio [www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br), acesso em 31/01/2009.

COSTA, Gilmaísa Macedo. **Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999, Dissertação de Mestrado.

DE LA VOLPE, Galvano. **La libertad comunista**. 1ª edição, Barcelona, Icaria Editorial, 1977.

GONÇALVES, Reinaldo. **Lula: aposta perdida**. Revista Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, nº 9, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

GUERRA, Yolanda. **A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos**. IN: Revista Paria Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, nº 10, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **As Racionalidades do capitalismo e o Serviço Social**. IN: MOURO, H & SIMOES, D, (org) 100 anos de Serviço Social. Ed. Quartelo, Coimbra, 2001.

\_\_\_\_\_. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 91, setembro, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**, 7ª edição, São Paulo, Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**, 5ª edição, São Paulo, Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche** - capital financeiro, trabalho e questão social, 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**, 14ª edição. SP: Cortez, CELATS, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Materialismo Dialético e Sociologia**, Editorial Presença, Lisboa.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução: O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução**. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Sobre as greves**. In: Arquivos Marxistas. 2005

LESBALPIN, Ivo (org). **O Desmonte da Nação** - balanço do governo FHC. 4ª

edição, Petrópolis, Vozes, 2003.

LESBALPIN, Ivo & MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. 2ª edição, Petrópolis, Vozes, 2003.

LESSA, Sérgio. **Lukács, ontologia e método: em busca de um (a) pesquisador interessado (a)**, Revista Praia Vermelha, V. 1, nº 2, Pós-graduação em Serviço Social, UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. **O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade**. IN: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Nº 2, CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**, 3ª edição, Ujuí, Editora Unijuí, 2007.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social, Trabalho e Reprodução**, extraído do sítio [www.geosites.com.br](http://www.geosites.com.br) acesso em 25/09/2008.

\_\_\_\_\_. **Sociabilidade e Individuação**, 1ª edição, Maceió, EDUFAL, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo, Cortez, 2007.

LIMA, Gleyce Figueiredo de. **Projeto Ético-Político do Serviço Social: Pressupostos históricos e teórico-metodológicos**. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social de Niterói, Faculdade de Serviço Social, UFF, Niterói, 2005.

LUKÁCS, György . **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista**. Porto, Publicações Escorpião, 1974.

\_\_\_\_\_. **Ontologia del Ser Social: *el trabajo***. Tradución: Antonino Infranca & Miguel Vedda. Iª edição, Buenos Aires, Herramienta, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ontologia dell'essere sociale. II. Roma, Riuniti, 1981**. Tradução: Sérgio Lessa. (no prelo).

\_\_\_\_\_. **Ontologia do Ser Social: *Os princípios metodológicos fundamentais de Marx***. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Sobre novos e velhos sindicalismos no Brasil: rediscutindo dicotomias**. São Paulo, Revista História, Volume17/18, Unesp, 1998/1999.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano**. In: Práxis. Belo Horizonte, nº 5, 1995.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos - Filosóficos**. São Paulo, Martin Claret, 2006.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 7ª edição, São Paulo, HUCITEC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Garamond, 1998.

MESZÁROS, I. **O poder da Ideologia**. São Paulo, Boimtempo, 2004.

MINAYO, Cecília (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20ª edição, Petrópolis, Vozes, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_.(org) **O Mito da Assistência Social - ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 2ª edição revista e ampliada, São Paulo, Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova**, In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 79, Ed. Cortez, SP, 2004.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. In: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, Módulo I, Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social, CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_.**Capitalismo Monopolista e Serviço Social**, 6ª edição, SP, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cinco Notas a propósito da "questão social"**. In: *Temporalis I*. Brasília, ABEPSS, nº 3, jan/jul. 2001.

\_\_\_\_\_. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**, Coleção Questões da Nossa Época. 3ª edição, São Paulo, Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**, 6ª edição, SP, Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Prólogo**: Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: KARL, Marx. & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Ed. Cortez, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **Razão, ontologia e práxis**. Revista Serviço Social e Sociedade

nº 4, Ano XV, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. **Transformações Societárias e Serviço Social** – *notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. IN: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 50, 1996.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Biblioteca Básica de Serviço Social, V 1, São Paulo, Cortez, 2006.

OFFE, Claus. **Capitalismo Desorganizado** – *Transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2ª edição, Brasiliense, ANO.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. **A Mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional** : *o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, Tese de Doutorado.

**REVISTA INSCRITA** Nº 10, Vários Autores, Brasília, CFESS.

RODRIGUES, Mavi. **Assistencialização da seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro**: notas críticas de um retrocesso. IN: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, nº 91, setembro, 2007.

SCHAFF, Adam. **O marxismo e o indivíduo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SEVERINO, Antônio Joaquim de. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22ª edição, São Paulo, Cortez, 2002.

VALE, Jonatas Lima. **Ser capa e contra-capas é a beleza da contradição**: *para pensar o projeto ético-político e sua inserção institucional*, Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social de Niterói, Escola de Serviço Social, UFF, Niterói, 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A Prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 3ª edição, São Paulo, Cortez, 2006.

## 2. Documentos.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. *Relatório de deliberações do XXII Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Belo Horizonte, 1993.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXIII Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Brasília, 1994.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXV Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Fortaleza, 1996.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXVI Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Belém, 1997.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXVII Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXVIII Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Campo Grande, 1999.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Maceió, 2000.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXX Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Belo Horizonte, 2001.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXXI Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXXII Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Salvador, 2003.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXXIII Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Curitiba, 2004.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Manaus, 2005.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXXV Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Vitória, 2006.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXXVI Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Natal, 2007.

\_\_\_\_\_. *Relatório de deliberações do XXXV II Encontro Nacional CFESS/CRESS*. Brasília, 2008.

### **3. Páginas na Internet visitadas:**

[www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br)

[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)

[www.cressrj.org.br](http://www.cressrj.org.br)

[www.geosites.com.br](http://www.geosites.com.br)

<http://www.marxists.org/portugues/index.htm>

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)